

Bolívia: Logística Nacional e Construção do Estado

Fernando Dall'Onder Sebben

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Bolívia: Logística Nacional e Construção do Estado

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como quesito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política.

ORIENTADOR: Prof. Dr. MARCO AURÉLIO CHAVES CEPIK

Fernando Dall'Onder Sebben

Porto Alegre, 2010.

A idéia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo que prevalece na época atual. A partir dela o homem é visto como um fator de transformação, tanto do contexto social e ecológico em que está inserido como de si mesmo. O homem guarda um equilíbrio dinâmico com esse contexto: é transformando-o que ele avança na realização de suas próprias virtualidades (Furtado, 1984:105).

Para meus avós, Silvestre João Dall'Onder e Dolores Ilda Provensi Dall'Onder
(*in memoriam*).

Sumário

Introdução	p. 008
Capítulo 1 – Ciclos Econômicos, Meios de Pagamento e Território	p. 022
1.1 – Ciclos Econômicos: Pólos Dinâmicos, Verticalização e Território	p. 022
1.2 – Ciclo da prata e a Independência	p. 025
1.3 – Bolívar e o Brasil	p. 030
1.4 – Um Vizinho Incômodo: a Formação da Identidade Chilena	p. 032
1.5 – Nitratos: a Guerra das Ilhas Chinha e a Guerra do Pacífico	p. 035
1.5.1 – Guerra do Pacífico: Conseqüências Internas	p. 036
1.5.2 – Guerra do Pacífico: Conseqüências Externas	p. 037
1.6 – A Borracha e a Guerra do Acre	p. 039
1.6.1 – Os meios de pagamento	p. 039
1.6.2 – O Problema da Navegabilidade do Amazonas	p. 040
1.6.3 – Presença Ostensiva do Enclave: o Bolivian Syndicate	p. 045
1.7 – Pós-Independência e Ciclo do Estanho	p. 048
Capítulo 2 – A Guerra do Chaco e a Logística Nacional	p. 052
2.1 – Antecedentes	p. 052
2.1.1 – Antecedentes Remotos	p. 052
2.1.2 – Antecedentes Mediatos	p. 052
2.1.3 – Antecedentes Imediatos	p. 056
2.2 – A Logística e a Guerra	p. 063
2.2.1 – A Logística e a Estratégia	p. 063
2.2.2 – A Logística e as Operações	p. 066
A) Frente Norte	p. 067
B) Frente Sul	p. 070
C) A Guerra na Frente Sul	p. 072
2.2.3 – A Logística e a Tática	p. 078
A) Comando	p. 079
B) Tática	p. 081
2.3 – À Guisa de Conclusão I: Reversão Político-Militar	p. 086
2.4 – À Guisa de Conclusão II: A Mudança das Dimensões da Logística Nacional	p. 088

Capítulo 3 – Da Revolução Nacional Interrompida à Reemergência do Separatismo	p. 093
3.1 – Os Jovens Nacionalistas: Construtores de Estado	p. 093
3.2 – A Revolução de 1952	p. 097
3.3 – As Ditaduras Militares (1964-82)	p. 101
3.3.1 – Movimento Katarista	p. 102
3.4 – A Nova Política Econômica e a Contra-revolução (1982-2000)	p. 103
3.5 – Anos 2000: Guerra do Gás e Reemergência do Separatismo	p. 107
3.5.1 – A Guerra da Água	p. 108
3.5.2 – A Guerra do Gás	p. 108
3.6 – Desafios do Governo Evo Morales (2006 - ...)	p. 112
3.6.1 – Duas Agendas para a Bolívia	p. 115
3.6.2 – Raízes do Separatismo	p. 126
3.7 – Balanço: Obstáculos à Revolução Nacional	p. 131
Capítulo 4 – Estado Logístico Regional e Integração Supranacional	p. 136
4.1 – Revolução Nacional e Desenvolvimento	p. 136
4.2 – As Mudanças Suscitadas pela Globalização e pela Regionalização	p. 139
4.3 – O Brasil e a Segurança Sul-Americana	p. 143
4.4 – Estado Logístico Regional: 1º Pilar para a Bolívia Reescrever o Passado	p. 150
4.5 – Integração Supranacional: 2º Pilar para a Bolívia Reescrever o Passado	p. 154
4.6 – Balanço	p. 156
Conclusão	p. 158
5 – Referências Bibliográficas	p. 167
6 – Anexos	p. 182

RESUMO

Este trabalho discute a História da Bolívia à luz da logística nacional. Procura demonstrar que o maior ou menor êxito da construção do Estado esteve relacionado inicialmente às vias de transporte (internas e com o exterior) e, posteriormente, à energia (combustíveis) e à capacidade produtiva. Busca evidenciar que o desenvolvimento econômico (pólos dinâmicos da economia) e a própria construção de um centro de decisão econômica (soberania) são em grande medida tributários dos limites impostos pela logística nacional. O trabalho procura investigar o quanto a logística nacional influenciou a formação social, a competição inter-estatal e a própria revolução nacional na Bolívia. Assim, examina-se, sucessivamente, a formação da sociedade boliviana, o papel da Guerra do Chaco, a Revolução Nacional (1952), o separatismo e a integração regional tendo como pano de fundo esse denominador comum – a logística nacional. Por fim, entende que as promessas não cumpridas de cidadania e soberania da revolução nacional boliviana, inconclusa, têm sua redenção no processo de integração regional – realizado a partir do paradigma do Estado logístico.

Palavras-chave: logística nacional; história da Bolívia; construção do Estado.

ABSTRACT

This work discusses the history of Bolivia in light of the national logistics. Seeks to demonstrate that the greater or lesser success of state building was related initially to inland transport and communication (internal and external), and then to energy (fuel) and production capacity. Seeks to show that economic development (dynamic poles of the economy) and the actual construction of a center of economic decision (sovereignty) are largely tributary by the limits imposed by national logistics. The work aims to investigate how national logistics influenced the national social formation, the inter-state competition and the national revolution in Bolivia. Thus, it examines, successively, the formation of Bolivian society, the role of the Chaco War, the National Revolution (1952), and separatism and regional integration with the background of this common denominator – the national logistics. Finally, it considers that the broken promises of citizenship and sovereignty of the Bolivian national revolution, unfinished, have their redemption in the process of regional integration – made from the paradigm of the *Logistic State*.

Key words: national logistics; history of Bolivia; state building.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à minha mãe, por tudo que tem feito por mim nos últimos anos e por ter sido um exemplo de luta. Meu obrigado também a meu pai, por todo apoio prestado.

A Ana Paula Almeida Menezes, pela paciência, pelo cuidado, pelo carinho. Sua companhia tornou esta empreitada uma tarefa um pouco menos árdua.

A meus familiares, em especial minha irmã Cristina Dall'Onder Sebben, e meu cunhado, Rafael Stramar dos Santos. Também agradeço a meu padrinho André Nedeff Dall'Onder, e minha tia, Therezinha Dall'Onder.

A Marco Aurélio Chaves Cepik, meu orientador, pelo incentivo e pelas conversas que enriqueceram enormemente este trabalho.

A José Miguel Quedi Martins, que co-orientou este trabalho. O diálogo constante e o estímulo intelectual foram fundamentais nessa trajetória.

A todos da Oficina de Estudos Estratégicos. O trabalho é fruto de um esforço coletivo. Nosso debate solucionou muitas dúvidas e abriu novos caminhos. Em especial, devo mencionar Igor Castellano da Silva, Eduardo Urbanski Bueno, Lucas Kerr de Oliveira e Gustavo Gayger Müller. Também quero agradecer a Nilo de Castro, Márcio Guimarães, e João Chiarelli.

A meus amigos, pelas conversas e ótimos momentos que vivenciamos nestes últimos dois anos. A Luiza Galiuzzi Schneider, pela leitura atenta do texto, pelas críticas e comentários inteligentes, e pelas caminhadas na Redenção. A Gustavo Dullius, pelas nossas conversas e pelo vasto material bibliográfico que me forneceu. A Fabrício Schiavo Avila, pelos livros e pelo interesse em meu trabalho. Também quero agradecer a Arthur Coelho Dornelles Júnior, Rodrigo Bertoglio Cardoso, Julio Rodriguez e Lorenzo de Aguiar Peres.

Ao NERINT. Meu obrigado ao professor Paulo Gilberto Fagundes Visentini, um dos *founding fathers* das Relações Internacionais no Sul e no próprio Brasil. Seu exemplo de excelência sempre foi uma referência. A Luis Dario Teixeira Ribeiro, que se mostrou interessado em meu trabalho, com poucos e ricos comentários.

À CAPES, pelo financiamento deste pesquisa.

Introdução

Este trabalho discute a História da Bolívia à luz da logística nacional¹. Procura demonstrar que o maior ou menor êxito da construção do Estado esteve relacionado às vias de transporte e comunicação (internas e com o exterior). Busca evidenciar que o desenvolvimento econômico (pólos dinâmicos da economia) e a própria construção de um centro de decisão econômica (soberania) são em grande medida tributários dos limites impostos pela logística nacional. Por fim, apresenta o processo de integração regional, realizado a partir do paradigma do Estado logístico, como a redenção possível à revolução nacional boliviana ainda inconclusa e a suas promessas não cumpridas de cidadania e soberania.

A missão deste trabalho é oferecer uma proposta de agenda para o campo de Estudos Estratégicos no Brasil. Utiliza a logística nacional para colocar em evidência o papel da guerra, a prova de fogo a que foi sujeito o Estado boliviano. Neste sentido, discute a condução da Guerra do Chaco com base na literatura atual de Estudos Estratégicos acerca do tema. Tomaram-se como referência três trabalhos hodiernos que têm como objeto a Guerra do Chaco. Neles, são examinados: o papel do poder aéreo na guerra (Corum, 2003); o dilema de inovar durante uma conflagração (Isaacson & Layne & Arquilla, 1999); e o papel da logística no Chaco (Hughes, 2005).

Os objetivos deste trabalho estão relacionados à demonstração do papel da logística nacional na construção do Estado. Conquanto esta dissertação se proponha a debater com os autores de Estudos Estratégicos e entre no mérito de sua problemática (logística militar, inovação, tecnologias disruptivas²), o trabalho visa igualmente a dar uma feição

¹ Entenda-se como categoria analítica, tomada de empréstimo dos Estudos Estratégicos. Por categoria analítica entende-se a função que a logística, como todo abstrato, teve na construção do Estado. Este trabalho não pretende fazer um estudo empírico e descritivo acerca da logística na Bolívia. O conceito de logística utilizado neste trabalho é tributário do professor Matthew Hughes e seu trabalho “Logistics and the Chaco War: Bolivia versus Paraguay, 1932–1935”, publicado no “The Journal of Military History”. O conceito diz respeito não só ao fornecimento de material para um exército em tempos de guerra, mas também à capacidade da infra-estrutura nacional e da indústria de base para equipar, dar suporte, e abastecer as Forças Armadas. Portanto, a noção de logística nacional abarca o sistema de transportes civis utilizado para movimentar tropas e sua capacidade de reabastecimento dessas forças (Hughes, 2005:415). Todavia, sobretudo após a Guerra do Chaco, é preciso perceber que a logística nacional é composta também pela capacidade de produção industrial e de geração de energia. O termo *logística nacional* será, portanto, empregado nestes três sentidos: 1) transportes e comunicação; 2) capacidade de produção; 3) capacidade de geração de energia.

² **Tecnologia Disruptiva** – É aquela em que a dimensão da mudança tecnológica permite a criação de novas formas, não existentes previamente, para realizar as missões previstas na doutrina. **Tecnologia sustentável** – é aquela em que há um incremento dado pela tecnologia ao desempenho das missões na forma e com os meios já previstos pela doutrina (Pierce, 2004). Um exemplo de disruptão seria buscar eliminar células terroristas utilizando mísseis balísticos intercontinentais dotados de ogivas convencionas (Programa Global Strike). A forma sustentável, neste caso, seria utilizar os recursos de informação e comunicação dados pela digitalização

multidimensional ao estudo da guerra que permita ao texto dialogar com outros campos afins às Relações Internacionais. Trata-se de valorizar a contribuição da Ciência Política, da Economia, da Sociologia e da História para o estudo de Relações Internacionais, dentro das quais se inserem os Estudos Estratégicos. Acredita-se que, no caso da América do Sul, seria inadequado pretender levar a cabo o estudo da guerra desvinculado dessa perspectiva multidisciplinar.

Inclui-se, igualmente, entre os objetivos deste trabalho, operar um processo de realimentação (*feedback*) com as realidades postas em evidência na conflagração e os condicionantes que esta criou sobre todo o desenvolvimento ulterior, tanto da Bolívia como da própria América do Sul. Nesta perspectiva, procura-se explorar um potencial até agora não utilizado dos Estudos Estratégicos: seu papel na criação de um paradigma em Relações Internacionais. O exame da logística nacional, aqui proposto, tem este propósito: aproximar esta reflexão das conclusões do professor Amado Cervo acerca do paradigma logístico da política externa. Nisto reside a pretensa originalidade deste trabalho. Importa, pois, um rápido olhar sobre a teoria de Relações Internacionais (RI).

A Crise de Teorias e o Brasil

Nesta seção, procura-se realizar uma breve síntese dos argumentos das principais linhas teóricas de Relações Internacionais. O objetivo não é fazer um levantamento exaustivo, e sim fornecer um panorama resumido de suas diferentes idéias. Isso posto, ressalta-se a insuficiência analítica que cada um desses modelos, isolados, possui. O objetivo principal é demonstrar o caminho de confluência, inaugurado pelo paradigma do Estado logístico de Amado Cervo, para efeitos de integração regional.

Há três debates clássicos no campo da teoria RI. O primeiro deles se deu entre realistas e idealistas. Entre os realistas, teóricos como Hans Morgenthau e Raymond Aron chamavam a atenção para o papel do interesse nacional, definido a partir da busca pela expansão de poder, e a sobrevivência do Estado, para o que concorria a possibilidade do uso legal e legítimo da força. Já os idealistas, como Immanuel Kant e Woodrow Wilson, ressaltavam a busca pela cooperação entre os Estados e preconizavam um mundo sem mais guerras. Não obstante, Edward H. Carr sintetizou a insuficiência de ambos os enfoques: “Toda ação humana sadia, e

para empregar unidades de elite na realização da mesma missão. A pergunta então é: por que buscar tecnologias disruptivas em vez das sustentáveis? Para isto, importa um exemplo positivo. Este é o caso da guerra relâmpago (*Blitzkrieg*), “a qual é disruptiva porque requer que o adversário reaja de uma forma igualmente nova ou sofra a derrota. A inovação disruptiva também requer novas métricas para avaliar sua performance, visto que ela equivale ou mesmo ultrapassa métodos tradicionais de combate” (Pierce, 2004:1).

portanto todo pensamento sadio, deve estabelecer um equilíbrio entre utopia e realidade”. (...) “O vício característico do utópico é a ingenuidade; o do realista, a esterilidade” (Carr, 1980:22-23).

Nos anos 1970, a paridade nuclear (Acordo de Moscou, 1972), a emergência das empresas transnacionais e a crise do petróleo colocaram em xeque o realismo clássico, que passou a ser acusado de estadocêntrico e de não considerar devidamente as questões econômicas. Então, em 1979, Kenneth Waltz lançou seu clássico *Theory of International Politics*. Reformulou o realismo, então denominado de *realismo estrutural* ou *neo-realismo*. Por este enfoque, a estrutura do sistema internacional passou a ser o principal nível de análise em que o fenômeno recorrente das relações internacionais – a guerra – poderia ser explicado. Assim, a estrutura do sistema limita e orienta a ação dos agentes (Waltz, 1979). A decorrência normativa implícita é a de que a bipolaridade seria a forma mais estável de equilíbrio, visto que, então, o sistema seria influenciado primordialmente por apenas dois atores. Nesse sentido, para Waltz “o monitoramento do outro pólo reduz o grau de incertezas” (Nogueira & Messari, 2005:46).

Em sentido diverso, adveio a inovação teórica contida na obra de John Mearsheimer. Seu clássico, *The Tragedy of Great Power Politics* (2002), procura demonstrar que o objetivo de todas as grandes potências é a hegemonia. Todavia, visto que a hegemonia global é dificilmente alcançável em virtude das capacidades nucleares e do poder parador da água, o que a história tem visto são hegemonias regionais (Mearsheimer, 2002). Em suma, é a capacidade em empreender grandes operações militares – ou manter-se a salvo delas graças à barreira dos oceanos – que define uma grande potência.

Robert Keohane reagiu tanto à visão de Waltz, denominada *realismo defensivo*, quanto à de Mearsheimer, designada *realismo ofensivo*. Em 1977, publicou juntamente com Joseph Nye *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Nesta obra, os autores preocupam-se em caracterizar os grandes problemas modernos demonstrando a inutilidade (ou caráter relativo) do papel do uso da força (ou da segurança) em seu equacionamento. Retomam, desta perspectiva (problemas comuns, soluções consensuais) o enfoque liberal ora denominado neo-institucionalismo. A solução só poderia advir de fóruns de concertação, da criação de instituições de governança regional ou global. Em alguns de seus escritos com Lisa Martin, como *Institutional Theory as a Research Program* (2003), faz importantes concessões

ao realismo com o intuito de desobstruir o debate³. O autor insiste na importância dos mecanismos de governança, afirmando que as instituições internacionais criam um sistema de regras próprio e autônomo em relação à vontade das potências que as erigiram.

Muitas vezes negligenciada, a contribuição do marxismo foi altamente significativa para o estudo das RI. Seu principal mérito foi demonstrar que as relações internacionais são regidas pelas assimetrias, e não pela igualdade jurídica. Que a origem dessas assimetrias se encontra nas tecnologias da produção, na capacidade produtiva dos Estados. Por esta perspectiva, explica como os centros de poder do mundo utilizam a guerra (imperialismo) a fim de fazer valer seus meios de produção em batalha ou seus meios de pagamento superiores, resultantes das trocas desiguais (teoria da dependência).

Na esteira da paralisia do debate entre neo-realistas e neo-institucionalistas surgiu o chamado terceiro debate (Nogueira & Messari, 2005), no qual se pode destacar a construção do que tem sido genericamente denominado de teoria crítica, vertente visivelmente influenciada pela dialética (teleologia do sujeito⁴) e com marcada presença do neo-marxismo. Entre eles, salientam-se Robert Cox e, como principal referência do construtivismo, Alexander Wendt.

O construtivismo enfatizou o papel da construção social, trazendo à tona o debate agente/estrutura (sujeito/realidade) (Wendt, 1987). Em resumo, se existe anarquia internacional, deve-se percebê-la como artifício humano, resultado das opções dos sujeitos – e não como um elemento dado, natural, a-histórico. Ao negar qualquer precedência ontológica à estrutura (ibidem), Wendt critica tanto Waltz quanto Keohane. Afinal, pouco importa se se denomina *estrutura* ou *instituições* o mecanismo sobre o qual repousa o equilíbrio internacional. Importa perceber o papel constitutivo dos agentes e a dialética de determinação recíproca (agente/estrutura).

Neste sentido, se em Waltz a estrutura se resume (idealmente) a dois atores e em Mearsheimer ao hegêmona, em Wendt a valorização à subjetividade cria um número virtualmente ilimitado de atores. Em alguma medida, o próprio debate de Wendt com o realismo (estruturalismo) e com o neo-institucionalismo tranca precisamente no que tange ao

³ Os três pressupostos em comum são: a) os Estados são os atores primários da política internacional; b) Estados se comportam de forma racional; c) Estados buscam seu próprio interesse. A quarta premissa – a anarquia no sistema internacional – é aceita pelo institucionalismo, desde que não seja entendida como sinônimo de “caos” e como obstáculo à cooperação (Keohane e Martin, 2003:71-72).

⁴ De fato, este parece ser um traço comum que caracteriza o heterogêneo terceiro debate. Contudo, pode-se dizer que o feminismo, a ação comunicativa, o construtivismo e o neomarxismo procuram resgatar a dimensão do sujeito em realizar projetos, estabelecer metas (finalidades) e comissionar meios (teorias/instituições) para atingir esses fins.

papel conferido pelos construtivistas aos atores sub-nacionais. Como se verá adiante, a substituição da idéia de “estrutura” ou “instituições” por logística nacional serve para desobstruir também esse debate.

Já Robert Cox procurou contornar o problema da relação sujeito/objeto resgatando a contribuição de Gramsci para as RI. Em termos epistemológicos, estabeleceu a importância do sujeito cognoscente ao sublinhar que toda teoria tem um conteúdo normativo, que é feita para alguém e para algo (Cox, 1981:128).

Além de Cox, muitas vezes são considerados neo-marxistas Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, que procuram englobar diferentes níveis de análise (diplomacia, guerra e meios de pagamento) de modo a explicar a dialética entre centro e periferia por meio dos ciclos sistêmicos de acumulação (Arrighi, 1996). Isto serve para justificar a formação de redes de Estados nas quais a logística regional é a ante-sala do Estado Logístico Regional.

No Brasil, concordando com Robert Cox, para quem teoria é feita para alguém e para algo, o professor Amado Cervo ressalta o papel interessado e insuficiente dos modelos analíticos: “outra observação conclusiva, de certa forma peremptória, acerca da aplicabilidade dos paradigmas de relações regionais seria afirmar que são no momento insuficientes” (Cervo, 2008:217). Reconhecendo a vastidão e a complexidade dos três debates das RI, Cervo destaca a necessidade de aproximar as teorias da História para que se tenham elementos de convalidação (ou não) dos diversos modelos analíticos (Cervo, 2008:83).

É o caráter interessado das teorias, relacionadas à posição de seus formuladores, que as torna sobremaneira insuficientes para o Brasil. Num país cujas relações internacionais são notadamente pacíficas, faria pouco sentido orientar a política externa tendo como premissa principal a força (característica do realismo). De modo análogo, em um país do capitalismo dependente e semi-periférico, faz pouco sentido orientar a política externa a partir do paradigma liberal ou, ainda, pretender que a adesão ao livre-cambismo otimize a posição relativa de poder do país.

Isto não quer dizer que na América do Sul a guerra não seja importante para a construção do Estado; o trabalho trata disso. Tampouco, que sejamos indiferentes à construção de instituições (característica do neo-institucionalismo) e à governança regional e mundial (e.g. conversão do GATT em OMC⁵). Do mesmo modo, em uma sociedade marcada

⁵ Embora seja considerado como instituição de Bretton Woods, o GATT (*General Agreement Trade Tariffs*) nunca se comportou enquanto tal. De fato, era um fórum, inicialmente restrito aos países mais ricos do mundo, para discutir medidas recíprocas de liberação do comércio. A entrada do Brasil e da Índia alterou este panorama,

pela exclusão, pela permanência do subdesenvolvimento, pela necessidade de emprego e renda, o marxismo revela-se uma ferramenta imprescindível de análise, ainda que, tal como no realismo ou no neo-institucionalismo, não se possa aderir a todo seu conteúdo normativo. Isto, implicitamente, é reconhecido pelo neo-marxismo. Também o construtivismo tem sua contribuição; a prática de RI no Brasil antecipou-se ao próprio paradigma, buscando mudar o meio externo, adverso, por meio da ação política. Em suma, trata-se mais de estabelecer uma síntese nova do que propriamente limitar-se a ignorar os modelos existentes.

Emergência de um Paradigma Logístico?

Em grande medida, este caminho de confluência já foi percorrido pelo professor Amado Cervo ao propor o conceito de Estado logístico. Ele foi estabelecido inicialmente como síntese da política externa brasileira (alternativa ao desenvolvimentismo e ao liberalismo) e depois como paradigma de integração regional.

A formulação feita pelo professor da UnB já dá conta de aproximar o realismo nas condições do Brasil (desenvolvimentismo)⁶ e do liberalismo (que, no Brasil, é igual ao do resto do mundo).

Importa perceber que Cervo discute com o marxismo (imperialismo ou teoria da dependência) ao admitir um modelo que é baseado, em última instância, na capacidade produtiva dos Estados. Neste sentido, pode-se reconhecer que o Estado logístico é a solução normativa para navegar no contexto de dependência, rejeitando a submissão a um centro imperial.

Como salientado, Amado Cervo, do mesmo modo que Cox, coloca a importância do sujeito cognoscente, isto é, de quem faz a teoria e com que interesses. De modo semelhante a Wendt, admite que a anarquia internacional é resultado da ação humana e que, portanto, a logística regional converte este ambiente de anarquia potencialmente hostil em espaço de integração.

modificando a agenda e o perfil do GATT. Mais do que discutir livre-comércio, se impôs o debate sobre o desenvolvimento, e o GATT converteu-se em uma das mais importantes e prestigiosas instituições da atualidade: a Organização Mundial do Comércio (OMC), que tem personalidade jurídica própria e, com o ingresso da China, adquiriu um contexto de equilíbrio multipolar. A OMC age realmente nos termos ideais concebidos pelo neo-institucionalismo, como instituição mediadora e de governança. E, quando é o caso, não hesita em penalizar até mesmo os Estados Unidos.

⁶ Importa lembrar que, para Amado Cervo, tanto o governo Vargas quanto o período militar (1964-85) são caracterizados como desenvolvimentistas. Por esta perspectiva, é possível reconhecer que Vargas fomentou a capacidade estatal (força) por meio da indústria de base, e os militares com a criação da indústria bélica. Ambos são elementos da logística nacional que interferem diretamente na capacidade do país fazer a guerra de forma autônoma.

Contudo, diferentemente de Wendt, aplicando-se a noção de Estado logístico de Amado Cervo à integração regional, percebe-se a relevância e a visibilidade dos múltiplos atores (sub-nacionais ou nacionais). A noção fica claramente delimitada, em termos empíricos, em seu papel na construção da logística regional. Neste caso, elimina-se a abstração agente/estrutura, que não pode ser convalidada empiricamente, em benefício de uma relação que tem o mérito de resgatar o papel do sujeito na construção da ordem e, ao mesmo tempo, de demonstrar o elemento sobre o qual ela repousa, a logística regional.

A utilização que o trabalho faz do conceito de Cervo é o de percorrer o caminho inverso, que precede a integração para o estudo de uma sociedade. Tendo como eixo norteador o Estado logístico, o trabalho procura investigar o quanto a logística nacional influenciou a formação econômica, a competição inter-estatal e a própria revolução nacional na Bolívia. Assim, examina-se, sucessivamente, a formação da sociedade boliviana (ciclos econômicos e centro de decisão), o papel da Guerra do Chaco, a Revolução Nacional (1952), o separatismo e a integração regional tendo como pano de fundo esse denominador comum – a logística nacional. Portanto, embora o trabalho seja inspirado pela noção de *Estado logístico*, procura atualizar e delimitar esta ideia, chegando ao conceito de **logística nacional**.

Em relação ao Estado logístico, cumpre ainda ressaltar que uma de suas principais características diz respeito ao fortalecimento do núcleo nacional, processo em que se transferem à sociedade responsabilidades empreendedoras (Cervo & Bueno, 2002:457). No Brasil, a ação logística pode ser percebida em algumas ações: a) o controle do processo de privatização; b) a criação de grandes empresas (mineração, siderurgia, indústria aeronáutica e espacial); c) o reforço da capacidade empresarial do país e a aplicação da ciência e tecnologia assimiladas; d) os mecanismos de proteção diante de capitais especulativos; e) a política de defesa nacional (Cervo & Bueno, 2002:460-61)

O paradigma logístico tem como escopo final a superação de assimetrias (Cervo, 2008:85). Procura, deste modo, “atenuar a dependência tecnológica e financeira, promovendo a inovação produtiva e a saída da condição de esmoleiro internacional” (Cervo, 2008:86). Não obstante, “o foco do paradigma consiste, precisamente, em dar apoio logístico aos empreendimentos, o público e o privado, de preferência o privado, com o fim de robustecê-lo em termos comparativos internacionais” (Cervo, 2008:87). Isto se dá por meio da proteção de empresas, tecnologia e capitais de matriz nacional e pelo estímulo de seu fortalecimento interno e expansão global, zelando pelo bom emprego dos trabalhadores e ampliando o bem-estar dos consumidores (Cervo, 2008:87).

Ademais, é essencial “a agregação dos empreendimentos nacionais às cadeias produtivas internacionais e a **os investimentos diretos no exterior, a começar pela vizinhança**” (grifos meus) (Cervo, 2008:87)⁷. Resumindo, como as cadeias e redes congregam países vizinhos, a logística nacional converte-se em regional, e o Estado logístico na síntese possível da própria integração.

Apresentação dos Capítulos

A divisão da temática dos capítulos foi feita procurando atender à missão e aos objetivos propostos no trabalho.

No Capítulo 1, introduz-se o problema da logística nacional, da guerra, e dos meios de pagamento. No período da formação dos Estados sul-americanos, a logística constituía-se basicamente em dispor de acesso aos rios. Procura-se evidenciar o quanto esse acesso facilita (ou impossibilita) que o país possa beneficiar-se dos pólos dinâmicos de sua economia para ter acesso ao centro transnacional de decisão. A seguir, observa que, desta inserção internacional depende a verticalização, isto é, a organização dos meios de pagamento do Estado para a construção da futura economia nacional. Evidencia-se, desde sempre, a centralidade cumprida pela guerra exacerbando as óbvias dificuldades logísticas bolivianas. Deste modo, o primeiro capítulo já procura fazer uma análise integrada, multi-paradigmática, valendo-se tanto do mercado quanto da guerra para explicar a formação do Estado. Sublinha-se, desde então, a logística nacional como integrador destas duas perspectivas (liberal e realista) para a análise da história boliviana.

O Capítulo 2 trata da Guerra do Chaco. Parte do pressuposto que a guerra é o teste supremo para a capacidade estatal⁸. Deste modo, procura examinar o impacto da logística sobre as três esferas de análise da guerra (estratégia, operações e tática). Importa notar que a Guerra do Chaco é a continuação, no plano externo, da competição (guerras civis) intra-

⁷ Sobre este aspecto, vale ressaltar o forte caráter logístico do governo Lula. Segundo Cervo (2008:89), “no início do segundo mandato, cerca de três dezenas de empresas brasileiras haviam implantado aproximadamente cento e vinte fábricas no exterior” (Cervo, 2008:89). Mais adiante, o autor lembra que “segundo relatório da Unctad, o Brasil ocupa o sexto lugar entre os países emergentes como investidor direto no exterior” (ibidem).

⁸ **Capacidade Estatal** – Diz respeito ao nível em que as intervenções dos agentes do Estado em recursos não-estatais, nas atividades e nas conexões interpessoais alteram as distribuições desses recursos, das atividades e das conexões interpessoais, bem como as relações entre suas diferentes distribuições. Traduzido e adaptado de Tilly (2007:34;161). A partir da tentativa de simplificar e dar maior operacionalidade ao conceito, neste trabalho, capacidade estatal adquire o sentido de: estabelecimento de mecanismos de arrecadação de impostos, moeda comum, infra-estrutura (energia, transporte e comunicações) e Forças Armadas.

oligárquica ocorrida tanto na Bolívia como no Paraguai. É justamente esse elemento, a *accountability*⁹ da guerra, que promoveu sua escalada descontrolada.

A escalada¹⁰ sublinhou o papel da logística na capacidade de prover os meios humanos e materiais para fazer frente ao desafio da ampliação da guerra. Trata-se, portanto, de valorizar a contribuição dada pelo realismo: reconhecer o papel da guerra e, de resto, da força na competição inter-estatal, como condicionante à realização da revolução nacional boliviana.

O Capítulo 3 trata justamente da Revolução Nacional, do clamor popular que lhe deu origem em virtude da derrota das elites na Guerra do Chaco e dos expedientes utilizado pelo patrimônio (enclave) para conter a instituição de direitos populares. Neste sentido, o episódio de 1952 é parte de uma trajetória mais ampla de luta, sobretudo, dos indígenas, pela cidadania e pela soberania. Ao mesmo tempo em que a revolução nacional boliviana tem sua continuidade e perspectiva redentista em Evo Morales, ressurgiu, sob a forma do separatismo, o peso do passado de elitismo, da exclusão social e étnica da Bolívia. Procura-se, como nos capítulos anteriores, cotejar premissas utilizadas por distintos paradigmas.

Do institucionalismo se toma o papel do Estado como instituição suprema de mediação, capaz de estabelecer direitos como forma imanente de legitimação. Como, na Bolívia, isto de fato não ocorre – o separatismo residual permanece indiferente às ofertas de descentralização, autogoverno e autonomia – reconhece-se a potencial beligerância do contexto. Neste sentido, como se verá na Conclusão, importam as capacidades militares

⁹ **Accountability da Guerra** – Trata-se do controle do meio militar pelo fim político e do controle dos cidadãos acerca das finalidades e capacidades do Estado em empreender a guerra. Embora a semântica (termo) seja inexistente em Clausewitz, a idéia da guerra como ato (histórico e normativo) subordinado à política já é bastante clara (Clausewitz, 2003:867-878). Para o prussiano, tanto a guerra era, como deveria ser, subordinada à política. Assim, *accountability*, em uma hermenêutica clausewitziana, é o controle dos meios de guerra pelas finalidades da política. Desse modo, para Clausewitz, as dimensões da guerra dependem dos próprios objetivos políticos, e sua expansão é resultado da ampliação dos domínios da própria política (Clausewitz, 2003:877-78). A formulação da política, por sua vez, depende de grandezas morais ou espirituais (valores). Por isso, para Clausewitz, as “qualidades morais em geral” tinham uma influência “por vezes quase inacreditável” sobre a guerra (Clausewitz, 200:184). Naturalmente, à época de Clausewitz, a democracia não era disseminada; ao contrário, tratava-se de artigo raro, restrito aos Estados Unidos e à Inglaterra. Portanto, para Clausewitz, não havia (embora fosse interessante que houvesse) um instrumento para medir a influência da lei moral sobre a guerra. Com a disseminação da democracia pela Terceira Onda, isso se tornou possível. David Mares (2001) utiliza a noção no sentido de que lideranças políticas avaliam o cenário político doméstico de seus Estados e as demandas de seus eleitores e então consideram a possibilidade de trazerem bens públicos para sua base política por meio de uma intervenção externa (uso da força) (Mares, 2001:9). Portanto, tanto a moralidade do objetivo político pelo qual se trava a guerra quanto o resultado das operações militares são critérios do sistema eleitoral e partidário para julgar a ação do governo e das Forças armadas, premiando ou castigando por meio do voto (do congressista e do eleitor). No Chaco, a Presidência da República e as Forças Armadas de ambos os países tinham, naquela conflagração, o eixo central da vida política nacional. A derrota significava perder o controle do país e de sua sociedade.

¹⁰ **Escalada** – “Um aumento nos objetivos ou na violência de um conflito, de forma deliberada ou não” (DoD, 1988:131).

brasileiras como forma de afiançar proteção ao processo de integração regional. O reconhecimento acerca do papel da força, como referido, é característico do realismo. Por fim, o Capítulo conclui apontando para a integração regional como forma de continuação da revolução nacional (Mantovani, 2006:56) graças à criação da logística regional. Neste caso, o paradigma logístico emerge, também na esfera da integração, como a síntese entre o institucionalismo e o realismo.

O Capítulo 4 trata do papel da integração e da logística regional como forma de superar as deficiências da logística nacional e retomar a instituição de direitos posta em curso pela revolução nacional. Assumindo um caráter normativo, descortina-se todo potencial epistemológico e normativo do paradigma logístico, visto que tanto a construção de direitos quanto a de soberania passa a ser considerada no processo de integração sul-americano. A medida desta cooperação é dada justamente pelas diversas iniciativas de logística nacional associadas à possibilidade da Bolívia ter dois pólos dinâmicos ao mesmo tempo, o gás e o lítio. De todo modo, para que não sejam apenas dois novos ciclos econômicos, conta a verticalização promovida pelos financiamentos, pela cooperação e pela infra-estrutura regional.

A Questão do Separatismo na Bolívia

Por que o separatismo¹¹ permanece sendo relevante na Bolívia? Note-se que, a despeito dos incontáveis movimentos separatistas no continente, o caso boliviano é o único cujo impacto pode transbordar as fronteiras da Bolívia, influenciando o processo de integração regional. Mesmo que se mantenha apenas no âmbito estritamente político, sem escalar à esfera militar, o movimento separatista, bem como as reações bolivianas a ele, comprometem a posição de um Estado chave para a integração sul-americana. Seus protagonistas se apresentam como representantes da nacionalidade *camba* e reivindicam a criação de uma nova unidade soberana¹².

A resposta à pergunta sobre a permanência do separatismo subdivide-se em cinco partes: 1) Porque a Bolívia perdeu a disputa pelos rios; 2) Porque a Bolívia não teve uma

¹¹ **Separatismo** – “Tendência de um grupo social ou nacional, englobado numa estrutura estatal mais ampla, a separar-se, reivindicando a sua completa independência política e econômica” (Ottino, 1998:1145).

¹² O centro histórico do separatismo boliviano é o departamento de Santa Cruz de la Sierra. Nos anos 2000 voltou a ter peso político e ganhou força na região da Meia-Lua. A Meia Lua é composta pelos departamentos de Santa Cruz de la Sierra, Beni, Pando e Tarija. O movimento separatista mantém diversos graus de relação com o movimento, histórico na região, federalista, que deseja maior autonomia para os departamentos da Meia-Lua. Os separatistas ora usam o discurso do autonomismo como um biombo, procurando atrair as facções moderadas, ora assumem abertamente o discurso seccionista (caso dos *camba*). O texto refere-se apenas aos últimos, não discute o mérito das autonomias da Bolívia ou de sua federalização.

logística nacional; 3) Porque a carência de meios de pagamento refletiu-se sobre a capacidade estatal; 4) Porque o enclave permaneceu dominante; 5) Porque, em termos comparados, outras regiões que foram foco de intenso separatismo acabaram por integrar-se a sua sociedade nacional.

1) Porque a Bolívia perdeu a disputa pelos rios. No período da emancipação política e de formação dos Estados sul-americanos, os rios eram sinônimo de logística nacional. Ter acesso à margem do rio assegurava a condição de “ribeirinho”, o que, graças às guerras empreendidas pelo Brasil, passou a ser sinônimo de ter direito à sua navegação, da nascente à embocadura. Em síntese, mais importante do que o litoral do Pacífico, para se ter acesso à Europa e à costa leste americana (Atlântico), era preciso que a Bolívia tivesse acesso ao Rio Amazonas ou à Bacia do Prata (Rios Paraguai, Paraná, Uruguai), dos quais o único que passa pela Bolívia é o Rio Paraguai.

2) Porque a Bolívia não teve uma logística nacional. Os pólos dinâmicos da economia permaneceram horizontais, voltados para fora. Os pólos dinâmicos da Bolívia não permitiram a instrumentalização de meios de pagamento por parte do Estado. Assim, o poder público ficou impossibilitado de, por meio de concessões (direito de navegação a nacionais privados), construção de portos fluviais, estradas ou ferrovias, dispor da organização da geografia humana sobre o território nacional.

A existência da classe média depende, em grande medida, do funcionalismo público (civil e militar) (Moore, 1983; Tocqueville, 2005). Ela está em uma posição intermediária entre a de quem tem tudo e a de quem nada possui. Em sua ausência, a polarização social se transpõe para o plano político. Por outro lado, como geralmente se reconhece, a existência de classe média é condição mesma para a própria formação do pacto oligárquico, que redundando, sabe-se, na formação do Estado oligárquico. Isto também é relevante para a relação institucional do Estado com a sociedade por meio da prestação de serviços públicos, como educação, saúde, serviço militar obrigatório, etc. Em resumo, a ausência da logística nacional repercute diretamente na existência e na qualidade da cidadania.

3) Porque a carência de meios de pagamento refletiu-se sobre a capacidade estatal. Sua ausência colocou o país em inferioridade para criar serviços públicos ou, no campo da competição inter-estatal, financiar proxies, exércitos e esquadras.

O Brasil contava com sistema tributário nacional que precedeu a própria emancipação política (Fazenda Real); a Argentina, com os recursos egressos da aduana porteña. As receitas

de impostos recaíam sobre o comércio exterior. Já a Bolívia não possuía um comércio exterior propriamente dito (só o enclave possuía), devido justamente à ausência da capacidade do Estado em organizar o território por meio da logística de transportes. Por sua vez, a ausência de um sistema tributário nacional impediu a Bolívia de exercer a “diplomacia do patacão”¹³ e de contar com receitas para criar exércitos (obviamente nunca possuiu uma esquadra marítima). A prova suprema foi a Guerra do Chaco, que resultou em grandes perdas humanas e na perda do acesso ao Rio Paraguai (última chance da logística nacional). Tampouco foi possível compensar a perda da posse dos rios com a malha ferroviária, já que o Estado também carecia de recursos para tanto (as principais obras ferroviárias foram feitas por Simon Patiño e pelo Brasil).

A inexistência de finanças, ademais, tornou-a vulnerável à ação dos meios de pagamento do exterior (capitais transnacionais ou outros Estados) e impediu qualquer processo de direção política sobre a economia – o que em algum grau se verificou em Brasil, Argentina e Chile –, de modo que os centros dinâmicos pudessem conduzir ao menos à criação de uma estrutura nacional de serviços.

4) Porque o enclave permaneceu dominante. Isso não apenas devido a suas próprias forças, mas também à impossibilidade do Estado estabelecer-se como competidor à altura. Afinal, sem logística nacional, comércio exterior passível de tributação e, portanto, meios de pagamento, a Bolívia foi derrotada na competição inter-estatal (as Guerras do Pacífico, Acre, Chaco). Restou ao país permanecer sob o predomínio de uma economia de enclave¹⁴.

Conforme observam Cardoso & Faletto (1977:51), a presença do enclave é um prolongamento direto do centro da economia mundial, sem conexão com a economia nacional, no qual as trocas são estabelecidas no âmbito dos mercados mundiais. A oportunidade para o país se libertar do enclave deu-se por ocasião da Guerra do Chaco.

5) Porque outras regiões acabaram por integrar-se a sua sociedade nacional. Isto ocorreu graças à logística de transporte e às comunicações. A comparação parece ser o

¹³ Trata-se da versão local da corrupção e fraude de Maquiavel e Gramsci, conforme se explica no Capítulo 1.

¹⁴ **Economia de Enclave** – Os enclaves exportadores são entendidos como “núcleos de atividades primárias controladas de forma direta pelo exterior” (Cardoso & Faletto, 1979:46). As economias de enclave possuem três características principais: a) a produção é um prolongamento direto da economia central (os lucros apenas “passam” pela nação dependente, pois vão para as economias centrais); b) não existem realmente conexões com a economia local (setor de subsistência ou setor agrícola vinculado ao mercado interno); c) as relações econômicas são estabelecidas no âmbito dos mercados centrais (Cardoso & Faletto, 1979:51). Neste sistema, as alianças políticas tinham dupla vinculação: “com o setor externo, representado pelas companhias inversoras, e com o setor interno, na medida em que algum grupo, por si só ou aliado a outros, lograva constituir um sistema de poder e dominação [local] bastante forte e estável para pactuar com o setor externo as condições nas quais se aceitaria nacionalmente a exploração econômica dos enclaves” (Cardoso & Faletto, 1979:40).

elemento conclusivo para explicar porque o separatismo na Bolívia se mantém como possibilidade latente real, a despeito das situações políticas conjunturais. Há uma histórica deficiência em logística nacional (acesso a rios) e recursos para construir portos ou ferrovias (meios de pagamento).

Foi o separatismo da Cabanagem (1835-1840) que levou à preocupação brasileira com a navegabilidade do Amazonas. A guerra preemptiva no Acre (1899-1903) teve sempre em mente o risco do enclave associado ao separatismo. O objetivo brasileiro com a tomada do Acre foi o de assegurar o controle dos efeitos deletérios resultantes da liberação da navegação comercial, facultada anteriormente pelo Decreto de 1866.

Do mesmo modo, foi a Revolução Farroupilha (1835-1845) que levou à Guerra de 1851-52 pelos rios Uruguai e Paraná e, em última instância, à própria Guerra do Paraguai. O acesso brasileiro aos três rios (Uruguai, Paraná e Paraguai) serviu para a formação da logística nacional, mantendo a economia rio-grandense integrada ao centro do país. As comunicações e a logística, acrescidas à criação do centro de decisão (a industrialização) a partir de 1930, relegaram o clamor separatista a traços residuais na esfera cultural, mas impotente em termos sociais e, portanto, políticos e militares.

O Estudo da Bolívia

Diversos trabalhos deram conta do estudo da história boliviana (e.g. Santoro, 2007; Câmara, 2007; Segabinazzi, 2007, Vizentini, 2004; Hofmeister, 2004; Wasserman, 2004). Outros enfatizaram as relações bilaterais (e.g. Vidigal, 2007; Paulo Neto, 2007). Outros, ainda, demonstraram excelência no trato das reformas e mudanças institucionais bolivianas (e.g. Cunha, 2004; Cunha Filho, 2008; Domingues, 2008; Domingues & Guimarães, 2007; Mitre, 2008). Não obstante, não se conhece trabalho no Brasil que tenha unido análise tanto das questões internas como das externas, ou seja, que relacione a predominância do enclave e a carência de meios de pagamentos com a falta de uma logística nacional e a derrota na competição inter-estatal.

O estudo de caso da Bolívia possui importância intrínseca para a integração sul-americana. Como destaca o ex-Secretário Geral do Itamaraty e atual Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), Samuel Pinheiro Guimarães, “os principais fenômenos políticos são a reorganização territorial do mundo a partir da **desintegração de Estados** e a **formação de blocos econômicos (...)**” (Guimarães, 2005: 314-15) (grifos

meus)¹⁵. Desse modo, estuda-se tanto a integração regional (força centrípeta) quanto o separatismo (força centrífuga), sob a ótica do caso boliviano.

A pretensão deste trabalho é unir o ômega ao alfa: nesta ordem, o paradigma logístico de Amado Cervo com o papel cumprido pela logística na formação do Estado. Toma-se a premissa acima, de Samuel Pinheiro Guimarães, de que são justamente a integração e o separatismo os fenômenos que caracterizam a Comunidade Política¹⁶ (Nisbet, 1982) em nosso tempo. Naturalmente este trabalho não tem a pretensão de estabelecer um paradigma. Contudo, espera que sua missão e objetivos contribuam para o surgimento de outros trabalhos que, explorando o papel da logística a partir de seus diversos aspectos, estabeleça uma série que possa permitir ao Brasil ter seu próprio paradigma de relações internacionais.

¹⁵ Além das razões mencionadas, vale mencionar a oportuna justificativa metodológica de Tilly (1996:17), aqui aplicável: “Normalmente pode-se aprender mais estudando os verdadeiros processos de mudança e comparando as seqüências de eventos históricos, mesmo que isso signifique estudar apenas um número muito pequeno de casos. Comumente o volume de conhecimento contextual e histórico necessário para estabelecer comparações proveitosas entre países limita o número de casos que um pesquisador pode incluir”.

¹⁶ **Comunidade Política** – termo utilizado por Nisbet (1973) para designar o estudo de todos “os filósofos sociais” que pensam Estado desde a guerra até as instituições políticas. Aqui o termo é empregado para designar a multiplicidade de formas que a soberania adquire em nossos dias: independência, integração regional e redes de Estados. Trata-se de empregar um termo capaz de unir, neste período de transição, tanto aquilo que o Estado é como seu dever, qualquer que seja.

1 – Ciclos Econômicos, Meios de Pagamento e Território

“Os povos guardam sempre as marcas da sua origem. As circunstâncias que acompanharam o seu nascimento e serviram ao seu desenvolvimento influem sobre todo o resto da sua existência” (Tocqueville, 1977: 29).

A história do desenvolvimento da Bolívia esteve relacionada à exploração de recursos naturais. Começou com a prata e passou por estanho, petróleo, terras, água e hidrocarbonetos. A respeito desta realidade, Wasserman (2004:337) cita o escritor Isaac Bigio: “A Bolívia era um mendigo sentado sobre um banco de prata e estanho. Hoje está sobre um vulcão de gás”. As recentes descobertas de lítio, o “ouro cinza”, na região de Uyuni, o chamado “pré-sal boliviano”, podem gerar uma receita de 430 bilhões de dólares (Kummetz, 2009)¹⁷. Historicamente, a alteração do centro dinâmico da economia gerou mudanças na distribuição de poder entre os atores sociais. Por intermédio da janela de oportunidades representada pelo lítio, fica em questão se a extração do recurso representará apenas um novo ciclo exportador ou se o país logrará desenvolver sua economia nacional.

1.1 – Ciclos Econômicos: Pólos Dinâmicos, Verticalização e Território

No Brasil, até início do século XX, prevaleceu a alternativa da exportação de commodities, cuja demanda era dirigida pelos centros do capitalismo mundial. Segundo Celso Furtado:

Exportando **açúcar, borracha, cacau ou café**, recebíamos o influxo das forças dinâmicas do mercado mundial em expansão, o que nos permitia crescer em extensão, ocupando novas terras, elevando a produtividade da mão de obra já existente no país, incorporando novos contingentes de população. Esse desenvolvimento, por **indução das forças externas**, foi a característica constante da economia brasileira, desde a época colonial até fins do terceiro decênio deste século. Os nossos historiadores identificaram nesse desenvolvimento o seu **caráter ‘cíclico’**: a cada período de prosperidade, seguia-se outro de depressão (grifos meus) (Furtado, 1962:107).

Como se depreende do trecho supracitado, Furtado emprega o termo “ciclos” em um sentido diverso do usual em economia, a alternância entre crescimento e recessão. O ciclo de Furtado diz respeito a um único produto, de caráter local, que reconhece um fulgurante

¹⁷ Órgãos do governo pretendem explorar o Salar de Uyuni em busca de novas jazidas até 2011. Até agora, estima-se que existam 18 milhões de toneladas do minério, o que coloca a Bolívia como maior reserva mundial. A intenção do governo Morales é que a exploração tenha caráter 100% estatal. A indústria que o transformará em carbonato de lítio está sendo construída no Departamento de Potosí, antigo centro de exploração da prata, e deverá ficar pronta em meados de 2010. Após transformar em carbonato, o governo boliviano pretende aceitar empresas estrangeiras – japonesas, francesas e chinesas são as principais candidatas – a fim de continuar a transformação do produto. O lítio tem diversos usos econômicos, como baterias (carros elétricos, celulares, aparelhos eletrônicos portáteis), óleos lubrificantes, indústria farmacêutica, plásticos, processamento químico, etc.

apogeu seguido de fulminante decadência. O lugar onde se desenvolvia o produto acompanhava o ciclo do produto: via-se subitamente reduzido da opulência à miséria.

Neste sentido, o Brasil historicamente contou com um diferencial em relação à Bolívia: a economia de escala. Mais de um território podia atuar como pólo dinâmico. Em sua fase de ciclos (pau-brasil, cana-de-açúcar, café, etc.) (até 1930), a economia brasileira expandiu-se de forma horizontal, incluindo novos espaços. Enquanto uma região entrava em decadência, outra, simultaneamente, já ascendia. Por exemplo, enquanto na Amazônia o ciclo da borracha (1879 a 1912) cresceu exponencialmente e depois entrou em decadência, o Brasil seguiu sendo o maior exportador mundial de café, tendo sua produção concentrada no Sudeste¹⁸. No Brasil, “processos econômicos encarregaram-se de promover a integração territorial do País. A afirmação do café como elemento dinamizador da economia levou a uma progressiva articulação das economias regionais” (Bandeira, 1993:206).

No Brasil, a expansão econômica horizontal, que incluía progressivamente novas regiões, assumiu um caráter vertical com a Crise de 1929. Nesse momento, houve um deslocamento do centro dinâmico da economia, que fortaleceu o mercado interno. Isso foi possível graças à política de desvalorização do mil-réis (que tornou mais caras as importações) e a uma política monetária expansionista, de juros baixos e crédito mais fácil, que permitiu o fortalecimento da indústria – o chamado keynesianismo antes de Keynes (Fonseca, 2003:136)¹⁹. Ademais, a verticalização foi possível graças à intencionalidade de um projeto de industrialização observada nas diversas instituições criadas pelo Governo Vargas para promover o setor (Fonseca, 2003)²⁰.

¹⁸ Em 1913, o Brasil liderava com folga a lista dos maiores exportadores de café. No mesmo ano, exportou 198,2 milhões de dólares, enquanto o segundo colocado, a Colômbia, exportou apenas 17,8 milhões de dólares (Cardoso & Brignoli, 1984:264).

¹⁹ De 1933 a 39, o setor industrial cresce 11,2% ao ano (Fonseca, 2003:136).

²⁰ O que passou pela “criação e /ou alteração de leis, códigos, órgãos, ministérios, regulamentação de relações de propriedade, enfim, toda uma rede que pressupõe regras, normas e comportamentos que passaram a caracterizar toda uma época” (Fonseca, 2003:147). Segundo Pedro Fonseca, “Datam de **1938** o Conselho Nacional do Petróleo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Instituto Nacional do Mate e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); de **1939**, o Plano de Obras Públicas e Aparelhamento de Defesa e o Conselho de Águas e Energia; de **1940**, a Comissão de Defesa Nacional, o Instituto Nacional do Sal, a Fábrica Nacional de Motores e a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional; de **1941**, além da Companhia Siderúrgica Nacional, o Instituto Nacional do Pinho, a Comissão de Combustíveis e Lubrificantes e o Conselho Nacional de Ferrovias; de **1942**, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Banco de Crédito da Borracha e a Comissão do Vale do Rio Doce; de **1943**, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Companhia Nacional de Alcalis, a Comissão de Financiamento da Produção, a Coordenação de Mobilização Econômica, Fundação Brasil Central, Siderúrgica Social da Indústria (SESI) e Plano Nacional de Obras e Equipamentos; de **1944**, o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, o Serviço Nacional do Trigo, o Instituto Nacional do Pinho e a Comissão de Planejamento Econômico; e, finalmente, de **1945** a Superintendência da Moeda do Crédito, que iria voltar-se a regular uma das mais importantes instituições: a moeda e a política monetária” (grifos meus) (Fonseca, 2003:144).

Foi a verticalização que levou à conversão dos pólos dinâmicos em centros de decisão, o que permitiu a inclusão de regiões então em decadência, como a Amazônia: “Que teria sido da Amazônia sem o desenvolvimento industrial do país, que permitiu absorver a totalidade de sua produção de borracha, excluída do mercado internacional?” (Furtado, 1962:110).

Resumindo, o fato de o Brasil abrigar mais de um pólo dinâmico permitiu o surgimento do centro de decisão econômica. Devido às suas dimensões, foi possível ao país manter o crescimento a despeito da alternância de pólos dinâmicos, o que permitiu a geração de recursos para a industrialização. O *Centro de decisão* está ligado à endogeneidade, que diz respeito à “faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas” (Furtado, 1984:108).

Como se viu acima, o surgimento da indústria permitiu absorver a oferta dos diversos pólos dinâmicos. O desenvolvimento industrial, calcado no mercado interno, confere maior grau de autonomia no que se refere às decisões econômicas. Na economia cíclica, ocorria o contrário: a sorte da produção e do desenvolvimento de um setor (estanho, prata, e.g.), que era o pólo dinâmico da economia, dependia de interesses externos. Se os países mais desenvolvidos demandavam estas mercadorias, então havia crescimento; caso não as necessitassem ou necessitassem em escala reduzida, então esses produtos perdiam importância e suas regiões passavam a uma depressão econômica. Neste processo, a economia é comandada de fora pra dentro (Furtado, 1962:111;115), fenômeno que o autor denomina subordinação ao centro transnacional de decisão econômica.

A Bolívia, diferentemente do Brasil, permaneceu com uma escala reduzida, de modo que comportava apenas um único ciclo econômico, ou pólo dinâmico, a cada período histórico. Em virtude disto, a queda da demanda trazia (como foi o caso do estanho) mais do que uma mera depressão, um verdadeiro “estado de total prostração”. Por isso, não se deu, como no caso do Brasil, expansão horizontal seguida de verticalização. A história econômica boliviana revela que seus ciclos seqüenciais (prata, nitrato, estanho e hidrocarbonetos) permaneceram como meros enclaves exportadores. Assim, converteram-se no principal obstáculo para a formação da economia nacional boliviana. Entre 1913 e 1953, o principal produto, o estanho, era responsável por uma gama de 70 a 100% do valor total das exportações do país, cifra que caiu para 50 a 69% em 1972 (Cardoso & Brignoli, 1984:284). Na década de 70, os minérios ainda hegemonizavam a pauta de exportação, o que revela baixo grau de diversificação econômica. Por outro lado, o país importava bens de capitais (37%) e bens de consumo (28% da pauta de importação) (Klein, 1982:301). Segundo Darcy Ribeiro,

“Desde a independência a Bolívia desenvolveu-se como a concretização mais clara de um modelo de estado nacional dominado por um setor empresarial monoprodutor, controlado do estrangeiro” (Ribeiro, 1979:178).

O estudo da história boliviana importa visto que tanto a formação institucional como as relações exteriores do país são produto de lutas e processos temporalmente determinados. As escolhas do presente estão limitadas pelos fatos e decisões do passado, o que resulta numa *dependência de trajetória*²¹. Nesse sentido, convém traçar a ordem dos acontecimentos de importância estrutural à Bolívia, até porque “a construção de teorias de continuidade e mudança pressupõe o poder causal de conexões temporais entre eventos” (Hochman, 2007:155).

A seguir, explicam-se os principais momentos históricos da Bolívia, com o intuito de demonstrar que a trajetória seguida afeta diretamente os atuais caminhos políticos deste país. Pretende-se demonstrar a articulação entre os ciclos econômicos – ausência de endogeneidade e longa duração da economia do enclave – e o seu resultado social. O resultado social impacta politicamente, tanto no âmbito interno (miséria e exclusão da maioria da população), quanto externo (guerras e conflitos em torno de recursos naturais). Neste último caso, tomando como dado apenas a configuração de fronteiras, verifica-se um processo marcado por diversos atritos da Bolívia com seus vizinhos sul-americanos. Conforme Quiroga (2000), no período compreendido entre 1825 e 1935, a Bolívia perdeu cerca de 40% de seu território original. Em outra estatística, segundo Câmara & Heidrich (2006), “a Bolívia perdeu mais da metade da extensão que tinha à época da independência (1.265.188 km² de perdas, para uma extensão atual de 1.098.581 km²)”. Para Chiavenato, essa porcentagem é de 56% (1979:23).

1.2 – Ciclo da prata e a Independência

A exploração da prata se deu mormente quando a Bolívia ainda pertencia ao Império espanhol (séculos XVI e XVII). As descobertas se deram logo após a conquista espanhola, entrando em decadência no fim do século XVIII. Nesse período, a Bolívia, então correspondente à região do Alto Peru, tornou-se uma das áreas mais ricas do Império Espanhol, especialmente em Potosí, que chegou a ser a cidade mais rica do mundo²². Na

²¹ Para um estudo completo do conceito, ver Mahoney (2000) e Pierson (2004).

²² Os mineiros que ainda trabalham na cidade dizem que seria possível construir uma ponte com toda prata explorada indo de Potosí a Madrid, e outra de ossos e restos humanos voltando de Madrid a Potosí. Excluída a imagem simbólica, o fato é que os mineiros, ainda hoje, trabalham em condições precárias (atualmente, na exploração de estanho). Conforme o autor pode constatar em recente visita à Bolívia, eles possuem longas jornadas de trabalho, muitas vezes com água até a cintura, e não utilizam, ou utilizam de forma escassa, o equipamento protetor, como a máscara que impede a inalação de poeira. O mineiro possui um ciclo de vida

América do Sul, a população boliviana só era menor que a brasileira. Segundo Cardoso & Brignoli (1984:91), “não é exagerado afirmar que todo o sistema imperial espanhol esteve voltado para a produção, o transporte e a proteção da prata”.

Por este percurso, a extração de prata da Bolívia influenciou a história mundial em pelo menos dois momentos decisivos. Serviu, em primeiro lugar, como base econômica à pretensão de Felipe II de dar continuidade ao projeto de Carlos V para unificar a Europa sob seu domínio, o que Paul Kennedy denomina “tentativa de domínio dos Habsburgos” (Kennedy, 1988:39-74). O fracasso deveu-se em grande medida à ação corsária inglesa, que pela segunda vez colocou a prata boliviana em evidência ao transferir os metais oriundos do Novo Mundo das mãos de Espanha e Portugal para a Inglaterra. Isto permitiu que fossem Holanda e Inglaterra os países pioneiros da Revolução comercial. Quando a última solapa o comando do mar²³ da primeira, torna-se o centro das finanças mundiais e o lugar onde se dará a Revolução Industrial.

Por este viés, a prata boliviana influencia a história mundial tanto na formação do Antigo Sistema Colonial (ASC) como na criação das condições para seu colapso. Graças à posse do comando do mar, os ingleses conseguem derrotar Napoleão (antes mesmo da Revolução Industrial). Reconhece-se que foram as Guerras Napoleônicas que puseram fim ao ASC. Contudo, qualquer que tenha sido a influência da Bolívia para a história mundial, aos bolivianos restou a herança de uma sociedade para poucos. Afinal, como destacam Cardoso & Brignoli (1984:91), a prata “desde o princípio, tratou-se de um negócio concentrado em poucas mãos”.

O fato de a Bolívia constituir-se um enclave fornecedor de insumos para a competição militar desde seu período colonial deixou profundas marcas na sociedade boliviana cujos efeitos perduraram muito além das causas. Em termos sociais, a Bolívia do século XIX mantinha alto grau de coerção extra-econômica (herança colonial). Por exemplo, havia uma lei que obrigava o índio não alfabetizado a pagar um imposto de vinte francos anuais. O voto era dependente de critérios censitários (posse de propriedades) além da alfabetização. O

curto: começa a trabalhar com 14 ou 16 anos e vive até os 30, no máximo 40 anos. Isso ocorre especialmente devido à contração de silicose, doença causada pela inalação da poeira que gera inflamações nos pulmões. Para contrabalançar os efeitos da rotina, a maioria dos trabalhadores ingere grande dosagem de álcool, fumo e folha de coca. Muitos homens são motivados pelo relativo alto rendimento que o trabalho proporciona. Apesar da vida curta, utilizam a renda obtida nos anos de trabalho para a melhora de condições de vida da família.

²³ **Comando do Mar** – Por esta expressão, Mahan designa a totalidade da frota de um país, sobretudo as naus mercantes encarregadas do comércio de longa distância. A Inglaterra destruiu o comando do mar holandês em quatro rápidas e sucessivas guerras navais: 1ª Guerra Anglo-Holandesa (1652-54); 2ª Guerra Anglo-Holandesa (1665-67); 3ª Guerra Anglo-Holandesa (1672-74); 4ª Guerra Anglo-Holandesa 1780-1784.

Estado do período pós-Independência manteve uma política de investimento em educação muito limitada, o que acabou por restringir direitos. Além disso, devido aos interesses tributários – todo analfabeto tinha que pagar imposto –, não havia estímulo para o interesse estatal em educação (Beyhaut & Beyhaut, 1995:107)²⁴. Durante o século XIX, o imposto extraído sobre o trabalho indígena foi a principal fonte de renda da Bolívia. Embora de participação oscilante, por volta de 1860, 40% da renda nacional provinha desta fonte (Bonilla, 2008: 572; Klein, 1982:106).

Depois da apropriação das terras comunais indígenas realizada pelo presidente Mariano Melgarejo (1864-71) – uma verdadeira reforma agrária feita às avessas – a coerção extra-econômica caracterizou o domínio sobre a mão-de-obra indígena. Sobretudo na região amazônica boliviana, em virtude da borracha, predominava uma situação de traços semi-feudais perpetuado no “barracão”²⁵. Na melhor versão deste sistema (Altiplano), tanto no século XIX como no XX, o colono podia cultivar, sem possuir, uma terra de cinco a dez hectares, usando uma cabana e tendo o direito ao pastoreio de uma vaca e um cavalo, desde que aceitasse trabalhar de três a cinco dias por semana nas terras do senhor. Na casa senhorial deveria prestar serviços de uma ou duas semanas e, ainda, ajudar no transporte de produtos para a fazenda. Nos mercados urbanos, vendia a produção, cuja renda total era entregue ao patrão.

Em geral, prevalecia uma forma de trabalho servil, denominada de “pongueaje”, “mitanaje” (ou mita) e “alijiri”²⁶. Importa reter que a subordinação ao centro de decisão econômica do capitalismo transnacional impunha à periferia a manutenção da coerção como parte da disciplina do trabalho e do controle da mão-de-obra.

A prata, além de sua influência para a história mundial, deu origem à própria Bolívia. Neste sentido, o surgimento do Estado boliviano como se configura hoje deve mais ao separatismo que propriamente à emancipação política – o natural seria a manutenção da unicidade do território do Vice-Reinado do Peru como entidade soberana e independente. Era

²⁴ Em 1930, essa situação pouco se alterou. Eram 2 milhões de habitantes, mas apenas 300 mil alfabetizados (Chiavenato, 1979:47).

²⁵ Espécie de escravidão contratual, sistema de relações em que o colono acaba escravizado por suas dívidas com o patrão devido à aquisição de insumos no armazém, também denominado “barracão” ou “cantina”. Trata-se de uma forma exemplar de coerção extra-econômica.

²⁶ Segundo Segabinazzi (2007:126), “pongueaje e mitanaje eram serviços realizados gratuitamente na maior parte das vezes em troca de abrigo e comida. O pongueaje era um trabalho doméstico, enquanto mitanaje ou mita consistia no aluguel da mão-de-obra e terceiros na lavoura. O Alijiri constituía a venda dos produtos do camponês ao patrão a preços fixados pelo último”. Chiavenato (1979:27-34) acrescenta detalhes sobre o regime de pongueaje, revelando que o pongo (índio colono) às vezes perdia três ou quatro dias de trabalho para ir prestar serviços domésticos na casa do patrão, como lavar, cozinhar, servir à mesa, construir cercas, etc. O pongo era proibido de falar diante do patrão.

este o propósito original de Simon Bolívar: manter a unicidade entre a Bolívia e Peru como parte de um projeto maior de unificação da América hispânica²⁷.

A guerra de independência iniciou em 1809 e só foi concluída em 1825, com a luta de Simon Bolívar e Antonio José de Sucre no norte e de José Martín e Bernardo O'Higgins no sul²⁸. No norte Bolívar formou um grande território, a Grã-Colômbia, composta pelo Vice-Reino de Nova Granada e pela Capitania da Venezuela, que incluía os atuais territórios de Colômbia, Venezuela e Equador. Ele pretendia que a Grã-Colômbia fosse suficientemente forte para fazer frente aos intentos espanhóis de reconquista. Bolívar uniu suas forças com José Martín no Peru; depois disto, o último deixou seu exército com Bolívar e se auto-exilou na Europa.

No entanto, os grandes proprietários bolivianos decidiram formar um Estado independente, separado do Peru²⁹. Os separatistas usaram uma tática que unia a força de manifestações populares com a sedução do Libertador, propondo seu nome para o novo território. Diante da exuberância das manifestações populares e da aparente docilidade das elites locais em aceitar seu braço-direito, Antonio José de Sucre, como governante, Bolívar viu na criação do novo país a oportunidade de um exemplo de governança para a América hispânica. Importa registrar que Bolívar não cedeu facilmente (Klein, 1982:98). Inicialmente se contrapôs de forma contundente ao projeto de emancipação, afirmando que a Bolívia teria problemas com sua continentalidade (*ibidem*), isto é, o fato de ser uma nação isolada no centro da América do Sul, o que acabaria por envolvê-la em guerras com seus vizinhos. Apenas as piores previsões de Bolívar acabaram por se realizar.

Determinou-se, mediante decreto, que o novo Estado seria denominado "Bolívia", em homenagem ao Libertador, que foi laureado como "Pai da República e Chefe Supremo do Estado". Bolívar inicialmente ficou descontente, visto que estava preocupado com o futuro da Bolívia. Todavia, em suas visitas às principais cidades bolivianas, as manifestações populares,

²⁷ Bolívar propôs a Confederação dos Andes, que incluía Peru, Alto Peru (que representa, em grande medida, a moderna Bolívia) e a Grã-Colômbia (Equador, Colômbia, e Venezuela).

²⁸ Neste ínterim, estabeleceram-se lutas de guerrilha nas chamadas Republiquetas, como as de Ayopaya, Vallegrande, Tarija, Cinti e Santa Cruz, muitas delas com o apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata (Klein, 1982:93:99). Este era o caso da Republiqueta de Santa Cruz, que chegou a proclamar uma independência em separado (1813), sob a liderança do general Ignacio Warnes, comandante das forças locais. Importa perceber não só a influência argentina sob a região de Santa Cruz – questão que se torna latente durante a Guerra do Chaco, mas também a tentativa de configuração de um território *cruceño* já nessa época.

²⁹ Tal proposta foi vista com bons olhos pela elite peruana. A Argentina, que havia mandado pelo menos quatro expedições militares ao Alto Peru, via com hostilidade os planos de Bolívar. Convinha, do ponto de vista do Peru, criar um Estado-tampão que os protegesse de um possível expansionismo argentino (Klein, 1982:100).

mobilizadas pelos grandes proprietários, convenceram Bolívar a aceitar a emancipação política.

Bolívar designou Sucre como o primeiro presidente da Bolívia, na expectativa de que, tendo um aliado na condução do país, a integração entre Bolívia com as demais repúblicas sul-americanas acabasse por concretizar-se. Sucre procurou imprimir a seu governo uma orientação jacobina, confiscando as terras da Igreja, criando a administração pública e procurando instituir um modelo federalista. O próprio Simon Bolívar foi convidado para redigir a primeira constituição, inicialmente outorgada e posteriormente aprovada em assembléia³⁰. “El Libertador” considerava a constituição boliviana um modelo para toda a América Hispânica.

Foi esta Constituição que Bolívar procurou implementar na Grã-Colômbia. Entretanto, com os riscos de fragmentação territorial – a Venezuela abandonou o Estado em 1830 –, o Libertador endureceu seu discurso, sendo acusado de autoritarismo pelos proprietários. Suas medidas levaram a um racha entre pró-centralistas (seguidores de Bolívar) e pró-federalistas (seguidores de Santander). Com a morte de Bolívar (1830), o projeto da Grã-Colômbia se dissolveu rapidamente, encerrando-se em 1831 (havia iniciado em 1819) (Skidmore & Smith, 2005:225).

A fragmentação acabou persistindo na América hispânica, visto que houve um processo de “balcanização do continente”, em que “a tendência foi cada fração da elite agrupar-se ao redor do porto de exportação que melhor lhe permitisse uma direta articulação com o capitalismo internacional” (Lopez, 1986:79). Doravante, a fronteira seria, conforme previu inicialmente Bolívar, o centro da vida nacional do novo país. Suas perdas territoriais – notadamente a Guerra do Chaco e do Pacífico –, aliadas à persistência do enclave, condicionariam todo o processo de formação histórica e social da Bolívia.

A pretendida integração de Bolívar só foi retomada em uma perspectiva muito diversa, a partir da integração sul-americana, o que incluiu o Brasil, e não mais apenas os países de língua hispânica. Outra iniciativa, do bolivarismo, procura manter uma idéia de unificação do mundo hispânico por meio da ALBA (Alternativa Bolivariana das Américas). Contudo, como se verá adiante, além de suas conhecidas simpatias pela Revolução Americana e pelo Império britânico, o próprio Bolívar, cujo nome é utilizado para invocar a ALBA, tinha admiração pelo Brasil.

³⁰ Esta Constituição previa um Executivo muito forte, cuja presidência era vitalícia e cujo vice-presidente era escolhido pelo presidente (Skidmore e Smith, 2005:225)

1.3 – Bolívar e o Brasil

Há uma versão difundida na historiografia que procura afirmar o ideal de integração de Simon Bolívar e José de San Martín como reativo ao Reino Unido de Portugal, Brasil, Algarves e Cisplatina (depois Império do Brasil). Conquanto se trate de interpretação racional, a tese carece de base empírica e histórica.

Quando em 1820 o Brasil moveu sua campanha contra Artigas, San Martín ficou impressionado com o poderio militar luso-brasileiro. Todavia, admitiu que, a despeito de perigosa, a vizinhança com o Brasil era preferível à de um Uruguai controlado por Artigas (Macarthy Moreira, 1977:50). Posteriormente à inclusão da Cisplatina no Reino Unido (1821), a Inglaterra disseminou a notícia de que Bolívar e San Martín preparavam-se para atacar o Brasil (Macarthy Moreira, 1977:54), o que levaria à generalização da guerra a todo âmbito sul-americano. Contudo, o próprio representante britânico, C.M. Ricketts, foi quem se encarregou de informar o Ministro britânico do contrário: a correspondência interna à chancelaria mostra um Bolívar amistoso em relação ao Brasil, que considera o episódio de Chiquitos superado³¹.

Bolívar explicitamente reconhecia o direito brasileiro de disputar a soberania da Cisplatina. Pelo relato dos diplomatas britânicos, Bolívar considerava a guerra da Argentina contra o Brasil

Injustificada, porque aparentemente o Imperador não fez nada para prejudicá-lo; em qualquer caso, **o Brasil tinha o direito de reter a Província** até que se tivesse satisfeito suas reclamações pecuniárias a respeito; havia sido solicitada a mediação da Grã-Bretanha, cuja decisão se desconhecia; e no entanto **Buenos Aires havia provocado ao Imperador** para que formulasse uma declaração de guerra (grifos meus) (Ricketts *apud* Macarthy Moreira, 1977:55).

³¹ Em 1825, o governador da província boliviana de Chiquitos, D. Sebastião Ramos, solicitou a incorporação do território ao Império do Brasil. O governador de Chiquitos, simpático às forças realistas, pediu ajuda ao Comandante das Armas em Mato Grosso, Manuel Velozo, com o intuito de se proteger das tropas independentistas de Sucre. Pretendia ficar sob a proteção brasileira até que Fernando VII retomasse a América espanhola. Segundo Soares (2003:106), “Enquanto isso, a Província de Chiquitos ficaria sob a guarda do Império brasileiro, porém, conservando seus estatutos, suas leis, isenções e permanecendo nos cargos, com os respectivos soldos e privilégios, todos os funcionários civis, militares e eclesiásticos e inclusive ele, Sebastião Ramos. Em contrapartida, o Império brasileiro seria usufrutuário dos rendimentos auferidos pela Província que, em 1825, era considerada uma economia secundária”. Após obter o aceite do governo provisório do Mato Grosso, D. Sebastião Ramos decretou a anexação ao Império Brasileiro em 24 de abril de 1825, renomeando Chiquitos como Província Unida de Mato Grosso. Tal acontecimento gerou diferentes graus de indignação entre as forças independentistas. Sucre ordenou que se invadissem o Mato Grosso e “semeasse no Brasil anarquia e desordem” (Soares, 2003:116). Bolívar, por sua vez, embora considerasse a anexação ilegítima, queria apenas “recuperar o usurpado e não invadir o que não é nosso” (Soares, 2003:117). De fato, quando terminou o Governo Provisório, assumiu o Pe. Manuel Alves de Lima que – após a franca e severa desaprovação de D. Pedro I – anulou a anexação. A incorporação de Chiquitos não teve nenhuma fundamentação legal, afinal, como demonstra Soares (2003:137), o Governo Provisório do Mato Grosso não estava autorizado a anexar, em nome do Império do Brasil, uma província boliviana.

A posição do Libertador também resultava do fato de que a incorporação da Cisplatina ao Brasil dera-se mediante um arranjo legal e constitucional, firmado em termos voluntários pela então província de Cisplatina e o Brasil. Trata-se de episódio único que constitui o marco jurídico remoto dos atuais processos de integração. Abaixo, reproduz-se parte da ata na qual o Parlamento cisplatino declara sua adesão ao Reino Unido.

[o Parlamento declarou] “que havendo pesado as críticas circunstâncias em que se encontra o país e consultando os verdadeiros interesses dos povos e das famílias temos acordado e pelo presente convencionamos em que **a Província Oriental do Rio da Prata se una e incorpore ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, Constitucional**, sob a imprescindível obrigação de que se respeitem, cumpram, observem e façam observar as bases seguintes: **‘constituir, em suma, um Estado diverso dos demais do Reino Unido, sob o nome de Cisplatino e que gozaria da mesma categoria que os demais da monarquia portuguesa’**” [grifos meus] (Von Leenhof, 1975:15).

Depois de 1822, as águas ficaram turvas, visto que o próprio Brasil tomou a iniciativa de dissolver o Reino Unido (Portugal, Brasil, Algarves e Cisplatina). Isto colocou em questão o Império como sucessor do Reino Unido na América do Sul, abrindo claro espaço jurídico para a separação da Cisplatina nos termos que o próprio Brasil havia feito em relação a Portugal. Mas, nem por isto a posição de Bolívar em relação ao Brasil se modificou. Na realidade, Bolívar tinha uma posição equidistante em relação ao Brasil e à Argentina; suas simpatias recaíam sobre o primeiro, como se pode inferir por outro relato dos diplomatas britânicos: “Ele [Bolívar], por sua parte, se inclinava a pensar que para os fins atuais o Governo monárquico do Brasil, sendo mais eficaz e dúctil, era melhor que o sistema Federal de Buenos Aires” (Ricketts *apud* Macarthy Moreira, 1977:56).

Portanto, o ideal de integração de Bolívar e San Martín é antes fruto da disseminação do ideário iluminista, do federalismo de Montesquieu, da influência da Revolução Americana e de sua Constituição, da experiência democrática do próprio Império Britânico (Lynch, 2008:43), do que de qualquer espécie de antagonismo ou reação ao Brasil. Todavia, ainda que tivesse profunda admiração por Washington, divergia do federalismo norte-americano por acreditar que a Federação Argentina era nele inspirada. Neste sentido, se tivesse de optar por um dos dois, conforme se viu, preferiria o modelo brasileiro ao argentino (Macarthy Moreira, 1977:56).

Na realidade, o plano de Bolívar consistia em apenas unificar os sucessores do Vice-Reinado de Granada (acrescido da capitania de Venezuela) e do Vice-Reinado do Peru (Peru e Bolívia). Bolívar considerava oportuno pensar num projeto que incluísse Argentina (Vice

Reinado do Prata) e a capitania do Chile apenas em uma etapa posterior. Mas, neste estágio considerava também produtivo dar início as negociações com o Brasil.

Prova de que Bolívar colocou Brasil e Argentina em um mesmo patamar em relação ao projeto de integração é o Congresso do Panamá em 1826 (a Guerra da Cisplatina terminou somente em 1828), quando ambos (brasileiros e argentinos) foram convidados. Não obstante, apesar das diversas iniciativas de integração, há um país que permanece à margem dos vários processos: o Chile.

1.4 – Um Vizinho Incômodo: a Formação da Identidade Chilena

No ASC, o Chile, como a Venezuela, constituíam-se enquanto capitanias, unidades distintas dos Vice-Reinados (de Nova Granada, do Peru e do Prata). A emancipação política chilena é atribuída a Bernardo O’Higgins. Na realidade, ele teve o mérito de dar início à luta contra os espanhóis. Contudo, derrotado, viu-se obrigado a internar-se na Argentina sob a proteção de José San Martín. Mais tarde, San Martín cruzou a fronteira e derrotou os as forças de Espanha. O’Higgins o auxiliou na luta contra os espanhóis no Peru; entretanto, mais como parte de uma frente única para derrotá-los do que propriamente por partilhar dos ideais de San Martín ou Bolívar acerca da integração das ex-colônias. Na realidade, O’Higgins dá origem à Marinha chilena (Primeira Esquadra Nacional) com o propósito de assegurar a independência do Chile também frente a seus vizinhos sul-americanos. San Martín e Bolívar não pouparam esforços para aproximar-se de O’Higgins. San Martín chegou a delegar-lhe o comando do Exército em 1824. Por sua vez, Bolívar nomeou O’Higgins general do exército da Grã-Colômbia, mesmo sem jamais ter lutado em nenhuma das batalhas que lhe deram origem. De todo modo, O’Higgins não era contra a integração entre seus vizinhos (por exemplo, era favorável a integração entre Bolívia e Peru), posição distinta do beligerante chileno Diego Portales³².

Assim, quando se deu o colapso da Grã-Colômbia em 1831 (um ano após a morte de Bolívar), em 1836 teve origem a Confederação Peru-Bolívia, um eco remoto dos apelos do Libertador à sua unificação³³. Foi o Chile que, à testa do Exército Unido Restaurador – uma

³² **Diego Portales** - Ministro chileno que liderou as forças conservadoras na Guerra Civil de 1829-30. Figura controversa, é pai da primeira constituição do Chile e, pela ótica deste trabalho, do próprio país.

³³ **Confederação Peru-Bolívia** (Ou Confederação Peru-Boliviana) – Confederação formada pela união de três Estados (Estado Norte-Peruano; Estado Sul-Peruano e Bolívia) de 1836 a 1839. Foi liderada por Andrés de Santa Cruz, então presidente da Bolívia e “Supremo Protetor” da Confederação. Após a independência, o Peru passava por lutas internas pelo poder: a elite litorânea vinculava-se ao Chile; a do altiplano, à Bolívia. A elite litorânea, na pessoa de Agustín Gamarra, solicitou a intervenção chilena. Após o então presidente, Luis José de Orbegoso, sofrer várias tentativas de golpe, pediu a ajuda do boliviano Santa Cruz, que o ajudou a combater os insurgentes

coalizão na qual se incluíram caudilhos argentinos e separatistas peruanos – pôs fim à tentativa de integração entre os dois países em 1839^{34,35}.

Constata-se que, desde seus primórdios, o Chile afirmava sua identidade não apenas distinguindo-se de seus vizinhos, mas se apresentando como gendarme do liberalismo conservador na América do Sul, de modo que o país chegou a ser considerado a “Inglaterra da América do Sul”. Esta visão pode ser constatada na carta de Diego Portales ao Comandante da Marinha chilena, Blanco Encalada, na qual expunha suas idéias acerca da Confederação Peru-Bolívia:

Não podemos olhar com inquietude e maiores alarmes a existência de dois povos que, em geral, por sua origem, língua, hábitos religião, idéias, costumes, formarão, como é natural, um só núcleo. Unidos estes dois Estados, ainda que apenas momentaneamente, serão sempre mais do que Chile em toda ordem de questões e circunstâncias (...). A confederação deve desaparecer para sempre do cenário da América por sua extensão geográfica; por sua maior população branca; pelas riquezas conjuntas de Peru e Bolívia, agora apenas exploradas; pelo domínio que a nova organização trataria de exercer no Pacífico nos arrebatando; pelo maior número também de gente ilustrada de raça branca, muito vinculadas a famílias provenientes de Espanha que se encontram em Lima; pela maior inteligência de seus homens públicos, se bem que de menos caráter que os chilenos; por todas estas razões, a Confederação acabaria com o Chile muito rapidamente (...) **As forças navais devem operar antes que os exércitos, dando golpes decisivos. Devemos dominar para sempre o Pacífico: esta deve ser sua máxima agora e oxalá fora a do Chile para sempre (...)** (grifos meus) (Villalobos, 2003:241-42)

A política externa chilena era um mero reflexo de sua política interna. Isto vai tornar-se mais claro a partir de meados do século XIX, quando, no âmbito doméstico, o Chile favoreceu o interesse declarado das elites locais em atrair, seletivamente, imigrantes escoceses, suíços, irlandeses e alemães. Estes eram os povos considerados “viris, de bons costumes e com hábitos louváveis” (Estrada, 2000:466). Entre 1882 e 1884, o então ministro Luis Aldunate Carrera afirmou que a colonização para o Chile “deve tender a refundir duas ou mais raças numa só, tornando-as mais elevadas e vigorosas. Este fato evidencia as vantagens da homogeneidade de raças para a colonização” (Estrada, 2000:466).

Embora o darwinismo social e o racismo fossem um elemento presente na América do Sul naquele período da história, o Chile possuía, além dessas características – lá bem

no sul do país. Como resultado, vitoriosos após várias batalhas, os dois países acordaram a integração na Confederação Peru-Bolívia.

³⁴ Em contraponto à intervenção chilena, Grã-Bretanha, França e Estados Unidos apoiaram a Confederação. A Argentina apoiou o Chile e atacou a Confederação.

³⁵ Após a derrota para o Exército Unido Restaurador, assumiu a presidência do Peru o antes insurgente Agustín Gamarra, que pagou o custo da operação e ofereceu condecorações aos chilenos. Gamarra seguiu com a guerra. De 1839 a 1841, lutou para anexar a ferro e sangue a Bolívia. Todavia, a resistência expulsou-o e levou a guerra ao território do Peru. No fim, os bolivianos se retiraram e chegou-se à paz. Ocorreu, desta forma, a sedimentação definitiva entre as duas unidades políticas como países distintos.

acentuadas –, uma identidade de isolamento. Na época da autoritária Constituição de 1883, quem detinha o poder era uma elite terratenente branca e “extraordinariamente homogênea” (Bethell, 1992:157). Símbolo do pensamento desse tempo é a obra do escritor e médico Nicolás Palácios, “la Raza Chilena”, o qual, ao afirmar a não-latinidade da “raça chilena”, acabou por fomentar o nacionalismo da elite local.

Palácios não chegou ao poder. Todavia, outro escritor, ex-geógrafo e professor de geopolítica, que também trouxe idéias radicais, teve mais sucesso: Augusto Pinochet. Em um discurso altamente chauvinista, Pinochet entendia que o Estado chileno deveria seguir o modelo de sobrevivência de uma ameiba, ou seja, modificar seu organismo (território) de acordo com suas necessidades (recursos naturais) ao longo do tempo. O autor até mesmo falava na necessidade de um “espaço vital”, o “hinterland” alimentador do núcleo central.

O Chile não se agregou nem ao projeto de integração de Simon Bolívar nem ao da América portuguesa, nem à época das emancipações políticas e tampouco nos dias de hoje³⁶. Nesse sentido, vale citar a excelente caracterização da identidade chilena feita por Baldomero Estrada:

O Chile é uma nação que desenvolveu, no transcurso de sua história, uma identidade fortemente marcada pelo isolamento. A cordilheira dos Andes, o deserto e o Oceano Pacífico foram barreiras físicas que influenciaram fortemente na sociedade chilena a formação de uma “mentalidade de ilhéus” (Estrada, 200:499).

A não ratificação do Tratado ABC de 1915 pelo Parlamento Chileno apenas confirmou este padrão de isolamento, progressivamente aprofundado. Em 1976, o Chile se retirou do Pacto Andino e só retornou em 2006 – ainda assim apenas como Estado-associado. Ao fim dos anos 2000, tornou-se o país com maior número de tratados de livre-comércio do mundo. Segundo o MRE do Brasil (s/d), “a rede de acordos comerciais (cerca de 60) cobre países que correspondem a 86% do PIB mundial e permite que mais de 91% das exportações chilenas sejam realizadas em bases preferenciais, o que faz reduzir a tarifa uniforme do país de 6% para 1,5%”. A Tarifa Externa Comum (TEC), praticada no Mercosul, fica em torno de 14%. Os números dizem por si mesmos por que o único interesse associativo do Chile na região diz respeito à Unasul: devido às implicações políticas e de segurança.

³⁶ O Chile foi aceito como membro-associado do Mercosul, mas suas tratativas não prosperaram. Recentemente, aderiu à Unasul graças à manobra brasileira, que lhe deu a presidência. Contudo, apesar de seu protagonismo, seus laços com a integração sul-americana permanecem incertos, ao contrário dos sólidos tratados de livre-comércio que o unem a México, Estados Unidos, Canadá, Japão e China. O Chile não se converteu em membro pleno do Mercosul visto que o bloco tornou-se uma União Aduaneira, o que implica a dotação de tarifas comuns frente a terceiros países (Van Klaveren, 2000:92).

1.5 – Nitratos: a Guerra das Ilhas Chincha e a Guerra do Pacífico

A Guerra do Pacífico (1879-1883) foi a primeira guerra por recursos naturais protagonizada pela Bolívia e seus vizinhos, neste caso, o Chile. Na região do litoral boliviano, situavam-se suas reservas de salitre, que se constituíam no pólo dinâmico de sua economia. Foi devido à presença destes recursos (salitre e guano) que a Bolívia perdeu a província de Antofagasta; o Peru, a de Tarapacá, ambos para o Chile. Desde então a Bolívia converteu-se em um país continental (sem acesso ao mar), realizando as piores expectativas de Bolívar acerca da viabilidade do país.

A Guerra do Pacífico foi precedida pela Guerra das Ilhas Chincha (1864-1866), quando o Chile e o Peru enfrentaram uma invasão espanhola às referidas ilhas. Contudo, quando o Peru nacionalizou a exploração de guano, a Inglaterra sentiu-se prejudicada. Então, o Chile tomou as províncias de Antofagasta (Bolívia) e Tarapacá (Peru), o que constituiu a Guerra do Pacífico (1879-1883).

A Guerra teve início após o governo boliviano de Hilarión Daza ter anunciado um imposto sobre a exportação de nitrato³⁷, vez que o litoral boliviano era utilizado pelos chilenos para o comércio do produto. No caso, tratava-se da “Compañia de Salitres e Ferrocarril de Antofagasta”, companhia anglo-chilena registrada em Valparaíso que havia estabelecido a hegemonia econômica na região (Bonilla, 2008:579). O governo chileno recusou-se a pagar o tributo. Em represália, o governo boliviano ordenou a tomada das instalações chilenas utilizadas para a extração do nitrato. O Chile, que já estava mobilizado para a guerra, ocupou o porto boliviano de Antofagasta com 500 homens. Conforme Lars Schoultz,

O Chile justificou seu uso preemptivo de força alegando a necessidade de proteger propriedade chilena, que a Bolívia havia ameaçado tomar e revender se seus proprietários se recusassem a pagar a taxa em discussão (Schoultz, 2000:128).

O Chile exigiu o status de neutralidade do Peru, o qual – por ter uma aliança com a Bolívia – recusou-se. O governo peruano de Mariano Ignacio Prado possuía uma aliança com a Bolívia desde 1873.

³⁷ Salitre e guano são os nitratos em questão. Suas principais aplicações são a fabricação de explosivos e a fertilização agrícola. O imposto em questão era uma taxa de dez centavos por quintal (58,328 quilos) de salitre exportado em Antofagasta. Foi instituído por decreto do Congresso Boliviano em 11 de fevereiro de 1878 e feria tratado anteriormente assinado pela Bolívia (1874), o qual comprometia o país a não cobrar nenhum tipo de imposto sobre a exportação chilena por 25 anos. Cf. Chiavenato (1979:20) e Bonilla (2008:580).

As províncias situavam-se no deserto e o comando do mar foi decisivo. Devido à sua distância dos centros urbanos, até a água precisava ser transportada por barcos. Depois de uma heróica resistência da pequena marinha peruana, teve início a campanha terrestre. Seu ponto alto foi a tomada, saque e incêndio de Lima em 1881. Até a Biblioteca Nacional do Peru teve seus livros transferidos para Santiago, no Chile. A Guerra foi concluída em 1883, mas a ocupação perdurou até 1884. A despeito de ter um exército moderno, os chilenos não foram capazes de suportar o atrito³⁸ e a fricção³⁹ da ocupação, resignando-se à retirada. De fato, o Chile atuou ao lado da potência conservadora na ordem internacional, a Inglaterra.

O tratado final de paz só foi assinado em 1904, pelo qual o Peru perdeu a província de Tarapacá (rica em nitrato) e a Bolívia perdeu seu acesso ao mar, ficando sem a província de Antofagasta. Ademais, o instrumento afirmou “o domínio perpétuo” chileno sobre o território em litígio. Em contrapartida, o Chile comprometeu-se a construir uma ferrovia ligando La Paz a um porto chileno, permitindo livre passagem dos produtos bolivianos, o que foi parcialmente cumprido, já que a Bolívia é obrigada a pagar pelo acesso ao mar.

Após a guerra, o controle dos britânicos sobre a economia do Chile cresceu, aumentando também a influência do Reino Unido na política interna chilena. A despeito de o Chile ter vencido, o crescimento econômico foi efêmero. Como sempre acontece com os ciclos econômicos, os nitratos geraram lucro por poucas décadas (Skidmore & Smith, 2005:115). A Guerra do Pacífico deixou, como legado, uma das principais zonas de tensão na América do Sul. As animosidades perduram até hoje sob a forma de litígio fronteiriço, que envolve Peru, Bolívia e Chile.

1.5.1 – Guerra do Pacífico: Conseqüências Internas

A derrota para os chilenos trouxe várias conseqüências para a Bolívia: a perda da saída para o mar e um processo de turbulência política interno. Ao fim da Guerra, desencadeou-se a Revolução Federal de 1898. A derrota dividiu o país entre “guerristas” (que queriam retomar a saída para o mar) e “pacificistas” (que queriam a paz com o Chile). Os guerristas deram origem ao Partido Liberal e tinham La Paz como centro político; os pacifistas, ao Partido Conservador, tendo Sucre como centro político.

³⁸ **Atrito** – A destruição gradual de uma força inimiga por meio de repetidos ataques e uma defesa obstinada (Bowyer, 2004:20).

³⁹ **Fricção** – O efeito disruptivo causado por fatores imprevistos durante a execução de um plano (Bowyer, 2004:102).

As diferentes posições acerca do tratado de paz com o Chile (guerristas e pacifistas) redundaram em uma disputa da localização da capital federal (La Paz e Sucre), e, por fim, em compreensões diferentes sobre o pacto federativo. Por este viés, a Guerra do Pacífico carrega até hoje as mais significativas decorrências para a política boliviana, afinal, a natureza do pacto federativo permanece em tela na agenda nacional.

Os conservadores hegemonizavam o governo boliviano no fim do século XIX, tendo conquistado o poder cinco vezes consecutivas. Todavia, os liberais, cujo centro político era La Paz, acusavam o governo de corrupção e outras irregularidades. Queriam um modelo federativo para o país; alguns líderes defendiam a formação de um Estado autônomo (os conservadores preferiam o modelo de Estado unitário).

A polarização materializou-se na disputa pela capital do país: o grupo de La Paz queria que fosse Cochabamba; o de Sucre, Sucre. A capital do país até a Guerra do Pacífico tinha um caráter itinerante: sediava-se onde o presidente estivesse. O estopim para a Revolução Federal de 1898 foi a *Ley de Radicatoria* que, neste ano, estabeleceu Sucre como a capital nacional.

Populações de ambos os lados, revoltadas, se mobilizaram e a guerra teve início. As forças federalistas (Partido Liberal), com o apoio dos indígenas, venceram. Entretanto, seu comandante, José Manuel Pando, acabou decidindo por não implementar o modelo federalista e por não transferir a capital do país. De fato, apenas mudou a sede do Executivo e do Congresso para La Paz.

1.5.2 – Guerra do Pacífico: Conseqüências Externas

Além da Revolução Federal, outra importante conseqüência da Guerra do Pacífico foi a perda boliviana da saída para o mar, tida por seu povo como uma das maiores causas para a falta de desenvolvimento sócio-econômico. Esta situação crítica teve um peso histórico na política externa boliviana e, apesar das negociações recentes, não há perspectiva de uma solução negociada que agrade a Chile, Bolívia e Peru, o que coloca a fronteira como um forte condicionante das relações internacionais e da própria política interna (dependência de trajetória). Neste sentido, segundo Raymond Aron,

Uma situação geográfica determinada impõe à diplomacia e à estratégia certa orientação que provavelmente será duradoura e talvez mesmo permanente. Quanto mais definida essa situação, em termos físicos, mais a orientação tenderá a ser permanente (Aron, 1986:376).

O Chile argumenta que a perda de territórios foi aceita pela Bolívia, uma vez que seus líderes assinaram o Tratado de 1904. Na esteira do processo, os chilenos ganharam autoconfiança, que não veio sem o respectivo ressentimento de peruanos e bolivianos. “Por la Razón o por la Fuerza”, diz o lema do escudo nacional chileno (Dullius, 2008:35).

Na década de 1970, restabeleceram-se negociações sobre o assunto, em boa medida graças à amizade do presidente boliviano Hugo Banzer com Augusto Pinochet. Pelas tratativas iniciais, a Bolívia cederia mais uma parte de seu território e receberia, em troca, um pedaço de terra da então província de Arica que, à época da guerra, pertencia ao Peru. Por esse motivo, o Peru foi chamado a participar das negociações, as quais acabou por impugnar. O resultado final foi o rompimento das relações diplomáticas entre Chile e Bolívia (1978).

Da década de 1990 até hoje, a questão da saída para o mar tem sido objeto de conversações entre os sucessivos governos de cada país. A persistência da agenda não é gratuita, afinal, como observa Wasserman (2004:340), “o litoral foi o pólo de desenvolvimento da maior parte dos países da América Latina”. Em virtude disto, é que tanto em termos políticos (a derrota na guerra) quanto econômicos (o obstáculo ao desenvolvimento), a questão assume papel relevante na vida nacional nos países envolvidos e preocupa seus vizinhos sul-americanos. Ainda que muitas vezes as ameaças resumam-se à mera retórica, a verdade é que às posições em relação à fronteira cumprem relevante papel na *accountability* nacional – já que todos os regimes são presidenciais, sendo o chefe de Estado também chefe de governo.

Estima-se que a ausência de acesso ao mar gera um gasto adicional de 10% do PIB boliviano por ano (Alvarado, 2004:391). O Chile alega que não há o isolamento geográfico boliviano, visto que fornece diversas instalações de transporte: a ferrovia de La Paz até Arica e os portos de Arica e Antofagasta para o trânsito de mercadorias bolivianas. Contudo, a Bolívia paga pelo uso dos portos e, em contrapartida, quer sua concessão definitiva (Vizentini, 2004:372). Em suma, para além do efeito simbólico relacionado à soberania e à auto-estima nacional, há 10% do PIB boliviano em jogo⁴⁰.

Nos últimos anos, os governos Evo Morales e Michelle Bachelet reuniram-se periodicamente a fim de debater o assunto⁴¹. Para Morales, “durante quase dois séculos, o

⁴⁰ Em 2004, o PIB da Bolívia foi de US\$ 8,7 bilhões (Jane’s, 2008). Dez por cento deste valor resulta em 870 milhões de dólares.

⁴¹ A nova Constituição boliviana, aprovada em 2009, tratou de registrar a preocupação com a saída ao mar. Em seu Capítulo Quarto (Da Reivindicação Marítima), artigo 267, Inciso I, estabelece que “o Estado Boliviano

Estado chileno tem mantido inalterável a linha política de suas relações com a Bolívia: identificar suas necessidades, determinar as fontes em que pode satisfazê-las e assumir seu controle” (Morales, 2006:22). Boas intenções foram registradas e formalizou-se a Agenda bilateral dos Treze Pontos, dos quais a saída ao mar é um dos temas. A negociação deste ponto, contudo, não se materializou em resultados práticos. O novo governo chileno de Sebastian Piñera (desde março de 2010), embora tenha reconhecido a necessidade boliviana de saída ao mar, afirmou que não cederá “nem mar, nem território”. Devido à sua recorrência, esta é uma das questões que com toda probabilidade integrará, cedo ou tarde, a agenda da recém-criada Unasul.

1.6 – A Borracha e a Guerra do Acre

O caso do Acre constituiu-se em mais um caso de litígio fronteiriço envolvendo recursos naturais que acarretou perda de território para a Bolívia. Contudo, existem dois fatores que distinguem a questão do Acre da Guerra do Pacífico ou, como se verá adiante, da Guerra do Chaco: a presença ostensiva do enclave na figura do Bolivian Syndicate e o uso dos meios de pagamento por parte do Brasil. Mais adiante, se explicitará o papel do Bolivian Syndicate. Contudo, importa referir o que são os meios de pagamento, já que são, ainda hoje, uma das características mais marcantes da diplomacia brasileira.

1.6.1 – Os meios de pagamento

Giovanni Arrighi caracteriza os modernos meios de pagamento como uma zona cinzenta situada entre a persuasão (convencimento) e a força (guerra) (Arrighi, 1996:28). Esta região intermediária já era reconhecível em Maquiavel e em Gramsci (identificada como corrupção e fraude). Contudo, existem diferenças relevantes na abordagem destes dois atores. Para o florentino, a corrupção e a fraude são a prefiguração dos “freios e contrapesos”, que só serão concebíveis a partir da teoria da divisão de poderes e da experiência republicana, inaugurada com a Revolução Americana. Gramsci, por sua vez, viveu em uma época em que a decisão do Congresso sobre a peça orçamentária, a política fiscal e tributária, já eram uma realidade. Assim, Gramsci identifica a corrupção e fraude como uma espécie de anomia, ou seja, algo que se faz presente na vida política, mas se constitui um comportamento desviante e, neste sentido, excepcionalidade. Em resumo, em Maquiavel a corrupção é parte integrante da política, empregada onde o convencimento é ineficaz e a força muito onerosa. Gramsci reconhece esta distinção, contudo, considera a corrupção uma excepcionalidade. Arrighi

declara seu direito irrenunciável e imprescindível sobre território que lhe dê acesso ao Oceano Pacífico e seu espaço marítimo” (tradução minha) (Bolívia, 2009).

desenvolve ambas as concepções identificando nos modernos meios de pagamento o papel anteriormente cumprido pela corrupção e pela fraude.

Arrighi revaloriza a percepção de Maquiavel a partir da idéia de que a política externa de um Estado é ditada pelos termos de seu pacto interno (social ou de elites). Neste sentido, mercados, alíquotas, aduana, incentivos à exportação ou importação, financiamentos para a infra-estrutura, licitações, investimento externo direto (IED), constituem os contemporâneos meios de pagamento. No Brasil, os pactos de elites, graças à presença do patronato e da clientela, sempre envolveram algum tipo de concessão aos de baixo sob a forma de benefício econômico. Assim, a política externa brasileira em relação aos Estados mais fracos acabou por incorporar a forma predominante de dominação existente no próprio país (patronato e clientela).

A questão do Acre foi diferente de todas outras disputas que a Bolívia travou pela simples razão que o Acre foi, literalmente, comprado de cada um de seus pretensos donos. O meio militar, utilizado de forma indireta, através dos insurgentes de Plácido de Castro, foi apenas o complemento de força (mínima e imprescindível) para assegurar a “entrega”. Além disso, o próprio Barão do Rio Branco assegurou a movimentação de tropas brasileiras do Exército brasileiro e uma força tarefa da Marinha para que fosse aceito fato já consumado. Parte integrante do acordo foram a cedência de território brasileiro (em permuta), uma indenização de dois milhões de libras esterlinas e, por fim, a construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Todos os itens do acordo foram escrupulosamente cumpridos pelo governo brasileiro, o que evitou o ressentimento dos bolivianos e manteve em alta a relação entre os dois países.

1.6.2 – O Problema da Navegabilidade do Amazonas

Inicialmente o Brasil não desejava incorporar o Acre e, mesmo depois de criada a situação de fato da ocupação (Plácido de Castro e o Exército), nosso país continuou reconhecendo o direito boliviano àquele território. Este foi o fundamento do Tratado de Paz de Petrópolis (1903).

O Brasil teve um papel decisivo para que a Bolívia pudesse recuperar o território do Acre após o levante de Luiz Galvez. Foi graças à indenização (suborno) paga pelo governo brasileiro que o aventureiro espanhol aceitou sair da região abandonando os seringueiros à sua própria sorte. Graças aos bons ofícios do governo brasileiro, ao fim de 1901, o Acre estava

pacificado e era novamente território boliviano. Foi então que entrou em cena o Bolivian Syndicate e a infeliz idéia de que pudesse ser dotado de uma Marinha.

O Brasil temia que o Bolivian Syndicate, situado à montante, criasse o pretexto para converter o Rio Amazonas em corredor de exportação de borracha e que fosse internacionalizado – considerado livre para navegação de naus militares, à semelhança de águas internacionais e, deste modo, subtraído da soberania do Estado brasileiro.

Deu-se então uma mudança na posição brasileira, ditada pelo imperativo de proteger os direitos do Brasil na área do Rio Amazonas. Afinal, havia um entendimento de que os rios internacionais (que atravessam território de mais de um Estado) deveriam estar submetidos a um regime de livre-navegação, sem distinguir Estados ribeirinhos de quaisquer outros.

Ainda em 1815, o Congresso de Viena (Ato Final) estabeleceu a internacionalização do Reno e do Escalda, com evidente intuito de reforçar a tutela da Santa Aliança sobre os territórios ainda não unificados da Alemanha e da Itália. Mais de cem anos depois, em 1919, o Tratado de Versalhes ampliou este entendimento para todos os rios do território alemão, estabelecendo uma tendência em âmbito mundial. Contudo, foi só por meio da Convenção de Barcelona da Liga das Nações (LDN), em 1921, que ficou claramente estabelecido o “regime das vias navegáveis de interesse internacional”. Segundo o jurista e professor da UFRJ, Celso D. de Albuquerque Mello, a convenção estabelecida pela LDN em 1921 estipulou “a internacionalização de todos rios internacionais”, isto é, os que atravessarem território de mais de um Estado e servirem à navegação. Consagra[ndo] a igualdade de tratamento em relação a Estados ribeirinhos ou não” (Mello, 2004:1296).

Como se verá adiante, neste intervalo de pouco mais de um século (1815-1921, do Tratado de Viena à Convenção de Barcelona), o Brasil deparou-se com o drama da internacionalização do Rio Amazonas. Como complicador, havia o fato de termos aderido aos princípios de Viena (1815) no que tange ao Rio da Prata.

A resposta brasileira foi articulada em três momentos: em 1851, com a abertura do Amazonas aos Estados ribeirinhos (Palm, 2009:36); em 1866, como o reconhecimento da internacionalização, excluídas naus militares; e em 1978, por meio do Tratado de Cooperação Amazônica.

O problema do Acre em 1899-1903 colocou em questão a soberania brasileira sobre o Amazonas em seu momento de maior fragilidade, quando, por força da guerra do Paraguai

(1864-1870)⁴², o Brasil havia promulgado o decreto de 1866, com posição próxima àquela do Congresso de Viena (1815) e da futura Convenção de Barcelona (1921), que seria assinada 18 anos depois da Guerra do Acre.

Até 1826, o precedente aberto em Viena sobre o Reno e o Escalda não havia tido qualquer repercussão prática sobre o Amazonas. Foi nesse ano que cidadãos norte-americanos solicitaram licença ao governo do Brasil para navegação naquele rio. Em 1850, requereu-se autorização para que fosse feita uma expedição científica norte-americana através do Rio Amazonas. O governo brasileiro negou autorização, e ela acabou sendo feita de forma clandestina em 1851-52, realizada por William Lewis Herndon e por Lardner Gibbon, oficiais da Marinha norte-americana.

O propósito da expedição, segundo explica o diplomata Paulo Roberto Palm, era o de obter um local para transferir a plantation do sul dos EUA (senhores e escravos), fazendo do Amazonas, através da Flórida, um prolongamento natural da fronteira agrícola do Mississipi (Palm, 2009:30-31). Em 1853, o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário no Brasil, General William Trousdale, recebeu orientações de que sua principal missão era conseguir a livre navegação do Amazonas para seus compatriotas (idem, 32). No mesmo ano, a Bolívia decretou a liberdade de navegação para terceiros países nos rios que desembocavam no Paraguai ou no Amazonas. No mesmo ano, a Inglaterra somou-se às exigências dos Estados Unidos e dos ribeirinhos. Para efeitos deste trabalho, importa compreender que se tratava de uma parceria entre a Bolívia e os EUA para obter a navegabilidade através do Rio Amazonas. Os episódios de 1853, quando EUA, os ribeirinhos e a Inglaterra somaram-se para exigir a internacionalização do Amazonas, podem ser considerados os antecedentes remotos à Guerra do Acre (1899-1903). Servem para demonstrar o quanto a navegabilidade do Amazonas foi determinante nos posicionamentos brasileiros.

Em 1854, o embaixador Limpo de Abreu respondeu aos americanos, reiterando a negativa do Brasil. Em 1855, o plenipotenciário norte-americano Trousdale, redigiu nota dirigida ao Imperador e entregou-a ao chanceler brasileiro Paranhos afirmando que o governo

⁴² Com bem menos intensidade que os Estados Unidos e os ribeirinhos, França e Inglaterra também reivindicavam a livre-navegação pelo Amazonas. Em meados do século XIX, os Estados ribeirinhos chegaram a procurar a França de Napoleão III para estabelecer, através do Amazonas, uma comunicação entre os Andes e a Guiana. Da metade em diante do século XIX, a crescente demanda inglesa por mercados e matérias-primas intensificou seu livre-cambismo e ela acabou por intensificar a defesa da tese da internacionalização em 1853 (Palm, 2009: 41). Parte da manobra brasileira de deslocar a Inglaterra de qualquer simpatia pelo Paraguai e obter créditos para a guerra exigiu concessões ao norte em virtude da guerra travada ao Sul (Cervo & Bueno, 2002:107).

dos EUA estava decidido a obter, de qualquer forma, o livre-uso do Amazonas para usos comerciais (idem, 33).

O Brasil manteve sua negativa, até que em 1857, o plenipotenciário Trousdale foi substituído. O novo representante, Richard Mead, ficou aguardando instruções sobre a questão, que nunca chegaram em virtude da irrupção da Guerra da Secessão em 1861. No entanto, neste período ressurgiu nos EUA a tese do uso do Amazonas como território para expatriação de escravos. Porém, desta vez, não como parte da expansão da fronteira agrícola, mas como modo de contornar o confronto sobre a escravidão nos Estados Unidos. A idéia chegou a ser encaminhada ao chanceler brasileiro Abrantes, sendo peremptoriamente rejeitada (idem, 33-34).

A solução que anteriormente havia sido encontrada pelo Brasil (e o antecedente remoto para o Tratado de Cooperação Amazônica) foi a de estabelecer com o Peru ainda em 1851 um Tratado que reconhecia direitos de navegação exclusivos para os ribeirinhos, isto é, para os países da região. Esta posição permitiu ao Brasil neutralizar a crescente influência americana, ao menos no que tange ao Peru (idem, 36).

Contudo, devido à eclosão da Guerra do Paraguai em 1864, o Brasil, no afã de obter créditos externos para financiar a contenda (Cervo & Bueno, 2002:107), abriu a navegação do Amazonas em 1866, o que foi efetivado no ano seguinte (1867). Contudo, a autorização incidia apenas sobre embarcações mercantes, graças ao que o Brasil conseguiu elidir a completa internacionalização que seria suscitada pela presença de embarcações militares.

O Brasil conseguiu driblar os riscos envolvendo a internacionalização do Amazonas em 1866 generalizando posteriormente, junto aos países da região, o já referido Tratado firmado com o Peru ainda em 1851. Com isto, na prática, conseguiu limitar os direitos de navegação exclusivos aos Estados ribeirinhos. Aproximou-se dos vizinhos, e afastou-os da influência norte-americana (Palm, 2009:39).

Tratava-se de evitar o que ocorreu, na China, entre 1842 (Tratado de Nanking) e 1899 (Tratado de Yang-Tsé), quando a livre-navegação dos rios chineses levou à desintegração da soberania estatal. Importa lembrar que a cláusula que permitia ao Bolivian Syndicate possuir uma marinha própria⁴³, pois ela colocava em questão a última restrição brasileira à navegação

⁴³ De acordo com o que estabelecia o contrato firmado entre o governo boliviano e o Bolivian Syndicate, este último teria administração fiscal, policial e os mais amplos poderes, incluindo armar e manter um exército e uma esquadra (Carvalho, 1995:171).

do Amazonas (a presença de naus militares), o que ameaçava a soberania brasileira sobre toda região.

Neste sentido, a Guerra do Acre foi o episódio que evitou os potenciais efeitos deletérios contidos no Decreto de 1866. Somente em 1978, com o Tratado de Cooperação Amazônica é que se afastariam os riscos à soberania brasileira sobre a Amazônia devido à questão da navegabilidade. O Tratado que, em palavras, consagrou a liberdade de navegação, na prática, conseguiu retroagir aos termos de 1851 (Tratado firmado com o Peru, em 1866 estendido aos demais ribeirinhos), com dois importantes acréscimos: vedado o trânsito de navios de cabotagem e consagrado o direito brasileiro de aduana. Isto pode ser inferido a partir da afirmação do jurista:

Em 1978, foi concluído em Brasília, um Tratado para Cooperação da Amazônia, que consagra a liberdade de navegação comercial nos Rios da Amazônia, respeitadas as legislação fiscal e de polícia. Esta liberdade não se aplica à cabotagem (Mello, 2004: 1301).

Impedido o direito de naus de cabotagem de fazerem a navegação no Amazonas e a assegurado o direito de aduana (a “legislação fiscal” aludida acima), a despeito do direito de ir e vir das navegações estrangeiras ser mantido, estava de fato consolidada a soberania brasileira sobre as águas. Além dos impostos devidos, foi estabelecido explicitamente o poder de polícia brasileiro sobre o tráfego fluvial. Embora em palavras o tratado afirme a “liberdade de navegação”, estabeleceu estrito controle brasileiro sobre o rio⁴⁴.

Resumindo, tanto em 1851, 1866, como em 1978, o Brasil elidiu a erosão de sua soberania por meio da aproximação com seus vizinhos. Por isso, conforme leciona Amado Cervo (2007:200-201), inicialmente a integração regional teria como ponto de partida o Tratado Amazônico e o eixo Brasil-Venezuela (Cervo, 2007:207). Foi apenas diante da oportunidade aberta pela Guerra das Malvinas (1982), que o Mercosul acabou sendo criado com a Argentina, constituindo a semente da integração sul-americana (ALCSA e Unasul)⁴⁵.

⁴⁴ Ainda que com concessões que, de qualquer modo, beneficiam sobretudo a parte brasileira. Este parece ter sido o caso do estabelecimento da “Zona Franca de Manaus”. Criada em 1967, estabelece carga tributária reduzida ou ausente para importações. De qualquer modo, as mercadorias que entram ou saem estão sujeitas ao controle da Receita e da Polícia Federal. Graças às facilidades de importação de componentes eletrônicos, o pólo industrial de Manaus possui mais de 450 indústrias de alta tecnologia e gera mais de meio milhão de empregos diretos e indiretos.

⁴⁵ Em 1978 foi assinado o Tratado de Cooperação Amazônica, pelo qual o Brasil transcendia dois limites de sua diplomacia: 1) a tradição de estabelecer modalidades de cooperação bilateral, em detrimento da cooperação multilateral; 2) a característica meramente econômica da diplomacia multilateral existente, que havia criado em 1960 a ALALC e, em 1980, a ALADI. Mesmo o Pacto Andino tinha como propósito principal o comércio ou o Mercado Comum. Diferentemente, o “Tratado Amazônico importou em cooperação em áreas de caráter não econômico, tais como estudos hidrológicos e climatológicos, a cooperação técnico-científica, transportes, comunicações, preservação do meio-ambiente” (Cervo, 2007:201). Os benefícios econômicos adviriam

Importa reter que os problemas da soberania brasileira sobre o Amazonas condicionaram no passado tanto a guerra preemptiva (Acre, 1903) quanto os primeiros passos da integração sul-americana.

1.6.3 – Presença Ostensiva do Enclave: o Bolivian Syndicate

O Brasil recusou-se a reconhecer o levante de Luiz Galvez, que havia proclamado o Estado Independente do Acre. Mesmo diante da situação consumada do levante vitorioso, o Brasil não só reconheceu o território como pertencente à Bolívia, mas também lutou contra Galvez. Chegou a pagar-lhe indenização (Carvalho, 1995:166) para que o vice-presidente da Bolívia, Perez Velasco, pudesse se instalar como Delegado Nacional (governador) do território do Acre. Criou-se uma situação insólita: no Brasil mobilizavam-se expedições de intelectuais (os denominados “poetas”) para lutar ao lado dos seringueiros, enquanto o governo brasileiro assegurava a soberania boliviana sobre o território. Ao fim de 1901, o local parecia pacificado, e resolvido o problema. Foi então que entrou em cena o Bolivian Syndicate.

Motivos para o receio brasileiro não faltavam. Ainda à época, foi denunciado o teor do acordo envolvendo o governo boliviano e o conglomerado empresarial reunido sob a denominação de Bolivian Syndicate. Conforme estabelece a pesquisa de Affonso Carvalho, seus poderes:

indiretamente, resultantes da intensificação da cooperação. Conforme Cervo, o Pacto Amazônico “tinha por escopo articular e fortalecer os esforços nacionais com impacto de longo prazo (...) incorporando a vasta região no espaço produtivo do continente” (ibidem). “Pela primeira vez, o conceito de desenvolvimento sustentável era aplicado na esfera multilateral” (ibidem). Em 1979, a mudança de filosofia, suscitada pelo Tratado, trouxe a redação do Memorando entregue a autoridades venezuelanas prevendo cooperação nas áreas siderúrgica, da construção civil, produção de açúcar, óleo de palma, prospecção de urânio, exploração mineral e transmissão de eletricidade. Conforme Cervo, este memorando é o divisor de águas entre o Estado desenvolvimentista e o estabelecimento do Estado logístico (Cervo, 2007:200). Além disso, o tratado criou mecanismos decisórios, que depois serviriam de modelo ao Mercosul, baseado na unanimidade (Cervo, 2007:202). Foi na esteira do Tratado de 1978 e do memorando de 79 que veio o Grupo de Apoio à Contadora (Brasil, Argentina, Uruguai e Peru), que, como o nome diz, prestava apoio ao Grupo de Contadora (México, Venezuela, Colômbia e Panamá), cujo objetivo era mediar as conflagrações em curso na América Central e impedir a escalada da presença norte-americana naquela região. Desse modo, os dois grupos tiveram papel relevante na autonomização da diplomacia regional em relação à agenda norte-americana. Mais tarde, os dois grupos se fundem, criando o Grupo do Rio, que projeta a diplomacia regional em âmbito planetário por meio da ECO-92, precursora do Protocolo de Kyoto. Com isto, a diplomacia brasileira abriu uma nova agenda no âmbito das relações internacionais. Posteriormente, graças à agenda de desenvolvimento sustentável e aos mecanismos decisórios comuns ao Tratado de Cooperação da Amazônia (agora já Organização) e ao Mercosul, foi possível estabelecer aproximação entre este último e o Pacto Andino, dando origem à ALCSA (1993), precursora econômica da Unasul (2008). Além da criação do Grupo do Rio, o grupo de Contadora e o de Apoio à Contadora indiretamente produziram também resultados no âmbito econômico. Este foi o caso do Acordo México-Venezuela-Brasil, que estabeleceu cooperação na área petrolífera, servindo para definir o perfil logístico do Estado brasileiro (Cervo, 2007:204) e o papel dos meios de pagamento como motor da integração.

Eram extraordinários (...) e sobretudo alarmantes, os privilégios do Bolivian Syndicate: dera-lhe a Bolívia a administração fiscal, policial e explorativa dos territórios; dera-lhe os mais amplos poderes, **podendo armar e manter um exército e uma esquadra!** Era fundação exótica e perigosa de um Estado no Estado (grifos meus) (Carvalho, 1995:171).

A preocupação com a “esquadra” do Bolivian Syndicate não era fútil. Tratava-se da possibilidade de estabelecer um estratagema jurídico pelo qual os navios de guerra dos Estados Unidos e da Europa poderiam trafegar livremente através do Amazonas sob a bandeira do consórcio anglo-americano. Além disso, havia o aludido precedente de 1866, quando Dom Pedro II abriu o Rio Amazonas à navegação de bandeiras estrangeiras. Para culminar, pairava no ar a retumbante, e fácil, vitória obtida pelos Estados Unidos na Guerra Hispano-Americana em 1898 (Bandeira, 2003:71).

Nesse ínterim, o Barão do Rio Branco promoveu uma reinterpretação do Tratado de Ayacucho (Tratado Muñoz-Neto), de 1867, pelo qual o Brasil reconhecia o Acre como área boliviana. Por este novo entendimento, o território colocava-se sob litígio. Rio Branco passou, então, a uma negociação direta com o próprio Bolivian Syndicate, intermediada pelo Barão de Rothschild⁴⁶. De concreto, ficou estabelecido o pagamento de uma indenização à empresa sediada em Nova Iorque. Porém, restava em aberto a questão do montante. Neste momento, entrariam em ação as Armas Brasileiras.

Antes disto, porém, o Estado Independente do Acre foi novamente proclamado em 1902, pelo rio-grandense Plácido de Castro, que apesar de na ocasião contar com apenas 28 anos, era veterano da Revolução Federalista de 1893, experimentado no comando de homens e na lide de armas. Foi ele quem liderou a revolta dos seringueiros brasileiros contra o Bolivian Syndicate. Além disso, ele era dotado de uma percepção aguda da situação internacional, alicerçada em um fervoroso patriotismo. Isto pode ser constatado por sua justificativa em pegar em armas:

Em 23 de junho chegaram-me às mãos alguns jornais que noticiavam como definitivo o arrendamento do território acreano e estampavam o teor do contrato, então firmado entre a Bolívia e o Bolivian Syndicate. Era uma espoliação feita aos acreanos.

Veio-me à mente a idéia cruel de que a Pátria Brasileira se ia desmembrar; pois, a meu ver, aquilo não era mais que o caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando-nos desde então a lhes franquear à navegação os nossos rios, inclusive o Acre. Plácido de Castro *apud* Carvalho (1995:173)

⁴⁶ August Belmont, um dos proprietários do Bolivian Syndicate, e seu representante nos EUA, era tido como filho bastardo do Barão de Rothschild. Por este percurso, o consórcio anglo-americano pertencia às propriedades da família do banqueiro (Bandeira, 2003:77). Isso só demonstra o brilhantismo e o tato do Barão do Rio Branco ao procurar diretamente aquele que parecia ser um dos principais financiadores ocultos do empreendimento para resolver o problema.

Desta feita, os destacamentos dos insurretos se organizaram em quatro batalhões: Novo Destino (150 homens); Pelotas (100 homens); Acreano (300 homens); Xapuri (300 homens). Plácido de Castro começou atacando as localidades bolivianas que serviam de suporte para Puerto Acre (Volta da Empresa, Santa Rosa e Costa Rica) (Carvalho, 1995:174). Elas foram caindo uma a uma, até que se deu o combate decisivo em torno de Puerto Acre, que também sucumbiu ao assédio dos guerrilheiros de Plácido de Castro.

Sem ter conhecimento da batalha decisiva, o governo brasileiro determinou que uma força tarefa da Marinha brasileira (elementos orgânicos da Divisão Naval do Norte), composta pelo encouraçado Floriano, pelo cruzador-torpedeiro Tupi e pelo Caça-Torpedeiro Gustavo Sampaio, se deslocasse à região e desse quarenta e oito horas para a rendição dos bolivianos ou destruísse Puerto Acre. Felizmente, a vitória dos seringueiros elidiu esta necessidade. Além disso, a chegada dos 300 prisioneiros de Puerto Acre em Manaus e a presença ostensiva da Marinha, “concorreu para mostrar [a]os EUA a impossibilidade de levar adiante o arrendamento do território. O Bolivian Syndicate, que pleiteara uma indenização de um milhão de dólares, manifestou-se pronto (...) para concordar com uma quantia menor para evitar uma guerra desastrosa” (Bandeira, 2003:81).

Rio Branco também enviou tropas do Exército comandadas pelo General Olímpio da Silveira. Tão logo o General assumiu o controle do Acre Setentrional, Plácido de Castro transferiu o governo provisório para o Acre meridional. Lá ficou sabendo que, apesar da capitulação de Puerto Acre, a Bolívia havia insistido em enviar uma nova expedição militar, comandada pelo próprio presidente da República. Então, o rio-grandense resolveu atacá-lo no caminho. Plácido e seus guerrilheiros penetraram na Bolívia para emboscar as forças legalistas. Ocuparam Girona e Bela-Flor e cercaram as tropas bolivianas em Puerto Rico. A batalha foi evitada pela notícia, enviada pelo general Olímpio, de que em 21 de março de 1903 havia sido estabelecido um cessar-fogo (*modus vivendi*) entre as partes beligerantes (Carvalho, 1995:179-180). Era o fim da conflagração, que aguardaria ainda o Tratado de Petrópolis.

Foi então que entraram em cena os meios de pagamento, tendo sido indenizados, como já descrito, tanto o Bolivian Syndicate como o Estado Boliviano. O Brasil assegurou na paz a vitória que obtivera na guerra.

Importa reproduzir, expresso pelas palavras de um de seus principais protagonistas brasileiros, o Barão de Rio Branco, o papel que teve o Bolivian Syndicate na decisão brasileira de tomar o Acre:

Na época, o Acre era responsável por uma “renda anual superior à de mais da metade dos vinte Estados de nossa União. **Não foram porém, vantagens materiais de qualquer ordem o móvel que nos inspirou.** (...) O Governo persistiu sempre em considerar boliviano aquele território. (...) **foi preciso que a própria segurança deste continente fosse ameaçada** pela tentativa de introdução do sistema perturbador das *Chartered Companies*.(negritos meus) Rio Branco, Exposição de Motivos do Tratado de Petrópolis. *apud*: Carvalho, 1995:183.

Importa referir que Rio Branco sempre temeu que ocorresse com o Brasil o que havia se dado com a China: o estabelecimento de protetorados de potências estrangeiras. Foi então que o enclave (Bolivian Syndicate) precipitou a ação brasileira, a qual combinou preempção (defesa preventiva da soberania do Amazonas) e o uso dos meios de pagamento. O que estava em questão era a soberania brasileira sobre o Amazonas. Mais uma vez, cabe citar as elucidativas palavras de Rio Branco:

Verdadeira expansão territorial só há agora e com a feliz circunstância de que, para a efetuar, **não espoliamos uma nação vizinha e amiga, antes a libertamos de um ônus, oferecendo-lhe compensações materiais e políticas** (...) e que o futuro se encarregará de traduzir em outros tantos laços de solidariedade internacional. (grifos meus) Rio Branco, Exposição de Motivos do Tratado de Petrópolis. *apud*: Carvalho, 1995:185.

Cervo & Bueno (2002:193) avaliam que “feito à base de compensações territoriais e pecuniárias, no acordo do Acre não houve vencidos nem vencedores. As relações Brasil-Bolívia, após o Tratado, até melhoraram”. Ao contrário do que pensa o presidente Evo Morales⁴⁷, o Brasil comprou o Acre pelo menos três vezes: de Galvez, do Bolivian Syndicate e do próprio Estado boliviano.

1.7 – Pós-Independência e Ciclo do Estanho

Simbolicamente, pode-se assinalar o ano de 1903 como marco do início do ciclo do estanho, momento em que sua produção superou a de prata⁴⁸. Aos poucos, o minério foi crescendo em participação no total do comércio externo do país: de 1900 a 1909, representava 40%; de 1910 a 1919, 60%; de 1920 a 1939, 72%; de 1940 a 1949, 75% (Andrade, 2007:27).

A produção de estanho foi dominada pela chamada “rosca”, o grupo de empresários que concentrava a exportação de estanho⁴⁹. Patiño, Hochschild e Aramayo eram as famílias

⁴⁷ Em maio de 2006, após a nacionalização das reservas de hidrocarbonetos, o então presidente Evo Morales afirmou: “Lamento muito que o Acre foi comprado em troca de um cavalo”. Provavelmente trata-se de uma notável confusão feita pelo presidente boliviano a partir de um episódio real. Dois cavalos brancos foram dados de presente à Bolívia como símbolo da amizade entre os povos, para além de tudo que o Brasil pagou às partes envolvidas no litígio.

⁴⁸ Neste ano, a produção de estanho atinge o valor de 938 mil libras esterlinas, enquanto a de prata chega apenas a 818 mil (Cardoso & Brignoli, 1984:181).

⁴⁹ Segundo Câmara (2007:78), o apelido “rosca” deve-se a que a estrutura girava em torno de si mesma, com “limitada capacidade de irradiação dos benefícios da prosperidade para o conjunto do país”. Isto só demonstra

que controlavam 74% da exportação de estanho (Câmara, 2007:78). Dados seu peso político-econômico e sua influência na máquina governamental, pode-se caracterizar esse período do Estado boliviano, usualmente designado como “era oligárquica” como, de fato, do predomínio de uma economia de enclave. Com a descoberta do estanho, a necessidade de assegurar o controle sobre a mão-de-obra indígena criou um pacto intra-oligárquico, e temporariamente foram esquecidas as antigas divisões entre as elites de Sucre e La Paz.

Simon Iturri Patiño nasceu em Cochabamba. Seu envolvimento com a exploração de estanho data do fim do século XIX, quando a mineração se dava por métodos rudimentares. Ele trabalhava como balconista na Casa Frick, loja que vendia dinamites e suprimentos para os mineiros. Realizou um contrato de exploração com seu patrão; em troca do financiamento, Patiño compartilharia o estanho encontrado por um ano: encontrou a maior mina da Bolívia. Com o passar do tempo, encontrou outras minas e ampliou sua atividade, formando uma empresa mineradora (Chiavenato, 1979:39-40).

A empresa modernizou-se progressivamente, passando a empregar técnicas extrativas mais modernas, o que lhe deu crescente participação no setor. Em 1910, dominava 10% do mercado mundial de estanho (Beyhaut & Beyhaut, 1995:182). O empreendimento cresceu, e Patiño adquiriu empresas rivais. Em torno da extração do minério, gradativamente surgiam centros populacionais.

Apesar da alta lucratividade do setor privado, os ganhos fiscais para o Estado boliviano eram mínimos. Em 1924, Patiño constituiu a *Patino Mines and Enterprises Consolidated Inc.*, sediada em Delaware. Ao tornar a empresa norte-americana, o chamado “Rei do Estanho” diminuiu a carga de impostos e dificultou a fiscalização, já precária, do Estado boliviano.

A carga tributária era bastante reduzida (em média de 3 a 5% do valor exportado, atingindo o máximo de 13%) (Andrade, 2007:27). Com baixa receita, o governo mantinha constantes déficits e necessitou sustentar-se por meio de empréstimos externos. Para dar uma medida da importância do enclave do estanho, note-se que apenas a fortuna de Patiño era avaliada em 50 milhões de pesos (1925), enquanto a renda nacional da Bolívia (atual PIB), no mesmo ano, foi de 55 milhões de pesos. Em 1925, Patiño realizou empréstimo à Bolívia no valor de 600 mil libras esterlinas. Cobrou alta taxa de juros, ainda que o recurso tenha sido

que os contemporâneos, ainda que não usassem o termo enclave, tinham clara percepção acerca de sua lógica de funcionamento.

empregado na construção de uma ferrovia que facilitou o escoamento da produção de estanho, favorecendo seu próprio negócio (Chiavenato, 1979:40-42).

O envio de estanho ao Pacífico no início era feito por meio de mulas. Até o fim do século XIX, o uso de mulas era o principal meio de transporte e ligação da Bolívia com o mundo, o que tornava o custo de produção extremamente elevado. Poucos produtos – como a prata e o estanho – eram rentáveis⁵⁰. Com o desenvolvimento da empresa, o transporte do minério passou a ser realizado por ferrovias. A *Patino Mines* gradualmente empregou mais trabalhadores⁵¹. Chegou a controlar a exploração de minas na Ásia Oriental e de fundições de estanho na Alemanha e na Inglaterra (Beyhaut & Beyhaut, 1995:182). Simon Patiño tornou-se um dos homens mais ricos do mundo.

Na Bolívia, o Grupo Patiño dividia o mercado com outras duas empresas. Ao longo da década de 1930, a porcentagem do mercado de estanho, embora oscilante, era mais ou menos a seguinte: Patino Mines, 62%; Grupo Hothschild, 26%; e Compañia Aramayo, 10% (Andrade, 2007:27).

A Compañia Aramayo de Minas, fundada por Avelino Aramayo, foi pioneira na extração de bismuto⁵², do qual chegou a ter monopólio mundial. A empresa, no entanto, também explorava estanho. Constitui-se em 1911 a *Aramayo, Francke & Co. Ltd.*, inicialmente, de capital boliviano. Em pouco tempo, a empresa dissolveu-se; formou-se, em seu lugar, a *Compañia Aramayo de Minas de Bolívia*, sociedade anônima registrada na Suíça.

O terceiro barão do estanho foi o alemão Moritz Hochschild. Conhecido como *Don Mauricio*, fundou a companhia *Hochschild Mining*, sediada em Londres. Esta empresa, juntamente com sua participação em outras mineradoras, lhe garantia parcela significativa do mercado. O grupo Hochschild teve seu auge nos anos 1930, entrando, posteriormente, em decadência.

⁵⁰ Chiavenato (1979:42) lembra que a produção de Patiño era a mais cara e antieconômica do mundo, visto que utilizava trabalho semi-escravo e pouca tecnologia.

⁵¹ Em 1935, havia 4.500 empregados; em 1942, 6600; em 1946, 8000 (Beyhaut & Beyhaut, 1995:182).

⁵² Bismuto é um metal pesado. Durante muito tempo, foi confundido com estanho e chumbo devido à semelhança com os dois elementos. Além das aplicações próprias daqueles (soldas e ligas metálicas), devido a seu baixo ponto de fusão, é o material com condutividade térmica mais baixa entre todos os elementos, exceto o mercúrio (que, abaixo de zero, revela propriedade supercondutoras). Na época, era utilizado para produção de ferros maleáveis e soldas, freqüentemente em ligas com estanho e chumbo. Mais tarde, passou a ser utilizado extensivamente na indústria de cosméticos, na medicina, e em reatores nucleares como suporte para o combustível de urânio (U-235 e U-233). A partir da década de 90, sua utilização foi valorizada em relação ao chumbo, por seu caráter não tóxico (é o único metal pesado não-tóxico). Atualmente, é empregado em ligas com elementos não-metálicos para produção de cerâmicas, esmaltes, equipamento de processamento de alimentos e encanamento.

Embora o poder econômico da *rosca* tenha sido uma constante, as condições dos mineiros permaneceram péssimas, ocorrendo greves e protestos, em um movimento que culminaria na Revolução de 1952.

Este capítulo procurou relacionar a logística nacional, a guerra e os meios de pagamento. A precária logística boliviana, entendida como indústria e infra-estrutura deficitárias ou ausentes, impediu que os meios de produção – através de mecanismos de aduana e tributação – se convertessem em meios de coerção, exércitos e esquadras.

Pensando nos termos de Tilly (1996), a competição inter-estatal não redundou “na construção de uma infra-estrutura social, no provimento de serviços, na regulamentação da atividade econômica, no controle dos movimentos populacionais e na capacitação do bem-estar dos cidadãos” (Tilly, 1996:81). Desafiada pela guerra, a Bolívia perdeu o controle dos territórios que abrigavam os enclaves. Perdeu o acesso ao mar (Pacífico) e ao Atlântico, pelo Rio Amazonas. Sem território, como o salitre e a borracha, ficou ainda mais crítico estabelecer mecanismos de tributação para organizar os meios de pagamento e construir a economia nacional. A Bolívia, sucessivamente, perdeu territórios (pólos dinâmicos) e mercados. Sem mercado, não pode estabelecer os mecanismo de tributação que reforçariam a capacidade de defesa e o fortaleceriam na competição inter-estatal. Esta lógica tornou-se evidente mais uma vez, na grande guerra nacional da Bolívia: o Chaco.

2 – A Guerra do Chaco e a Logística Nacional

A Bolívia tem na vertente oriental de suas montanhas grandes riquezas petrolíferas, com vários poços já perfurados que poderiam entrar em imediata produção. Necessita desses recursos e se vê obrigada a contemplá-las como riqueza estéril. A Bolívia não pode levar esse petróleo à Argentina, porque esse país, em vista de seus interesses, lhe fecha a passagem com fortes direitos protetores. O remédio natural e lógico seria construir um oleoduto no Rio Paraguai. Mas ali está a República do Paraguai, detentora de territórios bolivianos, fechando-lhe também a saída. A Bolívia não pode se resignar a viver miseravelmente como país. Discurso do Presidente Boliviano **Daniel Salamanca** (Almaraz, 1967:99).

Após a Crise de 1929, o estanho teve uma queda de preço acentuada, que já havia iniciado em 1927. Em 1927, o preço da tonelada do minério foi de US\$ 917, e seguiu caindo até US\$ 385 em 1932 (Andrade, 2007:29). As grandes empresas repassaram sua redução de lucros sob a forma de menores salários. Pequenos mineradores faliram. Com menor receita, a dívida externa aumentou. Decretou-se a moratória em 1930. Como resultado, eclodiram greves e manifestações. Devido à instabilidade política e social, havia urgência em compensar a queda do preço do estanho com acesso dos produtos bolivianos a mercados internacionais. A Bolívia havia praticamente perdido todas suas saídas para o exterior. Como resultado, teve de lutar por seus direitos de navegação no Rio Paraguai.

A Guerra do Chaco foi a grande guerra nacional da Bolívia. Foi a conflagração em torno da qual estabeleceram-se os condicionantes em torno dos quais se bateria a Revolução Nacional boliviana. Para se ter uma idéia, basta dizer que os dois países perderam cerca de cem mil homens (dois a três por cento da população total de cada país) (Hughes, 2005:412). Foi a maior conflagração internacional do século XX na América do Sul. Nela, a Bolívia perdeu o Gran Chaco – porção que franqueava acesso à porção navegável do Rio Paraguai – e, desta forma, perdeu uma saída também para o Atlântico.

2.1 – Antecedentes

Além da queda do preço do estanho, os condicionantes que impeliram a Bolívia à ação militar são, contudo, bem mais antigos.

2.1.1 – Antecedentes Remotos – Em termos remotos, as causas da Guerra do Chaco dizem respeito às dificuldades antevistas pelo próprio Bolívar na criação do país e, posteriormente, à Guerra travada pelo Chile e seus aliados contra a Confederação Peru-Bolívia (1836-39) e, por fim, devido à perda do litoral em virtude da derrota na Guerra do Pacífico (1879-1883).

Após a perda da saída para o mar, a Bolívia buscava um porto para que pudesse escoar sua produção. Mesmo enquanto ainda possuía litoral, a Bolívia já havia negociado um tratado de livre-navegação fluvial com terceiros países, tendo em vista o acesso ao Atlântico através do Rio Amazonas. Nesse sentido, chegou a buscar a França de Napoleão III⁵³ para estabelecer a comunicação entre a Bolívia e a Guiana⁵⁴. Como se viu anteriormente, a Guerra do Acre (1899-1903) pôs um fim às pretensões de internacionalização da Amazônia.

Restava apenas o Rio Paraguai, cujo acesso se dava por uma região que era objeto de controvérsia desde o século XIX. Para a Bolívia, sua fronteira deveria estender-se até a confluência do Pilcomayo com o Rio Paraguai. Para o Paraguai, seu território terminaria no Rio Parapetí. No espaço compreendido entre as duas alegações, ficava o Chaco Boreal (Gran Chaco)

2.1.2 – Antecedentes Mediatos – Em termos mediatos, as causas da Guerra do Chaco remetem ao Tratado bilateral de Navegação e Limites firmado entre Argentina e Paraguai (1852), pelo qual a primeira reconhecia direitos de navegação exclusivos do último no Rio Paraguai, “de costa a costa”, até sua confluência com o Rio Paraná. Contudo, omitiu-se o direito de navegação da Bolívia no Rio Paraguai, do qual era país ribeirinho. O Tratado de 1852 feriu o princípio pelo qual, quando país tem um rio fronteiro, possui direitos de navegação sob o mesmo, independente de convenções internacionais adicionais que disponham sobre a navegabilidade.

Portanto, o instrumento firmado entre Argentina e Paraguai feria o princípio de livre navegação aos ribeirinhos. Na prática, dado que este princípio era aceito na região platina, importava em um reconhecimento argentino acerca da delimitação da fronteira disputada entre a Bolívia e o Paraguai. No caso, tratou-se de reconhecimento implícito que a Bolívia não tinha acesso – o que era objeto de litígio – à porção navegável do Rio Paraguai. Esta porção se situa na confluência deste com o Rio Pilcomayo, e é a partir de onde se torna possível o acesso de naus com grande capacidade de carga.

⁵³ “Perseverando em seu intento, e após varias outras medidas de força, o governo boliviano decretou, em 27 de janeiro de 1853, a liberdade de navegação e comércio para terceiros países nos rios do país que desaguassem no Paraguai e no Amazonas” (Palm, 2009:37).

⁵⁴ Em 1844, o então cônsul boliviano na França, Vicente Pazos Kanti, chegou mesmo a propor a Napoleão III, em 1850, uma linha de comunicações entre a Guiana Francesa e as Repúblicas do Peru, da Bolívia, do Equador e da Venezuela (Palm, 2009:35). Embora a iniciativa não tenha prosperado, gerou desconfiança no governo brasileiro, que se recusou a firmar acordo de navegação com a Bolívia. O governo boliviano, descontente, organizou pequenas e sucessivas expedições de uma dezena de lanchas e canoas para chegar ao Amazonas pelo Rio Madeira. O diplomata brasileiro Duarte da Ponte Ribeiro tentou negociar a questão da navegação com o presidente boliviano Manuel Isidoro Belzu, porém não foi recebido. Por fim, o governo brasileiro deixou que a natureza se encarregasse de impedir o acesso boliviano ao Amazonas pelo Rio Madeira, visto que há dezenas de cachoeiras que dificultam sobremaneira este percurso. Cf. Medeiros, 2006:130-33.

O teor daqueles entendimentos bilaterais gerou vivos protestos por parte da Bolívia. Por fim, acabou não sendo ratificado, dado que a Argentina perdeu a guerra com o Brasil (1851-52), que tinha como motivo principal, justamente, a livre navegação dos rios Paraná e Uruguai. Como resultado da derrota de Rosas e seu proxy Manuel Oribe (Uruguai), passou a vigorar o Tratado de 1851 (Brasil e Uruguai), que estabelecia livre-navegação do Rio Uruguai. Em 1856, o Brasil formaria tratados com objetivo análogo com Paraguai e Argentina, acerca dos rios Paraná e Paraguai em todos os trechos. Como resultado, a guerra (1851-52) estabeleceu a livre-navegação para os ribeirinhos nos três grandes rios platinos (Paraná, Paraguai e Uruguai).

Devido à eclosão da Guerra do Paraguai (1864), por ocasião do Tratado da Tríplice Aliança (1865), o texto principal do instrumento retroagiu aos termos do Tratado paraguaio-argentino de 1852. Contudo, devido às preocupações do Conselho de Estado brasileiro e aos protestos bolivianos, foram incluídas Notas Reversais pelas quais se reconheciam a situação de litígio no Gran Chaco e a reivindicação boliviana sobre a navegação do Rio Paraguai.

Para fortalecer seu pleito soberano, a Bolívia ameaçou entrar na Guerra ao lado do Paraguai enviando 12 mil homens, que seriam críticos se empregados na fronteira oeste do Brasil, visto que a região era defendida quase que exclusivamente por contingentes da Guarda Nacional. Deste modo, foi firmado novo instrumento bilateral em 1867, justamente o já referido Tratado de Ayacucho⁵⁵.

Tratou-se de uma resposta ao Tratado da Tríplice Aliança de 1865, pelo qual todas as terras do Paraguai em litígio com os Estados aliados passariam aos países da Tríplice Aliança. Por este princípio, à Argentina caberia os Chacos Meridional, Central e Boreal, uma vez que estes territórios se incluíam nas áreas em litígio desta com o Paraguai. Contudo, omitiram-se

⁵⁵ Para se ter uma idéia do receio que a perspectiva da intervenção boliviana infundiu, basta verificar o clássico de Taunay (1997), *A Retirada da Laguna*, que fala sobre o pânico causado na fronteira, dada a penetração de dois corpos de exército Paraguaio (5.000+4.000). Foi para lhes fazer frente que foi enviada a expedição de Taunay. Contudo, quando chegaram, os paraguaios já haviam se retirado deixando grande consternação (Taunay, 1997:43-44). Àquela altura, a própria coluna de Taunay, ao invadir o Paraguai por Laguna, demonstrou a inviabilidade de se manter uma linha de suprimentos para o Paraguai pelo Oeste. Afinal, os homens já chegaram à fronteira sem cavalos e dizimados pela doença (Taunay, 1997:76-77). Importa notar que os paraguaios tinham problemas análogos, basta lembrar que sequer tomaram Cuiabá. Além disso, o grosso das tropas brasileiras já estava sendo desdobrado ao sul do Paraguai em território argentino. Neste contexto, uma invasão deste porte da Bolívia (12.000), que tinha melhores linhas de suprimento, colocaria o Conselho de Estado em um dilema: manter as tropas concentradas no sul, o que dava estatuto de realidade à Aliança, ou defender as províncias, fazendas, e cidadãos do oeste do Brasil, na faixa dos atuais Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e Goiás, a qual ficaria ameaçada pelas forças bolivianas. Pode-se dizer que, a despeito de modesta, as Forças Armadas bolivianas tiveram efetiva capacidade de dissuasão sobre o Brasil. Todavia, a diplomacia boliviana posteriormente pareceu não ter utilizado sua vantagem, como se viu pelo teor do Tratado Neto-Muñoz de 1867 (Tratado de Ayacucho). Mas, então, há de se lembrar a pressão argentina sobre o Pilcomayo (Gran Chaco), razão pela qual a Bolívia precisava do apoio brasileiro.

mais uma vez as pretensões bolivianas no Chaco Boreal (Gran Chaco). A inclusão deste último nas reivindicações argentinas, aceita pelo diplomata brasileiro Almeida Rosa, pareceu exagerada ao Conselho de Estado e ao Parlamento brasileiro. Contudo, já marcava uma relevante redução da intenção estratégica original argentina, inclinada a anexar o Paraguai como um todo (Doratioto, 2002:160). A posse do Chaco Boreal permitiria à Argentina flanquear o Brasil, vulnerando sua região Centro-Oeste (Doratioto, 2002:167)⁵⁶.

A Argentina aferrou-se ao que lhe parecia ser a interpretação original do Tratado de 1865. Quando Domingos Sarmiento tornou-se presidente e Carlos Tejedor chanceler, chegou-se a declarar todo o Chaco, incluindo o Boreal, província argentina. Em virtude da controvérsia em torno do Gran Chaco, entre 1876 e 1878, Brasil e Argentina quase foram à guerra, só não chegando às vias de fato devido ao absoluto esgotamento em virtude da conflagração anterior no Paraguai (Bandeira, 2003:158). Ao fim, o Brasil acabou por assinar um tratado de paz em separado com o Paraguai que, na prática, anulou o da Tríplice Aliança (Bandeira, 2003:158).

A controvérsia sobre o Chaco Boreal foi submetida à arbitragem do presidente norte-americano Rutherford Hayes, que deu ganho de causa ao Paraguai. Ao mesmo tempo, o apoio às pretensões bolivianas de estabelecer o limite do Gran Chaco com a Argentina no Rio Pilcomayo gerou insatisfação em Buenos Aires. Desse modo, a arbitragem de Hayes (1878) estabeleceu como limite norte máximo da Argentina o Rio Pilcomayo. Assim, beneficiou indiretamente Bolívia e Paraguai, visto que reconheceu implicitamente direitos de ambos sobre o Chaco.

Restou a esses países entrar em entendimento direto entre si sobre a soberania do Gran Chaco. Foi o caso do Tratado Quijarro-Decoud (1879), seguido pelo Tratado Tamayo-Aceval (1887), do Tratado Ichazo-Benitez (1894) e do Protocolo Pinilla-Soler (1907). Contudo, os três primeiros não foram ratificados pelo Congresso do Paraguai, mas o foram pelos bolivianos.

Como resultado destes entendimentos, surgiu um esboço geral da estratégia negociadora: o Chaco Boreal seria dividido em três partes: uma sob soberania boliviana, uma sob a paraguaia, e uma terceira, situada entre ambas, que ficaria sujeita a negociações posteriores ou à arbitragem internacional. Importa a existência de um modelo negociador,

⁵⁶ Importa lembrar que a questão das Missões/Palmas, envolvendo limites entre Brasil e Argentina, só se resolveu no início do século XX. Portanto, as preocupações com o envolvimento argentino por meio do Paraguai e com a fronteira brasileira com este país no Centro-Oeste, à época não eram fantasiosas.

afinal, implicitamente, ambos os países recuavam de suas pretensões originais e reconheciam direitos recíprocos no Gran Chaco.

Estes entendimentos⁵⁷, somados à exígua presença dos dois países na região, contribuíram para que não houvesse outros desdobramentos na ocasião. Porém, na década de 1920, este panorama alterou-se devido à exploração de tanino e à descoberta de petróleo⁵⁸. Então, ambos os países buscaram colonizar e estabelecer presença militar na região do Chaco.

Neste contexto de incerteza, o Paraguai decidiu expandir-se por meio de três expedientes: a expansão de fortins (Toledo), o estabelecimento de colônias estrangeiras (canadenses, russos e menonitas) e a concessão de 4 milhões de hectares para o enclave argentino da Casado & Cia. Como resultado destas iniciativas, a correlação de forças no Chaco alterou-se, em favor do Paraguai.

2.1.3 – Antecedentes Imediatos

Cumprir recordar que, como demonstra Furtado (1962), quando um pólo dinâmico entra em crise, há necessidade de a economia nacional apoiar-se nos pólos de menor expressão para compensar as perdas de ingressos no comércio exterior e na receita de impostos⁵⁹.

Para além da já aludida crise do estanho, principal pólo dinâmico da economia Bolívia à época, concorreu para a guerra a extração do tanino⁶⁰ (Peixoto, 2008:*on-line*). Sua aplicação na indústria de couros argentina o tornou um pólo dinâmico local. Graças ao tanino, formou-se um enclave argentino na porção do Chaco ocupada pelo Paraguai. Possuía quatro milhões

⁵⁷ A intensidade das negociações pode ser medida pelo número de tentativas de mediação entre as partes, nada menos do que 18 (Cervo e Bueno, 2002), inclusive com a participação do Brasil, por meio da atuação do então chanceler Afrânio de Melo Franco.

⁵⁸ Para alguns autores foi o petróleo a principal *causis belli*. Contudo, atualmente esta versão não conta com grande aceitação e o trabalho procura contribuir ao debate com sua própria hipótese (logística nacional). Para efeitos da hipótese causal do petróleo, tem-se Chiavenato (1979), para quem se tratava de uma disputa de transnacionais que manipulavam os países. Para este autor, a Royal Dutch Shell controlava os paraguaios, com apoio da Argentina; a Standard Oil controlava a Bolívia, com apoio do Brasil. Entretanto, esta visão parece minimizar o efeito da competição inter-estatal – a necessidade da Bolívia ter saída para o mar e os interesses da companhia de petróleo argentina Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) – em benefício da competição inter-empresarial, o que parece francamente exagerado.

⁵⁹ Por exemplo, quando se deu a crise do açúcar, no início do século XIX, o Brasil a enfrentou abrindo a nova fronteira agrícola de plantação de café no Rio de Janeiro (Vale do Paraíba). Incrementou o comércio de ervamate, cacau, algodão e outros produtos locais que anteriormente só tinham expressão no comércio interno, no máximo regional. Foi desse modo que o Brasil enfrentou a economia baseada em ciclos e conseguiu manter a estabilidade do Estado oligárquico, constituindo uma proto-economia nacional, que efetivamente se estrutura apenas com o centro de decisão da siderurgia. Por outro lado, na Bolívia, a despeito da produção de prata e estanho, o imposto sobre o indígena continuava a ter uma importância central,

⁶⁰ Encontrado no quebracho, planta existente em profusão no Gran Chaco, tanto no lado boliviano como no paraguaio (Carvalho, 1959:318).

de hectares e era de propriedade de Carlos Casado (Bandeira, 1998:174) que construiu as únicas duas ferrovias existentes no Chaco, além de portos no Rio Paraguai.

Foi no interior destes quatro milhões de hectares do enclave de Casado que foram colocadas as famílias menonitas, canadenses e russas, o que constituiu um projeto de povoamento da região por imigração. Este fato só serviu para aumentar as apreensões de La Paz em relação ao destino futuro da região. Vale ainda lembrar que, em 1932, assumiu a Presidência argentina o General Agustín P. Justo, cunhado de Carlos Casado, dono do enclave. Justo nomeou como chanceler Carlos Saavedra Lamas, ex-advogado da Casado & Cia (Bandeira, 1998:174). O antigo chanceler argentino, Estanislao Zebbalos, também era um dos grandes concessionários de terras no Chaco Boreal, as quais recebera do próprio governo do Paraguai (Bandeira, 1998:174). Casado e Zebbalos simbolizam a penetração econômica e a crescente influência política argentina sobre o Chaco.

Deste modo, a causa econômica imediata para a guerra foi o tanino. Contudo, a causa militar imediata foi a descoberta da Lagoa Pitiantuta, cuja posse, em meio ao Chaco árido, constitua-se em notável vantagem. Foram as movimentações em torno de Pitiantuta que acabaram por escalar, constituindo a conflagração.

Na realidade, o Chaco era um importante entreposto, já que a projeção de influência da Argentina ia muito além. Na década de 1920, os habitantes de Santa Cruz comemoravam, orgulhosos, o fato de há mais de 50 anos cantarem o hino nacional argentino e não o boliviano. A preocupação brasileira com esta influência que, como se viu, data do Tratado da Tríplice Aliança (1865) e da controvérsia de 1878, motivará a interpretação de um suposto apoio brasileiro à Bolívia. Entretanto, diferentemente do que pensa o filósofo alemão Hegel, nem todo racional é real. Em tese, é racional que o Brasil acompanhasse o Chile no apoio aos bolivianos, pela mesma razão que aqueles, isto é, conter a influência argentina. Tratava-se de evitar a abertura de uma nova frente de confrontação com a Argentina, desta feita, no Centro-Oeste brasileiro. Contudo, como se verá, isto não aconteceu. De fato, envolvido com a Revolução de 1932 e sua pacificação, o Brasil nada⁶¹ fez para auxiliar a Bolívia⁶². A Argentina, diferentemente, prestou apoio efetivo ao Paraguai⁶³.

⁶¹ Em 1928, o Brasil permitiu a passagem, a partir do porto de Santos, de um carregamento de munições para a Bolívia, oriundo da Vickers-Armstrong, da Inglaterra. Contudo, fez questão de informar o Paraguai que só procedia deste modo em conformidade com o Tratado de Petrópolis, de 1903. Além disso, na mesma ocasião, estendeu os mesmos direitos ao Paraguai (Cervo & Bueno, 2002:243). Mesmo depois da Revolução de 1930, o Brasil procurou observar a mais estrita neutralidade. “Em 23 de maio de 1933, Getúlio Vargas decretou a observância da completa neutralidade durante a guerra entre os dois países vizinhos, iniciada no ano anterior” (Cervo & Bueno, 2002:244).

Assim, com a crise do estanho, o tanino tornou-se um elemento chave, tanto para a economia nacional boliviana quanto para manter a estabilidade da região Oriental, dado que a penetração do enclave argentino era um estímulo para que a região da Meia-Lua se integrasse mais à Argentina do que à Bolívia. O separatismo já existia como força latente (resultado da Guerra Civil de 1898) e foi suficientemente efetivo para influenciar os desdobramentos da Conferência de Paz em Buenos Aires (1935-1938).

Desde a independência da Bolívia, elites da região de Santa Cruz não se conformaram em pertencer ao território boliviano. No início, queriam incluir a “República” de Warnes (República de Santa Cruz) às Províncias Unidas do Prata. Em 1831, desejaram proclamar a independência *cruceña* (Guardia, 2003). Em que pese este ímpeto centrífugo, típico da fase de consolidação dos Estados-nacionais, o movimento se fortaleceu depois da Revolução de 1898. Na década de 1920, houve um movimento, o “Comité de Defensa de los Intereses del Oriente”, que chegou a proclamar a independência de Santa Cruz em 1921. Embora chegasse a constituir um governo provisório, foi reprimido pelo governo boliviano. Às vésperas da primeira confrontação militar da Bolívia com o Paraguai, ocorrida em 1928, o separatismo teve um novo impulso. Em 1924, novo movimento, desta vez armado, foi organizado, porém igualmente reprimido⁶⁴ (Guardia, 2003:14).

Na Bolívia, a clivagem entre a região ocidental e oriental, Andes e planície, indígenas e criollos, foi fortemente condicionada pela ausência de comunicações internas. Era como se existissem ao menos duas Bolívias. Importa lembrar também que a logística nacional, no caso da América do Sul, quase sempre surgiu como subproduto das inversões estrangeiras relacionadas ao comércio exterior. Desse modo, a crise política e social boliviana tornava

⁶² Caso a afirmativa pareça muito forte, além da descrição supracitada de Cervo & Bueno (nota anterior), importa comparar a atitude brasileira em relação à Bolívia (1932-35) com aquelas em que o Brasil efetivamente prestou apoio, como foi o caso de Mitre contra Rosas na (na Argentina, em 1851-52) e de Plácido de Castro (contra a Bolívia, 1902-03).

⁶³ Os argentinos se constituíram no maior contingente estrangeiro presente na Guerra. Todo 7º regimento de cavalaria, Jose de San Martin, era composto por argentinos. O segundo maior contingente estrangeiro foi fornecido pelo Chile: pelo menos 300 oficiais chilenos serviram no exército boliviano nos últimos estágios da guerra (English, 2007:173).

⁶⁴ Três anos depois, em 1927, a Bolívia assistiu a um dos maiores levantes indígenas da História da América. Precedido pelo levante de Jesús de Machaca (1921), tratou-se do levante de Chayanta, em Potosí, um dos maiores da história. Naquele contexto, resolveu-se por em prática as leis estabelecidas pela Revolução de 98 que punham fim à propriedade comunitária indígena. Tratava-se de, com o intuito de desenvolver o capitalismo no altiplano, fazer uma verdadeira reforma agrária às avessas, passar às mãos de particulares (fazendeiros), terras comunitárias que pertenciam aos índios secularmente. O levante de 1927 foi tão sério que se chega a falar que “o Exército boliviano lutou e duas frentes”, cinco anos depois, quando teve início a Guerra do Chaco. Em torno de um ano depois, em 1928, durante a presidência de Ernando Siles, o Paraguai tomou a força o posto boliviano de Vanguardia e, como reação, os bolivianos tomaram Boquerón. Foi então negociada a paz com base em uma retirada recíproca. Importa perceber os efeitos das tensões étnicas e separatistas internas, associadas à expansão paraguaia no Chaco na escalada que conduziu à guerra em 1932.

imperativa a obtenção de uma saída para o mar que, no caso, significava ter acesso à parte navegável do Rio Paraguai⁶⁵.

Afinal, era o Rio Paraguai que restava, pois havia falhado a tentativa de usar o Rio Paraná. A Bolívia havia solicitado à Argentina permissão para construir dois oleodutos que percorreriam seu território para escoar a produção de petróleo através do Rio Paraná, o que foi negado pelo presidente argentino Hipólito Yrigoyen (Bandeira, 2003:266).

Ademais, a despeito da existência secular de indígenas guaranis no Chaco, praticamente inexistiam paraguaios no local. Ainda hoje (2010) a porção paraguaia do Chaco, que representa 60% de seu território, abriga apenas dois por cento de sua população⁶⁶. Se considerarmos o exemplo do Brasil em relação ao Acre, em que se fez uso da guerra preemptiva devido à presença do Bolivian Syndicate, mais razão tem-se em justificar o uso da força por parte da Bolívia.

Na ocasião, o Chaco era basicamente um enclave argentino de extração de tanino, e o Casado & Cia o meio físico que potencialmente interligava a Argentina aos separatistas de Santa Cruz. Assim como no caso do Brasil na região amazônica, a Bolívia procurou assegurar sua integridade territorial. Por tudo isso, acreditava-se que a resistência paraguaia seria simbólica (Corum, 2003: *on-line*; Andrade, 2007:31).

Para o caso de configurar-se a pior hipótese, a conflagração, a Bolívia contava com o contrato firmado em 1926, pelo presidente Ernando Siles com a britânica Vickers Armstrong, para o fornecimento de material bélico e munição. Para honrá-lo, contava com as receitas

⁶⁵ Ainda por ocasião do Tratado de Petrópolis, havia sido estabelecida a construção da Ferrovia Madeira-Mamoré. A Ferrovia foi construída entre 1907 e 1912 com o intuito de permitir o escoamento da borracha boliviana. Ligava a cidade de Guajará-Mirim (em Rondônia, na fronteira com a Bolívia) a Porto Velho. A partir de Porto Velho, o Rio Madeira, afluente do Rio Amazonas, não possui mais cachoeiras e é, portanto, navegável (trecho do Baixo Madeira). A chamada “Ferrovia do Diabo” foi construída pelo conglomerado do mega empresário norte-americano Percival Farquhar – segundo Faoro, “um hábil e ousado negociador de concessões” (Faoro, 2001:857), que tinha negócios nos setores elétrico, de ferrovias e de mineração. Para o empreendimento, Farquhar fundou a *Madeira-Mamoré Railway Company*. Estima-se que a Madeira-Mamoré tenha custado 25 milhões de dólares e empregado cerca de 60 mil trabalhadores, dos quais 10 mil morreram e outros 30 mil ficaram doentes em virtude da insalubridade e de doenças como malária e febre amarela. Todavia, em pouco tempo a ferrovia perdeu importância. As plantações inglesas na Malásia e na Indonésia eram mais eficientes e de custo menor, tornando a borracha Amazônica pouca competitiva. A queda do preço mundial do látex selou a decadência econômica da região. Ademais, o alto índice de chuvas da floresta provocou a destruição de trilhos e pontes. A ferrovia foi parcialmente desativada na década de 1930 e totalmente em 1972. Em seu lugar, o governo brasileiro construiu as atuais rodovias BR-425 e BR-364, que igualmente ligam Porto Velho a Guajará-Mirim. Além da impossibilidade de saída pelo Rio Amazonas, é necessário ressaltar que o Brasil encontrava-se em guerra civil em 1932, graças ao denominado levante constitucionalista em São Paulo. Com alguma razão, a Bolívia sentia-se só e compelida a resolver por si mesmo o problema de seu acesso ao Atlântico.

⁶⁶ 142.501 de um total de 6,3 milhões de habitantes. Em relação ao território, são 249.925 km² de um total de 406.752 km².

oriundas do petróleo⁶⁷. Siles mobilizou os meios de pagamento bolivianos no estilo brasileiro (diplomacia do patacão). Do mesmo modo que Rio Branco subornou o Barão de Rothschild para obter a desistência do Bolivian Syndicate sobre o Acre, Siles contava com a Vickers para neutralizar a Shell. Mas os planos de Siles, como fica claro a partir do episódio de 1928, tinham mais um caráter dissuasório do que de plano de conquista. A ratificação dos tratados firmados com o Paraguai pelo Congresso boliviano, estabelecendo um “modus vivendi” em torno do Chaco, mostra que esta inclinação de Siles pela paz era compartilhada pelo resto das elites políticas do país⁶⁸.

Em 1928, os paraguaios haviam tomado o posto boliviano de Vanguardia. O presidente Ernando Siles deu ordem para que este fosse retomado. Contudo, as enchentes da estação impediram o acesso boliviano ao referido sítio na Frente Norte. Deste modo, os bolivianos acabaram por tomar o fortim paraguaio de Boquerón, na Frente Sul. O gesto de força de Siles levou ao estabelecimento de imediatas negociações e um acerto honroso, que cada uma das partes se comprometeu a retirar seu efetivo do local tomado. Aparentemente, Daniel Salamanca esperava fazer o mesmo cinco anos depois (1932). Mas, então, a realidade das capacidades paraguaias no Chaco já era distinta.

Com Siles, a Bolívia contava com seus meios de pagamento. Tratavam-se dos contratos da Standard Oil norte-americana⁶⁹ para obter apoio dos Estados Unidos e com os da Vickers para assegurar apoio britânico⁷⁰. Como EUA e Inglaterra eram as duas principais

⁶⁷ De acordo com a previsão do contrato firmado em 1926 (posteriormente foram firmados outros), a Bolívia deveria receber: 196 peças de artilharia (25mm e 105mm); 36.000 fuzis; 6.000 carabinas; 750 metralhadoras, 12 aeronaves; 2,5 milhões de estojos (munições de fuzil e metralhadora), de 10 a 20.000 estojos de munições para cada uma das diferentes peças de artilharia; 20.000 máscaras de gás; capacetes; motocicletas; equipamento para comunicação sem fio (rádio); lanças; motocicletas armadas; equipamento médico; tendas de campanha, cantis; mochilas; espadas, vagões, entre outros (Hughes, 2005:419). Estima-se que o valor do contrato neste ano tenha sido de 1.870.000 de libras esterlinas (para um total de 3 milhões de libras esterlinas) (Hughes, 2005:418).

⁶⁸ Conforme se salientou, o Congresso Boliviano ratificou os Tratados Quijarro-Decoud (1879), Tamayo-Aceval (1887) e Ichazo-Benitez (1894), não ratificados pelo Congresso do Paraguai.

⁶⁹ A Standard Oil iniciou suas operações na Bolívia em 1922. Porém, desta data até 1928, negou a existência de reservas com o intuito de evitar o pagamento de tributos ao Estado boliviano. Em 1925, construiu um oleoduto clandestino pelo qual escoava a produção pela Argentina (Bandeira, 1998:181; Paulo Neto, 2007:31-32). No Brasil, a Standard Oil foi acusada por Monteiro Lobato de ter a mesma atitude: negar a existência de petróleo com propósitos inconfessáveis.

⁷⁰ Conforme atesta Moniz Bandeira: “Interesses da Grã-Bretanha também havia na Bolívia, à qual a companhia Vicker Armstrong vendera armamentos e, em 1933, solicitou a interferência do *Foreign Office* junto ao Governo do Chile, no sentido de que permitisse a passagem de um carregamento, no valor de £ 300.000, pelo porto de Arica” (Bandeira, 1998:181). O montante total dos contratos com a Vickers assomava a cifra de três milhões de libras (Hughes, 2005:418). Cumpre recordar que o Brasil comprou o Acre da Bolívia por dois milhões de libras. Além disso, a extração de petróleo no Paraguai – diferentemente da Bolívia – progredia lentamente. Portanto, era racional competir pela Inglaterra angariando apoio da Vickers, já que seu faturamento (resultado da venda de armas) era líquido e certo, ao passo que a Shell havia investido milhões no Paraguai e permanecia com retorno incerto. Como se verá adiante, foi a autonomia relativa do político em relação ao interesse puramente econômico do Estado (Parlamentos nacionais e Liga das Nações) que pôs por terra o cálculo bem elaborado da Bolívia. Ao

potências com influência no subcontinente à época, provavelmente Siles contava também com seu apoio para elidir um eventual embargo. Assim, a Bolívia acreditava estar apta a pagar o preço no caso de guerra, fosse ele dinheiro, ferro ou sangue, mas não disposta a provocá-la.

Só por meio deste modo indireto é que o petróleo liga-se à Guerra do Chaco, como elemento de suporte econômico (Bandeira, 2003:166;180;183-84). Tratava-se, antes, de mais um fator de pressão para adquirir, pelo Rio Paraguai, uma saída ao Atlântico. Os bolivianos não pensavam haver petróleo em território paraguaio, mas acreditavam que podiam ser o grande fornecedor de petróleo no mundo (Bandeira, 2003:183), e, para isto, precisavam de saída ao Atlântico. O petróleo constituiu-se, portanto, em mais um elemento de pressão para a construção da logística nacional por meio do comércio exterior. Dessa forma, não foi causa direta da rivalidade com o Paraguai, o que, para alguns autores, configuraria uma guerra de rapina protagonizada por grandes empresas estrangeiras de petróleo.

Em 1932, certamente ainda haveria espaço para a diplomacia, como se deu em outras ocasiões (1928), mas era preciso negociar a partir de uma posição de força. Todavia, a Bolívia teve sua capacidade de pagamento reduzida em virtude da Crise de 1929 e a moratória decretada em 1930. Em 1931, a Presidência da República passou a ter como titular Daniel Salamanca, que era um homem muito diferente de Siles. Inicialmente liberal, converteu-se ao republicanismo e formou um governo de coalizão, com um vice-presidente liberal. Daniel ansiava por livrar-se da sombra do seu antecessor. Salamanca não se valia das manobras astutas e alianças elaboradas que eram a característica mais marcante de Ernando Siles. Daniel era um homem do certo e do errado, do branco e do preto, do bem e do mal, sem qualquer gosto pelos meios-termos.

Além disso, a pressão do enclave sobre o separatismo, associada à crise econômica e social, dava um caráter de urgência à situação. Quando o Paraguai retomou suas provocações em 1932, Salamanca exigiu do exército uma solução para o problema. Ao mesmo tempo, negou-se a permitir a mobilização geral. O homem que não gostava de meios-termos acabou colocando o país no pior dos dois mundos. A realidade, a despeito da propaganda dos dois lados, é que a Bolívia não parece ter pretendido retomar todo Chaco.

Tratava-se, antes, como expressou o próprio Salamanca, de “firmar o pé” no Chaco, do que de conquistá-lo. Contudo, a correlação de forças havia se alterado, e a Bolívia carecia de meios mesmo para “firmar o pé”. Foi o que disse ao Presidente o General Filisberto Osório

fim, as duas potências (EUA e Inglaterra) acabaram por aderir ao boicote, aceitando em grande medida o embargo.

quando recebeu a ordem de tomar Boquerón. Salamanca irritou-se, demitiu o militar e assumiu como chefe de operações do teatro⁷¹. O presidente acreditava, contra o parecer de Osório, que o contingente disponível seria suficiente para dar uma lição aos paraguaios.

Utilizando uma terminologia contemporânea para explicar os desentendimentos entre o Alto Comando das Forças Armada e a Presidência da República, pode-se dizer que o presidente Salamanca acreditava estar diante de uma pequena guerra (*small war*⁷²) ou, no máximo, de uma guerra restrita aos fortes da fronteira (*limited war*⁷³). O que o general Osório tentou, sem sucesso, foi expor ao presidente que a guerra necessariamente escalaria. Em suma, que seria aquilo no que acabou constituindo-se de fato, uma guerra local (*local war*⁷⁴). Trata-se de um tipo de confronto que, apesar de confinado geograficamente, é baseado na escalada e no atrito crescente para obter uma definição através da exaustão.

O Paraguai compreendeu claramente a natureza da guerra – Ayala e Estigarribia partiram da desconfiança mútua para chegar a uma considerável unidade de vontade. Ainda em setembro de 1932, o Paraguai decretou mobilização geral, contando já no mesmo ano com um corpo-de-exército em campo (9.500 homens no Chaco). A Bolívia, por sua vez, apenas decretou a mobilização após a queda de Salamanca, em dezembro de 1934, e só quando os paraguaios já estavam cercando Villa Montes – principal embasamento logístico boliviano durante a guerra. Foi então que a mobilização boliviana inverteu a maré da guerra e foi decretado o armistício. Afinal, o III Exército já havia se revelado capaz de conter os paraguaios ao longo do Rio Parapiti até Villa Montes.

Diferentemente do que ocorre na *small war* ou na *limited war* – em que o fator mais importante é a capacidade já instalada, na *local war* o elemento de definição é dado pela logística nacional, no caso, a incorporação de novos meios à luta e a capacidade de repor os existentes.

⁷¹ Embora assumisse apenas a titularidade nominal, importa mencionar que Salamanca substituiu a estratégia de atrito de Filisberto Osório por uma abordagem ofensiva. O comando de campo coube ao ex-comandante do Regimento Lanza, depois titular do comando da então recém criada 4ª Divisão, agora guindado à condição de responsável pelo Chaco: Enrique Peñaranda.

⁷² **Small War** – *Small war* é uma guerra limitada na geografia, na duração e de baixa intensidade. Travada entre atores inter-estatais, a noção de *small war* não se aplica à guerrilha e à insurgência. O exemplo sul-americano mais conhecido é o da Guerra do Cenepa, travada entre Peru e Equador em 1995.

⁷³ **Limited War** (guerra limitada) – Guerra limitada é uma guerra delimitada em tempo e espaço, confinada geograficamente e de curta duração, mas de intensidade aberta (baixa, média, ou alta). A guerra limitada exclui o uso de artefatos nucleares mesmo de rendimento tático.

⁷⁴ **Local War** (guerra local) – Guerra local é uma guerra delimitada apenas no espaço. A única característica de sua delimitação é a geografia onde é travada. Todavia, sua intensidade e tempo de duração dependem apenas da capacidade de escalar e da vontade dos contendores. A guerra local pressupõe a possibilidade do uso de armas nucleares táticas e de batalha. Nela, são postas à prova a vontade e a logística nacional.

2.2 – A Logística e a Guerra

A logística condicionou a Guerra do Chaco em larga medida em suas três esferas: a estratégia, as operações e a tática⁷⁵. Conforme expressa o próprio título deste trabalho, a logística nacional⁷⁶ é a variável pela qual se interpenetram a construção do Estado e a integração regional. A guerra serve para colocar em evidência sua relevância, como prova de fogo da capacidade estatal.

2.2.1 – A Logística e a Estratégia

Como se procurou demonstrar anteriormente, a demanda de uma saída para o petróleo boliviano foi um dos principais fatores que conduziu à guerra. A Bolívia pretendia ter o apoio dos Estados Unidos e da Inglaterra. Entretanto, a disputa política interna ao primeiro – a emergência da esquerda que acompanhou a ascensão de Roosevelt –, e a disposição de acatar o embargo da Liga das Nações no caso da segunda, acabaram por neutralizar os esforços respectivos da Standard Oil e da Vickers Armstrong. Por mais que ambas as companhias se esforçassem – o que de fato foi feito – o embargo atingiu o fornecimento de aviões americanos e de armas e munições britânicas.

O Paraguai também estava preocupado com a ativação de seus recursos naturais e logísticos. Depois de perder a Guerra para a Tríplice Aliança, atravessou um período de instabilidade política. Com a vitória dos Liberais na Revolução de 1904, o país passou a ter predomínio de influência argentina. Esta se deu em grande medida devido à presença de fazendeiros daquele país e da dependência de Assunção em relação a Buenos Aires em tudo ligada às relações do Paraguai com o mundo (Bandeira, 1998:164). Teve início (em 1904) a chamada “Era Liberal”, marcada pela instabilidade em que se sucederam 21 governos deste partido em um intervalo de 36 anos (Hagedorn, 2006:46-47)⁷⁷. Em 1922, uma divisão entre os

⁷⁵ **Estratégia, Operações e Tática** – são usadas neste trabalho com a seguinte acepção: **Estratégia** – corresponde ao nível máximo de comando político-militar; trata-se do elo entre a diplomacia (alta política) e o planejamento de guerra. **Operações** (ou nível operacional da guerra) – dizem respeito ao planejamento e à execução de campanhas. **Tática** – diz respeito ao uso do combate para travar a guerra. Adaptado de Martins (2008:9-10).

⁷⁶ Conforme visto na Introdução, o conceito de logística nacional utilizado neste trabalho é tributário do professor Matthew Hughes e seu trabalho “Logistics and the Chaco War: Bolivia versus Paraguay, 1932–1935”, publicado no “The Journal of Military History”. O conceito diz respeito não só ao fornecimento de material para um exército em tempos de guerra, mas também à capacidade da infra-estrutura nacional e da indústria de base para equipar, dar suporte, e abastecer as Forças Armadas. Portanto, a noção de logística nacional abarca o sistema de transportes civis utilizado para movimentar tropas e sua capacidade de reabastecimento dessas forças (Hughes, 2005:415).

⁷⁷ Ainda assim, devido à influência do Partido Colorado junto aos pobres e às divergências entre as próprias facções liberais, até as vésperas da Guerra do Chaco e o posterior início da Conferência de Paz, a influência argentina é crescente, mas não está solidamente sedimentada no Paraguai.

Liberais (Cívicos e Radicais), latente desde o levante de Albino Jara em 1910, se converteu em guerra civil. O presidente, na ocasião, era Eusébio Ayala, em seu primeiro mandato (1921-23)⁷⁸. O exército se dividiu; ambas as facções empregaram aviões de combate e a conflagração arrastou-se por 14 meses. Assumiu então Eligio Ayala, presidente do Congresso (posteriormente presidente da República), para fazer a paz entre os Liberais.

Por esta ótica, a Guerra do Chaco é a continuação, em outro meio, da Guerra Civil entre facções Liberais no Paraguai e Liberais e Conservadores na Bolívia. A existência do conflito latente entre Radicais e Cívicos no Paraguai fez do prestígio de vencer a Guerra o elemento que poderia unificar as facções liberais e todo partido em torno de si. Foi o que de fato ocorreu na figura do Marechal Estigarribia. Isto, contudo, foi comprometido com sua morte prematura. Esta questão será abordada no balanço estratégico da Guerra; por ora importa apenas afirmar que a mudança da situação política no Paraguai alterou a correlação de forças na América do Sul, estabelecida pela Guerra do Chaco (1932-35) e pela Conferência de Paz (1935-38). Doravante, com a vitória Colorada em 1940, o Paraguai guardaria maior distância da Argentina.

Por ora, importa consignar que a hegemonia Liberal (1904-1940) definiu o alinhamento internacional do Paraguai junto à Argentina. A influência deste país só fizera crescer desde o fim da Guerra da Tríplice Aliança. Sempre houve a preocupação em estabelecer um sistema de contrabalança ao Brasil. Na época da Guerra do Chaco, a despeito do sentido de dignidade de seu povo orgulhoso e idôneo, o Paraguai era pouco mais do que uma colônia argentina. Com se viu anteriormente, desde as Notas Reversais do Tratado de 1865, fora preocupação do Brasil impedir sua anexação pela Argentina. Do mesmo modo, a completa influência argentina sobre o Paraguai impeliu o Brasil, já na Conferência de 1935-38, a abandonar sua neutralidade e, *vis-à-vis* à ameaça de secessão de Santa Cruz de la Sierra, considerar esta questão *causus belli* (Bandeira, 2003:189).

Após a Revolução de 1904, o Exército paraguaio permanece um dos poucos redutos do Partido Colorado em meio à hegemonia Liberal. Seus oficiais realizavam cursos de Estado-maior no Chile. Em 1914, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, número significativo de oficiais paraguaios servirá na Frente Ocidental, voluntários a serviço da França. De fato, a missão militar francesa é um dos únicos elementos que contrabalança a crescente influência argentina e inglesa no país. Como resultado, à época da Guerra do Chaco,

⁷⁸ Em seu segundo mandato (1932-36), seria o presidente do Paraguai durante a Guerra do Chaco.

França e Itália são os principais fornecedores de material bélico ao Paraguai⁷⁹. Em terceiro lugar, surge a Inglaterra com a Vickers-Armstrong, que também abasteceu a Bolívia.

Se a logística estava no centro do desfecho que conduziu a Bolívia à guerra, ironicamente também foi devido a ela que o panorama estratégico que aparentava lhe favorecer se desfez ainda no início da Guerra. Isto se deveu à situação da política interna dos Estados Unidos e da atitude da Inglaterra em relação à Liga das Nações.

No sistema político norte-americano, disputava-se a responsabilidade pela Crise de 1929. O Senador norte-americano por Louisiana, Huye Pierce Long, iniciou um processo de ataque às empresas petrolíferas, cujo alvo foi justamente a Standard Oil (Bandeira, 1998:180).

Na Europa, a Inglaterra, desde a decisão do não-ingresso dos EUA na Liga das Nações⁸⁰, passou a ver aquele organismo menos como mecanismo de governança mundial e mais como foro de concertação para afirmar o equilíbrio europeu nos moldes do século XIX. Assim, a despeito do interesse da Vickers, era contraproducente violar abertamente o embargo da Liga.

Em contrapartida, a França encontrou formas de escapar ao embargo da Liga. Foi o caso de sete aeronaves Potez 25, vendidos pela França à Estônia e re-encaminhadas para o Paraguai (Corum, 2003). Ao mesmo tempo, a Argentina, além de manter abertos seus rios aos fornecedores estrangeiros do Paraguai, chegou até a fornecer munições de seu próprio exército aos paraguaios. Além disso, a Itália alinhou-se ao Paraguai: foi deste país que vieram

⁷⁹ Toda aviação paraguaia é de origem francesa, à exceção de uns poucos modelos mais modernos que entraram em ação ao fim da Guerra, de procedência italiana. O principal acervo do arsenal paraguaio, as canhoneiras Humaitá e Paraguai, foram fabricadas na Itália. Os tanquetes CV 33 Ansaldo, baseados nos Carden-Loyd britânicos, também são de origem italiana. A influência do que virão a ser os países do Eixo (1936, Pacto Tripartite) no Paraguai data da era Liberal. Ela irá num crescente, até que em 1947 os elementos simpáticos ao Eixo ficarão ao lado dos liberais e comunistas contra o presidente Higinio Morínigo na Guerra civil. Então, o Paraguai adere ao TIAR e passa à órbita de influência dos EUA e, posteriormente com Stroessner, do Brasil. Importa notar que o domínio Colorado (1940-1989), ao interromper suas comunicações com a Argentina, serviu como uma barreira às pretensões separatistas de Santa Cruz de la Sierra.

⁸⁰ A rendição alemã (1918) e a própria idéia da Liga das Nações eram tributárias dos “14 Pontos de Wilson”, entre os quais se previa a descolonização (autodeterminação nacional) e mecanismos regulares (disposição das tropas dos Estados-membros) para a regulação de conflitos mundiais e implementação das decisões do organismo. Nesse sentido, a liga de Wilson era um mecanismo de governança mais estrito do que sua própria sucessora, a Organização das Nações Unidas, na qual há o recurso do veto a todo membro permanente do Conselho de Segurança. Por todas essas razões, a diplomacia inglesa, mais alicerçada no realismo da balança de poder do que no idealismo da imposição de um conteúdo normativo, sentia-se desconfortável com o perfil atribuído pelos norte-americanos. Contudo, a ausência americana deu à diplomacia britânica uma nova perspectiva, a de valer-se do organismo como foro de concertação impedindo o surgimento de novos blocos, como aqueles que precederam a Primeira Guerra Mundial, e como expressão de sua diplomacia multilateral. Além disso, parecia um mecanismo útil para conter as ambições italianas no Mediterrâneo e as japonesas no Extremo oriente. Assim, os interesses de Estado – por exemplo, pressionar o Japão no Extremo Oriente e evitar a expansão de sua frota, – sobrepujaram os interesses econômicos de curto prazo relacionados a Vickers Armstrong. Em meados nos anos 30, o esvaziamento da Liga das Nações iria demonstrar a impossibilidade de um regresso ao sistema de Viena (1815). Contudo, na época do Chaco, isto ainda não havia sido evidenciado.

as canhoneiras⁸¹. Após o fim da Guerra, a missão militar italiana continuou sendo influente no país – orquestrando o auxílio do Paraguai prestado a Franco na Espanha (1936). Deste modo, no âmbito da grande estratégia, não obstante suas dificuldades, a logística favoreceu o Paraguai. Além disso, parte considerável dos insumos necessários para a guerra eram produzidos no próprio Paraguai.

Desde logo, as lições, que vêm do Chaco e perpassam a história militar da América do Sul até nossos dias, são as de que:

1) não é possível predeterminar que a capacidade já instalada nas Forças Armadas será suficiente para travar a guerra;

2) não se pode contar apenas com a diplomacia e os meios de pagamento como meios de dissuasão, muito menos de defesa.

A Guerra do Chaco, como outras, demonstra que as incertezas, envolvendo tanto o cálculo político quanto o militar, impõem a necessidade de produção própria de material bélico e de munições para fazer frente à escalada e aos embargos. Estes últimos, à época, eram raros; contudo, hoje são absolutamente previsíveis.

2.2.2 – A Logística e as Operações

A hipótese de Guerra boliviana contra o Paraguai contemplava duas frentes básicas⁸²: a Frente Norte e a Frente Sul. A primeira tinha como embasamento logístico boliviano Puerto Suarez e, descendo ao longo do Rio Paraguai, chegava até a Bahia Negra, projetando-se em direção a Puerto Casado e a Puerto Pinasco. Estes dois últimos eram os alicerces de todo o dispositivo logístico paraguaio na região contestada. Por isso, parecia ser o local ideal para operações que visassem a uma rápida definição da guerra. Como se verá adiante, não foi isto o que aconteceu⁸³.

⁸¹ “Humaitá” e “Paraguai” eram embarcações de 845 toneladas. Cada uma possuía dois canhões principais de 4,7 polegadas (120mm) e eram bem equipadas com canhões antiaéreos (três canhões AAA de 3 polegadas e dois canhões 40mm). Cf. Corum (2003-online).

⁸² Os países de fala hispânica adotavam com o princípio para solução de controvérsias envolvendo delimitação de fronteira o *uti possedetis jures*, que consistia em estabelecer a quem consistia de direito aquele território a partir das soberanias originárias. A região do Chaco pertencia ao Vice-reinado do Peru e era reivindicada pela Bolívia desde o início do Século XIX. O Paraguai, em oposição, era uma capitania independente e, após a emancipação política permaneceu fora do sistema inter-estatal até a morte de Francia, só ingressando no sistema diplomático do subcontinente em 1852 (Tratado com a Argentina sobre o Rio Paraguai). Desde então, abriu-se ao exterior. Então, envolveu-se no litígio a respeito do acesso boliviano ao Rio e, por extensão, à própria região do Chaco. Deste modo, há muito havia planos envolvendo o emprego do meio militar para definição dos limites. Ironicamente, a posição paraguaia só seria admissível à luz da tradição diplomática brasileira do *uti possedetis* estrito, isto é, a terra pertencia a quem nela se encontrava.

⁸³ Para uma visualização destas regiões, ver mapa a seguir.

Puerto Casado e Puerto Pinasco eram a base do dispositivo logístico paraguaio porque deles partiam as ferrovias que se dirigiam em direção ao coração do dispositivo militar paraguaio, Isla Poí. Este importante fortim era localizado ao centro da linha de fortificações que partiam da colônia menonita projetando-se em direção ao Rio Pilcomayo. A linha de fortes dividia o Chaco em duas porções (Leste e Oeste). No oeste, ficava o principal embasamento militar boliviano do início da Guerra, Forte Muñoz; no leste, Isla Poí e o caminho às ferrovias.

Para que fosse possível comunicar a frente Sul com a Norte, era preciso que os bolivianos transpusessem a linha de fortes paraguaia. Foi justamente o que as operações da Bolívia procuraram realizar. No início da linha, encontrava-se o assentamento de imigrantes canadenses, menonitas e russos, ao longo da qual ficavam os postos de Toledo, Corrales, Boquerón, Campo Via e Nanawa.

A progressão a partir do Norte seria a única capaz de colocar em xeque a linha de suprimentos paraguaia de modo a ameaçar os pontos de onde partiam as ferrovias. Contudo, para isso seria preciso deslocar para a região homens, material bélico e insumos.

A) Frente Norte

Em 1928, foi feita uma tentativa de constituir Puerto Suárez em alicerce da Frente norte. Nesta data, o Ministério da Guerra do Brasil permitiu o trânsito de munições Vickers (contrato de 1926) a partir do porto de Santos até o fim da ferrovia Santos-Puerto Suarez, a cidade fronteiriça boliviana no norte do Chaco (Cervo & Bueno, 2002:243; Hughes, 2005:425). Tratou-se de um ensaio visto que, a despeito de não possuir logística interna, era factível o transporte de homens até a região.

De Puerto Suarez, as armas poderiam ser transportadas em lombo de mula ou em balsas até a Bahia Negra no intervalo de dois ou três dias. Daí em diante, em virtude do controle das canhoneiras paraguaias⁸⁴, restaria apenas a alternativa das mulas, factível graças à abundância de água oferecida pela proximidade do rio. A distância da Bahia Negra até a fronteira de pré-guerra era de 64 km que, neste meio de transporte, implica o decurso de 32 horas. Para atingir a distância máxima (Puerto Casado, a 180 km) seriam despendidas 90 horas (cerca de quatro dias)⁸⁵ em lombo de mula.

⁸⁴ Que “craqueariam” qualquer comboio automotor, com o bombardeio de artilharia.

⁸⁵ Para estes valores, considera-se que a velocidade média de uma mula carregada é 2 km/h e que ela anda dezesseis horas por dia. Esta velocidade é conservadora, visto que uma mula percorre, carregada, até 40 km em um dia sem se esgotar.

O mapa a seguir permite uma melhor compreensão dos principais pontos geográficos da Guerra (Hughes, 2005:427):



Trata-se de uma frente profunda, mesmo para os padrões atuais. Contudo, a vegetação ribeirinha e a água do Paraguai permitem o emprego ilimitado de muars, animais rústicos habituados ao desempenho das mais árduas tarefas em condições desfavoráveis. A obtenção deste meio de transporte poderia ser providenciada com facilidade no próprio Brasil, utilizando a mesma ferrovia em questão. Note-se que o colapso de Puerto Casado e de Puerto

Pinasco comprometeria a resistência paraguaia definindo a sorte da campanha⁸⁶, uma vez que não havia sucedâneos às ferrovias, para abastecer os fortes paraguaios.

Resumindo, a projetada ofensiva pelo norte, fazendo uso da ferrovia Santos-Puerto Suarez (Hughes, 2005:425), teria forçado o Exército paraguaio à batalha. Ele não teria como ignorar a ameaça a sua linha de suprimentos e teria de fazer frente aos recursos humanos, materiais e tecnológicos superiores do exército boliviano. É justamente este componente que permitiria a definição.

Tudo isso era do conhecimento de bolivianos e paraguaios. Todavia, a situação política interna no Brasil inviabilizou essa possibilidade. Às revoltas e levantes intermitentes dos militares durante a década de 1920, seguiu-se a Revolução de 1930. Esta, por sua vez, foi sucedida pelo levante paulista de 1932⁸⁷, época em que a Bolívia tomou a decisão de “firmar o pé” no Chaco. O trajeto pelo território brasileiro era extenso e a ebulição política de militares e separatistas, à qual integralistas e comunistas começavam a se associar, não oferecia qualquer espécie de segurança. Afinal, qualquer grupo armado, rebelde ou legalista, ficaria sequioso para obter um trem carregado de armas e munições. É forçoso reconhecer que o Brasil, à época, assemelha-se em tudo à Bolívia. As dimensões constituem-se antes em agravantes do que atenuantes dos principais temores. Foi então que a logística das operações constrangeu a decisão de empreender a campanha pela frente sul, onde a guerra acabou por travar-se.

⁸⁶ São freqüentes relatos de exércitos que lutam sem comida (e.g. Stalingrado, Leningrado). Existem até relatos de exércitos que lutaram por longo tempo sem água (caso dos japoneses em Iwo Jima). Também existem casos de exércitos que lutaram sem armas, compensado sua carência com elemento humano ou artefatos de madeira (bambu, lanças de madeira, armadilhas explosivas, como no caso da Guerra do Vietnã). Contudo, ignora-se na literatura militar qualquer caso de um exército que tenha lutado sem munições. Sua ausência parece tacitamente desincumbir o soldado de sua responsabilidade, levando-o à rendição.

⁸⁷ De todos esses episódios, muitos dos quais relativamente incruentos, o levante de 1932 foi o pior. Assumiu características de guerra civil, com emprego de aeroplanos e tanques por parte dos separatistas. A imagem dos “paulistinhas”, como eram denominados os aviões dos rebeldes, correu os jornais do mundo. Tudo levava a crer que o clima de agitação e instabilidade no Brasil, ao invés de atenuar-se ou extinguir-se, se agravaria consideravelmente nos anos vindouros. Ainda que o levante em São Paulo (09/07/1932) só tenha precedido em nove dias a eclosão da Guerra no Chaco (18/07/32), o clima de agitação e de preparação ostensiva das hostilidades a havia precedido em meses. De qualquer forma, os acontecimentos subseqüentes anularam qualquer perspectiva dos bolivianos valerem-se, nos anos seguintes, da utilização da Frente Norte, que permaneceu um teatro de operações menor e sem comunicação com o do Sul.

B) Frente Sul

A frente Sul tinha como base Villa Montes, interligada à ferrovia La-Paz Buenos Aires, tal como Puerto-Suárez⁸⁸ ficava ao fim da ferrovia Santos-Corumbá. Villa Montes tinha a vantagem de que a malha ferroviária a ela articulada percorria todo território boliviano de norte a sul – à exceção do curto trecho que se conecta ao Pacífico através do Chile em Arica ou do Peru em Mollendo. Por meio desta rede, Villa Montes conectava-se à Buenos Aires, que oferecia o Atlântico como alternativa. Inicialmente, chegaram a vir suprimentos oriundos desta última, e improvável, rota que posteriormente foi negada a Bolívia devido à aliança da Argentina com o Paraguai⁸⁹.

A progressão pelo sul tinha alguns inconvenientes óbvios: a distância a ser percorrida no teatro de operações era de duas a três vezes maior, oscilava de 320 a 480 km em linha reta desde Villa Montes (Corum, 2003: on-line), em relação às que seriam percorridas caso a campanha tivesse se dado na frente norte.

Como resultado dessas dificuldades logísticas, os inventários do exército boliviano, à época do início das hostilidades, estavam muito longe daquilo que se previa pelos acordos firmados com a Vickers Armstrong. Daniel Salamanca parece não ter levado isso em conta e, contrariando as opiniões do General Filisberto Osorio, acreditou estar em condições de dar início às operações.

A despeito das diversas versões que procuram ver na Guerra do Chaco a reedição do mito de David contra Golias, pode-se observar relativa paridade no âmbito de 1932. Na realidade, rapidamente o Paraguai obteve superioridade de meios e de poder de fogo no Chaco. Isto só vem a confirmar Dunnigan (2003:548), segundo o qual “batalhas podem ser vencidas por um David, mas as guerras são ganhas pelos Golias”.

Abaixo, pode-se observar uma estimativa do inventário pouco antes do início da Guerra:

⁸⁸ A ferrovia saía de La Paz e chegava até Villazón, que se situava a mais de 600 quilômetros em linha reta do front. De Villazón, partiam estradas para Fort Muñoz e para a importante cidade de Villa Montes, o principal centro de suprimento na frente sul (Hughes, 2005:425-26).

⁸⁹ Até 1933, a Bolívia recebia a partir da Argentina não só as importações de material bélico da Vickers como também comida e suprimentos médicos. Neste ano, o Chile também lhe fechou o porto de Arica (Hughes, 2005:424). A alternativa que restou foi o porto de Mollendo, no Peru, que, embora estivesse longe de ser a opção ideal, era a única disponível (Hughes, 2005:424-25).

Inventário: Paraguai e Bolívia às Vésperas da Guerra do Chaco (1932)		
Países	Paraguai (1931)	Bolívia (1932)
Tropas	4.000 (16.000 reserva)	6.000
Tropas (toda a Guerra)	150.000	210.000
Fuzis	17.000 (Mauser/novos)	39.000 (Mauser)
Metralhadoras	+ 232 = 32 Browning + 200 Madsen (1928)	750
Peças Artilharia	68 = 54 (24x 75mm + 24x81mm+8x105mm)+14	64
Blindados	0	5 (Inglaterra)
Canhoneiras Couraçadas	2x120mm+3x76mm+2x40 mm (845 ton.)	0
Aviões (1932)	30	40
Aviões (toda a Guerra)	55	79
Perdas	30.000	60.000
Fonte: CORUM, James S. <i>O Poder Aéreo na Guerra do Chaco</i> . Air Space Power Journal, Português, 1º Trim de 2003.		
URL: http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2003/1tri03/corum.html		
Autor: MARTINS, José Miguel Quedi.		

Ainda em 1932, o Paraguai decretou a mobilização; suas linhas de suprimento mais próximas lhe asseguravam abastecimento e, mais importante, era capaz de produzir suas próprias munições. A Marinha de Guerra do Paraguai (treze embarcações) e a frota de abastecimento requisitada para o transporte militar (46 embarcações), as ferrovias, os portos (Casado e Pinasco) e a frota de caminhões paraguaios se encarregam de desfazer a imagem de um exército paupérrimo fazendo frente a um colosso militar. Além disso, como se verá adiante na análise da tática, o Paraguai tinha maior poder de fogo no ambiente enclausurado do Chaco devido ao uso de morteiros, do emprego da metralhadora Madsen como arma de assalto, de submetralhadoras e de granadas de mão de fabricação própria.

Portanto, venceu o mais forte, aquele que foi capaz de colocar mais material bélico, suprimentos e homens no teatro de operações. O que nem sempre os analistas parecem se dar conta é que, a despeito dos números impressionantes do exército boliviano, sua capacidade em colocar armas, munições e tropas no Chaco era extremamente reduzida. Além disso, a

ausência da mobilização causava dificuldade em repor os homens aptos a manejar uma arma⁹⁰.

C) A Guerra na Frente Sul

Em 27 e 28 de julho de 1932 caíram os postos de Corrales e Toledo enquanto três regimentos, apoiados por aviação, atacaram Boquerón, que caiu ao fim do mês após intenso combate. Em agosto, a guerra escalou. Estigarribia reuniu um corpo de exército (8 mil homens em Isla Poí, atrás dos quais uma reserva de 1.500 homens em Nanawa, aos quais se juntaram outros três mil, despachados de Assunção. Os paraguaios também deslocaram seus aviões para Isla Poí, com o que a Guerra do Chaco se converteu na primeira guerra moderna da América do Sul. Importa lembrar que Isla Poí, principal embasamento do exército paraguaio, ficava a apenas 29km do final da ferrovia que partia de Puerto Casado.

Enquanto isso, os bolivianos deslocavam-se a pé desde Villa Montes, em meio ao calor escaldante e à falta de água do Chaco, já que os escassos caminhões eram utilizados para o transporte de carga. Os soldados bolivianos marchavam semanas, chegavam exaustos, mal nutridos, já com muitas baixas por conta dos ferimentos causados por plantas, insetos e ausência de água.

A Bolívia inovou criando a primeira operação de transporte aéreo militar na qual foram empregados três Junkers Ju-52, que transportaram, durante toda a guerra, 4.400 toneladas (Corum, 2003: on-line). Visto que cada um transportava três toneladas, o transporte médio de cada avião por ano foi de 591 toneladas, ou seja, mais de uma tonelada e meia por dia. Isto pode ser uma gota d'água num oceano⁹¹, mas seve para demonstrar a vitalidade do Ju-52 e, posteriormente utilizada para levar Franco, da África para a Espanha e pelos países do Eixo durante toda a Segunda Guerra Mundial⁹². A Guerra do Chaco demonstrou pela primeira vez a viabilidade do aerotransporte como forma de abastecimento de exércitos. Isto

⁹⁰ Ao chegar à Bolívia, Kundt disse ao presidente Salamanca: "Dê-me 25 mil homens e vencerei a Guerra". Kundt recebeu três vezes a cifra pedida: 77 mil homens. Entretanto, ao fim de um ano, este contingente havia sido neutralizado: 14 mil morreram; 32 mil foram feridos; 10 mil feitos prisioneiros, 6 mil desertaram (English, 2007:117). Restaram, portanto, 15.482 (Farcau, 1996:158) sendo os demais considerados desaparecidos. O regime de recrutamento a conta gotas da Bolívia permitia que o Paraguai batesse um exército por vez.

⁹¹ Considerando um efetivo médio de 10 mil bolivianos no Chaco, seriam necessárias 100 toneladas ao dia, ao passo que os aviões demonstraram que podiam providenciar apenas 4,8 ton. em média. O cálculo foi feito com base em Dunningan (2003:500), que estipula em mil toneladas diárias o consumo, para um exército não-mecanizado de 100 mil homens. Admitindo-se 10 mil, tem-se cem toneladas por dia (dez vezes menos).

⁹² Seu equivalente norte-americano era o C-47 Dakota que, contudo, tinha vantagem de ter um alcance superior. O Dakota continuou em operação após aquela conflagração, sendo a principal aeronave utilizada na ponte de Berlim em 1947. Ambos, o Ju-52 e o C-47, eram originalmente aeronaves civis, de transporte de passageiro e carga, utilizadas em vôos intercontinentais. Este é mais um exemplo da importância da logística nacional – produção – no esforço de guerra. Deixado de fabricar em 1945, o último vôo do Ju-52 foi em 2007.

só não ocorreu devido ao número insuficiente de Ju-52 disponíveis⁹³. Quem acabou valendo-se do aerotransporte como elemento definidor na batalha de Nanawa foi o Paraguai⁹⁴.

A logística condicionou que a busca de decisão se desse em terreno favorável para o Paraguai. Em setembro de 1932, o primeiro corpo-de-exército avançou atacando Boquerón no dia nove. Poucos dias depois, o forte estava cercado; em 29 de setembro a guarnição capitulou, sedenta e faminta. Era a primeira grande vitória do Paraguai, para o que concorreram as inovações táticas de Estigarribia das quais se falará adiante.

À esta altura, estava muito claro – o reconhecimento aéreo assim o atestava –, que Puerto Casado era a principal fonte de suprimentos dos paraguaios. Diante da impossibilidade (por ausência de meios) de uma campanha terrestre pelo norte, lançou-se mão do ataque aéreo. Também durante a batalha de Boquerón aviões de ambos os lados contribuíram atacando tropas e comboios de suprimento, além de servir como observadores da artilharia (através do rádio). Chegaram a ser dirigidos alguns *raids* aéreos contra Puerto Casado. Contudo, a maciça presença de nacionais argentinos permitiu que esse país ameaçasse a Bolívia de ir à guerra caso o bombardeio prosseguisse. À época (1932), o Brasil estava no ápice de sua guerra civil e sem condições de exercer qualquer contrapeso, o que emprestou crédito à ameaça argentina. Os bolivianos não mais atacaram Puerto Casado (Corum, 2003:online)⁹⁵.

⁹³ Com cerca de 30 aviões, o feito seria possível. Isto porque bastam 20 aviões, fazendo o percurso duas vezes ao dia ($2 \times 2,5 \times 20 = 100$), para obter-se as cem toneladas. Considerou-se a carga útil máxima de 2,5 e não de 3 ton., porque o avião teria de levar seu próprio combustível (500 kg) para a volta. Contudo, sabe-se que isso não ocorre devido a problemas mecânicos ou falta de combustível. Considerando-se dada a existência de combustível, mesmo com uma alta taxa de fricção (30%), seriam necessários 20 aviões para se chegar a 100 toneladas (com um aparelho estragado para cada três). Os três aviões bolivianos fizeram em média 1,5 ton ao dia, apenas 1/2 de sua capacidade de carga, provavelmente devido à falta de combustível. Resumindo, raramente voavam. Como o Ju-52 estraga pouco, a conclusão que se impõe é que pesou a falta de combustível, que também era importado. Em suma, massa e combustível teriam tornado o abastecimento aéreo possível. Isto também serve para ilustrar a importância do aspecto energético da logística nacional e de depósitos de combustível próximos às áreas de operação.

⁹⁴ Na esfera das operações, depois da Guerra do Chaco, tem-se o exemplo do uso da aviação para transportar os falangistas de Franco, da África à Espanha. Há também o caso do bolsão de Demiansk (1942), quando 90 mil alemães, pertencentes a seis divisões, ficaram cercados, sendo reabastecidos pelo ar. Contudo, as proporções do perímetro de Demiansk permitiram que a pista fosse ampla, capaz de receber até 30 aeronaves por dia. O tipo de uso feito por Estigarribia, na esfera da tática, de utilizar-se de aerotransporte para unidades cercadas em um perímetro exíguo, só foi posto em prática com o advento das aeronaves de asa rotativa, na guerra francesa da Argélia (1954-62).

⁹⁵ O que encerrou de modo prematuro as operações de interdição aérea na Guerra do Chaco. Sabiamente, os bolivianos rejeitaram a alternativa, apresentada à época, de dirigir ataques contra a população de Assunção, o denominado “bombardeio estratégico”. Contudo, Puerto Casado, núcleo do enclave argentino e principal embasamento da logística militar, era um alvo legítimo. O leitor dos dias de hoje pode duvidar da eficácia de biplanos, que eram capazes de entregar até 100 kg, para exercer capacidade de interdição. Contudo, deve-se lembrar que as instalações em Puerto Casado eram “moles”, isto é, à flor do solo, em barracões de madeira (e não enterrados), e principalmente que as munições não eram inertes, isto é, uma pequena detonação podia

Depois da campanha de Boquerón, os dois lados fizeram uma pausa para reorganização e acúmulo de forças. A mobilização paraguaia chegou ao ápice ainda no curso daquela campanha. Por sua vez, em dezembro de 1932, o General Kundt⁹⁶ considerava-se com reservas suficientes para atacar. Aproveitando-se de uma situação tática favorável, obtida após uma vitória da divisão boliviana em 3 de dezembro, Kundt lançou as Forças bolivianas em ataques frontais em Nanawa, ao sul de Boquerón. O esforço não produziu resultado. No ponto culminante da batalha de Nanawa II, os paraguaios sofreram uma terrível escassez de munições. Foi nesse momento que Estigarribia determinou que fosse improvisado o campo de pouso do perímetro do forte e converteu a força aérea (caças, bombardeiro, aviões de reconhecimento) em transporte de munição. As munições que chegaram foram suficientes para salvar a defesa em Nanawa. Ao que se sabe, foi a primeira vez que o aerotransporte decidiu uma batalha em curso⁹⁷.

Em termos contrafactuais, a carência de munição paraguaia serve para ilustrar o papel da ausência dos bombardeiros bolivianos sobre Puerto Casado. Uma única vez que os armazéns, contendo explosivos e munições, houvessem sido destruídos, o resultado da

desencadear explosões em cadeia. Como as instalações em Puerto Casado eram de caráter privado-comercial, os barracões (para prevenção de furto), eram próximos uns os outros. Por isso, mesmo a menor detonação ameaçava causar destruição em larga escala mesmo que apenas devido ao incêndio. Estas filigranas de tática importam para pôr em relevo a influência que teve o movimento paulista de 1932 na Guerra do Chaco. Pela segunda vez, por este viés indireto, aquele movimento separatista decidia a sorte da Guerra longínqua travada no coração da América do Sul.

⁹⁶ Hans Kundt nasceu em 1869, em Mecklenburg, na Alemanha, e foi declarado oficial em 1888. Sua chegada à Bolívia, em 1911, foi por conta da chefia da missão de treinamento militar alemã no país. Todavia, chamado de volta para a Alemanha, quando da eclosão da Primeira Guerra Mundial, serviu no Front Oriental como chefe de estado-maior e comandante de brigada. Foi para a reserva como coronel, depois da Primeira Guerra Mundial, mas recebeu o posto de general quando de sua passagem para a reserva. Depois da Primeira Guerra Mundial, foi convidado a retornar à Bolívia, onde lhe foram oferecidas as funções de chefe de estado-maior do exército e ministro da guerra, como general quatro estrelas. “Assumiu os cargos e dirigiu o programa de rearmamento da Bolívia, nos anos vinte, e o planejamento para a ocupação do Chaco. (...) No entanto, mostrara, na Primeira Guerra Mundial, que era um tático medíocre, preferindo ataques diretos na maioria das situações de combate. Apesar de sua formação de estado-maior, não era um bom estrategista” (Corum, 2003:online). Kundt nunca havia visitado a região ou do Chaco “e sua idéia de uma guerra com o Paraguai era essencialmente a de uma marcha triunfal, sem oposição, dos exércitos bolivianos pela região. Kundt relutava em confiar nos comandantes bolivianos – e ele tinha alguns que eram muito bons – preferindo microgerenciar o trabalho do exército. Em 1930, foi removido dos cargos que exercia como chefe de estado-maior e ministro da guerra, e mandado para o exílio, por seu papel em uma tentativa de golpe” (idem).

⁹⁷ Os bolivianos haviam tentado fazer o mesmo em Boquerón – onde de 500 a 800 bolivianos estavam cercados por 7.500 paraguaios – mas o perímetro não comportava a pista; o material precisava ser jogado do ar. Além disso, os paraguaios tomaram o cuidado de deslocar peças antiaéreas para o local, o que tornou a operação contraproducente. Portanto, importa a escala das forças engajadas para permitir a defesa de uma área que comporte uma pista. O exemplo de Estigarribia em Nanawa permanece atual na era do helicóptero. Forças no porte de brigada ou regimento podem sustentar um perímetro que pode conter uma pista para aeronaves de asa fixa (que tem maior capacidade de carga). O exemplo de Estigarribia em Nanawa mostra a utilidade deste dispositivo, tanto para a guerra convencional como para a irregular. Ciente disto, o Brasil sempre deu atenção ao aerotransporte.

campanha poderia ter sido diferente. Em Nanawa, pesou a determinação dos oficiais paraguaios⁹⁸ para que a carência de munição não produzisse um colapso.

Em fevereiro de 1933, Kundt lançou nova ofensiva, desta vez contra Toledo, agora, convertida em robusta fortificação. Mais uma vez os bolivianos foram rechaçados com pesadas perdas. Deu-se novo intervalo nas operações, até que, em junho de 1933, Kundt lançou o grosso do exército contra Nanawa. Foi o ponto culminante da ofensiva boliviana. Lançaram-se homens e aviões com apoio de artilharia e cinco tanques⁹⁹. Porém, a ausência de coordenação entre os ramos trouxe o fracasso: dois mil bolivianos pereceram, para apenas 149 paraguaios. À época, Nanawa foi denominada “Verdun do Chaco” (Corum, 2003: online).

Em novembro de 1933, os paraguaios sentiam-se prontos para tomar iniciativa: Estigarribia desfechou sua ofensiva em Campo Vía. A despeito dos movimentos paraguaios terem sido observados pelo reconhecimento aéreo, Kundt nada fez¹⁰⁰. Depois de um ataque seguido de manobra de envolvimento, os bolivianos renderam-se. 2.600 soldados foram mortos e 7.500 tornaram-se prisioneiros em único golpe (10.100 baixas). Era o maior desastre militar da história da Bolívia: apenas 1.500 homens escaparam do cerco ao bolsão. Permaneceu intacta apenas a 7ª Divisão que, postada frente a Nanawa, teve de recuar para Saavedra. À exceção desta última unidade, o exército boliviano havia sido destruído. Depois de Alihuatá e Campo Vía, o General Kundt foi destituído do comando; em seu lugar assumiu o General Enrique Peñaranda.

Dadas as proporções da catástrofe sofrida pela Bolívia, o governo paraguaio de Eusébio Ayala acreditou que havia ganhado a guerra e que tudo que tinha de fazer era dar tempo à Bolívia para aceitar a derrota. Assim, a diplomacia paraguaia propôs um armistício que foi aceito imediatamente pela Bolívia. Ele durou 20 dias de 19 de dezembro de 1933 a 6 de janeiro de 1934.

Importa compreender que Ayala, à semelhança do próprio Daniel Salamanca, acreditou ter diante de si uma guerra limitada. Contudo, ele próprio, Ayala, não havia aceito a perda de Boquerón. Enviou todo um corpo-de-exército dirigido por Estigarribia para deslocar os bolivianos lá instalados. Segundo Farcau, ao fim da batalha, paraguaios e bolivianos

⁹⁸ Alguns dos quais eram bielorrussos veteranos da Primeira Guerra Mundial e que na guerra civil russa haviam atuado sobre as ordens de Pyotr Nikolayevich Wrangel, que combatia os bolcheviques.

⁹⁹ Um dos quais penetrou no interior da fortaleza, retirando-se apenas devido à ausência de apoio de infantaria.

¹⁰⁰ Kundt rejeitou os relatórios de seus aviadores por considerá-los como alarmistas e imprecisos (Corum, 2003:online).

tiveram cerca de duas mil baixas (mortos e capturados), com a diferença que os paraguaios tiveram uma porcentagem um pouco maior de mortos em combate (Farcau, 1996:63).

Como Salamanca continuou recusando estabelecer conscrição, a solução foi recorrer ao voluntariado. Passou-se a convocar os que tinham prestado serviço voluntário na faixa etária de 30 a 40, muitos dos quais eram arrimo de família. Para os dois países, a escalada havia fugido às mãos de lideranças políticas que julgavam ter diante de si uma guerra limitada, cujos desdobramentos fora incapazes de controlar.

Contudo, a política de voluntariado teve seus resultados. Kundt tivera 77 mil homens sob seu comando. Em maio de 1934 a Bolívia apresentou-se à contra-ofensiva, emboscando a 2ª Divisão paraguaia que avançava no Chaco central. Desta vez, foram os paraguaios que foram envolvidos e cercados; perdendo 500 soldados e deixando 1500 prisioneiros. Foi a maior vitória da Bolívia na guerra¹⁰¹, a Batalha de Cañada Strongest.

Com a perda da 2ª Divisão em maio, em julho de 1934 a ofensiva do Paraguai foi rechaçada também em Picuiba. Contudo, Estigarribia, em agosto de 1934, lançou mão da jogada mais temerária da guerra. Lançou todo o II Corpo de Exército sob o comando de seu rival, o general Franco, em uma marcha de 240 km através do Chaco árido para posicionarem-se, então, em posições defensivas em meio às linhas de suprimento bolivianas. Em virtude disto, os bolivianos foram obrigados a atacar os paraguaios que, por manterem o monopólio das linhas interiores (graças também aos seus caminhões), puderam prevalecer.

Em novembro de 1934, valendo-se mais uma vez de suas manobras surpresas pela retaguarda e de seus ataques de flanco, tomou a iniciativa em El Carmen: dois mil bolivianos morreram e quatro mil foram conduzidos como prisioneiros. Restaram apenas dois mil homens do Corpo de Reservas boliviano que conseguiram escapar do bolsão. Um mês depois, novamente em Picuiba, um corpo de cavalaria boliviana foi envolvido pelos paraguaios perdendo os únicos mananciais de água. Forçados a retirar-se, calcula-se que 1.600 dos 5.300 cavalarianos morreram de sede.

Em 1935, o exército boliviano havia perdido quase todo Chaco e recuado até seu principal embasamento logístico em Villa Montes. Desta feita, a logística ajudava os bolivianos, que lutavam mais próximos de suas fontes de suprimento. Pela mesma razão, penalizava os paraguaios. Ao mesmo tempo, os bolivianos já podiam contar com acúmulo de

¹⁰¹ Seu principal artífice foi o Coronel aviador Bilbao Rioja, que assumiu o comando de um corpo-de-exército e entregou o comando do corpo de aviação para o Tenente-Coronel Jorge Jordán. Ironicamente, coube ao aviador a reputação de melhor comandante terrestre da Bolívia.

conhecimento propiciado pelos anos de guerra. Como resultado, depois que os paraguaios cruzaram o Rio Parapití, em abril de 1935, receberam uma série de contra-ataques dos bolivianos. Para não se verem envolvidos, recuaram apressadamente para o outro lado do rio. Então, os bolivianos não atacaram, e foi estabelecido o armistício.

A linha de demarcação entre os dois países acabou sendo próxima a do armistício de 1935. Na ocasião o Paraguai encontrava-se no limite máximo de sua expansão, com sua logística e Exército em vias de colapsar após o fracasso de Villa Montes. Em contrapartida, a Bolívia encontrava-se com todo o seu III Exército, composto por 77 mil homens, que já haviam tido o seu batismo de fogo, prontos para serem lançados. O armistício interrompeu a ofensiva pouco antes de sua deflagração¹⁰². Fez-se acreditar que a diplomacia restauraria o *status quo ante*, oferecendo uma paz justa e honrosa aos dois países. No entanto, pelo tratado de 1938 as linhas do exército em 1935 foram tomadas com critério.

Durante a Guerra, os bolivianos mobilizaram um total de 210 mil homens. Segundo Corum (2003:online), 60 mil foram mortos, 10 mil desertaram, e 23.500 foram feitos prisioneiros. O Paraguai, por sua vez, mobilizou 150 mil homens, perdeu 31.500 (mortos e desaparecidos) e teve 2500 dos seus feitos prisioneiros. As perdas da guerra avolumam-se quando se observa as populações dos países envolvidos (três milhões na Bolívia e um milhão do Paraguai) o que faz das baixas respectivamente 2% e 3,5% de seu total (Hughes, 2005:412).

Como se pode observar, a logística praticamente determinou toda a condução e, em grande medida, prefigurou o resultado das operações. Foi em virtude das dificuldades de abastecimento que os bolivianos fizeram um esforço principal ao sul, quando, do ponto de vista militar, lhe seria mais favorável ao norte. Entretanto, privados de Puerto Suarez, restou-lhes Villa Montes e o longo trajeto (400 km) em meio ao escaldante Chaco boliviano. Como se verá a seguir, no âmbito da tática, a marcha em meio ao Chaco fez com que a falta de água

¹⁰² Na ocasião, foi feita uma consulta ao representante do Alto Comando Militar, Coronel Angel Rodriguez, se os militares aceitariam os termos do acordo, uma vez que o armistício era muito vago no que tange a compensações para a Bolívia e a ofensiva do III Exército estava em vias de ser deflagrada. O coronel Angel Rodriguez respondeu: “o Alto Comando sou eu! Façam o armistício”. Esta decisão está condenada a ser objeto de eterno debate em matéria de Estudos Estratégicos, do mesmo modo que a decisão do General George Meade em não perseguir o General Robert E. Lee após a batalha de Gettysburg. A ofensiva boliviana obviamente não teria como cumprir os objetivos políticos declarados iniciais da Guerra (chegar à confluência do Pilcomayo com o Rio Paraguai). Contudo, dadas as condições do Exército paraguaio, é razoável supor que seria capaz de restabelecer o *status quo ante*, assegurando ao menos um terço do Chaco para a Bolívia. A realidade é que a “bruma da guerra” não se desfaz nem mesmo depois que as batalhas se transferem do campo para os livros ou acervos digitais. A bruma permanece desafiando a capacidade de interpretação e a imaginação, mesmo depois que os homens param de lutar e começam a travar a batalha em torno de interpretações oriundas da memória de seus protagonistas. Por isso, os Estudos Estratégicos, como seu próprio objeto, a guerra, jamais serão uma ciência exata.

também decidisse a sorte de muitos combates. Importa ainda salientar que quando a situação inverteu-se (os bolivianos lutando perto de seus suprimentos), o exército boliviano agigantou-se e rechaçou o invasor. Como se pode observar, quer pelas estimativas do estágio inicial dos exércitos em 1932, quer pela sua situação ao final da mobilização, foi a capacidade de levar os meios até a batalha que decidiu a sorte das campanhas e operações, mais do que qualquer disparidade de forças entre os exércitos.

2.2.3 – A Logística e a Tática

O impacto da logística sobre a tática se dá não só na disponibilidade dos meios para travar o combate (viveres, combustível e munições), mas também sobre a eleição do material bélico, usualmente feita em tempos de paz. É do conhecimento do terreno, do possível teatro de operações, que brota a escolha dos sistemas. A doutrina, que versa sobre os termos do emprego do armamento em combate, depende desta decisão.

Como a grande estratégia foi submetida ao processo de decisão política presidencial e as diferentes atitudes adotadas pelos países fornecedores ao embargo decretado pela Liga, sendo as operações constringidas pelas possibilidades oferecidas pela logística, no caso da Guerra do Chaco é a esfera da tática que oferece a melhor perspectiva para avaliar o comando. “Curiosamente, o exército do Paraguai, treinado pela França, havia dominado as táticas alemãs desdenhadas por Kundt” (Johnson, 1996).

Estreou no Chaco uma gama de sistemas que não eram utilizados na América do Sul: a aviação de caça, o bombardeiro, o reconhecimento, o uso de armas antiaéreas (inclusive embarcadas nas canhoneiras), o tanque, o lança-chamas, o uso intensivo de metralhadora “pesada” (fita), o início do uso de metralhadora leves (carregador), submetralhadoras, da granada de mão e do uso de morteiros de infantaria¹⁰³. Além disso, houve experimentos, ainda

¹⁰³ Tratava-se do morteiro Stokes-Brandt, que chegou aos EUA só em 1935. Ainda assim, na versão de 60 mm. Estigarribia utilizou o modelo francês original, de 80mm. Apesar de já ter sido utilizado pelos *Sturmtruppen* do Capitão Geyer, na I GM, no Ocidente o morteiro continuava sendo uma novidade. Segundo o capitão Wallace (1932:1): “A Primeira Guerra Mundial terminou com o problema do apoio cerrado da artilharia para a infantaria não resolvido [para os Aliados]. Para este propósito, a opinião geral era de que a Artilharia de Campo não era satisfatória”. Neste sentido, Wallace destaca a importância do morteiro Stokes-Brandt, que poderia cumprir esta função. Ele passou a ser produzido nos Estados Unidos como morteiro M-2 e está até hoje em serviço na China como Type-31 (60mm). Apesar de possuírem uma carga explosiva muito inferior a das granadas de artilharia, é justamente esta característica que permite seu emprego nas proximidades de forças amigas. Além disso, sua capacidade de entrega em distâncias curtas pode exceder a da artilharia tradicional dada a cadência de tiros por minuto (40 tpm).

que em caráter incipiente, do uso de armas químicas e biológicas (gás lacrimogêneo e cólera)¹⁰⁴.

Neste caso, as inovações impuseram um desafio adicional ao comando que é o de formular a doutrina em terreno ainda não percorrido pela tática e, portanto, não sistematizado pela teoria.

Assim, a presença de novos sistemas constituiu-se em um desafio para demonstrar o gênio e a competência do comando. Deste modo, além de responder à pergunta “quem teve comando superior” (se Bolívia ou Paraguai), importa saber se as inovações tecnológicas trouxeram mais benefícios que prejuízos, isto é, se as tecnologias foram disruptivas (Pierce, 2004). Por fim, importa à tática saber qual dos lados revelou maior capacidade de combate.

A) Comando – A Bolívia teve três comandantes. Até a queda de Boquerón, foi o próprio presidente da República, Daniel Salamanca. A seguir, por “clamor popular”, foi reconduzido à chefia das Forças Armadas, Hans Kundt. Ele estava no exílio, por apoiar a tentativa de auto-golpe do presidente Ernando Siles Reyes, de quem era Ministro. Importa saber que coube a Kundt, no período de governo Siles, a formulação dos planos de guerra para o Chaco e a escolha do material bélico nos contratos firmados com a Vickers Armstrong desde 1926. Por fim, a Bolívia teve como comandante o General Enrique Peñaranda, antes comandante da 4ª Divisão, que adotou um estilo defensivo, em contraste com seus dois antecessores.

Começando pelo último, desde que assume o comando, passando pelo desastre de Campo Vía, até a defesa de Villa Montes, o que Peñaranda procurou foi o estabelecimento de uma linha defensiva estável. Só obteve isso ao sopé da montanha, em Villa Montes, e ao longo do Rio Parapití, no limite máximo da expansão paraguaia. Coube a Peñaranda – alguns atribuem a seu lugar-tenente Angel Rodriguez – a controversa decisão de não lançar o III Exército em perseguição aos paraguaios. O Comando Militar deu fim à Guerra antes de deflagrar a ofensiva.

O que os três comandantes tinham em comum, a despeito de suas inclinações aparentes pela ofensiva ou pela defensiva, era o fato de considerar a guerra exclusivamente

¹⁰⁴ O gás era lacrimogêneo, em tese não letal, de efeito “moral”. Contudo, nas condições do Chaco, revelou-se em muitos casos fatal. A Bolívia chegou a comprar 20 mil máscaras contra gás (Hughes, 2005:419). Durante a Batalha do Quilômetro 7, o Coronel boliviano e médico, Dr. Abelardo Ibañez Benavente, sabia que os bolivianos estavam vacinados contra a cólera, mas suspeitava que os paraguaios não estivessem. Assim, produziu dois tubos com cepas e ordenou que seus colegas – sem consultar o Estado-maior e o governo – os utilizassem contra os paraguaios em Arce. O experimento foi feito, mas não deu resultado. Ainda hoje não se sabe se os cultivos foram mal feitos ou se os médicos desobedeceram as ordens (Farcau, 1996:75-76).

em termos limitados. Mesmo Peñaranda só decretou a mobilização sob pressão irresistível dos paraguaios avançando sobre os poços de petróleo bolivianos. Já Estigarribia, desde o início, contou com a mobilização geral de um país que desde a época colonial tinha predição pela criação de milícias e já vasta experiência de guerra popular, tanto contra os Exércitos da Tríplice Aliança quanto em suas próprias guerras civis.

Como resultado, em algum momento todos comandantes bolivianos subestimaram a capacidade das forças paraguaias, obtendo resultados funestos. Salamanca não contava com a disposição (e a capacidade) paraguaias para tomar Boquerón. O Presidente boliviano parece jamais ter considerado a possibilidade de o Paraguai lançar o dobro de homens que tinha em 1931 em combate em 1932. Kundt não julgava possível que o Paraguai tivesse efetivos capazes de cercar suas duas divisões em Campo Vía: nem mesmo os reconhecimentos aéreos conseguiram demovê-lo do contrário. Por fim, o segundo lugar-tenente de Peñaranda, David Toro, perseguiu o II Corpo de Exército paraguaio com um corpo de cavalaria, mas não considerou possível que este pudesse envolvê-lo: perdeu seus poços de água. O resultado foi a retirada de Picuiba e o colapso do dispositivo no Chaco.

Nos três momentos críticos (Boquerón, Campo Vía e Picuiba), o juízo sobre o porte do efetivo paraguaio revelou-se equivocado, tendo sido subestimados seu poder de fogo e movimento (facultado por sua frota de caminhões). Já Estigarribia, mesmo quando surpreendido, ajustava-se rapidamente à situação. Esse ajuste quase sempre envolvia a mobilização de mais reservas, o que era possível, como se viu, graças a suas linhas de suprimento e à conscrição.

De um modo resumido, pode-se dizer que os bolivianos acreditavam que a mecanização da guerra havia decretado o fim do papel da massa no combate. Estigarribia, que adotava um dispositivo tático flexível e de alta mobilidade, contraditoriamente, pareceu sempre considerar a massa um fator decisivo. Ainda assim, manobrava celeremente para obter a superioridade através da concentração de tropas em locais chaves, o que muitas vezes lhe permitia (em meio à surpresa) cercar e aniquilar seus inimigos.

Como resultado, pode-se dizer que a mecanização e o aumento do poder de fogo – o Paraguai também fez uso de caminhões, canhoneiras e tanquetes – foi disruptiva para paraguaios e bolivianos. Contudo, os primeiros foram capazes de se ajustar e fazer bom uso da mobilidade facultada pela motorização. Além disto, para o Paraguai, as novas armas (morteiro, metralhadora de fita, metralhadora portátil, submetralhadora, granada de mão) eram um novo e mortal componente auxiliar do Exército, mas não um substituto à infantaria

ou ao princípio da massa. Já para os bolivianos, o aumento da letalidade, dado pelo crescimento do poder de fogo, e a mecanização trazida pelo caminhão, pelo tanquete e pelo tanque, eram substitutos do princípio da massa. Apostaram, até o fim, nesta idéia – e perderam.

O aumento da letalidade do armamento só serve para reforçar o princípio da massa; em hipótese alguma para substituí-lo. A fuga a este princípio, que contraria o bom senso mais elementar, apenas se explica por ser a Bolívia uma sociedade excludente. Estava sedenta por eliminar o papel de suas classes subalternas, inclusive na Guerra. O Brasil, diferentemente, não hesitou em lançar em combate cativos africanos na Guerra do Paraguai. A Bolívia no Chaco, por sua vez, receava seus indígenas devido ao problema das terras comunais¹⁰⁵. O Paraguai, pelo contrário, era orgulhoso da herança guerreira de seus guaranis e da miscigenação com os elementos de origem hispânica. Acreditava ser um país descendente de duas raças fortes e guerreiras, com vocação para a liberdade e a soberania. Como tal, tinha confiança no seu próprio povo e não temia a mobilização do homem comum.

Para a Bolívia, a grande oportunidade de obter algum equilíbrio surgiu por ocasião da suspensão do embargo de armas ao país (1934). Poucos meses antes, o Paraguai foi reconhecido como agressor e expulso da Liga das Nações. Pela primeira vez 77 mil homens, próximos de suas linhas e bem armados, poderiam ter sido lançados contra um exército paraguaio esfarrapado, faminto e vencido (Villa Montes). No entanto, talvez a ausência de um corpo de oficiais levou os bolivianos a desconfiar de suas próprias forças, optando, como referido, pela controversa decisão de não atacar e aceitar a perda total do Chaco.

B) Tática – É graças a esta esfera da guerra que restam poucas dúvidas na literatura disponível acerca da superioridade paraguaia de comando. Assim atestam os trabalhos de Johnson (1996), Bandeira (1998), Corum (2003) e Isaacson & Layne & Arquilla (1999). Pode-se até arriscar a dizer que, mesmo que não tivesse tido adversários tão limitados como Daniel Salamanca, Hans Kundt e Enrique Peñaranda (os três comandantes bolivianos), o talento de Estigarribia se sobressairia. O desempenho do Comandante paraguaio o colocou ao lado dos grandes comandantes militares da história.

O mérito principal de Estigarribia e, aqui também há consenso na literatura, deveu-se à tática. Soube combinar a introdução de novos sistemas (inovações), no caso a utilização da metralhadora portátil Madsen, as submetralhadoras, o morteiro Stokes-Brandt e a granada de

¹⁰⁵ A Revolução Federalista havia iniciado a guerra contra os índios e, como se verá depois, Peñaranda, o último comandante boliviano do Chaco, levará a confrontação (e o massacre) também aos operários das minas.

mão. Pôs em prática uma doutrina que otimizou seu emprego para o assalto e a ruptura das posições inimigas. Resumidamente, o virtuosismo da tática de Estigarribia consistia em fazer infiltrações em profundidade nas linhas inimigas de pequenos grupos (esquadrões) sobre-armados, com metralhadoras, morteiros e granadas, criando fortificações de campanha na retaguarda e entrando em ação de forma sincronizada com ataque frontal.

Com a combinação destes elementos (de infantaria, artilharia portátil e engenharia), Estigarribia prefigura a estratégia de operações e a tática norte-coreana¹⁰⁶ (Krause, 1999:13), visto que atuava de modo a criar uma “segunda frente” que tendia a espalhar confusão e pânico, ameaçando a ruptura das comunicações inimigas, o que geralmente levava os bolivianos a se retraírem às fortificações principais, onde eram dizimados pela sede.

Na Primeira Guerra Mundial, quando ficou evidente a inferioridade numérica dos alemães em função da chegada dos americanos, foram desenvolvidas novas táticas para manter a iniciativa com uma força menor. O Coronel Georg Bruchmüller havia concebido a concentração para substituir a barragem de artilharia. Tratava-se de um fogo intenso, porém de curta duração, dirigido contra pontos determinados das defesas inimigas visando não à destruição completa dos embasamentos, mas à neutralização do fogo inimigo até que a posição pudesse ser atacada pelos soldados de assalto (*Sturmtruppen*) (McNeilly, 2002:152-53). O soldado de assalto foi uma criação do Capitão Geyer¹⁰⁷ (Goodspeed, 1968:261-62). Conforme descreve o Capitão McNeilly, os *Sturmtruppen*:

Eram pequenos grupos de soldados altamente treinados, altamente motivados, que eram peritos em diferentes sistemas de armas, tal como metralhadoras, lança-chamas, morteiros, e artilharia móvel de assalto (McNeilly, 2002:69).

A inovação tática de Estigarribia, em relação ao já efetuado por Bruchmüller e Geyer, foi o de **conceber o emprego ofensivo de fortificações de campanha**. Obteve isso ao conjugar a infiltração com base de fogo para a artilharia portátil. A manobra prévia de infiltração dava ênfase para o elemento de engenharia, por meio da construção de “túneis”, feitos no cerrado do Chaco, com o propósito de circundar as forças inimigas. E, uma vez

¹⁰⁶ Na época da Guerra da Coréia (1951-53), o uso da técnica de infiltração tendo em vista desorganizar a retaguarda inimiga e facilitar o ataque no front, era utilizado no âmbito da tática. Ao que parece, a técnica foi introduzida pelos chineses, mas logo os norte-coreanos tornaram-se virtuosos em seu domínio. Contudo, após o armistício e a criação da zona desmilitarizada (DMZ), passou a ser concebida em escala operacional, por meio da construção de túneis pelos quais se deslocariam forças do porte de brigada (10 mil homens) com o propósito de criar uma verdadeira “segunda frente”, desorganizando o front e a retaguarda e permitindo o acesso de colunas blindadas para efetuar envolvimento (Krause, 1999:14). Para este tipo de operação, foram criadas as maiores forças de elite do mundo, os “corpos de propósitos especiais” do exército norte-coreano.

¹⁰⁷ Ambos, Bruchmüller e Geyer eram subordinados do General alemão Ludendorff e, foi graças a seu apoio, que puderam colocar em prática suas inovações no front ocidental em 1918.

postadas na sua retaguarda, construíam fortificações de campanha aptas a suportar metralhadoras de fita, morteiros, às quais se somavam as Madsen, submetralhadoras e granadas de mão.

Assim, quando tinha início a fuzilaria no front, a versão paraguaia dos *Sturmtruppen* de Estigarribia abria fogo com os morteiros Stokes-Brandt (40 disparos por minuto), aproximavam-se das linhas bolivianas para jogar granadas de mão; a conjugação de granadas e morteiros causava a sensação de que estavam sendo atacadas por grandes contingentes de infantaria e artilharia¹⁰⁸. Como regra, isto provocava sua retração e permitia o cerco. Então, a ausência de água (deficiência logística), encarregava-se de produzir o caos e provocar o colapso da posição.

A situação tática alterou-se quando a guerra foi levada ao sopé da montanha. Então, em espaço aberto, a artilharia boliviana pôde demonstrar a que veio. Isto se evidenciou em Villa Montes, quando exterminou as ondas de ataque da infantaria paraguaia¹⁰⁹. Resumindo, importa a entrega. O meio deve ser ajustado à necessidade de efetuar a entrega sobre os alvos. Isto vale para qualquer arma ou ramo. Serve tanto para infantaria, ou o Exército, como de resto, à Força Aérea e Marinha. Conforme destaca Tom Clancy:

É a entrega de *ordnance*¹¹⁰ nos alvos do inimigo que torna o poder aéreo uma força de combate crível (Clancy, 2004:149).

No entanto, como referido, a logística teve um peso decisivo: era possível otimizar integralmente grandes unidades; o III Exército inteiro engajou defensivamente contra o Paraguai para assegurar a linha do Rio Parapiti. Em suma, a Bolívia podia utilizar a massa;

¹⁰⁸ Importa lembrar que os bolivianos só tinham uma metralhadora por batalhão e duas peças de artilharia Krupp ou Schneider 75mm por regimento. Assim, a fuzilaria provocada por metralhadoras e morteiros sugeria que as forças paraguaias faziam parte de um contingente bem maior de infantaria. Mesmo depois de os bolivianos terem compreendido o logro paraguaio, a manobra continuava sendo eficiente. As posições dos incursores, em função de serem fortificadas com arame, trincheiras e anteparos para as metralhadoras, eram difíceis de capturar. Como resultado, um número expressivo de forças tinha de ser enviado para combatê-las, e o front boliviano tornava-se mais desorganizado. As fortificações de campanha desempenham, neste caso, em termos ofensivos, um papel relevante; esta é a grande inovação de Estigarribia. Este papel conferido à engenharia de combate é que faz com que a literatura de Estudos Estratégicos diga que a guerra do Chaco foi “uma guerra de engenharia” (Johnson, 1996-online).

¹⁰⁹ A julgar pelos relatos das reclamações feitas pela Bolívia a Vickers, sobre o desempenho dos canhões (Hughes, 2005:420), no início da guerra – justamente o período em que ela é travada no Chaco – os bolivianos não sabiam utilizar adequadamente as peças. Dois anos depois (1934), ao que parece, já tinham adquirido familiaridade com sua lide e, mais importante, o campo aberto dava parâmetros para correção do azimute. No Chaco, somente artilheiros exímios e um excelente sistema de comunicação e postos de observação teriam permitido à artilharia de campo suplantar o morteiro paraguaio.

¹¹⁰ **Ordnance** – De acordo com o *Dictionary of Military Terms* (Bowyer, 2004:170), *ordnance* se refere, em termos gerais, a equipamento militar e suprimentos. Contudo, neste trabalho, importa o seu segundo significado, que diz respeito à entrega de armas (entendido como tal mísseis e bombas) e munições (entendido como tal explosivos) sobre um alvo.

porém, seu uso anterior, no Chaco, estava comprometido pela deficiência de suprimentos. A rigor, em nenhuma das grandes campanhas do Chaco pôde ser empregada mais do que uma fração do exército boliviano à época.

Tendo em vista a ausência de massa e, dadas as dificuldades de logística, inviabilizou-se no Chaco a utilização plena do material disponível. A munição para artilharia era limitada (além da referida inadequação) e a Bolívia só pôde empregar um número de tanques muito reduzido. No que tange ao emprego de blindados, o problema não foi o calor¹¹¹, tampouco a ausência de blindagem¹¹²; o fato é que a Bolívia nunca pôde empregar mais do que três tanques. Resumindo, o tanque tinha inúmeras deficiências, mas a causa principal de seu fracasso, para além de problemas de coordenação com infantaria e artilharia¹¹³, parece ter sido seu número insuficiente (limitado pelos suprimentos). De resto, seu emprego parece ter sido adequado, permanecendo na retaguarda para assegurar as linhas de suprimento e conter os movimentos de flanco dos incursores paraguaios, atuando como fortificação de campanha móvel.

Importa mencionar a Força Aérea e a Marinha. Ao contrário do mito, as forças aéreas da Bolívia e do Paraguai não tinham grande discrepância entre si em números. Houve apenas um *dogfight* documentado ao longo da Batalha do km 7 (Saavedra), assistido por centenas de soldados e a vitória foi boliviana. Embora a névoa da guerra permaneça viva nos relatos dos sobreviventes – o que mantém a incerteza sobre tudo –, parece haver relativo acordo de que os pilotos paraguaios evitavam o confronto com os bolivianos. Ademais, estes eram nacionais, enquanto parte significativa dos oficiais paraguaios era de emigrados (russos brancos de Wrangel), oficiais não comissionados (NCO's) ou mercenários.

De qualquer modo, a Força Aérea Boliviana teve papel relevante no reconhecimento aéreo; só o gênio de Estigarribia e a coragem do soldado paraguaio impediram que tivesse

¹¹¹ Os tanques foram empregados prodigiosamente no norte da África durante a II GM. Lá as temperaturas eram ainda mais elevadas e a munição apresentava os mesmos problemas evidenciados no Chaco (algumas vezes engastava e até explodia). O calor no Chaco era de 40 graus; no norte da África, chegava até 50 graus. Nem por isso os tanques deixaram de ter um papel de destaque naquele teatro de operações.

¹¹² O Vickers Mk.E tinha 13 mm de blindagem em sua parte mais espessa. Os tanquetes Carden-Lloyd Mk. VI tinham apenas 9mm. Em alguns pontos eram vulneráveis até mesmo a metralhadoras. Contudo, isto não impediu que versões idênticas fossem empregadas na Guerra Civil Espanhola (e no início da II GM) como armas efetivas de apoio à infantaria. Resumindo e simplificando, uma base de apoio fogo móvel e blindada é melhor do que uma base fixa ou do que a ausência de qualquer apoio de fogo, e a blindagem fraca é melhor do que a ausência de qualquer blindagem. Sendo assim, há que se reconhecer o papel relevante que os tanques tiveram, nem tanto em termos ofensivos, mas para proteger flancos e ancorar posições. Sua presença era uma fonte permanente de temor: os paraguaios constituíram uma unidade especialmente para dar caça aos tanques e tanquetes.

¹¹³ Há uma verdadeira unanimidade nas críticas feitas aos bolivianos sobre sua suposta incapacidade de coordenar os poucos tanques com a artilharia e infantaria. Contudo, nem sempre se leva em conta que esta técnica só seria inventada dez anos depois com a denominada Blitzkrieg.

também um papel de interdição em batalha (deslocamentos à noite e “túneis” no cerrado). A interdição de teatro, como se viu nas operações, não foi possível tanto devido a pressões da Argentina quanto à presença das canhoneiras Humaitá e Paraguai no rio Paraguai. Elas escoltavam comboios e impediram incursões aéreas (pelo menos um avião boliviano derrubado) sobre a preciosa carga que os barcos transportavam. Segundo o Tenente-Coronel Corum (2003:*online*), a aviação boliviana teve uma atuação exemplar, surpreendendo favoravelmente os observadores estrangeiros que assistiam a sua atuação.

Igualmente, as canhoneiras paraguaias tiveram um papel imprescindível, tanto como elemento antiaéreo como carregando a mais potente artilharia presente no Chaco (120mm). Do ponto de vista tático, tiveram papel dissuasório em relação a uma possível campanha desfechada pelo norte. Dado seu armamento principal, seria literalmente capaz de colocar o Chaco em erupção.

O Entre-Guerras foi um momento de aprendizado, inovação e desenvolvimento de novas técnicas e padrões táticos. O exército boliviano não teve um desempenho tático fora dos padrões de outros exércitos de seu tempo. Foi o caráter disruptivo da motorização que tornou a logística um critério quase exclusivo de decisão. Isto pode ser inferido por meio de uma comparação. Por exemplo, entre o desempenho boliviano no Chaco e as Forças armadas em confronto na Guerra Civil Espanhola de 1936-39, na Guerra Russo-Finlandesa (1939-40), ou ainda, os japoneses no Pacífico em 1941-1942.

O principal carro empregado pelo Japão na Segunda Guerra Mundial foi o Type 89B, em tudo semelhante ao Vickers Mk.E, o utilizado pelos bolivianos no Chaco. Os japoneses, assim como os bolivianos, possuíam poucos carros e se valiam de lança-chamas e obuseiros de montanha para seus deslocamentos na selva. Nem por isso deixaram de conquistar boa parte da Ásia Pacífico até 1942, derrotando alguns dos principais exércitos do mundo à época como o estadunidense, o inglês e o holandês. A diferença foi a logística, não o desempenho tático, ou a capacidade de combate. Ademais, os japoneses possuíam, naquela época, o Comando do Mar. Se os bolivianos pudessem contar com suprimentos (combustível e munição) e massa (número), o desempenho dos tanques no Chaco poderia ter sido diferente.

Na realidade, além da logística, o comando e a capacidade de inovação do General paraguaio Estigarribia é que foram excepcionais. Sua “invenção” de utilizar fortificações de campanha de modo ofensivo (graças às infiltrações) é que o colocam entre os grandes gênios da arte militar (como Bruchmüller e Geyer). Conforme observam os pesquisadores da RAND, Isaacson & Layne & Arquilla (1999:41),

Nosso exame desse caso [Guerra do Chaco] permite a reinterpretação do pensamento tradicional sobre o resultado da guerra. A linha de pensamento dominante entre os historiadores tem sido a de que a performance militar da Bolívia foi muito ruim. (...) O que descobrimos, entretanto, a partir de histórias oficiais e fontes primárias de ambos os lados, é uma imagem mais equilibrada das Forças bolivianas que lutaram corajosamente sob uma liderança muitas vezes enérgica. A Bolívia não perdeu porque teve uma performance ruim, mas sim porque os paraguaios inovaram, e tiveram uma performance muito melhor em relação a seus adversários.

Importa salientar, seja na esfera da tática, das operações ou da estratégia, ou ainda no âmbito da logística nacional, que foi a incapacidade de levar material bélico e suprimentos para o front que conduziu ao colapso boliviano no Chaco. Não apenas as distâncias de Villa Montes eram dez vezes superiores às percorridas pelos suprimentos paraguaios (do fim das estradas de ferro até o front). Não apenas a Bolívia ficou com uma conexão débil em Mollendo, enquanto o Paraguai dispunha do Rio Paraguai e do acesso ao Atlântico. Pesou de forma decisiva o fato de que os paraguaios eram capazes de produzir algumas de suas próprias munições, armas de fogo e até embarcações. Os bolivianos, por seu turno, importavam até mesmo artefatos como lanças, sabres e selas de montaria (Hughes, 2005:419). Tomados desta perspectiva, os embasamentos do exército boliviano encontravam-se nas fábricas da Vickers na Inglaterra – a distância de La Paz a Londres é de 9.643 km –, enquanto as munições paraguaias provinham de Assunção, poucos quilômetros rio abaixo.

2.3 – À Guisa de Conclusão I: Reversão Político-Militar

A Guerra do Chaco foi o conflito latino-americano mais sangrento do século XX: deixou cerca de 100 mil mortos (Mares, 2001). Após o armistício de 1935, em 1938 as duas partes finalmente assinaram a paz: o Tratado Definitivo de Paz, Amizade e Limites. Neste processo, EUA e Argentina concorreram na mediação e busca pela paz (Vizentini, 2004:365). Naquele contexto, o Brasil buscou contrabalançar a influência argentina por meio da assinatura de acordos com a Bolívia acerca do aproveitamento do petróleo e da construção da ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra (inaugurada em 1955).

Deste modo, parecia em vias de resolver-se o problema do acesso boliviano ao mar. Afinal, o trecho de Santa Cruz aos campos petrolíferos era relativamente curto. De fato, a própria Standard Oil criou as condições para seu escoamento através do Brasil pela mencionada ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra. Contudo, a logística nacional, já havia adquirido outra dimensão: a guerra demonstrou que, além do transporte, a energia (combustíveis) se constitui em fator decisivo. Este será o assunto do próximo tópico.

Por ora, cumpre ainda registrar que o fim da Guerra do Chaco e a assinatura do “Tratado Definitivo de Paz, Amizade e Limites”, em princípio, constituíram-se como prenúncios de uma nova, e ainda maior, contenda – desta vez, envolvendo Argentina e Brasil. Cabe recordar que a derrota boliviana deu ânimo ao separatismo. Conforme atesta Boris Fausto:

A outra questão, bem mais grave, foi a Guerra do Chaco, episódio tão mortífero quanto lamentável, em que se envolveram o Paraguai e a Bolívia, a partir de 1932. **O Brasil tomou a iniciativa de buscar uma solução para o conflito, motivado principalmente pela ameaça de secessão do departamento boliviano de Santa Cruz**, que poderia cair sob influência Argentina. Getúlio entendeu-se diretamente com o general Justo, então presidente da Argentina, para que interferissem juntos na mediação da paz, afinal obtida em Junho de 1935 (grifos meus) (Fausto, 2006:95).

Isto só não ocorreu devido à reversão político-militar dos resultados da guerra. A intervenção brasileira junto à Argentina e, posteriormente, na Conferência de Paz (1935-1938), deixou muito claro que o separatismo de Santa Cruz seria insuportável. Contudo, a pressão diplomática e militar brasileira talvez não fosse suficiente para evitar uma nova conflagração na Bolívia. Houve uma importante mudança política que alterou o panorama.

No Paraguai, a ascensão do Partido Colorado, após a Promulgação da Constituição de 1940 e a morte do Marechal Estigarribia, recém eleito Presidente, encarregou-se de alterar a situação estabelecida no campo de batalha. De fato, a eleição de Estigarribia, prestigiado comandante paraguaio no Chaco, parecia confirmar a pretendida unificação das facções liberais (Cívicos e Radicais) no Paraguai e a continuidade da parceria com a Argentina. Contudo, sua morte levou à Constituinte (1940) e, depois de uma breve intervenção militar, à eleição de Higinio Morínigo (1940-47).

Morínigo criou o dispositivo do Partido Colorado tal como se apresentará sob Stroessner (1954-1989). Ele organizou a milícia do Partido, dedicou 45% do orçamento nacional às Forças Armadas e paulatinamente minimizou a influência argentina no Paraguai. Morínigo alterou a correlação de forças na sociedade e no exército. Os Colorados, antes ausentes como alternativa real de Poder Nacional, converteram-se, graças às reformas de Morínigo, na principal força político-militar. O teste da Guerra Civil (1947) confirmaria seu favoritismo.

Em 1946, Higinio Morínigo havia composto um gabinete formado pelos Colorados e membros do Partido Revolucionário Febrerista (PRF). Contudo, os últimos abandonaram o governo e, em aliança com os liberais e comunistas, deram início em 1947 à guerra civil que culminou com o regime de partido único da era Stroessner (Simon, 1998:355-56). Com isto,

se desfez a pretensão de Santa Cruz de incorporar-se à Argentina. O Paraguai deixava de ser uma fronteira amistosa aos separatistas e, sua presença no Chaco, uma promessa de santuário¹¹⁴. O Paraguai de Stroessner se aproximaria do Brasil e ambos os países construiriam a Hidrelétrica de Itaipu. Ao seu modo, sempre independente, o Paraguai resolveria seu problema de logística nacional no que tange à geração de energia. Graças a isso, durante a era Stroessner, chegou a prosperar um processo de produção de manufatura conhecido como “indústria de falsificação”, procurando imitar o caminho dos países do leste asiático para efetiva industrialização. Importa compreender que, ao aproximar-se do Brasil, o Paraguai modificou a correlação de forças na América do Sul. Isto parece confirmar as interpretações feitas pelos geopolíticos brasileiros acerca do papel do Chaco como chave estratégica da América do Sul.

2.4 – À Guisa de Conclusão II: A Mudança das Dimensões da Logística Nacional

Resta pouca dúvida de que foi a marcha para o norte empreendida por Franco em agosto de 1934 que definiu a guerra. No entanto, cumpre salientar que ela só foi possível graças à motorização. A despeito da mecanização ter deixado a desejar, dados os escassos números de tanques Vickers e tanquetes Carden Loyd Mark VI empregados, a motorização foi disruptiva. Para além de qualquer dúvida razoável, o caminhão foi a principal arma utilizada na conflagração. Basta referir que, após o segundo armistício, quando os contendores passaram a rearmar-se novamente, o Paraguai comprou apenas caminhões.

De fato, como se procurou demonstrar, o caminhão foi vital para que as linhas do II Corpo de Exército do Paraguai pudessem ficar tão estendidas e, ao mesmo tempo, manobrar com eficiência por linhas interiores. Importa lembrar que, contando apenas com cem caminhões – dos quais perdeu pelo menos quarenta, Franco percorreu 160 km em treze dias através do Chaco com o II Corpo de Exército, em um movimento cuja trajetória total foi de 240 km (English, 2007:129). Graças ao *timing* de Franco, produziu-se uma surpresa estratégica da qual a Bolívia não teve condições de se refazer. Os paraguaios ocuparam as linhas de junção entre as divisões bolivianas, assumindo posições defensivas.

Após a captura de Picuiba, o flanco direito do II Corpo foi defendido em Ingavi, o que ameaçava envolver a Quinta Divisão e Puerto Suarez, na frente norte. O flanco esquerdo firmou-se em Yrendagüé. Isto lhe permitiu tomar Villazón e Carandaiti – ambas para o

¹¹⁴ **Santuário** – Área ou país, perto ou contígua à zona de combate que, por acordo tácito, entre os beligerantes é isenta de ataque e, portanto, serve como refúgio e base de suprimentos (DoD, 1988:309).

caminho de Tarija – o que permitiu o cerco a Villa Montes e forçou o colapso boliviano em Ballivián.

Também importa lembrar que foi o plano de guerra de atrito, elaborado ainda pelo General Osório, que acabou sendo posto em marcha em Ballivián, causando baixas insuportáveis aos paraguaios. Contudo, graças ao caminhão e ao périplo de 240 km em meio ao Chaco desértico, os planos de defesa da década de 1920 tornaram-se obsoletos. O caminhão tornou a frente mais profunda na medida em que permitia a penetração de tropas a longas distâncias. Contudo, foi a captura de Huirapitindi que abriu o caminho para Santa Cruz e deu ensejo ao separatismo movido, desde Assunção, pelo Comitê Cruceño. Foi o risco de ver-se envolvido simultaneamente em uma guerra civil e uma conflagração internacional que, segundo English (2007:149-50), levou a capitulação da Bolívia antes mesmo de lançar seu III Exército na ofensiva. Importa sublinhar que todas estas localidades (Picuiba, Ingavi, Yrendagüé, Huirapitindi) estão separadas por dezenas de quilômetros: foi o caminhão que permitiu que se posicionasse o II Corpo de Exército do Paraguai em meio ao dispositivo militar boliviano. Pando, Beni, Santa Cruz ficaram isoladas, e Tarija sob assédio.

Foi neste o período que, no Brasil, foi formulada a doutrina Góes Monteiro. A primeira obra de referência é “A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército”, escrita em 1932. Contudo, a principal referência continua sendo o documento elaborado em 1934, dirigido à Presidência da República, e só recentemente desclassificado: “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil”, o qual já trazia o aprendizado sobre a Guerra do Chaco. Nele o General Góes Monteiro chama atenção do Presidente Vargas sobre a importância do Brasil Republicano manter-se atento a liberdade de seus vizinhos sul-americanos afiançando-lhes a proteção necessária (Góes Monteiro, 1934:5):

As lições históricas, instantaneamente renovadas, e a conduta atual de alguns Estados além-mar, que não encontram limites para aquisição de armamento, parecem justificar, em nossos dias, a opinião antiga, segundo a qual diplomacia alguma, por mais brilhante e arguta, pode vencer sem o apoio decisivo das armas

Os exemplos de nosso próprio passado mostram um império do Brasil como fiel da balança sul-americana por ser, na época, o mais forte militarmente, o mais rico, o mais conceituado e o mais organizado administrativamente.

Éramos o único poder firme, onde se quebrava a onda violenta dos pronunciamentos, que resistia ao sopro, desencadeado, dos ventos de todas as anarquias, revoltas, motins e tiranias.

Intervimos na Argentina, no Paraguai e no Uruguai para libertá-los em nome dos mais elevados princípios de justiça, porém, jamais, lançamos mão de nossos exércitos e de nossas esquadras para conquista de um palmo além de nossas fronteiras.

Eis um honroso legado que a República não pode repudiar (Góes Monteiro, 1934:5).

Logo após a Guerra do Chaco, o Brasil investiu significativamente nas suas Forças Armadas, o que envolveu tanto a motorização (caminhões) quanto a mecanização (aquisição de tanques italianos Ansaldo).

Não obstante, na época ainda era difícil à Presidência da República divisar toda importância do combustível para o esforço de guerra, o que envolve capacidade de refino do petróleo para sua produção. Ainda se davam os primeiros passos para obter-se o centro de decisão da siderurgia¹¹⁵. Assim, em um primeiro momento, o Brasil parece ter pretendido barganhar com suas reservas de petróleo para obter a siderurgia, como o fez com a borracha durante a II Guerra Mundial¹¹⁶.

Naquele contexto, o escoamento do petróleo boliviano através do Brasil moveu a campanha de Monteiro Lobato e deu origem à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Lobato acabou sendo preso por afirmar que havia petróleo no Brasil e por insinuar que o petróleo escoado pela Standard Oil era brasileiro, e não boliviano.

Após a II Guerra Mundial, com a nova postura adotada pelos EUA no governo Truman, bem diferente da “boa vizinhança de Roosevelt”, os antigos detratores de Lobato acabaram por dar-lhe razão. A mudança na política dos EUA impactou a percepção existente acerca dos Acordos de Washington. Como o petróleo não estava incluído entre os itens discriminados, foi possível que o governo constitucional de Vargas criasse a Petrobrás. Quer na siderurgia ou na petroquímica, a Doutrina Góes Monteiro permaneceu como matriz subjacente. A cooperação entre Góes e Vargas, a despeito de conflituosa, foi profícua, só vindo a encerrar-se com a morte do segundo. Impossível dizer o quanto as realizações da Era Vargas inspiram-se no papel estratégico conferido por Góes Monteiro às Forças Armadas: promover a democracia e o desenvolvimento no Brasil e ter capacidade para afiançar proteção à liberdade dos demais países sul-americanos. Doravante, dada a impossibilidade quer da

¹¹⁵ O acordo de construção de Volta Redonda com os Estados Unidos só seria assinado em 1941, por meio do Acordo de Washington. Neste mesmo ano, foi criada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

¹¹⁶ Pelos acordos de Washington, o Brasil assumiu também o compromisso de fornecer minérios estratégicos à indústria bélica norte-americana. Os principais produtos previstos no acordo eram: alumínio, bauxita, borracha, cobre, níquel, tungstênio, quartzo, estanho, magnésio, mica e zinco. Para o fornecimento de borracha, foi estabelecido o Serviço Especial da Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), mais conhecidos como “soldados da borracha”. Foi alistado um contingente calculado em 55 mil brasileiros, a maioria dos quais cearenses. Acredita-se que a maior parte dele morreu em virtude das condições de trabalho na selva, resultando em um total de 30 mil mortos (Mageste, 2004). Os sobreviventes não tiveram dinheiro para pagar a viagem de volta, permanecendo na região amazônica. Só em 1988 foram reconhecidos como combatentes da II Guerra Mundial, recebendo a pensão vitalícia à que fizeram jus também os pracinhas. Para a Itália, foram enviados 25.334 homens, com duas mil baixas entre mortos, feridos e desaparecidos.

Bolívia ou do Paraguai obterem a concentração de capital necessária para a siderurgia, a relação com estes países seria pautada pela infra-estrutura energética e de transportes.

O Brasil firmou com a Bolívia um acordo em relação à exploração do petróleo. Como inicialmente houve indeterminação acerca da área a ser explorada, a iniciativa foi renovada pela Ata de Roboré, de 1958, que previa a exploração dos hidrocarbonetos bolivianos apenas por empresas transnacionais. Todavia, o Congresso brasileiro desejava que a Petrobrás atuasse no acordo. Na época, no governo João Goulart, o petróleo mais barato do Oriente Médio dificultou a concretização do acordo¹¹⁷. Além disso, outros fatores desestimulavam a presença brasileira na região: a Petrobrás ainda não possuía capacidade técnica para operar no exterior; os brasileiros temiam a instabilidade política boliviana; os bolivianos, por sua vez, um imperialismo brasileiro (Carra, 2008:129). Em geral, os resultados da política externa brasileira demoraram a se concretizar e a influência argentina prevaleceu na Bolívia (Vizentini, 2004:366). O Brasil “perdia” a Bolívia, mas, em compensação, “ganhou” o Paraguai. Este equilíbrio regional é o que permitirá, bem mais tarde, após a Guerra das Malvinas, a superação de rivalidade e cooperação argentino-brasileira.

Em um balanço resumido, pode-se dizer que a Guerra do Chaco evidenciou que a logística nacional é constituída tanto pelos meios de transporte quanto de produção. Demonstrou a importância dos meios de pagamento (fiscais e cambiais) como instrumento de direção política sobre a economia, e a possibilidade de, por intermédio dessa direção política – a verticalização referida no primeiro capítulo – criar-se o centro de decisão.

A Guerra do Chaco importa, pois descortina e explica como se dá o processo de realimentação perversa do subdesenvolvimento crônico boliviano. Como se observou no primeiro capítulo, território importa, pois extensão territorial significa a possibilidade de abarcar mais de um centro dinâmico. Há uma relação causal entre a verticalização (instrumentação política dos meios de pagamentos) e a interconexão entre os pólos dinâmicos.

De modo simplificado, pode-se dizer que o surgimento da soberania do Estado frente às unidades sub-nacionais é resultado da necessidade de interferência da União sobre a malha viária (logística nacional de transporte). Contudo, viu-se igualmente que a Bolívia não foi

¹¹⁷ As informações sobre a Ata de Roboré são de Vizentini (2004:367). O autor traz, ainda, importantes esclarecimentos sobre o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, firmado no governo Geisel, em 1974. Por este instrumento jurídico, a Bolívia venderia gás ao Brasil que, em contrapartida, financiaria e daria assistência técnica para a criação de um pólo industrial no Sudeste boliviano, incluindo fábricas e infra-estrutura de energia. O governo boliviano julgou que o Brasil seria mais beneficiado que a Bolívia, o que suscita o problema dos ganhos relativos levantado pelo realismo: dada a diferença de ganhos em suas relações, países tendem a não cooperar. A negociação se arrastou por sucessivos governos e os acordos acabaram se restringindo à venda de gás natural.

capaz de reter seus pólos dinâmicos. Perdeu o salitre, a borracha e a possibilidade de utilizar o petróleo como recurso de verticalização, dada a perda de acesso ao Rio Paraguai.

Restava, contudo, a experiência da guerra, a demonstração, ainda que negativa, da importância da produção para a soberania. Este é o tema que iria inflamar as mentes e corações no processo da revolução boliviana, assunto do próximo capítulo.

3 – Da Revolução Nacional Interrompida à Reemergência do Separatismo

Acaso teremos algum mal maior para a cidade do que aquele que a dilacerar e a tornar múltipla, em vez de uma? Ou maior bem do que aproximá-la e torná-la unitária? (Adaptado de Platão, 2007:157).

3.1 – Os *Jovens Nacionalistas*: Construtores de Estado

Em 1934, o então presidente Daniel Salamanca foi forçado a renunciar. Se a derrota boliviana na batalha de Campo Via significou a queda do Comandante Hans Kundt, a derrota em Ballivián tornou insustentável a manutenção de Salamanca na presidência. Em seu lugar, assumiu José Luis Tejada Sorzano (vice-presidente), que só foi aceito pelos militares em virtude da manutenção da estabilidade do país, então em guerra. A derrubada de Salamanca foi protagonizada pelos “jovens militares nacionalistas”, grupo composto por militares insatisfeitos com o comando do presidente¹¹⁸. Faziam parte desse núcleo homens como Germán Busch e David Toro. Em que pese normalmente se atribua a Revolução Nacional¹¹⁹ à Revolução de 1952, na verdade o processo tem início bem antes, na esteira da Guerra do Chaco. A Guerra trouxe como importante mudança no sistema político boliviano o enfraquecimento político das antigas elites. Segundo Cardoso e Faletto (1977:79-80), “a luta significou pela primeira vez uma possibilidade de incorporação do indígena à nação e, em certo sentido, uma tomada de consciência de sua condição”.

Os jovens militares chegam ao poder em 1936, quando David Toro deu um golpe em Tejada Sorzano. Sorzano, presidente do Partido Liberal boliviano (de 1899 a 1920), era visto não só como símbolo do mau comando durante a Guerra, associado a Salamanca, mas também como continuidade do governo das elites mineiras de enclave.

Com a queda de Sorzano, tinha início o chamado “socialismo militar”, assim denominado por seus próprios protagonistas, como Toro, que anunciou uma “Revolução Militar Socialista”. Todavia, os governos Toro e Busch eram, na verdade, reformistas.

O Governo de Toro promoveu importantes transformações. Criou os Ministérios do Trabalho e Previdência Social e de Minas e Petróleo. Nacionalizou a Standard Oil (1936) que,

¹¹⁸ Tais jovens estavam ancorados na loja militar RADEPA (*Razón de Pátria*) que, em seus primeiros anos foi secreta, mas posteriormente se publicizou, chegando ao poder na pessoa do presidente Major Gualberto Villaroel. Suas principais bandeiras eram o combate à oligarquia e o nacionalismo.

¹¹⁹ **Revolução Nacional** – Entende-se por revolução nacional todo processo de transformação política capaz de realizar os objetivos principais do Estado – soberania e a cidadania –, de modo a concretizar o desenvolvimento econômico, a liberdade individual e a soberania estatal. Cf. Mantovani (2006:22;201).

conforme se viu no capítulo anterior, havia bombeado petróleo de forma clandestina para a Argentina (Bandeira, 1998:181; Paulo Neto, 2007:31-32)¹²⁰. No lugar da Standard Oil, o governo Toro fundou por decreto, em 13 de março de 1937, a estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB). A YPFB passou a executar a exploração de petróleo pelo Estado, da qual deteve o monopólio até 1955, quando o setor voltou a abrir-se à participação de empresas estrangeiras.

Em junho de 1937, David Toro foi substituído por seu companheiro em armas, Germán Busch Becerra. Comprometido com as linhas gerais do governo anterior, Busch promulgou uma nova Constituição que consagrou diversos direitos políticos e sociais, tais como proteção aos camponeses e mulheres, conceito de função social da propriedade e jornada de trabalho de 8 horas diárias. Em 1939, promulgou-se o Código de Trabalho, conhecido como “Código Busch”, cuja legislação procurou regulamentar os novos direitos constitucionais do trabalho. Além dessas medidas, Busch criou o Banco Mineiro. Tratou-se de medida que ia de encontro aos interesses do enclave e dos barões do estanho. Pela nova legislação, toda renda obtida da exportação de minérios deveria ser depositada no Banco (Andrade, 2007:37). Ao ampliar o controle sobre a mineração, procurava-se evitar que a produção deixasse de ser um prolongamento direto da economia central, em que os lucros apenas “passam” pela nação dependente (Cardoso & Falleto, 1979:46). Germán Busch suicidou-se em 1939, em circunstâncias ainda não totalmente esclarecidas¹²¹.

A morte de Busch suscitou a oportunidade para que os setores conservadores se unissem. Em março de 1939, formou-se a “Concordância”, um pacto entre os Partidos Liberal, Republicano Genuíno e Republicano Socialista. Este grupo defendia o sistema econômico de livre-cambismo e o retorno a práticas anteriores à Guerra do Chaco (Andrade, 2007:39).

Por outro lado, os setores nacionalistas se agruparam em torno do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), surgido em 1941. Seus líderes pertenciam à classe média urbana: Victor Paz Estenssoro, Hernán Siles Zuazo e Juan Lechín. Alguns de seus membros eram ex-combatentes da Guerra do Chaco. Nos primeiros anos após sua formação, o movimento apresentava influência de várias correntes ideológicas, inclusive o fascismo. Alguns componentes consideravam a Bolívia como uma nação proletária ao ‘estilo italiano’

¹²⁰ Não obstante, em 1942, pagou-se uma indenização correspondente a US\$ 21,23 milhões atuais (Carra, 2008:129)

¹²¹ Desde aquela época, tornou-se crença entre o povo que Busch foi morto pelos barões do estanho (Klein, 1982:209).

(Trindade, 2004:48)¹²². Outros defendiam abertamente o anti-semitismo e propunham a proibição da imigração judaica (Andrade, 2007:41). Todavia, este ímpeto posteriormente diminuiu com a derrota do Eixo na Segunda Guerra Mundial. A bandeira defendida passou a ser a do nacionalismo revolucionário. Algumas correntes interpretativas os consideram “jacobinos sem burguesia” (Santoro, 2007:18), visto que o movimento atuou na promoção do desenvolvimento capitalista do país ainda que seus membros fossem operários e mineiros.

Além da polarização entre liberais e nacionalistas, refletida no próprio Exército, a partir dos anos 1930 os trabalhadores passaram a se organizar gradativamente. Em 1935, surgiu o Partido Obrero Revolucionário (POR). Em 1936, criou-se a Confederação Sindical dos Trabalhadores Bolivianos (CSTB). Em 1940, nasceu o Partido da Esquerda Revolucionária (PIR).

Após o reformismo militar de Toro e Germán Busch, assumiu o governo por um breve período Carlos Quintanilla (agosto de 1930 a abril de 1940). Quintanilla havia sido general de Brigada na Guerra do Chaco. Foi ele quem ordenou aos soldados, em setembro de 1932, que resistissem por mais dez dias ao cerco paraguaio em Boquerón sem água, comida ou qualquer tipo de suprimento. Quintanilla procurou refrear o reformismo de Toro e Busch. Após o suicídio de Busch, procurou garantir a vitória de Enrique Peñaranda nas eleições de 1940 quando colocou no exílio Bernardino Bilbao Rioja. Rioja, conforme se viu no capítulo anterior, foi o artífice da principal vitória boliviana da Guerra no Chaco. Todavia, com Rioja exilado, Peñaranda venceu as eleições¹²³. Embora fosse Comandante na Guerra do Chaco, e tivesse participado da derrubada de Salamanca, Peñaranda posteriormente aproximou-se do grupo da Concordância e passou a pertencer à ala liberal do Exército.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a produção boliviana de estanho chegou a dobrar. A demanda norte-americana havia aumentado, e o fornecedor alternativo dos Aliados, a Malásia britânica, estava ocupado pelos japoneses (Beyhaut & Beyhaut, 1995:169). No entanto, os americanos pressionaram e obtiveram uma baixa no preço do estanho. Argumentaram que esta era a parte que cabia à Bolívia no esforço de guerra Aliado. O menor preço do minério foi repassado pelos barões do estanho aos trabalhadores sob a forma de piores salários e condições de trabalho.

¹²² Segabinazzi relata que “O governo de Peñaranda anunciou, em julho de 1941, que teria frustrado uma trama entre os nazistas alemães e o MNR” (Segabinazzi, 2007:121).

¹²³ Não obstante, Rioja voltou do exílio e tentou se eleger presidente em 1951 e 1966 pelo partido fascista da Falange Socialista Boliviana. Apesar de derrotado, permaneceu sendo um líder popular respeitado em toda a Bolívia.

As greves e manifestações se multiplicaram. A *Patino Mines* desejava a ilegalidade de todos os sindicatos e o estabelecimento de estado de sítio. O governo Peñaranda, representante da elite da “Concordância”, enviou o Exército para reprimir os mineiros. Em um dos momentos mais trágicos da história boliviana, em 1942, oito mil mineiros da mina Catavi, do grupo Patiño, saíram em passeata para um protesto pacífico. Aguardados pelo Exército, centenas foram fuzilados (Andrade, 2007:43-44). O Massacre de Catavi entrou pra história boliviana como um de seus momentos mais trágicos.

Após o massacre, os jovens militares se aproximaram do MNR, formando uma frente única nacionalista. Juntos, derrubam o governo Peñaranda, associado aos interesses do enclave mineiro. Então, assumiu o poder Gualberto Villarroel (1943-46). Villarroel deu continuidade à revolução nacional iniciada por Toro e Busch, especialmente por instituir amplos direitos sociais a camponeses e mineiros. Instituiu o voto feminino, organizou o primeiro Congresso Indígena, decretou o fim da *pongueaje* e a obrigatoriedade do pagamento de salários aos camponeses (além do direito de vender a própria produção), construiu a primeira refinaria de petróleo boliviana e apoiou a criação da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos (FSTMB) e da Federação Nacional de Camponeses (Andrade, 2007: 48;51-2).

Todavia, o governo não havia obtido reconhecimento dos Estados Unidos, que o considerava um governo pró-Eixo. O governo norte-americano condicionou tal reconhecimento ao rompimento e expulsão de ministros do MNR, o que foi feito. Isto, porém, enfraqueceu Villarroel. Greves e manifestações passaram a se multiplicar. Para manter a ordem, o governo aumentou a repressão. O PIR surpreendentemente anunciou uma aliança com a “Concordância”, formando a “Frente Antifascista”. Juntos com o POR, mobilizaram o povo e militantes invadiram o palácio presidencial, matando o presidente e pendurando seu corpo na praça Murillo (sede do governo, em La Paz), onde foi queimado.

Após a morte de Villarroel, assumiram provisoriamente Nestor Olmos (1946) e Tomás Monje Gutiérrez (1946-47). Teve início o chamado Sexênio (1946-52), cujo primeiro presidente eleito foi Enrique Hertzog. Hertzog havia sido eleito, financiado pelos barões do estanho, na expectativa de um retorno ao predomínio dos interesses do enclave mineiro. Apesar de inicialmente se aproximar dos setores trabalhistas, passou a reprimi-los. Sob forte oposição, em especial do ascendente MNR, renunciou em 1949 (Andrade, 2007:62).

Em seu lugar, assumiu o vice-presidente Mamerto Urriolagoitia que, pressionado pelos barões do estanho, endureceu ainda mais o regime. Em um contexto de queda do preço do

estanho, novamente “a rosca” repassava a diminuição de lucros sob a forma de menores salários aos mineiros. Em contrapartida, greves e manifestações se multiplicavam, embora reprimidas pelo governo. Em 1949, o auge desse processo foi atingido. Ocorreu novo massacre de mineiros nas minas de propriedade da *Patino Mines*. Naquele contexto, o MNR crescia em influência em meio às classes médias urbanas. Embora os setores conservadores pressionassem, a repressão do Exército tornava-se cada vez mais insuficiente.

O período entre a Guerra do Chaco e a Revolução de 1952 é marcado pela proeminência adquirida pelos jovens militares nacionalistas. Presidentes como Toro, Busch e Villaroel são os reais construtores do Estado Boliviano. Não só instituíram amplos direitos sociais e políticos aos camponeses e mineiros, permitindo seu direito de associação, estabelecendo o fim da *pongueaje*, e concedendo direitos trabalhistas, como também fortaleceram o Estado, o que se evidencia pela criação do Banco Mineiro, da YPFB e da primeira refinaria boliviana.

Entretanto, o Estado dominado pelo enclave temporariamente ressuscitou. Nos períodos (1940-43 e 1946-52) os interesses dos barões de estanho se manifestaram sob a forma de intensa repressão aos camponeses e mineiros. Ocorreram, no mínimo, dois grandes massacres, em 1942 e 1949, ambos nas minas do grupo Patiño. Protestos e greves cresciam exponencialmente, e as demandas dos diferentes grupos sociais estavam polarizadas. As condições para a Revolução de 1952 haviam sido precipitadas.

3.2 – A Revolução de 1952

A Revolução de 52 foi desencadeada após o resultado das eleições presidenciais de 1951 ter sido ignorado. Naquele pleito, o MNR de Victor Paz Estenssoro havia saído vencedor, porém um golpe militar impediu sua posse. Alguns líderes não acataram o resultado das urnas e nomearam o general Hugo Balliván como novo presidente, golpe que ficou conhecido como “marmetazo” e sua junta, como “junta usurpadora” (Segabinazzi, 2007:124).

Vitorioso nas eleições, mas impedido de chegar ao poder, o MNR acionou os militares com os quais tinha influência, obtendo seu apoio. Os militares, em geral, permaneceram divididos. Colocou-se em marcha um contragolpe que não parecia ter êxito, até que a mobilização popular se fortaleceu. Armas foram entregues a milícias de operários e camponeses, que acucaram o exército e terminaram por desfilar nas ruas de La Paz (Câmara, 2007:84). Em 13 de abril de 1952, estava constituído o novo governo, sob a liderança de Victor Paz Estenssoro (MNR).

Outro importante ator que se somou ao governo revolucionário foi a COB, a *Central Obrera Boliviana*, órgão sindical de orientação trotskista composto principalmente por trabalhadores do setor de mineração cuja existência foi formalizada em 1952. É esta aliança, o chamado *co-gobierno*, que predominava na composição do governo, ainda que ela tenha se rompido em seus últimos anos no poder. A Revolução se realizou ao longo de três governos: Paz Estenssoro (1952-56); Siles Zuazo (1956-1960); e novamente Paz Estenssoro (1960-64).

A principal transformação estrutural que ela promoveu foi dar continuidade ao rompimento – iniciado pelos jovens nacionalistas – com o Estado gerido pela elite dos barões de estanho e pelos proprietários de terra. Implementou-se, em seu lugar, o modelo de Estado corporativo. Os sindicatos eram tutelados, e o governo obtinha apoio por meio de práticas clientelistas. Não obstante, diversos avanços foram obtidos, como o estabelecimento do sufrágio universal (Decreto-Lei do Voto Popular) e a reforma agrária.

No campo econômico, a Revolução mostrou-se um “caso extremo de capitalismo de Estado” (Cunha, 2004:14). O Estado passou a exercer atividades em diversos setores da economia, tanto na indústria como nos serviços, incluindo até mesmo hotéis e fábricas de sorvete (Cunha, 2004:14)¹²⁴.

No que se refere à reforma agrária, o governo MNR-COB promoveu profundas alterações estruturais. Até então, a Bolívia possuía uma das mais altas concentrações fundiárias da América do Sul. A propriedade das terras era de apenas 5% da população (Santoro, 2007:20)¹²⁵. A Revolução de 1952 rompeu essa configuração com um amplo processo de distribuição de terras, o qual beneficiou cerca de um milhão e meio de camponeses (Santoro, 2007: 20).

Ademais, o governo consolidou a medida de Villaroel que pôs fim às formas servis de trabalho indígena, a “pongueaje”, “mitanaje” (ou mita) e o “alijiri”. Os indígenas, antes da Revolução, viviam em uma situação extremamente precária. Trabalhavam sob um regime servil e viviam sob leis de segregação racial, conforme relatado no primeiro capítulo. Em que

¹²⁴ Nesse período, foram criadas as seguintes empresas: *Empresa Nacional de Ferrocarriles* (Enfe); a *Empresa Nacional de Electricidad* (ENDE); *Empresa Nacional de Telecomunicaciones* (Entel); *Lloyd Aéreo Boliviano* (LAB) e Banco do Estado. Cf. Cunha, 2004:14.

¹²⁵ Em 1950, havia 3.779 comunidades indígenas dispuham de 7,2 milhões de hectares para a agricultura; os latifúndios, 12,7 milhões de hectares. Todavia, as comunidades controlavam somente 26% das terras cultivadas. (Cardoso & Brignoli, 1984:180).

pese o apoio à massa excluída de indígenas, o governo do MNR combateu a identidade étnica e transformou as comunidades tradicionais (*ayllus*) em sindicatos rurais (Santoro, 2007:20)¹²⁶.

A Revolução de 1952 impulsionou o desenvolvimento econômico. Dentre suas principais medidas, destacam-se a nacionalização das minas de estanho e a criação da COMIBOL – Corporação Mineira da Bolívia. A Comibol foi criada por interesse do COB, um dos pilares do governo revolucionário. Todavia, a criação se deu de maneira distinta àquela pretendida pelos mineiros – isto é, sem indenização aos antigos proprietários e com administração direta dos trabalhadores (Segabinazzi, 2007:126). A empresa iniciou suas operações em um contexto de baixa internacional do preço de estanho, o que dificultou não só o sucesso da empresa mas também a própria gestão econômica do regime de 1952, que contava com elevada receita da Comibol para se financiar.

A despeito das diversas conquistas da Revolução, com benefícios para as camadas mais pobres da população, a conjuntura tornou-se gradativamente crítica. O problema é que, devido às precárias finanças do Estado, não havia recurso para, simultaneamente, indenizar proprietários, financiar o plantio, fornecer sementes e ferramentas e alimentar os camponeses até a colheita. A despeito de orgulhosos por terem expulsado os terratenentes, logo os camponeses viram-se em meio a mais sinistra miséria. Ao mesmo tempo, na cidade, o preço dos alimentos subiu. A classe operária e os mineiros foram os mais diretamente atingidos. Adveio uma situação toquevilleana: a melhoria das condições de vida e as reformas haviam multiplicado a inconformidade e a rebeldia. Na ausência dos meios de pagamento, a revolução tornou-se autofágica.

A Central Obrera Boliviana era controlada pelos trostkistas do POR (Andrade, 2007:127), que estavam divididos: um grupo queria conduzir a luta revolucionária de forma autônoma, apostando no enfraquecimento do governo; outro, queria continuar participando do governo e dar prosseguimento às mudanças por vias institucionais.

A divisão do COB, um dos pilares do governo, foi agravada por dois fatores. Primeiro, a pressão dos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, era cada vez maior. O governo boliviano necessitava dos empréstimos norte-americanos, o mercado dos EUA era o destino de 66% das importações e a origem de 41% das importações (Andrade, 2007:131) e o país era o principal credor da Bolívia. Em contrapartida, os EUA exigiam a adequação a seus

¹²⁶ Segundo Wasserman (2004:321), a idéia era “instituir uma comunidade cultural – a nação boliviana, através de um processo de homogeneização cultural que foi imaginado como uma síntese entre as culturas indígena e cultura ocidental”.

interesses. No caso do setor agrícola, por exemplo, concediam empréstimos desde que fossem destinados para o departamento de Santa Cruz. Para o Altiplano, os financiamentos estavam vetados (Andrade, 2007:132).

Segundo, do ponto de vista norte-americano, também era conveniente a manutenção de um baixo preço para o estanho. Como resultado, os salários dos mineiros eram pressionados. Desta forma, o MNR teve que escolher entre duas opções: acolher os radicais (sindicalistas mineiros) ou colaborar com os EUA (Andrade, 2007:130).

Tentando contemplar as demandas de ambos os lados, o governo se enfraqueceu. Ao fim de seu governo, Paz Estenssoro (1960-64) não conseguia conter as greves e manifestações dos mineiros. Elegeu-se para um terceiro mandato tendo como vice-presidente Barrientos Ortuño. O fato de seu vice ser um militar gerou o rompimento de Estenssoro com os outros fundadores do MNR e partícipes da Revolução, como Siles Zuazo e Juan Lechín Oquendo. De um lado, dentro do MNR, os setores mais à esquerda intensificaram suas críticas à Revolução, fragilizando o partido. Estes grupos formaram o Partido Revolucionário da Esquerda Nacionalista (PRIN). A ala do COB contra o governo radicalizou sua oposição. Por outro lado, os militares estavam descontentes não só com a agitação social mas também com o enfraquecimento do Exército. Enquanto as milícias do COB contavam com um contingente de 50 a 70 mil homens, o Exército, cuja reconstrução era apoiada pelos EUA, tinham apenas oito mil.

Assim, o terceiro mandato de Estenssoro durou apenas cerca de três meses. Terminou em meio a divergências tanto com os militares (insatisfeitos com a agitação popular), quanto com a COB (insatisfeita com a repressão), o que suscitou um novo golpe, em 1964. A união entre MNR e COB se rompeu, e os dois grupos tornam-se antagonistas. Os militares deram um golpe e assumiram o poder, tendo René Barrientos como seu primeiro presidente, personalidade até então ligada ao MNR.

Em geral, a revolução de 1952 representou um processo de efetiva modernização, marco da consolidação da construção do Estado iniciada pelos *jovens nacionalistas*. Suas principais medidas foram a reforma agrária e a nacionalização das minas de estanho, acompanhada da criação da Comibol. Contudo, a herança do modelo corporativo restou como obstáculo à consolidação democrática, efetivamente rompida com a chegada dos militares ao poder.

3.3 – As Ditaduras Militares (1964-82)

O primeiro governo, de René Barrientos (1964-69), tentou implementar o chamado Pacto Militar-Camponês (ou Pacto Militar-*Campesino*, forma com que são chamados os agricultores indígenas bolivianos). Pretendia, por meio deste, contrapor as demandas do trabalhismo, da *Central Obrera Boliviana*, de influência comunista, com o apoio dos sindicalistas rurais, tutelados pelo Estado. Todavia, estes gradualmente passaram a resistir às pressões do governo autoritário e o acordo terminou no governo Hugo Bánzer, (1971-78), cujo governo foi responsável por vários massacres de camponeses.

O governo Barrientos se aproximou dos EUA e abriu a economia boliviana ao capital estrangeiro. Colocou a COB fora da lei e reprimiu greves¹²⁷. Barrientos foi sucedido pelo General Alfredo Ovando. No governo Ovando ocorreu a segunda nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, dessa vez abrangendo as propriedades da Gulf Oil, transferidas para a YPFB por meio de decreto promulgado pelo ministro Marcelo Quiroga Santa Cruz em 1969. As reclamações contra a empresa diziam respeito à sua baixa contribuição de impostos para Santa Cruz, Tarija e Chuquisaca, além da suspeita de envolvimento ilícito com políticos bolivianos (Segabinazzi, 2007:135). Todavia, tal como a nacionalização anterior, o setor ficou carente e impossibilitado de modernizar-se; o financiamento e a exploração restaram comprometidos (Santoro, 2007:26).

Hugo Banzer deu um golpe no próprio regime de exceção, derrubando o general Juan José Torres. Assumiu o poder em um contexto favorável, de alta do estanho no mercado mundial. Em seu governo, contou com amplo apoio do exército e do empresariado, além da simpatia dos EUA, do Chile pós-1973 e do Brasil, sendo considerado “xodó da diplomacia militar brasileira” (Gaspari, 2003:347).

Em seu governo, houve um “milagre econômico”, com crescimento anual de 6% do PIB (Wasserman, 2004:324)¹²⁸. Sem crédito externo, Banzer realizou o pagamento de uma indenização¹²⁹. Em seguida, alterou o marco regulatório dos hidrocarbonetos, o que permitiu a entrada de capital estrangeiro e reduziu o então monopólio da YPFB. As relações com os

¹²⁷ Com destaque para a chamada “Matanza de San Juan”, episódio de repressão a uma greve mineira em que a Força Aérea Boliviana atacou os mineiros e a periferia de La Paz. (Wasserman, 2004:323). Ademais, ocorreu outro massacre na mina de Catavi (1967), um dos maiores da História boliviana.

¹²⁸ Note-se que de 1950 a 1973, o PIB *per capita* boliviano cresceu a 0,9% ao ano, um terço da média latino-americana. De 1973 a 1998, cresceu 0,17% ao ano (sendo 0,99% para a América Latina) (Cunha, 2004:12).

¹²⁹ Após pressão da Gulf e do governo norte-americano, foi paga indenização de 78 milhões de dólares, equivalentes a 401,6 milhões dólares de 2008 (Carra, 2008:130).

EUA melhoraram. O Brasil passou a ser o aliado regional em detrimento do parceiro de até então, a Argentina. Ademais, seu governo destacou-se pela extinção de todos os partidos políticos e pela repressão ao Movimento Katarista. Banzer foi sucedido por García Meza, cujo governo foi notabilizado pelas íntimas conexões com o tráfico de drogas¹³⁰.

3.3.1 – Movimento Katarista

Com o fim do Pacto Militar-Camponês e os massacres no campo, emerge um movimento contestatório de grande impacto. Surgiu sob a inspiração de Tupac Katari, líder de uma insurreição indígena no século XVIII¹³¹. Sua origem ideológica está no Manifesto de Tiwanaku, documento publicado em 1973 que denuncia a opressão cultural, econômica e política do elemento indígena (Van Cott, 2000:334). Almejava não só melhores condições de vida para os camponeses mas também o resgate da identidade aymara, difundindo seu idioma e suas tradições. Esta é a origem da política indigenista posteriormente aplicada nos governos Evo Morales.

O Katarismo entrou em conflito com o governo Banzer diversas vezes, e muitos de seus líderes foram presos. O movimento perdeu força, mas acabou por influenciar a mobilização social na zona produtora de coca e a Confederação Nacional de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CNTCB) (Santoro, 2007:25).

Santoro (2007:28) realizou oportuno balanço dos regimes militares:

¹³⁰ García Meza encontra-se preso por traição à pátria, genocídio e abuso de direitos humanos (Van Cott, 2000:338).

¹³¹ Tupac Katari reuniu 40 mil homens e se rebelou contra seus senhores espanhóis em 1781. Cercou La Paz e contou com ampla simpatia dos povos originários, mas foi derrotado.

Ditaduras Militares na Bolívia (1964-1982)			
Governos	Duração	Política Agrária	Marco para o petróleo
René Barrientos	1964-1969	Formação do Pacto Militar-Camponês	Abertura ao capital externo. Entrada da Gulf Oil.
Alfredo Ovando / Juan Torres	1969-1971	Início do Movimento Katarista	Nacionalização
Hugo Banzer	1971-1978	Repressão e Massacres. Colapso do Pacto Militar-Camponês.	Flexibilização do monopólio da YPF. Capital privado na exploração/produção
Pereda, Padilla, Guevara, Gueiller	1978-1980	A grande instabilidade do período, que inclui presidentes civis, não permitiu o estabelecimento de políticas consistentes nos dois campos	
García Meza	1980-1982	Repressão	Assassinato do ex-ministro Marcelo Quiroga

3.4 – A Nova Política Econômica e a Contra-revolução (1982-2000)

O choque do petróleo (1979) e a elevação dos juros no mercado internacional geraram grave crise econômica no país. Tal como no Brasil, a transição à democracia foi acompanhada de forte crise econômica. O auge da crise deu-se de 1982 a 85, quando a hiperinflação chegou a 22 mil % ao ano¹³² e a renda, na primeira metade da década, contraiu-se em 25% (Cunha, 2004:12).

O primeiro presidente do regime democrático restabelecido foi Hernán Siles Zuazo (1982), escolhido pelo Congresso neste ano. Zuazo, antigo presidente da Revolução de 1952 (1956-60), teve um governo difícil. Assumiu um governo endividado, com dívida externa elevada, sem maioria no Congresso e um ambiente político instável. As eleições tiveram de ser antecipadas, o que suscitou a oportunidade para a primeira alternância democrática na história do país (Hofmeister, 2004:276). Assumiu Victor Paz Estenssoro (1985-89) e teve início o processo de liberalização com desregulamentação.

¹³² De junho de 1984 a junho de 1985. De 80 a 85, o PIB teve uma queda anual média de 1,2% ao ano; o déficit público, 17,3% ao ano (Cunha, 2004:15).

Um dos marcos do período foi o Decreto Supremo 21.060, de 29 de agosto de 1985, que estabeleceu a chamada “Nova Política Econômica” (NPE). Em um contexto de baixa do preço do estanho, esta medida encerrou a atividade de mineração em vários locais e fragmentou a Comibol em quatro subsidiárias, posteriormente privatizadas. Como resultado, mais de 40 mil famílias ficaram sem emprego (Câmara, 2007:90). Foi a primeira experiência neoliberal em um país democrático periférico, antes mesmo do Consenso de Washington (1989). Surpreendentemente, um dos grandes construtores de Estado da moderna Bolívia, Victor Paz Estenssoro, em seu quarto mandato como presidente, foi um dos arquitetos do desmanche estatal¹³³.

Uma das marcas do período é o fechamento das empresas estatais. O processo iniciou com o fechamento da Corporação Boliviana de Fomento (CBF), que controlava diversas estatais. A YPFB teve seu ativo aberto ao capital estrangeiro. Os campos de petróleo e gás passaram a ser explorados por meio de contratos de risco, instrumento que permitiu a Petrobrás mais tarde tornar-se a maior investidora da Bolívia, com ativos representando 18% do PIB boliviano (Santoro, 2007:30). A Comibol, como visto, após sucessivos déficits foi dividida em quatro subsidiárias e privatizada.

O governo Estenssoro (1985-89) reagiu à crise com a atuação do economista Jeffrey Sachs. Tratava-se de um choque liberalizante na economia. Uma das principais ações de Sachs foi o *gasolinazo*, medida que aumentava o preço da gasolina. Este foi um interessante e inusitado artifício, visto que, *ceteris paribus*, uma elevação de preços em combustíveis aumenta a inflação. Todavia, na prática, a medida incrementava a receita da YPFB e, por conseguinte, do governo. Resolvido o déficit orçamentário, a taxa de câmbio estabilizou-se e, dado o peso do dólar (referência para outros preços), os preços gerais seguiram o mesmo caminho (Santoro, 2007:29)¹³⁴.

Nas eleições de 1989, Jaime Paz Zamora obteve o terceiro lugar, com menos de 20% dos votos. Entretanto, como nenhum dos candidatos obteve maioria absoluta, o Congresso o escolheu entre os três primeiros colocados¹³⁵. Os outros dois candidatos foram Gonzalo

¹³³ Apesar do alinhamento econômico às políticas do FMI, em termos de política externa, preservou-se um caráter terceiromundista, latino-americanista e não-alinhado, mantendo boas relações com os EUA. Na prática, os temas da agenda externa passavam por uma tentativa de multilateralizar as questões da saída marítima e do narcotráfico (Vizentini, 2004:351).

¹³⁴ De 1985 a 1990, a Bolívia teve crescimento econômico de 2,3% ao ano, inflação média de 68% ao ano e déficit público de 5,3% (Cunha, 2004:17).

¹³⁵ A Constituição de 1966 estabelecia que, sempre que um candidato não obtivesse maioria absoluta dos votos, o Congresso escolhia o presidente entre os três primeiros colocados no primeiro turno. Vigente durante boa parte

Sánchez de Lozada (vencedor do primeiro turno, com 23,07% dos votos) e Hugo Banzer (22,7%) (Van Cott, 2000:340).

Em seu governo, Zamora assinou a importante Declaração de Trindade, com o então presidente brasileiro Fernando Collor. Este documento percebia a fronteira Bolívia-Brasil como “área estratégica para o controle da exploração dos recursos naturais, minerais e o tráfico de drogas” (Vizentini, 2004:358).

Nos anos 1990, a abertura econômica teve continuidade. Em 1993, chegou ao poder Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), ex-ministro do Planejamento do governo Estenssoro, com 35,6% dos votos – a maior margem de vitória desde as eleições suspensas de 1980. Conhecido como “Goni”, aprofundou a política de privatização, então denominada “capitalização”¹³⁶. As grandes empresas criadas pela Revolução de 52 – Enfe, Entel, ENDE e YPFB – foram parcialmente vendidas pelo valor de US\$ 1,7 bilhão, um quarto do PIB do país, valor que financiou um recorrente déficit em transações correntes (Cunha, 2004:16;24). Isso foi possível graças à Lei de Capitalização (1995), que permitiu a venda de até 50% do capital das grandes empresas. Neste momento, percebe-se uma alteração do perfil econômico boliviano: “Ficou para trás o país do estanho, das estatais e dos sindicatos de mineradores. Emergiu a Bolívia do gás e dos investimentos estrangeiros. (...) entre 1992 e 1999, foram privatizadas mais de 80 empresas de menor porte” (Cunha, 2004:17). Momento simbólico foi a compra da concessão das ferrovias bolivianas por uma empresa chilena, que, em sua inauguração, desfilou um trem com bandeira chilena (Van Cott, 2000:345). A população indignou-se e acirrou-se o nacionalismo popular.

A principal estatal, YPFB, foi fragmentada em três unidades: Petrolera Andina, Petrolera Chaco e Transredes¹³⁷. Em termos de política externa, Lozada formalizou acordo com o Brasil para a construção do gasoduto Brasil-Bolívia (1993)¹³⁸ e acertou o ingresso da Bolívia no Mercosul como membro-associado (1997).

da história boliviana, com a reforma constitucional de 1993 essa escolha passou a se dar entre os dois primeiros colocados. Em qualquer das duas fórmulas, fica patente o prejuízo à legitimidade do presidente eleito.

¹³⁶ Lozada passou a ser visto com crescente desconfiança pela população. Um dos motivos para tanto era que falava espanhol com certa dificuldade, visto que havia morado e estudado nos EUA por um longo período. Cf. Vizentini, 2004:361.

¹³⁷ **Petrolera Andina** – consórcio reunindo Perez Compac, Plus Petrol e Repsol-YPF. **Petrolera Chaco** – consórcio composto por Amoco e Exxon Mobil. **Transredes** – consórcio que abarcava Enron e Shell. Cf. Segabinazzi, 2007:146.

¹³⁸ **Gasbol** – Gasoduto Brasil-Bolívia. A primeira vez que se discutiu a idéia de construir um gasoduto da Bolívia para o Brasil foi em 1938, nas negociações da Conferência de Paz da Guerra do Chaco. O acordo de Roboré garantiria ao Brasil um prazo de 20 anos para explorar e importar o gás boliviano, o que, porém, não aconteceu. Somente nos anos 1990, as negociações foram retomadas tendo em vista a construção de um gasoduto de grande

Na política interna, Lozada introduziu duas importantes mudanças: a reforma Constitucional de 1993 e a Lei de Participação Popular de 1994. A reforma constitucional estabeleceu a eleição direta para prefeito, embora mantivesse a escolha dos governadores (*prefectos*) a cargo do presidente. Ademais, criou Conselhos Departamentais, cujos representantes são escolhidos pelas Câmaras Municipais. Tais Conselhos possuem a função de aprovar o orçamento do Departamento e fiscalizar sua aplicação.

Outra importante alteração promovida pela reforma constitucional de 1994 foi a alteração do Código de Procedimento Penal. As transformações possuem certa semelhança com a Constituição Política do Estado (CPE), de 2009, no que tange ao reconhecimento das autonomias indígenas. Pela reforma, incluíram-se normas “que reconhecem o direito consuetudinário aplicado nas comunidades indígenas de acordo com suas tradições, desde que não firam os princípios e direitos fundamentais reconhecidos na Constituição” (Hofmeister, 2004:289). Foi a primeira vez que se reconheceu um caráter “multiétnico e plurinacional” no Estado boliviano. O objetivo era tornar o Estado mais presente e evitar o surgimento de um movimento político de guerrilha como o Sendero Luminoso no Peru (Van Cott, 2000:344).

A Lei de Participação Popular representou efetiva mudança em direção à maior descentralização política e administrativa. Inovou em quatro aspectos principais: a) criação de 314 novos municípios, com competência para prestar políticas públicas (saúde, educação, cultura, esportes, etc.); b) destinação de 20% da arrecadação de impostos federais aos municípios¹³⁹; c) reafirmação da eleição direta para prefeitos; d) reconhecimento legal de 20 mil “organizações territoriais de base” (OTBs)¹⁴⁰, com capacidade decisória sobre o uso dos recursos municipais (Hofmeister, 2004:291). No que tange à organização do Estado, o município adquiriu protagonismo na prestação de políticas públicas, tal como estabeleceu a Constituição brasileira de 1988. Segundo Wasserman (2004:329), seu principal objetivo consistia em diminuir o poder das elites regionais e dos Comitês Cívicos criados durante a ditadura.

porte entre os dois países. A Petrobrás e a YPFB assinaram uma Carta de Intenções que resultou no acordo firmado em 1993. Em 1996 o projeto do Gasoduto começou a ser implementado. Após acordo que acertou sua construção, em 1996, no ano seguinte ficou pronto. Iniciou suas operações em 1999, estendendo-se de Corumbá (MS) até Guararema (SP). Em 2000 ficou pronto o trecho que vai de Campinas (SP) até Canoas (RS), passando pela grande São Paulo. Ao todo, o gasoduto começa em Santa Cruz de la Sierra e termina em Canoas (RS). Passa pelos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

¹³⁹ Antes da Lei, 95% dos recursos iam para as capitais dos Departamentos, sendo 86% deles para apenas três cidades, La Paz, Cochabamba e Santa Cruz (Hofmeister, 2004:290).

¹⁴⁰ Sendo 12 mil comunidades camponesas e 8 mil associações de moradores (Hofmeister, 2004:291).

Lozada foi sucedido pelo antigo ditador Hugo Bánzer (1997-2001), que não conseguiu aplicar conceitos e políticas concisas adequadas para a situação de crise econômica (Hofmeister, 2004:280). Bánzer acordou com os EUA o combate aos cultivos de coca em troca de ajuda econômica, obteve um empréstimo de 100 milhões de dólares (Vizentini: 2004:362) e lançou a campanha “coca zero”, com o propósito de convencer a população a plantar outros cultivos no lugar da folha de coca¹⁴¹. Combateu as autonomias indígenas e o multiculturalismo, tal como fizera com o movimento katarista enquanto presidente do regime militar. Em 1999, decretou o aumento das tarifas de água, posteriormente cancelado devido aos intensos protestos e a declaração de estado de emergência¹⁴². Em 2001, Bánzer teve uma doença grave e acabou renunciando, sendo sucedido por Jorge Quiroga, que assumiu o poder até o retorno de Sánchez de Lozada, em seis de agosto de 2002¹⁴³. Uma crise de hegemonia, incipiente, torna-se visível nos anos 2000. Alguns autores chegam a descrever uma situação de inexistência de hegemonia, “sem que nenhum setor ou projeto lograsse dirigir o país” (Guimarães & Domingues & Maneiro, 2005:11).

3.5 – Anos 2000: Guerra do Gás e Reemergência do Separatismo

Apesar das reformas dos anos 1990 trazerem um crescimento econômico estável, a maioria da população permaneceu em condições precárias de vida. A insatisfação da população cresceu e tornou-se latente com os conflitos envolvendo recursos naturais, água e gás natural. A Bolívia passou a vivenciar uma crise de hegemonia, em que “nenhum grupo político foi capaz de manter o poder sem recorrer à violência” (Santoro, 2007:37). É este vazio de poder que contribuiu para a reemergência do movimento separatista, conforme se

¹⁴¹ **Coca** – A coca é uma planta de uso religioso e medicinal. Embora normalmente associada à cocaína, da qual é uma das matérias-primas, seu significado é muito mais amplo. É cultivada desde antes do Império Inca e usada em oferendas a entidades sagradas. Também é utilizada na indústria alimentícia em biscoitos, chás, doces e refrigerantes. A prática de mascar a folha, comum entre boa parte da população boliviana, diminui a fome e alivia a fadiga. No Altiplano boliviano e na área Amazônica da Bolívia, a coca é um dos poucos produtos capazes de ativar uma agricultura pobre em termos de escala, solo e tecnologia. A Bolívia é o terceiro maior produtor de coca, atrás de Colômbia e Peru (Jane’s, 2008).

¹⁴² Em 1999, o Instituto Geográfico Militar, a pedido do Congresso Boliviano, modificou os mapas oficiais das águas do rio Silala. Tornou, desta forma, as reservas, que ficam na fronteira com o Chile, de uso da Bolívia. Os chilenos, em contrapartida, defendem o compartilhamento do uso, dado o caráter internacional das águas. A exploração do recurso remonta ao início do século XX, quando as águas eram utilizadas para abastecer as locomotivas a vapor da empresa boliviana, sediada em Londres, *Compañía del ferrocarril de Antofagasta a Bolívia* (FCAB). Recentemente, o governo Bachelet acertou o pagamento de 15 mil dólares por dia à Bolívia pelo uso das águas. Sobre a questão das águas do Silala, ver Vizentini, 2004:373.

¹⁴³ Ao final da década, o balanço do período 1990-2000 mostra que a Bolívia teve uma média de crescimento de 3,8%; inflação anual de 9% e déficit fiscal de 3,6%. Neste período, houve intensa participação do capital estrangeiro nos investimentos (Cunha, 2004:17).

explica na seção seguinte. Nos anos 2000, as disputas em torno dos recursos naturais se acirraram, o que ficou patente nas Guerras da Água e do Gás.

3.5.1 – A Guerra da Água

Em 2000, enquanto o país ainda era governado por Hugo Bánzer, a cidade de Cochabamba privatizou o serviço de abastecimento de água, passando o controle para a empresa Águas de Tunari, controlada por um consórcio internacional, de capital italiano, espanhol, norte-americano e boliviano. Este proibiu o recolhimento de água da chuva e estabeleceu tarifas abusivas que, na prática, dado o baixo poder aquisitivo da população, deixaram os mais pobres sem acesso ao abastecimento¹⁴⁴. Os movimentos sociais reagiram e formou-se a Coordenadora da Defesa da Água e da Vida. Manifestantes foram às ruas, inclusive alguns do altiplano, em solidariedade à região de Cochabamba. O governo reprimiu e houve 22 feridos e 135 prisões (Wasserman, 2004:336). Após várias tentativas de negociação e mais feridos em protestos, o governo cedeu. O contrato de privatização foi suspenso e a Coordenadora passou a gerir o abastecimento. Dado o fortalecimento do movimento social, consolidou-se a Confederação Sindical Única de Trabalhadores do Campo Boliviano (CSUTCB)¹⁴⁵.

3.5.2 – A Guerra do Gás

A produção de hidrocarbonetos não constitui um ciclo econômico temporalmente restrito, no sentido de representar uma *commodity* que centraliza a produção e a renda nacional por um tempo delimitado. A importância do petróleo e do gás revela-se já na Guerra do Chaco, mas perpassa diferentes regimes e grupos no poder, o que é demonstrado pelo marco temporal dos três decretos de nacionalização (1936, 1969 e 2006). Santoro (2007:44) sintetiza sua importância histórica:

¹⁴⁴ A concessão privada e o fim da subvenção na distribuição de água potável, no contexto de redução do gasto público, foram medidas sugeridas por um informe do Banco Mundial de 1999 (Wasserman: 2004:334).

¹⁴⁵ Instituição fundada em 1979 que deu voz aos campesinos, defendendo o conceito de pluralidade cultural e “unidade na diversidade”.

Hidrocarbonetos e Política na Bolívia	
Período	Marco Regulatório
1921-1936	Liberal. Standard Oil domina o mercado.
1936-1955	Nacionalização (1936). Monopólio da estatal YPFB.
1955-1969	Co-existência da YPFB com empresas estrangeiras, em especial Gulf Oil.
1969-1972	Nacionalização (1969). Monopólio da estatal YPFB.
1972-1996	Monopólio flexibilizado. Participação do capital privado na exploração e produção.
1996-2005	Liberalização e Privatização. Petrobras e Repsol-YPFB dominam o mercado. Construção do gasoduto Brasil-Bolívia, Impostos e royalties somam 18%.
Fevereiro de 2005	Nova lei dos hidrocarbonetos. Impostos/royalties vão a 50%.
Mai de 2006	Nacionalização. YPFB volta a assumir controle, em parceria com empresas estrangeiras.

A partir da década de 1980, o gás passou a ocupar lugar central na economia boliviana, chegando a ser responsável por 86% das exportações do país (Santoro, 2007:39). Sánchez de Lozada, do MNR, assumiu novo mandato em 2002, porém com baixo grau de apoio popular¹⁴⁶. Todavia, passou a contar com a renda externa da exportação de gás, já que o gasoduto Brasil-Bolívia havia iniciado suas operações em 1999.

Na esteira das reformas neoliberais, o governo Lozada anunciou o projeto Pacific-LNG. O consórcio Pacific-LNG era constituído pelas empresas *British Gas*, *British Petroleum*

¹⁴⁶ Foi eleito com 22,46% dos votos, uma vantagem de apenas 60 mil em relação ao segundo colocado, Evo Morales, que teve 20,94% dos votos (que, por sua vez, teve apenas 800 a mais do que o terceiro colocado). Cf. Hofmeister, 2004:281. O processo eleitoral é uma das maneiras de perceber a crise de hegemonia dos anos 2000.

e *Repsol*. Previa a extração de gás natural do campo de Margarida, no departamento de Tarija. Segundo Segabinazzi (2007:112), seu transporte se daria por gasoduto até um porto no Chile, onde seria liquefeito e transportado por via marítima até o México. Lá, seria reconvertido em gás para atender os mercados mexicano e norte-americano, em especial o da Califórnia. Os investimentos chegariam a US\$ 3,1 bilhões (Cunha, 2004:24).

Entretanto, havia muito ressentimento popular com os EUA e com o Chile: o primeiro, pela repressão aos cocaleiros; o segundo, pela derrota na Guerra do Pacífico e a conseqüente perda de saída para o mar. A difusão da idéia levou os manifestantes às ruas. A repressão foi intensa, e diversas pessoas acabaram feridas.

É neste contexto que os movimentos sociais se fortaleceram e adquiriram maior grau de organização. Seus participantes eram membros de sindicatos (policiais, professores), plantadores de coca e agricultores:

Os grupos mais ágeis eram os menores, corporativistas, que usavam táticas de negociações caracterizadas por reivindicações radicais, mentalidade de auto-suficiência e, às vezes, até demonstrações ou mesmo disposição para o emprego da violência. Estes grupos, finalmente, conseguiram o apoio de grande parcela da população (Hofmeister, 2004:282).

O governo Lozada ficou acuado. Ainda segundo Hofmeister (2004:282),

Em um período de dez meses, o governo fechou 60 acordos com grupos sociais – a mesma quantidade que o governo anterior em um período de cinco anos –, comprometendo recursos orçamentários em torno de dois bilhões de dólares para atender a mais de 1.500 projetos distintos¹⁴⁷. Com isto, criou-se um processo de aprendizado fatal, segundo o qual (apenas) os grupos ‘barulhentos’ e inescrupulosos são atendidos.

A instabilidade política elevou-se a níveis insuportáveis. Lozada demitiu quatro ministros, cancelou o projeto Pacific-LNG e, por fim, renunciou. Refugiou-se nos EUA. Em seu lugar, assumiu Carlos Mesa, antes vice-presidente. O governo sucessor aumentou os impostos sobre hidrocarbonetos de 18 para 50% (Santoro, 2007:41), devido aos protestos populares. Entretanto, recusou-se a nacionalizar o setor e entrou em conflito com os cocaleiros, o que, somada à sua baixa legitimidade, resultou em novos protestos nas ruas. Mesa acabou renunciando e, até Evo Morales tomar posse em 2006, a Suprema Corte assumiu o poder.

¹⁴⁷ Para Juan Ramón Quintana Taborga, Ministro da Presidência do governo Morales, entre 1997 e 2002, firmaram-se 3.400 acordos entre governo e movimentos sociais, dos quais poucos foram cumpridos. A soma de recursos comprometida chegou a 5 bilhões de dólares, 60% do PIB do país (Taborga, 2005:9).

A ascensão dos movimentos sociais foi acompanhada de relativa decadência dos partidos tradicionais: MNR¹⁴⁸, MIR¹⁴⁹ e ADN¹⁵⁰, os quais historicamente dependiam de lideranças pessoais. Foi protagonizada tanto por ayllus como por cocaleiros.

Os ayllus são comunidades que objetivam o resgate da identidade indígena originária. Valorizam as autoridades originárias e um sistema produtivo baseado na família¹⁵¹. Readquiriram expressão com o advento da Lei de Participação Popular. Dentre os movimentos em prol da identidade indígena, merece destaque a liderança de Felipe Quispe. Quispe, chamado de El Mallku (em aymará, “o príncipe”), tentou organizar um foco guerrilheiro a fim de criar um Estado indígena próprio, voltado ao passado, com o intuito de reeditar o Império Inca. Resgatando o katarismo, teve o apoio intelectual de Álvaro Garcia Linera (Santoro, 2007:37), atual vice-presidente boliviano, que posteriormente se afastou de Quispe.

O movimento, no entanto, foi reprimido. Quispe passou a liderar o Movimento Índio Pachakutik, que segue na defesa da criação de um Estado aymara (Coutinho, 2006:819) e possui reduzido grau de influência no altiplano. Lançou-se como candidato a presidente em 2002 e 2005 obtendo votação inexpressiva¹⁵². Apoiou o início do governo Morales e, em seguida, passou à oposição.

A emergência dos cocaleiros tem sua origem na demissão dos mineiros em 1985, fruto da privatização da Comibol. Desempregados, migraram para as regiões de Chapare e Las Yungas (Santoro, 2007:33)¹⁵³. O líder mais importante desse processo foi Evo Morales, que se destacou na defesa dos interesses dos sindicatos cocaleiros. Sua luta ia de encontro aos interesses dos EUA, cuja política antidrogas atuou, com apoio dos governos bolivianos, no uso de fumigações e na repressão aos cocaleiros. Evo foi um dos fundadores do MAS¹⁵⁴, em

¹⁴⁸ Após a saída de Estenssoro da cena política, a liderança do partido passou a ser exercida por Sánchez de Lozada. Em contrapartida, alguns setores do partido buscam o retorno ao discurso nacionalista originário, fio condutor da Revolução de 52.

¹⁴⁹ **MIR** – Movimento da Esquerda Revolucionária. Fundado em 1971, reunia grupos de orientação marxista que lutavam contra a ditadura de Hugo Bánzer. Entretanto, foi paradoxalmente por meio da aliança com este general que chegou ao poder. Empossando Jaime Paz (1989-1993), então presidente do partido, passou a aplicar o modelo neoliberal.

¹⁵⁰ **ADN** – Ação Democrática Nacionalista. Partido fundado pelo general Hugo Bánzer em 1979 com a idéia de retornar à política pela via partidária. Com a morte de Bánzer, Jorge Quiroga assumiu a liderança do partido e a Presidência no período 2001-2002.

¹⁵¹ Esta estrutura existia no Império Inca. “Cada ayllu tinha um chefe (*kuraka*), que atribuía o usufruto de lotes de terra às famílias, organizava os esforços coletivos e arbitrava os conflitos”. As famílias ajudavam umas às outras na produção agrícola (Cardoso & Brignoli, 1984:46).

¹⁵² 6,9% nas eleições de 2002 e 2,16% nas eleições de 2005. Cf. Hofmeister, 2004:301.

¹⁵³ Segundo Wasserman, o número de mineiros migrantes foi de 30 mil (2004:331).

¹⁵⁴ **MAS** - *Movimiento al Socialismo*. Partido do Presidente Evo Morales.

1987. Antes de tomar posse, em 2006, obteve o segundo lugar nas eleições presidenciais de 2002, 2% atrás do vencedor (Santoro, 2007:34).

3.6 – Desafios do Governo Evo Morales (2006 - ...)

Os anos 2000 assistiram à ampliação da lacuna de riqueza entre uma elite exportadora das terras baixas e os indígenas pobres do altiplano (Van Cott, 2000:348). Isto significou a reemergência do movimento separatista que, conforme visto nos capítulos anteriores, teve papel de destaque nos primórdios da independência e nos anos 1920, por exemplo. A clivagem étnica, econômica e social ganhou contornos políticos. As diferentes demandas sociais polarizaram-se e os grupos sociais passaram a “se enfrentar cara a cara”, como afirma Huntington (1975:208). Proliferaram-se as demandas por autonomia, seja ela de indígenas ou dos cambas. Instaurou-se uma crise de hegemonia e o Estado fragmentou-se, processo galvanizado pela inédita chegada à presidência de um indígena.

A reemergência do separatismo foi protagonizada pela região da *Media Luna*. A Meia Lua é composta pelos departamentos de Santa Cruz de la Sierra, Beni, Pando e Tarija. A região é responsável por 80% do PIB boliviano, corresponde a quase dois terços do território e abriga cerca de 58% dos quase dez milhões de bolivianos (Malamud & Encina, 2008). A região da Meia Lua, além de sediar a produção de gás, também conta com recursos madeireiros e uma pujante produção de soja, liderada tanto por grandes produtores do oriente boliviano quanto por ruralistas brasileiros¹⁵⁵, os quais aproveitam o relativo baixo preço do hectare e uma oferta de terras pouco explorada. Os outros departamentos, como La Paz, Oruro e Potosí apresentam condições muito mais precárias. Potosí e Chuquisaca, da governadora opositora Cuellar, apresentam níveis de renda e desenvolvimento humano semelhantes aos da África Subsaariana (Cunha, 2004:14). Na região da Meia-Lua, vivem aqueles que se auto-denominam cambas; no altiplano, residem os *kollas*¹⁵⁶.

É comum a crença de que Evo Morales constitui um fator de desestabilização na Bolívia e na América do Sul. Todavia, foi eleito com 53,7% dos votos em dezembro de 2005, na eleição com maior participação eleitoral da história boliviana (84,51% dos eleitores

¹⁵⁵ Cerca de 200 mil brasileiros residem na Bolívia, a maior parte envolvida na produção de soja da região oriental (Santoro, 2007:15). Não obstante, a maior comunidade de emigrantes bolivianos no mundo está na Argentina (Vizentini, 2004:378).

¹⁵⁶ A população boliviana é formada por 35% de indivíduos descendentes do grupo Quéchua e 25% do grupo aymara (Van Cott, 2000:333), o que resulta em mais de 50% do total da população como descendente de indígenas. De uma população de cerca de dez milhões, 2,1 milhões falam quéchua e dois milhões aymara; porém, a grande maioria também fala espanhol. A pluralidade de grupos sociais tem sido utilizada pelas elites para justificar uma “fraqueza originária”, um “defeito congênito” que impediu a Bolívia de ganhar guerras contra seus vizinhos. Cf. Wasserman, 2004:320.

habilitados) (Câmara, 2007:65). Morales foi referendado em 2008 por mais de 67% dos eleitores que o confirmaram no cargo, em um processo cuja correção e legitimidade foram ressaltadas pelos observadores internacionais e pela Organização dos Estados Americanos (OEA). Ademais, em 2009 não só teve sua Constituição aprovada, com cerca de 60% dos votos, como também venceu o opositor Manfred Reyes com 63% dos votos. Portanto, o veredicto do próprio povo boliviano parece contrastar com aquele conferido a Evo pelo senso-comum brasileiro e até mesmo por parcelas da mídia nacional.

A Meia Lua possui uma importância estratégica. Fornece 90% do gás enviado ao Brasil (Valente, 2007). O gás boliviano é responsável pelo abastecimento de cerca de 50% do parque industrial do Brasil, especialmente importante para a indústria paulista (Santoro, 2007:14). A fronteira do Brasil com a Bolívia é sensível à segurança brasileira por várias razões. É na fronteira entre os dois países que passa boa parte do gasoduto Brasil-Bolívia. A região Centro-Oeste é a maior porta de entrada do narcotráfico para o Brasil¹⁵⁷. Lá está situada a Reserva Roosevelt, área ocupada pelos índios cinta-larga que, estima-se, abriga a maior reserva de diamantes do mundo. O Centro-Oeste abriga três das dez cidades com maiores taxas de homicídio do Brasil¹⁵⁸. Há risco de a região tornar-se valhacouto do crime transnacional e mesmo de forças mercenárias estrangeiras.

Além dos quatro departamentos da Meia-Lua, Chuquisaca e Cochabamba também somaram vozes nos pedidos por mais autonomia por algum tempo. Cochabamba ensaiou um alinhamento às demandas autonômicas por meio da figura de seu ex-prefeito Cap. Manfred Reyes Villa¹⁵⁹, um dos principais opositores de Evo Morales, derrotado nas eleições de 2009. A pressão de movimentos sociais, todavia, acabou resultando na perda do mandato de Villa no referendo revogatório de 2008¹⁶⁰. De Chuquisaca, a governadora Savina Cuellar exerceu forte oposição ao governo. Ex-membro do MAS, elegeu-se com apoio dos votos da capital (Sucre), posto que nas áreas rurais o candidato governista teve votação superior.

¹⁵⁷ Cerca de 80% da produção boliviana de narcóticos passa pelo Brasil e vai para a África, chegando, finalmente, até a Europa, seu mercado final (Jane's, 2008).

¹⁵⁸ Os dados referem-se ao período de 2002 a 2006. As cidades são: Colniza (2º), Itanhangá (3º) e Juruena (8º). Suas taxas de homicídio são, respectivamente: 106,4; 105,7; 91,3 (número por 100 mil habitantes). Cf. Waiselfisz (2008).

¹⁵⁹ Manfred Reyes Villa é ex-militar formado na Escola das Américas, no Panamá, quando era chefe de segurança na ditadura do general Luís García Mesa Tejada (1980-1981). Cf. Bandeira (2007). Destaque na política boliviana, em 2002 obteve o terceiro lugar nas eleições presidenciais, com 20% dos votos (Hofmeister, 2004:301).

¹⁶⁰ Antes da consulta, ocorreram vários choques entre manifestante pró-MAS, revoltados contra a idéia de Villa promover separatismo, e a favor do prefeito, o que resultou em alguns mortos e centenas de feridos.

A elite de Santa Cruz de la Sierra, centro político do separatismo, depende historicamente dos incentivos governamentais da Bolívia¹⁶¹. Desde a década de 1950, parte significativa dos excedentes tributados a partir das atividades de mineração, comércio e indústria foram aplicados no desenvolvimento do Oriente boliviano. Tanto regimes autocráticos quanto democráticos investiram na infra-estrutura da região, construindo ferrovias, rodovias e investindo maciçamente no agronegócio (Barrientos, 2008). Isenções tributárias e facilidade de crédito impulsionaram o crescimento da região.

Segundo Bernardo Barrientos (2008), o montante de subsídios à atividade de soja representa 40% do valor total das exportações do produto que, segundo o autor, foram de cerca de 470 milhões de dólares em 2007. Ainda de acordo com o economista boliviano, “enquanto a superfície dedicada à produção de soja cresceu 94% entre os triênios 1994-1996 e 2004-2006, registrou-se simultaneamente um declínio de 14% no rendimento da produção” (Barrientos, 2008).

Ademais, é preciso ressaltar que a produção de soja do Oriente boliviano é extremamente dependente das preferências tarifárias da Comunidade Andina. Não fosse o mercado do bloco (Peru, Equador, Colômbia)¹⁶², a economia local dificilmente resistiria à competição das produções da Argentina e do Brasil, com melhores solos e maior nível de mecanização (Barrientos, 2008).

Na prática, configura-se uma elite rentista (dependente dos incentivos governamentais), com latifúndios de produção pouco competitiva e uma estrutura de poder oligárquica¹⁶³. A ascensão desta elite acabou resultando na polarização do país, marcada por conflitos entre grupos sociais, notadamente a referida elite oriental e partidários do governo do MAS (movimentos indígenas, sindicatos, operários, etc.).

¹⁶¹ A cidade de Santa Cruz de la Sierra é a capital do departamento Santa Cruz.

¹⁶² A Venezuela anunciou sua formalmente sua saída da Comunidade Andina em 2006, passando a pleitear seu ingresso no Mercosul. Todavia, firmou no mesmo ano, juntamente com Bolívia e Cuba, o Tratado de Comércio dos Povos (TCP), pelo qual se comprometeu a comprar regularmente a soja boliviana. Por meio da adesão a este tratado, a Bolívia passou a fazer parte também da ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), em 2009 rebatizada como *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América*.

¹⁶³ E vale lembrar que é justamente “(...) a fatal coligação de uma forte elite proprietária e de uma burguesia fraca que (...) tem sido a origem social dos regimes e movimentos autoritários de direita na Europa e na Ásia.” (Moore, 1983:424)

3.6.1 – Duas Agendas para a Bolívia

Ainda que o movimento separatista mais extremista, o Nação Camba¹⁶⁴, atribua a fundação de Santa Cruz ao ano de 1561 e o início de sua luta por autonomia a 1810¹⁶⁵, as demandas mais radicais só ganharam voz com a chegada ao poder de Evo Morales, em 2006.

Evo tornou-se o primeiro indígena a alcançar a Presidência. Elegeu-se em 2005 com base em uma agenda de conteúdo fortemente antiliberal, que incluía críticas à política externa norte-americana e promessas de nacionalização do setor de hidrocarbonetos, bem como a promoção dos setores sociais tradicionalmente excluídos. De forte carisma, contou com apoio tanto de quéchuas como de aymaras, afinal já havia vivido e trabalhado nas duas comunidades. Por outro lado, teve alto índice de rejeição na região da Meia-Lua. A polarização da Bolívia em torno de sua eleição pode ser vista nos Anexos 1, 2 e 3.

As avaliações sobre sua chegada ao poder vão de um espectro a outro. Uns consideram que se trata de apenas mais um governo inserido no contexto de uma história pendular, que representa a alternância entre governos “liberais” e “populistas” desde a Independência (Jaquette, 2009). Outros acreditam que o governo é um marco na história boliviana, o início de uma nova era. No entanto, não se trata de apenas mais um “governo populista”, mas tampouco o início de uma nova era histórica. É um governo que propiciou a inclusão de um elemento historicamente excluído (o indígena) e que, dadas as limitações estruturais do país, pretende continuar a Revolução nacional iniciada pelos *jovens nacionalistas* de 1930.

O início do governo Morales acelerou a disputa entre agendas políticas antagônicas. Os diferentes projetos nacionais para Bolívia, os quais têm como um dos eixos centrais de divergência a questão distributiva e fiscal sobre os recursos do gás, ganharam contornos políticos claros. A fim de que uma região, a Meia Lua, pudesse conduzir uma forma própria de gestão do principal recurso econômico da Bolívia era preciso que, em sua plataforma, ajustasse a ambição econômica à representação política (Estado), o que acabou por se materializar na agenda do separatismo (Buffington & Caimari, 2009:476). O nacionalismo xenófobo tende a fortalecer-se quando as identidades são confrontadas por processos de mudança social (Nye, 1993:185).

No que tange à questão do gás, o fato é que Evo Morales havia prometido, ainda em sua campanha presidencial, a nacionalização dos hidrocarbonetos¹⁶⁶. Assim, em 1º de Maio de

¹⁶⁴ Surgido em 2001, alega contar com mais de 40 mil membros (Assies, 2006:100). Centra-se no departamento de Santa Cruz, mas está presente, pelo menos, em toda região da Meia Lua. Sobre o Estado camba e sua projeção territorial, ver Anexo 6.

¹⁶⁵ A independência da Bolívia efetivou-se, conforme se viu no Capítulo 1, em 1825.

2006, o presidente promulgou o decreto Supremo 28.701, conhecido como “decreto dos Heróis do Chaco”. Por meio deste, o Exército ocupou as refinarias da Petrobrás e 56 outros blocos de exploração de outras empresas (Santoró, 2007:42). Ademais, foi estabelecido o controle acionário pelo Estado boliviano de diversas empresas (50%+1) e um aumento de impostos para Repsol e Petrobrás de 50 para 82% (Santoró, 2007:42).

Neste contexto, ainda na primeira semana de julho de 2006 – Evo havia tomado posse apenas em janeiro do mesmo ano –, a situação política interna boliviana manifestou claro agravamento. Tal piora confirmou-se na mensuração realizada pelo mapa de Estabilidade do OPSA¹⁶⁷ (OPSA, 2006b). Segundo o Índice de Estabilidade Política (IEP), houve significativo contraste entre o primeiro e o segundo semestre de 2006. Momento de inflexão foi o mês de julho, quando se realizaram tanto a eleição dos Constituintes quanto um referendo sobre as autonomias da Meia Lua. Conforme o Mapa de Estabilidade (OPSA, 2006b:5), registrou-se no segundo semestre um incremento de 1000% nos casos de violência política (IVP)¹⁶⁸.

O índice (IVP) demonstra algumas tendências gerais do fenômeno da violência política, extraídas em geral a partir de artigos de mídia de todos os países sul-americanos (exceto Guiana e Suriname). Por este indicador, avaliam-se, nos casos de violência política, o número de vítimas, a gravidade da violência (mortos, feridos, seqüestrados, desaparecidos), a natureza, os destinatários da violência (grupos armados, civis, autoridades, etc). Uma terceira dimensão é de caráter geográfico, buscando caracterizar se a violência se deu, por exemplo, na capital ou no interior do país.

Em relação ao referendo sobre as autonomias, os departamentos de Potosí, Oruro, La Paz, Chuquisaca e Cochabamba votaram, com uma média de 60%, “não” (em La Paz e Oruro essa porcentagem é ainda maior). Pando, Beni, Tarija e Santa Cruz votaram a favor da

¹⁶⁶ Morales estava respaldado por um plebiscito de julho de 2004 no qual a população decidiu por maior controle do setor de hidrocarbonetos e maior tributação às empresas do setor. Todavia, naquele contexto o então presidente Carlos Mesa optou por não nacionalizar o setor em virtude da necessidade de investimentos externos das empresas estrangeiras (Guimarães & Domingues & Maneiro, 2005:9).

¹⁶⁷ OPSA – Observatório Político Sul-Americano. Núcleo de estudos de América do Sul do Iuperj, criado em 2003. Cf. <http://observatorio.iuperj.br/>.

¹⁶⁸ De 24 ocorrências (1º semestre), passou-se a 240 (2º semestre). Em uma das ocasiões, "os choques violentos entre os defensores do MAS e os grupos cívicos duraram vários dias, deixando como resultado 80 feridos. Os organizadores dos pleitos [consultas populares sobre mais autonomia] exigiam o respeito dos 2/3 e de sua autonomia, e **ameaçaram declarar sua independência** do país, enquanto corriam rumores de que o exército estaria disposto a intervir ante um eventual agravamento dos protestos". Cf. OPSA, 2006b:5-6 (grifos meus).

autonomia¹⁶⁹. No geral, a maioria da população negou a questão das autonomias: de fato, "o restante do país rejeita, como se poderia esperar, um movimento forte da área do mais rica do país rumo, no limite, a uma quase independência" (Guimarães & Domingues & Maneiro, 2005:10).

Na eleição para a Assembléia Constituinte, o partido de Evo Morales, o MAS (*Movimiento al Socialismo*), elegeu 137 dos 255 parlamentares constituintes (50,72% dos votos). Acrescido dos votos dos outros partidos da coalizão¹⁷⁰, o governo Morales ficou com 148 assentos. A oposição, capitaneada pelo Partido Podemos (Poder Democrático e Social), obteve apenas 60 assentos. O Podemos corresponde à antiga Ação Democrática Nacionalista, partido criado por Hugo Banzer. Após sua morte em 2002, Jorge Quiroga assumiu a liderança e mudou o nome do Partido a fim de diminuir o peso da imagem do ex-ditador na imagem da ADN.

Ainda que a coalizão de Evo tenha obtido um bom resultado na eleição para a Constituinte, totalizando 148 assentos, este número foi insuficiente para uma maioria de 2/3 – necessária para a implementação da Constituição. Governistas e partidários de Morales tentaram pleitear a defesa da regra de maioria absoluta (50% mais um), fórmula que se adequaria perfeitamente à representação obtida na Constituinte. Todavia, não obtiveram sucesso na modificação das regras do jogo e apenas contribuíram para a maior polarização do país.

O Executivo também não obteve maioria no Senado, onde prevalece a oposição do Partido Podemos. Como resultado crônico, o que se viu nos meses seguintes foi uma Constituinte paralisada, marcada por um debate polarizado em que nenhum dos dois lados estava disposto a ceder.

Duas medidas contribuíram para afastar as duas principais forças políticas do país. Primeiro, a questão do Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos (IDH). Este tributo, cuja proposta original foi formulada ainda em 2005 por pressão popular, permite a taxação de 32% sobre o valor da produção dos campos de gás a ser distribuído entre os departamentos. Assim, Morales retirou parte da receita dos departamentos produtores (Tarija, Chuquisaca e Santa Cruz) e a destinou a uma política pública chamada *Renta Dignidad*, pela qual os bolivianos maiores de 60 anos passaram a receber uma renda mensal vitalícia. A região da Meia Lua

¹⁶⁹ Votos pelo "Sim": Beni (73%), Santa Cruz (71,1%), Tarija (62,2%) e Pando (57,6%). Votos pelo "Não": Oruro (75%), La Paz (73,4%), Potosí (73,1%), Cochabamba (63%) e Chuquisaca (62,2%). No total nacional, o "não" computou 57,5% dos votos; o "sim", 42,4%. Cf. OPSA, 2006c.

¹⁷⁰ Movimento Bolívia Livre (MBL) e Movimento Originário Popular (MOP).

formalizou seus protestos, acusando o governo Evo de clientelista e exigindo que se devolvesse o recurso, a ser gerido em nível departamental. A situação sobre o repasse do IDH ainda está indefinida, inserida no debate que polariza o país.

A segunda medida de Morales foi a chamada Lei de Terras, promulgada em novembro de 2006, que permitia ao Estado recuperar latifúndios considerados improdutivos – fruto de uma reforma agrária inconclusa, que não atingiu o Oriente boliviano – e redistribuí-los entre agricultores sem terra ou indígenas pobres. Tal medida agravou o descontentamento da elite rural que, como se ressaltou, possui diversos proprietários brasileiros. É preciso registrar que, no Brasil, sempre houve uma forte pressão contra o governo Evo tanto da chamada bancada ruralista¹⁷¹ no Congresso como, em especial, da mídia.

O nível de conflitividade aumentou quando os opositores da Meia Lua tentaram incluir no debate da Constituinte a questão da capital do país. Sucre é a capital legal, mas lá somente funciona o Poder Judiciário: o Executivo e o Legislativo ficam em La Paz. A disputa traz à lembrança a Revolução Federalista de 1898-99, quando as tropas regionais de La Paz derrotaram as de Sucre, conforme visto no Capítulo 1. Todavia, Evo negou-se a colocar esta questão em debate. Novos manifestos, acusações e greves ocorreram.

Com o passar do tempo, a causa da Meia Lua ganhou apoio interno. Os prefeitos¹⁷² de Cochabamba, Chuquisaca e La Paz, embora não necessariamente representassem a posição de suas populações, passaram a apoiá-la. Deste modo, chegou-se ao fim de 2007, momento de definição da Constituinte, em um ambiente de alta tensão. Em novembro daquele ano, em meio a grandes distúrbios na cidade de Sucre, aprovou-se na última sessão da Constituinte, em um quartel, um projeto constitucional de 411 artigos em primeira instância, ratificado em dezembro, em Oruro, sem a oposição. Em Sucre, de um total de 255 congressistas, estavam presentes apenas 138¹⁷³. O elemento de destaque deste projeto foi a presença, no texto legal, das autonomias indígenas e da busca por um Estado comunitário e plurinacional. Dada a conturbação em Sucre, Evo optou por submeter o texto constitucional a referendo.

A resposta da Meia Lua não tardou: seus líderes não só rejeitaram esta Constituição, a qual consideraram ilegítima, mas também passaram a elaborar seus estatutos autonômicos, submetidos a voto popular em 2008.

¹⁷¹ Sempre poderosa, segundo um levantamento realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), conta no mínimo com 100 congressistas (Costa, 2006).

¹⁷² O *prefecto* boliviano (administra o departamento) é o cargo equivalente ao governador brasileiro. Na prática, atuam com poderes menores do que o governador brasileiro mas maiores do que prefeito. Cada um dos nove departamentos bolivianos se subdivide em províncias as quais, por sua vez, se subdividem em municipalidades.

¹⁷³ 136 votaram a favor e dois se abstiveram.

Embora a Corte Nacional Eleitoral boliviana considerasse os referendos ilegais, em maio aconteceu o primeiro deles, em Santa Cruz¹⁷⁴, centro político do separatismo. O caráter separatista evidencia-se à medida que se analisam alguns elementos constantes no Estatuto, que em quase nada o diferenciam da Constituição de um Estado-nacional (em nível de projeto). No título II (Das Competências), Artigo 6 (Competências Exclusivas), observa-se que Santa Cruz teria competência exclusiva legislativa, executiva e com poder regulador, em matérias como: terras, agricultura e pecuária; “organização, estrutura e funcionamento de seus órgãos e instituições autônomas”; “regime eleitoral e instrumentos de democracia participativa”; tributos de caráter departamental (Santa Cruz, 2007:6-7). Ademais, no que tange à Organização Judicial, o artigo 143 afirma: "a Corte Superior do Distrito de Santa Cruz é a última instância jurisdicional e dita sentenças com autoridade de coisa julgada. (...) A Corte Superior do Distrito de Santa Cruz tem competência para avaliar em única instância o recurso abstrato de ilegalidade contra Leis e Decretos Departamentais que contradigam o presente Estatuto de Autonomia" (Santa Cruz, 2007:45).

Outros dois artigos, 82 e 86, chamam atenção para a importância do recurso do gás: enquanto o 82 estabelece a exclusividade da regulação aduaneira para o Departamento, o 86 estabelece que “os recursos naturais renováveis, sua disposição e gestão ambiental, estão a cargo do Governo Departamental” (Santa Cruz, 2007:31).

O artigo 161 afirma que Santa Cruz "reconhece com orgulho sua condição racial e a maioria mestiça¹⁷⁵" (Santa Cruz, 2007:51). e menciona como objetivo "conservar as culturas e promover o desenvolvimento integral e autônomo dos povos indígenas oriundos do departamento: Chiquitano, Guaraní, Guarayo, Ayoreo e Mojeño" (ibidem). O censo de 2001, atualizado em 2003, demonstra que cerca de ¼ da população do departamento considera-se como indígena, ainda que seja dito que, sempre, à semelhança de raça, avaliar a etnia de um entrevistado sempre é tarefa difícil¹⁷⁶.

Ainda mais surpreendente é o capítulo das “Disposições Transitórias”, em que, a respeito do processo de transferência de competências, afirma-se que “Todas as competências do Departamento Autônomo de Santa Cruz, definidas pelo presente Estatuto de Autonomia, que se encontram todavia em poder do Estado nacional ao Departamento deverão ser

¹⁷⁴ Santa Cruz aprovou seu Estatuto em 15 de Dezembro de 2007 e o submeteu à consulta popular em 4 de maio de 2008.

¹⁷⁵ As elites brancas e mestiças são, historicamente, as tradicionais detentoras do poder na Bolívia (Jane's, 2008).

¹⁷⁶ Com uma população total de 2.029.471, 447.955 consideraram-se indígenas, ou seja, 22,04% (Censo de 2001). No país, a porcentagem de indígenas é de cerca de 50% (Instituto Nacional de Estadística (INE), 2003).

transferidas (...). No inciso III, “os imóveis e demais bens públicos de propriedade do Estado Nacional, que sirvam para administração e execução das referidas competências, serão transferidos, a título gratuito, ao Departamento Autônomo de Santa Cruz”.

A análise global do documento revela capacidades de ação que são tipicamente características de um novo Estado-nacional. Excedem, portanto, qualquer tradição de reivindicação por mais autonomia. Por exemplo, a elite local pode dispor de um novo tipo de tributação sobre o gás natural (artigo 6), criar uma empresa estatal para explorá-lo (artigo 117) e firmar um acordo com uma empresa estrangeira (artigo 115). Em caso de controvérsia judicial, o artigo 143 é taxativo, demonstrando seu poder de dar a última voz em termos de instância decisória. Ademais, a capacidade de legislar, regular e executar políticas sobre agricultura, pecuária e regime de terras vai de encontro à Lei de Terras promulgada por Evo. Por meio deste instrumento legal, os grandes produtores de terra ficam protegidos da reforma agrária.

Na prática, o referendo foi aprovado com 85,9% dos votos, enquanto 14,1% dos eleitores rejeitaram a proposta. As críticas governistas centraram-se em torno das altas taxas de abstenção (acima de 30%) e da baixa legitimidade do referendo. Acrescente-se que, além do governo Morales, União Européia, Mercosul e Organização dos Estados Americanos (OEA) também não reconheceram o resultado.

Na esteira do referendo em Santa Cruz, os outros departamentos que compõem a Meia Lua também realizaram *referendos autonómicos*. No dia 1º de junho, Beni e Pando realizaram suas consultas. Em Beni, de 134.468 eleitores aptos, o “sim” teve: 66.131 (79.5%); o “não”, 17.025 (20.47%). O índice de abstenção foi de 35.2%. Já em Pando, de um total de 28.990 eleitores aptos a votar, 12.422 (81.96%) optaram pelo “sim”, enquanto 2.730 (18.02%) optaram pelo “não”. O quarto e último referendo ocorreu em Tarija, onde de um total de 173.231 eleitores aptos, 79.424 (78.78%) votaram pelo “sim” e 21.396 (21.22%) pelo “não” (38.24% se abstiveram).

A resposta do governo Evo Morales foi ousada: propôs para 10 de agosto de 2008 um novo referendo em que os eleitores puderam aprovar ou revogar o mandato do presidente e dos governadores de oito Departamentos bolivianos (o nono, Chuquisaca, escolheu em eleição à parte, em 29 de junho, a governadora – a opositora Savina Cuéllar). Antes da data do pleito, houve diversas ameaças dos governadores da Meia Lua de não realizar o referendo, ainda que ele tenha sido aprovado no Congresso por situação e oposição, sendo posteriormente promulgado em lei por Evo.

Poucos dias antes de 10 de agosto, alguns eventos demonstraram a gravidade da crise política interna¹⁷⁷. Em 5 de agosto, o Ministro da Presidência, Juan Ramón Quintana, foi vítima de um atentado na cidade de Trinidad: seu veículo foi baleado. Em 7 de agosto, a pista de aterrissagem do aeroporto de Beni foi bloqueada a fim de impedir a visita de Evo. Outro aeroporto, o de Tarija, também foi bloqueado, impedindo a visita de chefes de governo estrangeiros, Hugo Chávez e Cristina Kirchner. Morales sequer pôde visitar a capital Sucre, por ocasião do dia da independência, 6 de agosto, devido às manifestações de oposição e ao grau de ameaça e violência que se impunha. O direito de ir e vir foi posto em xeque.

Não obstante, o resultado oficial do referendo, de um total de 4.047.706 cidadãos que se inscreveram para votar, 2.103.872 votaram “sim” (67,41%), ao passo que 1.017.037 votaram “não” (32,58%). Todos os governadores foram mantidos, à exceção de dois¹⁷⁸, opositoristas, o de La Paz e o de Cochabamba¹⁷⁹. Para seus lugares, provisoriamente, Evo nomeou Pablo Ramos (La Paz) e Rafael Puente (Cochabamba). No caso do referendo, a polarização entre as duas agendas para a Bolívia pode ser vista nos mapas dos Anexos 4 e 5.

Evo saiu fortalecido deste episódio, e, após sua vitória, retomou o projeto de aprovação da nova Constituição – um dos cerne do descontentamento da oposição. Não obstante, em 27 de agosto de 2008, Morales foi obrigado a fazer um pouso forçado na cidade de Guajará-Mirim, em Rondônia. Manifestantes estavam armados com paus e pedras e haviam impedido que o helicóptero do presidente aterrisasse.

A partir de então, nos dez primeiros dias de setembro de 2008, uma onda crescente de manifestos cresceu e tomou conta da região da Meia Lua. A situação atingiu o mais alto nível de conflitividade no país. Bloqueios de estradas, greves, tomadas de prédios públicos, fechamento de fronteiras, desabastecimento, choques armados, atos de sabotagem – como a explosão de gasodutos. A oposição separatista lançou mão de diversas manifestações de violência.

Os protagonistas desses atos foram vários. O principal deles, o movimento Nação Camba¹⁸⁰, pouco aparece diretamente ligado a denúncias. Acredita-se, no entanto, que possua

¹⁷⁷ Nesta mesma época, na madrugada de 06 de agosto de 2008, houve um atentado à embaixada brasileira no Chile em que nenhuma organização assumiu a autoria.

¹⁷⁸ Tiveram, respectivamente, porcentagens de votos “não” de 64,51% e 64,80%.

¹⁷⁹ O Cap. Manfred Reyes Villa é (ou era) um dos maiores opositores a Evo Morales.

¹⁸⁰ Em um de seus escritos, “Ser separatista no es delito”, Ismael Muñoz García, da Nação Camba, afirma: “*Lo que sí sucedería es que este país híbrido se transformaría en dos, o quizás más países homogêneos*”. (...) *hay que actuar como Checoslovaquia, Estado cuyos habitantes dieron un excelente ejemplo de comportamiento racional al separarse civilizadamente el 1 de enero 1993. (...) a República Checa y la República Eslovaca son ahora países independientes y amigos como en el futuro lo podrán ser las repúblicas de Bolivia y Cambalândia*” (García, s/d) (grifos meus).

papel central no planejamento e na execução dos atos de violência. Outra peça central envolvida é o Comitê Cívico Pró-Santa Cruz¹⁸¹, uma organização originalmente criada em 1950 para a realização de serviços públicos, tais como construção de estradas e manutenção de ferrovias. No início, representava uma neo-oligarquia agroexportadora de açúcar, algodão e soja e, a partir da década de 1970, envolveu-se com a crescente produção de gás (Assies, 2006: 94).

Outro grupo opositor é a União da Juventude Cruceñista, uma organização de jovens militantes pró-separatismo do Departamento de Santa Cruz de la Sierra. É comum sua participação, por exemplo, na invasão de prédios públicos e na violência contra mineiros e camponeses. Sua base social são estudantes de classe média e alta da cidade de Santa Cruz. Atualmente também incorpora jovens da periferia, caracterizados como *lumpen*, por vezes flagrados inclusive com símbolos nazistas. Corresponde ao braço armado do Comitê Cívico Pró-Santa Cruz (Assies, 2006)¹⁸². Ainda segundo Assies (2006:100), “*es bastante probable que ambas organizaciones [Nación Camba e União Juvenil] estén involucradas en la organización de 'comités de autodefensa'*”.

Os “querembas”, segundo o movimento Nação Camba, são “corpos organizados funcional e territorialmente e que têm por objetivo servir como apoio humano a qualquer ação que signifique a sagrada defesa da pátria Camba” (Nación Camba, s/d a). O movimento conta também com suas “brigadas juvenis” que têm como missão difundir a identidade Camba e promover a consciência social, ambiental e política do grupo, além de outros objetivos de caráter mais amplo (Nación Camba, s/d b)¹⁸³.

Dentre os principais atos de violência dos grupos supramencionados, teve destaque a interrupção do fornecimento de gás para Argentina e Brasil. No dia nove de setembro de 2008, civis tomaram a distribuidora de gás ao Brasil na cidade de Villa Montes, em Tarija (da empresa Transierra). A planta ocupada pertencia à Petrobrás, à companhia francesa Total e à boliviana Andina. As diversas válvulas transmissoras, muitas delas fechadas, deixaram de transmitir mais de 15 milhões de mm³ de gás, cujo fornecimento foi normalizado em cerca de

¹⁸¹ Segundo Moniz Bandeira (2007), tal organização é liderada pelo banqueiro Branko Marinkovic Jovicevic, de origem croata, que é financiado por capitalistas chilenos. Marinkovic foi eleito presidente da Federação de Empresários Privados de Santa Cruz (Fepsc).

¹⁸² Segundo a Federação Internacional de Direitos Humanos, trata-se de um grupo paramilitar, condenável por seus diversos atos de violência e violação aos direitos humanos (FIDH, 2008). Alegam contar com 80 mil membros. A esta organização, contrapõem-se os chamados “ponchos rojos”, grupo armado indígena de pouca expressão nacional – defensor do governo Morales.

¹⁸³ Apesar da existência de vários grupos separatistas, é preciso ressaltar que há pequenas organizações do departamento de Santa Cruz que se opõem às demandas por autonomia ou independência, como o grupo “Santa Cruz Somos Todos”. Jaquette (2009) relata o preconceito sofrido por alguns de seus membros, que não conseguem obter emprego.

24 horas. Mais grave ainda foi o ato de sabotagem cometido contra o gasoduto responsável pelo repasse de gás ao Brasil, classificado pelos governistas como ato terrorista.

Enquanto os atos de violência prosseguiam, no dia 12 de setembro o Conselho Departamental de Santa Cruz, o equivalente a uma Assembléia Legislativa, designava novas autoridades para os organismos públicos do governo central. Como se não bastasse, também foi aprovada a incorporação de 24 instituições ocupadas na estrutura do departamento, muitas delas saqueadas e destruídas. O governo boliviano, por sua vez, também reagiu e declarou *persona non grata* o embaixador norte-americano, Philip Goldberg, pedindo que se retirasse do país. Goldberg, que já havia atuado na Colômbia e em Kosovo¹⁸⁴, havia se reunido diversas vezes com líderes separatistas. Ademais, a mídia boliviana o flagrou em uma fotografia com famoso narcotraficante colombiano, Jhon Jairo. Difícil julgar quais informações o governo boliviano possuía para fundamentar a sua decisão, mas os indícios apontam para o fato de que o diplomata americano agia contra a segurança e a integridade territorial da Bolívia e que, portanto, a decisão foi acertada.

O governo norte-americano não tardou a responder e também expulsou o embaixador boliviano. Hugo Chávez, alegando solidariedade a Evo Morales, também expulsou o embaixador norte-americano da Venezuela. Novamente os EUA apresentaram atitude recíproca, pedindo que o representante venezuelano se retirasse. No caso da Bolívia, o país foi duplamente reprimido, posto que alguns dias, depois da expulsão de Goldberg, o governo norte-americano publicou relatório demonstrando que a Bolívia não cumpriu sua meta de erradicação do cultivo de coca. O resultado foi a exclusão do país do regime ATPDEA (Lei de Preferências Tarifárias Andinas e Erradicação de Drogas), o que significou o desligamento de um regime de exportação com vantagens. Cada vez mais distante de Washington, Morales vem procurando se aproximar, em termos de política externa, da Rússia, do Irã e da China¹⁸⁵.

Outro importante momento da crise de setembro foram os choques ocorridos no dia 11 de setembro. Em um confronto em Cobija, capital de Pando, enfrentaram-se manifestantes pró-Evo e grupos ligados ao departamento de Pando. Este envolvimento acabou por gerar a declaração de estado de sítio no dia seguinte. A participação de autoridades governamentais

¹⁸⁴ Segundo Bandeira (2007), Goldberg “trabalhara na questão da Bósnia, no Departamento de Estado, de 1994 a 1996; fora assistente especial do embaixador Richard Holbrooke, o artífice da desintegração da Iugoslávia; e servira como chefe da Missão dos EUA em Prístina, Kosovo (2004-06), onde orientou a separação dos Estados da Sérvia e Montenegro, após haver sido ministro conselheiro na Embaixada dos Estados Unidos em Santiago do Chile (2001-04)”.

¹⁸⁵ O Governo Morales criou a Agência Espacial Boliviana e firmou uma parceria com a China pelo qual esta construirá e lançará um satélite boliviano de comunicações, o Tupaj Katari, em homenagem ao líder do levante indígena de 1781. Estima-se que o satélite entre em órbita em 2013. Seu custo é de cerca de 300 milhões de dólares, valor que o governo boliviano espera que seja pago pelos chineses e pela ajuda (doações) de países estrangeiros. Ademais, desde 2007 a China doa caminhões, lanchas e veículos militares à Bolívia.

no incidente levou à acusação do prefeito departamental, Leopoldo Fernández, de genocida. Na terça-feira dia 16, Fernández foi preso por desacatar o estado de sítio, acusado também de contratar criminosos para matar grupos pró-governo. A decisão de efetuar a prisão, embora tenha sido realizada pelo Exército, foi posteriormente apoiada pela Justiça e pelo Ministério Público.

No início desta mesma semana, acontecia em Santiago, no Chile, reunião da Unasul (União das Nações Sul-Americanas) para discutir a crise boliviana. Convocada pela presidente em exercício da instituição, Michelle Bachelet, a reunião aprovou um documento em que nove presidentes apoiavam, de forma unânime, o governo constitucional de Evo Morales, respaldando também o comprometimento com a integridade territorial boliviana.

Não obstante, a oposição da Meia Lua percebeu que, embora sua estratégia de violência tenha obtido frutos, estava no momento de retroceder. A barganha havia ultrapassado os limites. A entrada em cena do Exército – quatro regimentos, de tamanho de um batalhão, foram enviados para conter a crise – acrescida da pressão diplomática dos governos estrangeiros, obrigou os líderes orientais a negociar por vias institucionais.

A oposição a Evo Morales dividiu-se. De um lado, permaneceram lideranças partidárias do Podemos (senador Oscar Ortiz, ex-presidente Jorge Quiroga). Em 2008, o Podemos deixou de ser um partido político para tornar-se uma aliança política com o Partido Democrata Cristão. Constituiu-se personalidade jurídica, então denominada “Concertación PODEMOS-PDC”. Todavia, a aliança não apresentou candidato próprio nas eleições de 2009. O setor menos radical do Podemos foi acusado de fraquejar diante da convocação do referendo revogatório, aceitando a idéia do governo do MAS. De outro lado, restaram as lideranças regionais e os órgãos autodenominados “autônômicos”, os quais não parecem ter desistido do uso da força para atingir finalidades políticas.

Neste contexto, governo e oposição negociaram uma trégua, ainda que instável e precária. A disputa teve continuidade por vias eleitorais. Do uso da força, retornou para a arena legislativa. Morales mostrou-se disposto a ceder na questão da autonomia¹⁸⁶ e da redistribuição do IDH (Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos).

Em 25 de janeiro de 2009, um referendo constitucional aprovou a nova Constituição do país. A nova Carta, porém, foi rejeitada novamente nos departamentos de Santa Cruz, Tarija, Beni, Pando e Chuquisaca.

A aprovação da Nova Constituição pode apenas ter adiado um novo conflito. Há incompatibilidade estrutural entre as duas agendas para a Bolívia, simbolizada por exemplo

¹⁸⁶Em 2009, o governo criou um Ministério da Autonomia a fim de negociar a questão.

pela contradição extrema entre o *status quo* legal boliviano e o Estatuto de Santa Cruz. As reformas que podem advir desta Constituição correm sério risco de entrar em choque com os interesses da Meia Lua, algo que vem se sucedendo com radicalidade desde a posse do governo Morales.

A nova *Constituição Política do Estado* consagrou um conceito de “Estado Social de Derecho Plurinacional Comunitário”. Por este modelo, reconhece-se o papel das autonomias, em especial das nações indígenas, cujos 36 idiomas são considerados como oficiais (além do espanhol). A regulamentação das competências da autonomia indígena será delimitada pela Assembléia Legislativa Plurinacional (ALP), novo nome do Congresso Boliviano. No início de 2010, várias das 327 comunidades indígenas realizaram um referendo em que decidiram pela autonomia. Por este instrumento, as comunidades podem eleger líderes, gerir seus recursos e aplicar suas próprias leis (inclusive a lei penal, se não contrariar a Constituição).

Várias das medidas da Nova Constituição merecem destaque. Ela estabelece, pela primeira vez na América do Sul, e uma das poucas no mundo, a eleição para os órgãos supremos de justiça, ainda que pré-selecionados pelo Congresso. Reconhece, ademais, o direito dos povos originários: de elegerem representantes de acordo com seus próprios costumes (Artigo 26, inciso II, §4); de terem suas instituições reconhecidas na estrutura geral do Estado (Artigo 30, inciso II, §5); ao exercício de sistemas políticos, jurídicos e econômicos de acordo com sua cosmovisão (Artigo 30, inciso II, §14); à participação nos benefícios da exploração dos recursos naturais de seus territórios (Artigo 30, inciso II, §16); à gestão territorial indígena autônoma (Artigo 30, inciso II, §17). Ademais, garante-se uma participação especial de indígenas entre congressistas (Artigo 147, inciso II) e, na esfera judiciária, uma “jurisdição originária campesina”, exercida pelas próprias autoridades da comunidade.

A nova Constituição também deixou várias questões em aberto, a serem definidas pelo Congresso; são cerca de 100 leis a serem regulamentadas, inclusive a questão das autonomias (*Ley Marco de Autonomias*, tema mais importante) e da repartição do IDH. Além disso, está em debate, por exemplo, a legislação sobre escutas telefônicas e um projeto de regulação dos meios de comunicação, tal como aprovado na Argentina.

Em cinco de dezembro de 2009, Morales foi reeleito, com 2.943.209 de votos (64,22%), enquanto seu opositor, Manfred Reyes Villa, obteve apenas 1.212.795 (26,46%). Repetiu-se o padrão de distribuição de votos: Morales venceu no Altiplano; Villa, na Meia Lua. O MAS obteve 26 cadeiras no Senado e 88 na Câmara dos Deputados, o que lhe garantiu

o controle de dois terços do Poder Legislativo. A oposição elegeu apenas dez senadores (todos do PPB) e 42 deputados federais (37 do PPB, três da UN e dois da AS).

Em 2010, uma das medidas mais polêmicas foi a promulgação do Decreto Supremo 411, pelo qual o Poder Executivo estabeleceu uma segunda data de fundação para a Bolívia, além do dia de Independência: o 22 de Janeiro, data em que tomou posse e foi aprovado o novo gabinete do segundo governo Morales.

A Nova Constituição Política do Estado explica-se pelo efeito bumerangue, referido por Santoro (2007), isto é, há um retorno das massas excluídas às suas tradições à medida que o sistema não consegue incorporá-las. Jane Jaquette (2009:144) afirma que a questão das autonomias indígenas “enfraquece o contrato social (republicano) no qual o tratamento igualitário de todos os cidadãos bolivianos é algo fundamental” (Jaquette, 2009:144). Todavia, esta parece ser a forma de consagrar direitos à população excluída, tal como fizeram os *founding fathers* nos anos 1930. “É provável que a questão étnica (...) perca eficácia política à medida que se intensifique a incorporação dos setores indígenas à cidadania plena” (Mitre, 2008:83). O reconhecimento das autonomias importa para institucionalizar a participação dos grupos indígenas, que durante os anos 2000, como vimos, mediaram suas demandas por meio de manifestações e greves.

3.6.2 – Raízes do Separatismo

A ascensão do movimento separatista na Bolívia desperta importantes preocupações para a estabilidade da região e para a manutenção do regime democrático no país. Admite-se que, embora não sejam causas únicas, as clivagens sociais impactam diretamente na configuração do sistema político.

No Oriente boliviano, configura-se um setor rural pré-moderno que apresenta uma elite tradicionalmente dependente do Estado mais um sem número de camponeses sem-terra e miseráveis, o que contribui para que o país seja o mais pobre da América do Sul. Como resposta à idéia de Estado plurinacional, atualmente a elite da Meia Lua consolida uma estratégia dupla: tenta aumentar seu poder de barganha enquanto consolida o separatismo. Língua e etnicidade são critérios mutáveis, opacos, vazios (Hobsbawm, 1991:15). No caso da Meia Lua, foram instrumentalizados de acordo com o interesse econômico do gás. O critério de abrangência da nação é moldado de acordo com o interesse da elite local. Neste caso, manipulou-se e projetou-se a identidade em torno de um conflito, o que também contribui para aumentar a coesão social do grupo reclamante. Ser *cruceño* tornou-se um privilégio de poucos.

Etnia e idioma certamente contribuem para a aproximação ou afastamento de grupos sociais; entretanto, de forma alguma constituem critérios decisivos. Hobsbawm afirma: “a homogeneidade étnico-racial da própria nacionalidade é dada como garantida, uma vez afirmada – o que nem sempre acontece – mesmo que a inspeção mais superficial possa dela duvidar” (Hobsbawm, 1991:81). Mais adiante, o autor assevera: “o apelo por uma comunidade imaginária da nação parece ter vencido todos os desafios, sobretudo naqueles locais onde as ideologias estão em conflito” (Hobsbawm, 1991:195).

Os movimentos nacionalistas do fim do século XX são tipicamente separatistas. Segundo Hobsbawm, após os anos 70 surgiu uma onda de nacionalismos separatistas, com pretensões de recortar velhos Estados-nação em Estados novos, menores (Hobsbawm, 1991:196; Hobsbawm, 1995:414). Segundo o autor, “o fato foi paradoxal, pois era perfeitamente claro que os novos mini-Estados-nações sofriam precisamente das mesmas deficiências dos velhos, só que, sendo menores, mais ainda” (Hobsbawm, 1995:414). Houve três fatores que causaram essa onda separatista. Primeiro, os impactos da globalização e da transnacionalização da economia sobre os diferentes grupos sociais do Estado, revelando, em termos de competição econômica, a fraqueza de uns e a força de outros. Segundo, a partir da segunda metade do século XX fortaleceu-se o intercâmbio cultural global, colocando em xeque antigas tradições e valores. Surgiram “grupos de identidade” que, ameaçados, passavam a alegar uma existência primordial, distinta, única (Hobsbawm, 1995:416-17). Terceiro e mais importante, a emergência dos “egoísmos coletivos da riqueza”, fenômeno em que a região mais rica invoca tudo que possui de deferente em relação aos territórios mais pobres e passa a reivindicar sua separação do restante do país¹⁸⁷.

O argumento da nação imaginada serve para aumentar a coesão do grupo social – especialmente, da elite – que se beneficia da exploração dessa riqueza. “O nacionalismo, por definição, exclui de seu campo de ação todos aqueles que não pertencem à sua própria nação, ou seja, a ampla maioria da raça humana” (Hobsbawm, 1991:201).

O separatismo também pode ser entendido como uma forma de *nacionalismo tribal*, conceito de Hannah Arendt (2007). Esse fenômeno compreende a autoproclamação de um

¹⁸⁷ Separatismo que lembra casos como o da região de Biafra, a mais rica em petróleo, que tentou se separar da Nigéria e gerou uma violenta guerra civil. Ocorre também em Cabinda, na Angola; em Zulia, na Venezuela (ambas regiões produtoras de petróleo). Os exemplos de Hobsbawm (1995) compreendem Eslovênia e Croácia (Iugoslávia); as áreas residenciais de Santa Mônica e Malibu (em relação à cidade de Los Angeles); a Catalunha e o “país” Basco, na Espanha; a Liga Lombarda (região em torno de Milão) na Itália; e o Rio Grande do Sul, no Brasil.

povo com qualidades superiores¹⁸⁸, quando não uma origem divina. Sob a “cortina de fumaça dos direitos de autodeterminação” (Arendt, 2007:257), tal população passa a ver um mundo cercado por supostos inimigos. Arendt lembra que: “nenhuma igualdade subsiste quando o indivíduo deve o seu valor apenas ao fato de ter nascido russo ou alemão” (Arendt: 2007:266). No caso da Bolívia, poderíamos ler este nascimento como *camba* ou *colla*. Segundo a autora, é comum que os movimentos tribalistas desejem não só o desligamento do Estado ao qual pertencem mas também a unificação étnica com outros povos, dado o contexto da força das ideologias do pan-germanismo e pan-eslavismo¹⁸⁹.

O problema do separatismo na Bolívia, embora tenha passado à resolução institucional, não parece de todo solucionado. Em abril de 2009, a polícia boliviana efetuou uma operação em que matou três mercenários e prendeu outros dois em Santa Cruz de la Sierra¹⁹⁰. Em uma entrevista à televisão húngara (Bolívia Opina, 2009) antes de viajar à Bolívia, o líder do grupo, Eduardo Flores, sabendo que sua vida estaria em risco, contou que fora chamado por bolivianos para estabelecer um sistema de milícias a fim de defender a região Oriental da Bolívia. Por mais que Flores tenha argumentado que o propósito dessas milícias era estritamente defensivo, é sempre preocupante que a política continue por outros meios, neste caso, a guerra – segundo a máxima de Clausewitz (2003:XCI).

Na arena legislativa, o governo parece disposto a negociar e fazer concessões. Todavia, caso a negociação resulte em novos atos de violência, o custo de repressão pode ser ainda maior. Há, na Bolívia, uma inversão da expressão de O’Donnell. Na concepção do cientista político argentino, havia nos EUA manchas hobbesianas¹⁹¹ em um universo poliárquico. Na Bolívia, opera-se uma inversão: há manchas poliárquicas em um universo hobbesiano.

¹⁸⁸ Argumentam os líderes da Nação Camba que “*Durante casi tres siglos de colonia Santa Cruz se desarrolló, defendió y subsistió por su propio esfuerzo, proveyéndose de los medios necesarios mediante la producción agrícola, ganadera e industrial, sin depender de Asunción, Buenos Aires, Charcas ni Lima.*” (...) *La historia boliviana se olvidó de los héroes cruceños.*” (Guardia (s/d)).

¹⁸⁹ Deste modo, o Império Austro-Húngaro, em franca fragmentação, tornou-se o ambiente mais propício para a emergência dos tribalismos.

¹⁹⁰ Seu líder, Eduardo Rózsa-Flores, boliviano nascido em Santa Cruz de la Sierra, serviu na Guarda Nacional Croata durante a década de 90 em meio à guerra civil na Iugoslávia. Os outros dois óbitos foram Árpád Magyarosi, húngaro, e Michael Martin Dwyer, irlandês. Foram presos Mario Tadic, croata, e Előd Tóásó, húngaro. Dentre as varias acusações, descobriu-se que os cinco tinham um plano para assassinar o presidente Evo Morales. Seriam apenas uma célula de um grupo muito maior que envolveria, por exemplo, dois generais; o governador da província de Santa Cruz, Rubén Costas; o ex-presidente do Comitê Cívico, Branco Marinkovic; Guido Nayar, pecuarista da mesma região e ex-ministro de Governo do ditador Hugo Bánzer.

¹⁹¹ Fenômenos que indicam, em geral, a ausência de governo, tanto em termos de proteção legal como de prestação de serviços. Por exemplo, o desemprego estrutural, a subclasse, as minorias excluídas, as migrações, os riscos de anomia.

Talvez sejam dois os principais motivos que fazem de Evo uma figura odiada pela elite oriental: primeiro, o fato de ser indígena, o primeiro a governar o país. Segundo, o fato de ter promovido a nacionalização dos hidrocarbonetos. Ao passar o setor para as mãos do Estado boliviano, Morales praticamente impossibilitou as chances de os separatistas terem o mercado de produção de gás em suas mãos, associando-se ao setor privado diretamente. Assim, diminuiu-se também consideravelmente a possibilidade do advento de uma nova economia de enclave – um Estado camba que iria resumir-se à exportação de gás em uma conjuntura de crise energética, visto que Argentina e Chile costumam sofrer carência de gás natural¹⁹². Com a nacionalização dos hidrocarbonetos, dificultou-se a associação das elites da Meia Lua com as empresas estrangeiras exploradoras de petróleo e gás. Até porque,

É através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política. (Cardoso & Faletto, 1977:23)

Em termos de ação política, as elites orientais têm procurado justificar o seu direito à maior autonomia. Os grupos mais radicais, como o Nação Camba, utilizam-se do argumento da autodeterminação dos povos, princípio consagrado pela Carta da ONU (art.1º). Esta é, aliás, a defesa universal dos movimentos separatistas¹⁹³. Entretanto, há uma clara deturpação da idéia. Aqui vale retomar o estudo de Charles Tilly, demonstrando a diferença entre *Estado nacional* e *Estado-nação* e ressaltando a real existência de poucos casos deste último:

Durante a maior parte da história, os **Estados-nacionais** – aqueles que governam múltiplas regiões adjacentes e as suas cidades por intermédio de estruturas centralizadas, diferenciadas e autônomas – surgiram muito raramente. A maioria deles era não nacionais: impérios, cidades-estado ou algo semelhante. Para nosso pesar, estado-nacional não significa necessariamente **estado-nação**, um estado cujo povo compartilha uma forte identidade lingüística, religiosa e simbólica. Embora alguns estados, como a Suécia e a Irlanda, se aproximem hoje desse ideal, pouquíssimos estados nacionais da Europa se qualificaram algum dia como Estados-nação. A Grã-Bretanha, a Alemanha e a França – estados essencialmente nacionais – por certo nunca passaram por este teste (grifos meus) (Tilly, 1996:47).

Mais adiante, o autor afirma:

¹⁹² Segundo Carra (2008:120), “O aproveitamento das reservas (ou introdução) de gás natural na matriz energética faz parte dos planos de todos os países da América do Sul. Ainda segundo o autor, o Chile importa quase todos os hidrocarbonetos de que necessita” (idem:132).

¹⁹³ No Brasil, por exemplo, há o Movimento Pampa (que busca a restauração da República Rio-Grandense) ou, em uma versão mais “inclusiva”, abrangendo Santa Catarina e Paraná, o movimento “o Sul é o meu país”. Outros movimentos separatistas no Brasil são o Movimento São Paulo Independente (MSPI), e o Movimento República de São Paulo (MRSP). Cf. <http://www.patria-sulista.org/>; <http://www.pampalivre.info/>; <http://www.msipi.cjb.net/>; <http://mrsp.110mb.com/> (Último acesso para todos: 29/07/2009).

Se todos os povos em nome de quem se fizeram exigências de um estado separado obtivessem seus próprios territórios, o mundo passaria dos 160 e tantos estados reconhecidos atualmente para milhares de entidades similares a estados, a maioria deles diminutas e economicamente inviáveis (Tilly, 1996:48).

A reemergência do movimento separatista gera problemas de segurança regionais. Grupos mais radicais, como o Nación Camba, deixam de formular suas preferências por meio de instituições e passam a usar a coerção. O fenômeno guarda alguma semelhança com o *pretorianismo* (Huntington, 1975): há uma politização geral da sociedade, cujos agentes passam a atuar de forma direta, não mediada, em um contexto de sobrecarga de demandas. Entretanto, o conceito não se aplica simetricamente ao caso boliviano: o descompasso entre modernização econômica e política não trouxe como resultado, no contexto atual, intervenção das Forças Armadas. Ademais, não se verifica na Bolívia ausência de instituições ou incapacidade para criá-las (características típicas da sociedade pretoriana).

Na Bolívia, há instituições e elas continuam a surgir. Há intensa participação, seja no altiplano seja no oriente, mas reduzido grau de intermediação e de moderação entre as demandas dos grupos. “As forças sociais se enfrentam cara a cara” (Huntington, 1975:208). Entretanto, algumas delas (os grupos radicais) recorrem ao uso da força e, até mesmo, à contratação de mercenários estrangeiros. Estes grupos possuem poder de conexão com outros Estados e grupo sociais de outros países, o que impacta diretamente na questão da segurança regional. Conforme ressalta Antonio Mitre, “Esse quadro, assombrado pelas eclosões de racismo, pode degenerar em conflito aberto e guerra” (Mitre, 2008:82). Não tendo suas demandas atendidas, recorrem à destruição do Estado boliviano (tomadas de prédios públicos, greves, manifestações violentas).

A hipótese de uma guerra local tendo como epicentro o separatismo boliviano foi desenvolvida em trabalho anterior (Sebben, 2007). Por ora, cumpre ressaltar que uma guerra civil na Bolívia confrontaria os diferentes projetos para a América do Sul, como é o caso do bolivarismo da ALBA, liderada pela Venezuela, e do livre-comércio da “ALCA fatiada”, tendo Chile e Colômbia como exemplos. A Venezuela de Chávez apresenta-se como aliada da Bolívia. O Chile, inimigo histórico da Bolívia, tem interesses no gás boliviano e no lítio. No passado recente (Era Pinochet e 2005-06), foi acusado de patrocinar o separatismo boliviano. Em relação à Colômbia, há quem afirme que paramilitares colombianos (AUC’s), ligados ao governo Uribe, apóiam os separatistas de Santa Cruz (Valente, 2007).

Restaria a Brasil e Argentina o papel de mediadores. Nesse sentido, a hipótese de guerra local representa tanto uma ameaça à unicidade da Bolívia quanto ao projeto de integração regional pretendido pelo Brasil. Ademais, a região da Meia Lua traz várias

implicações à segurança da América do Sul, dado o risco do estabelecimento do tráfico de drogas, armas e pedras preciosas.

Este ponto de vista é corroborado por Francisco Teixeira da Silva (2008:53), para quem, “o movimento autonomista denominado Nación Camba representa, ao nosso ver, o maior risco real e concreto para a segurança hemisférica no momento” (Teixeira da Silva, 2008:53). Teixeira analisa as mesmas ameaças expostas por meu trabalho e aqui brevemente referidas (Sebben, 2007).

Dados os interesses externos ao subcontinente, o próprio paradigma logístico de integração é ameaçado.

3.7 – Balanço: Obstáculos à Revolução Nacional

A economia de enclave boliviana e a ausência de centro de decisão importaram para a formação de uma economia monoexportadora, cuja estrutura social era marcada pela desigualdade. De um lado, senhores de terra e empresários; de outro, indígenas e operários sem direitos. Este sistema tem como característica a concentração da renda em grandes proprietários e, em menor grau, nas classes médias urbanas.

Em vários períodos da história boliviana, o Estado permaneceu capturado por elites, oriundas da terra ou da mineração, ou, ainda, formadas a partir da corrupção enquanto burocracia estatal. Até porque, como se ressaltou, “é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio” (Cardoso & Faletto, 1979:23). Tais elites procuraram um tipo de alinhamento internacional que deixou o Estado em uma posição periférica, frágil internamente e subordinado externamente. No contexto boliviano, gerou-se um modelo em que o sistema econômico não criou pressões para a mudança tecnológica, “originando-se um círculo vicioso entre a abundância de mão de obra e a sua desqualificação” (Cardoso & Brignoli, 1984:321).

Ao longo deste capítulo, espera-se ter demonstrado a centralidade do recurso natural nas lutas sociais e na construção institucional do país. Tal relação também se evidencia, ainda que sob uma abordagem diferente, na síntese de Santoro (2007:47):

A Luta pelos Recursos Naturais na Bolívia				
Ciclo político	Anos	Recursos Naturais em Disputa	Atores em Conflito	Diretrizes Econômicas
Revolução de 52	1952-1964	Terra, estanho	MNR, COB, Forças armadas, elite agrária/mineira.	Capitalismo de Estado, Nacionalismo Econômico.
Ditaduras Militares	1964-1982	Terra, petróleo, declínio do estanho.	Pacto Militar-Camponês, MNR, MIR, ADN, Movimento Katarista	Capitalismo de Estado com forte presença de investimentos externos. Expansão para o Oriente.
Redemocratização / Neoliberalismo	1982-2000	Coca, gás, terra, colapso do estanho.	Partidos tradicionais, MAS, novos movimentos sociais, elites regionais (Oriente)	Abertura econômica. Privatizações. Ajuste estrutural
Crise de Hegemonia	2000-2006	Coca, gás, água.		Lei dos Hidrocarbonetos. Nacionalização

A complementaridade da economia boliviana com a europeia, importadora de matérias-primas, contribuiu para cristalizar uma estrutura social marcada pela exclusão e pela desigualdade. A construção da nação não conseguiu se sobrepor ao mercado. Dada a indução externa, a margem de transformação permaneceu limitada¹⁹⁴.

A exploração de recursos naturais realizou-se por sucessivas oligarquias, na lógica de enclave apontada por Cardoso e Faletto (1977). Os grupos sociais ligados à exploração de recursos naturais tiveram uma inserção voltada para fora. Inviabilizaram a consolidação do Estado boliviano. Segundo Karl Monsma,

¹⁹⁴ Vale lembrar que “só muito depois de realizado o esforço inicial de industrialização estiveram as classes populares em condições de fazer-se presentes nas sociedades industriais como força política e social participante” (Cardoso & Faletto, 1979:32).

a maior probabilidade de os Estados se isolarem existe quando dependem da exportação de mercadorias relativamente valiosas produzidas sobre o controle de estrangeiros (...) a renda do Estado derivada da exportação de algumas mercadorias primárias tende a afastar os Estados dos vínculos com importantes grupos civis e classes e torna-os mais vulneráveis aos golpes militares (Monsma, 1996:32).

No caso boliviano, a renda do enclave resultou diretamente em um frágil sistema de logística. A expansão para fora se uniu às dificuldades geográficas de integração nacional, a saber, a falta de rios navegáveis e o alto custo de rodovias em terrenos de grande oscilação (Van Cott, 2000:333). Ao contrário do Brasil, cuja escala da economia permitiu a existência de mais de um ciclo econômico simultaneamente (Furtado, 1962:108), na Bolívia prevaleceu a lógica monoexportadora. Aqui, graças aos meios de pagamento, a expansão horizontal verticalizou-se; lá, a expansão horizontal permaneceu centrífuga, presa aos laços externos, sem verticalizar-se de modo a constituir um mercado nacional (caráter endógeno).

Verificou-se na Bolívia uma divisão do trabalho social entre os setores interno e externo da economia, tal como descrito por Maria da Conceição Tavares (1983:31). Nessa configuração, o setor externo, mais produtivo, concentra os recursos e o capital; geralmente é especializado em um ou poucos produtos (prata, estanho, gás natural, soja, etc.). Já o setor interno volta-se à subsistência e apresenta baixa produtividade. Segundo Cunha (2004:18),

o País seguiu fortemente dependente do financiamento externo e das exportações de commodities e manufaturas de baixo valor adicionado e conteúdo tecnológico. Não se verificou um crescimento inclusivo capaz de minimizar o quadro estrutural de pobreza e de desigualdade na distribuição da renda.

Nem o crescimento econômico dos anos 1980 e 1990 conseguiu reverter as péssimas condições de vida da população, como bem ressaltou André Cunha, no trecho supracitado. A Nova Política Econômica (Contra-revolução) fragilizou o Estado, o que, na América Latina, não significa “fortalecer a iniciativa privada; significa, sim, renunciar à formação de um sistema econômico nacional, isto é, um sistema de produção articulado em função dos interesses da coletividade nacional” (Furtado, 1975:55). Não só a logística nacional permaneceu ausente mas também a revolução nacional permaneceu inconclusa.

No Brasil, o governo foi capaz de converter o choque adverso da Crise de 1929 em condições para a industrialização. A absorção dos vários pólos dinâmicos – possibilitada pelo uso ostensivo dos meios de pagamento – permitiu a construção do centro de decisão, idéia aprofundada durante mais de um governo, de Vargas aos militares. Na Bolívia, os choques adversos apenas ampliaram o nível de conflitividade do enclave. O setor externo repassava os

custos da recessão aos trabalhadores, que protestavam. Na maioria das vezes, o Estado permanecia passivo, incapaz ou mesmo indiferente a uma possível transformação econômica. Quando agia, atuava nos massacres aos camponeses e mineiros.

Em termos sociais, tal como as economias dependentes, a Bolívia apresenta alto grau de desigualdade. A maior parte da população recebe níveis de renda muito baixos, enquanto uma elite concentra altas rendas, apresentando padrões de consumo dos grandes centros da economia mundial (Tavares, 1983:32). Trata-se de um “dualismo estrutural”: parte da sociedade se moderniza enquanto outra permanece arcaica. Por mais impressionista que possam ser estes adjetivos, há de fato uma divisão estrutural.

Este padrão econômico está relacionado à chamada *sociedade abigarrada*, interpretação formulado pelo sociólogo boliviano René Zavaleta nos anos 1970 e revisitada por Câmara (2007). Por esta concepção, na sociedade boliviana há “a coexistência de **vários modos de produção**”; “a existência de **várias formas políticas** de matriz diversa e heterogênea, que se expressa na existência de um conjunto de estruturas locais de autoridades diversas entre si”; “Um Estado mais ou menos moderno e nacional, mas que **não mantêm relações de organicidade com as anteriores** e, em conseqüência, é um Estado mais ou menos aparente” (grifos meus) (Câmara, 2007:92). Para a configuração desta realidade, teve peso determinante a ausência de uma logística nacional.

Os diversos dilemas bolivianos uniram-se sob um único prisma, o do separatismo. O Estado historicamente esteve dominado por uma elite branca ou mestiça; os indígenas, tradicionalmente estiveram socialmente marginalizados e excluídos politicamente, embora sempre presentes nas manifestações. “A íntima associação entre etnicidade e oportunidades econômicas criou uma estrutura de classe baseada na raça que aprisionou a maioria na pobreza rural extrema e impediu esforços para modernizar e industrializar a economia” (Van Cott, 2000:334). A construção da nação ficou incompleta. Segundo Hofmeister (2004:311), “os mundos separados do campo e da cidade começaram a encontrar-se, mas não foram unidos nem pelo mercado nem pela reciprocidade ou pela solidariedade”.

Como resultado geral, observa-se que a Revolução nacional boliviana permaneceu inconclusa, o que fica nítido ao se examinar alguns indicadores sociais. Embora a porcentagem de pobreza apresente tendência de queda desde 2004, quase dois terços da população ainda vive abaixo da linha da pobreza¹⁹⁵; cerca de 70% do trabalho ocorre em

¹⁹⁵ Segundo Taborga, a pobreza afeta 76% da população e a extrema pobreza 50% (Taborga, 2005:9). Ainda segundo o autor, um a cada quatro bolivianos reside no exterior (idem:17).

condições de informalidade (Cunha, 2004:13)¹⁹⁶. Um terço da população vive em comunidades com 250 pessoas ou menos, ao passo que metade da população está concentrada nas cidades de La Paz, Cochabamba e Santa Cruz (Van Cott, 2000:333)¹⁹⁷. Estima-se que três milhões de bolivianos não têm acesso à eletricidade e, no inverno, usam lenham para aquecer-se. É notável a ausência de infra-estrutura de saneamento básico, como rede de esgotos, de água tratada e viária¹⁹⁸. Verifica-se que a pobreza e a indigência são de 50 a 100% maiores entre a população rural (Cunha, 2004:14). Segundo Gustavo Saavedra, ex-embaixador da Bolívia no Brasil, “no mundo andino, viver nas zonas rurais equivale a viver na miséria. Na Bolívia, 95% da população rural sobrevive abaixo da linha da pobreza” (Saavedra, 2004:99)

Em que pese a inconclusa revolução nacional, o estabelecimento da logística regional e os processos de integração do século XXI indicam um novo caminho capaz de reverter esta trajetória. Nesta época, estes dois pilares da construção do Estado exercem um papel tanto sobre o desenvolvimento sócio-econômico (consolidação da democracia) quanto sobre a soberania (segurança regional). Assim, o capítulo seguinte procura demonstrar os efeitos multiplicadores da logística regional e da integração sobre o desenvolvimento e a segurança da Bolívia e da América do Sul.

¹⁹⁶ Alguns autores chegam a afirmar que cocaína é a principal fonte de renda do país, sendo responsável por uma renda anual de mais de meio bilhão de dólares (Van Cott, 2000:346).

¹⁹⁷ População total da Bolívia: nove milhões. La Paz (incluindo El Alto) – 1.4436.000. Santa Cruz de la Sierra – 1.135.000. Cochabamba – 517.000. Somando a população das três cidades, tem-se um total de cerca de três milhões, ou seja, cerca de um terço da população nacional. Cf. Jane's, 2008.

¹⁹⁸ Além disso, a Bolívia não é auto-suficiente em comida (Janet's, 2008).

4 – Estado Logístico Regional e Integração Supranacional

Não se faz diplomacia sem conteúdo acadêmico. (...) O que se está tentando é orquestrar a participação da comunidade acadêmica na formulação da política externa brasileira. A idéia é criar uma comunidade de âmbito nacional que venha de Roraima ao Rio Grande do Sul, do Oiapoque ao Chuí, que pense política externa, que seja responsável por política externa. (Jerônimo Moscardo, presidente da FUNAG, 2008).

Os três primeiros capítulos procuraram traçar um percurso que teve como ponto de partida a logística nacional e como ponto de chegada o Estado logístico. Nesta trajetória, os ciclos econômicos (os pólos dinâmicos da economia), o processo de verticalização (a intervenção dos meios de pagamento), a formação do território, a guerra, a Revolução Nacional (interrompida) e o separatismo foram as principais variáveis para que a Bolívia não alcançasse nem a logística nacional nem o Estado logístico. Não obstante, no século XXI,

Os principais fenômenos políticos são a reorganização territorial do mundo a partir da **desintegração de Estados** e a **formação de blocos econômicos** (...) (Guimarães, 2005: 314-15) (grifos meus).

Neste contexto, esse capítulo, assumindo um caráter normativo, aponta os caminhos para reverter a trajetória boliviana: a construção de um Estado Logístico Regional (ELR) e a realização da integração supranacional.

4.1 – Revolução Nacional e Desenvolvimento

Vivemos nas sociedades das redes onde a tecnologia e até mesmo dinheiro flui por meio das tecnologias de informação e comunicação. Contudo, já havia redes no século XVI, quando teve início a história do Continente Americano. Já então, as redes de comércio de longa distância vertebravam o fluxo de mercadorias e a gestão das altas finanças mundiais (Arrighi, 1996). Ainda que as redes sejam decisivas para a condição de hegêmona das altas finanças, para efeitos de desenvolvimento, o território importa.

As Guerras do Pacífico, do Acre e do Chaco demonstram a importância do território a partir da interconexão entre os pólos dinâmicos e o processo de verticalização. Estas questões colocaram em evidência que o território que consegue abarcar um número maior de pólos dinâmicos, a despeito de sua conexão preferencial com o exterior (centro transnacional), obtém um “transbordo” (*spillover*) materializado em ganhos de tributação. Estes ganhos em impostos dotam o Estado de condições para, mesmo em benefício deste centro transnacional, operar iniciativas de infra-estrutura que acabam por conectar os diversos pontos do território

entre si. Isto equivale ao surgimento da logística nacional e é o primeiro passo para a constituição do centro de decisão econômica (industrialização).

De fato, no Brasil, a crise do Estado oligárquico deu origem ao Estado Nacional, pela incapacidade do primeiro e capacidade do segundo em promover a verticalização. Ademais, o Estado nacional foi capaz de mobilizar os meios de pagamento para desenvolver a infraestrutura de transportes interna, incapaz de atrair investimentos estrangeiros. Graças a esta mobilização, foi possível absorver os produtos dos pólos dinâmicos que não eram absorvidos pelo mercado externo. Tem-se então que a logística de transportes dá origem à própria economia nacional; isso posto, então se pode inclusive realizar a industrialização daqueles produtos que não tinham mais lugar na economia-mundo, mas que serviam para abastecer o mercado interno.

Deste processo de industrialização leve é que surgiram os meios de pagamento capazes de, conjugados com a parceria estratégica com os Estados Unidos, investir na siderurgia (Volta Redonda) entronizando, deste modo, o centro de decisão econômica do aço. Mesmo nesta perspectiva dependente/associada foi possível o surgimento do Estado nacional e da produção industrial. A conjugação da infra-estrutura de transportes e comunicações com a capacidade produtiva gerou a demanda por energia, a qual, no Brasil, redundou na criação da Petrobrás e, posteriormente, na Eletrobrás. Fechou-se deste modo o triângulo da logística nacional (transporte, produção e energia).

Contudo, observou-se que o mesmo não ocorreu na Bolívia. E aqui o problema da territorialidade do espaço deu lugar ao da guerra. A Bolívia perdeu, sucessivamente, seus centros dinâmicos e mesmo sua ligação com o mundo exterior. Com a Guerra do Pacífico perdeu o salitre; com a Guerra do Acre, a borracha; por fim, com a Guerra do Chaco, o quebracho. Igualmente, foram perdidos a saída para o Pacífico, para o Atlântico através da Amazônia e, por fim, o acesso pelo Rio Paraguai.

Foi do trauma produzido pela Guerra do Chaco que se empreendeu a Revolução Nacional. Realizada por forças e atores políticos *sui generis*. Observou-se a improvável aliança entre ex-fascistas, agrupados no MNR e os trotskistas do POR¹⁹⁹. A Revolução Nacional não veio de uma ruptura do pacto oligárquico. De fato, ao que parece, este não chegou a efetivar-se, foi apenas ensaiado por Ernando Siles (*silismo*). A revolução não partiu de um setor da oligarquia que “perdeu” a competitividade internacional e precisou da

¹⁹⁹ Naquele momento, as resoluções do 9º Congresso do POR, de 24 a 29 de setembro de 1952, optaram por apoiar o MNR nas eleições de 1952 (Andrade, 2007:92). Esta aliança tornou possível, posteriormente, o *co-gobierno* entre o MNR e o a *Central Obrera Boliviana* (COB).

verticalização, mas partiu dos *outsiders*, dos extremos do espectro político. Como tal, as marchas e contra marchas do processo político boliviano são confronto entre as elites tradicionais e as classes médias que procuram conduzir operários e camponeses (sobretudo indígenas)²⁰⁰. Assim a Revolução nacional ficou em compasso de espera, arrastou-se ao sabor da competição entre a emergência de novas elites políticas e a força inexorável do patrimônio. O próprio ciclo militar boliviano serve como palco destes conflitos. Apenas com a consolidação do movimento social é que há um emponderamento, que havia sido iniciado com os Jovens Nacionalistas, o MNR e o POR, das elites políticas oriundas da classe média. Estas passam a ter na distribuição de direitos e, portanto, na realização de reformas viáveis quesito para a sua própria sobrevivência política. Desde então, até os dias de hoje, as metas mais gerais de cada partido não importam; importam os elementos de unidade na ação, os pactos mudos ou explícitos, de todo modo capazes de realizarem reformas sustentáveis.

O peso da objetividade, diferentemente do Brasil, sempre se erigiu contra a Revolução Boliviana. No Brasil, a Revolução Nacional – mesmo após o levante contra-revolucionário de 1932 – arrastou atrás de si, pela força da intervenção econômica do Estado, as classes proprietárias conservadoras.

Na Bolívia, a inexistência de uma logística nacional dificultou, se não impossibilitou, o processo de verticalização. Fracassados os mecanismos da aduana e dos tributos, restava apenas a utilização da economia de defesa como recurso para ativar o processo produtivo nacional. As lições da Guerra do Chaco ilustraram sobejamente, de modo muito vivo para milhões de bolivianos, a importância da produção própria de armas e munições. Contudo, a forma como a guerra foi encerrada deixou nas massas a sensação de logro. O envolvimento de comandantes do Chaco no massacre de mineiros, como Enrique Peñaranda, serviu para reavivar os ressentimentos daqueles perpetrados antes contra os indígenas camponeses.

Após a Guerra, o enclave tornou-se o principal credor do Estado e, a despeito da energia revolucionária, da inconformidade, os controles do patrimônio revelaram-se mais eficientes para conter a revolução. O reflexo mais óbvio é de que a Bolívia até os dias de hoje, se reconhece enquanto Estado, mas não como nação – afirma-se como *Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario*. A conjugação destes fatores impediu a criação de um

²⁰⁰ A Bolívia historicamente mostrou-se marcada por violência social, subdesenvolvimento econômico e instabilidade política. Durante o século XX, teve a média de um presidente a cada dois anos. Segundo Hofmeister (2004:273), são mais de 200 golpes e trocas de governo com uso da força. A cientista política norte-americana Donna Lee Van Cott registra mais de 190 tentativas de golpe desde a independência (Van Cott, 2000:331). Houve intervenções militares especialmente durante a segunda metade do século XX. De 1952 a 1982, por exemplo, houve 20 governos, apenas seis constitucionais (Santoro, 2007:32). Para Guimarães & Domingues & Maneiro (2005:11), “A história da Bolívia independente evidencia uma instabilidade quase sem paralelo internacionalmente. A república conheceu mais golpes militares que aniversários em sua existência”.

centro de decisão econômica, da capacidade da sociedade boliviana decidir sobre seu próprio destino.

Ademais, a dramaticidade de que se cercou a revolução nacional fez com que se multiplicassem os seus efeitos deletérios. O separatismo permaneceu como força viva, ativa e desafiante da capacidade estatal²⁰¹. A reação dos subalternos tem sido a de responder ao separatismo das elites com a nostalgia romântica de refazer a comunidade indígena primitiva baseada nos *ayllus*. De fato, não se conformam à realidade de que essas comunidades há muito ingressaram na economia mundo. Foram despedaçadas pelas balas do exército ou massacradas sobre o peso do trabalho nas minas. É claro que se trata de uma utopia. De todo modo, importa entender que a Bolívia procura traçar um caminho de desenvolvimento baseado na dignidade e na solidariedade o que, em qualquer hipótese, merece respeito.

O fracasso da Revolução Nacional no sistema nucleado pelo Estado nacional não significa o *fim da história* na Bolívia. Paradoxalmente a economia mundo que sempre oprimiu os bolivianos desde os tempos da prata ao estanho, petróleo, ferro, passando pelo salitre, quebracho e a borracha, veio em socorro dos bolivianos. A globalização inaugurou um novo tipo de arranjo de soberania formado inicialmente a partir dos blocos econômicos que progressivamente estruturam-se enquanto processo de integração regional. A transferência voluntária e consentida de uma soberania, já precária, para entidades supranacionais, recoloca nos trilhos a revolução boliviana e suas promessas não cumpridas de cidadania e soberania.

4.2 – As Mudanças Suscitadas pela Globalização e pela Regionalização

A globalização contraditoriamente produziu a regionalização. Ao mesmo tempo em que procurava liberalizar o comércio mundial e facilitar seus acessos aos mercados da periferia, os países centrais procuraram proteger suas economias através dos blocos econômicos. A produção, antes concentrada em termos nacionais, passou a ter uma distribuição regional. Para tanto, era preciso a circulação dos fatores da produção entre os Estados-membros. Ainda que nenhum processo de integração tenha chegado à união política e econômica plena, a formação de blocos envolveu algum tipo de liberdade no tocante ao movimento de capitais, tecnologias e pessoas.

A mesma conclusão pode ser extraída a partir da análise de Thompson e Hirst (1998:151). As empresas não se tornaram multinacionais no sentido de perder qualquer vínculo com seus Estados de origem. Contudo, tampouco estão vinculadas unicamente a este

²⁰¹ Octavio Amorim Neto bem lembra que “a mobilização política das identidades étnicas é centrífuga porque pode ser uma ameaça à unidade do Estado-nação (a Bolívia é o melhor exemplo disto)” (Amorim Neto, 2007:2).

Estado. Como resultado, depreende-se a existência de um mercado regionalizado. O exemplo mais notório foi o que conduziu à formação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (1951), não por acaso um dos pilares da integração européia.

Em alguns casos, diferentemente da Europa, quando se trata de grandes países (países “baleia”), a regionalização da produção passa despercebida, porque se dá no interior de uma única soberania. O exemplo mais notável é o dos Estados Unidos, onde o PIB da região Sul ultrapassou o do Norte há poucas décadas atrás em virtude do deslocamento das indústrias do Norte para o Sul. No entanto, o processo é mais antigo. A marcha para o Sul já é uma resposta, presidida pela lógica de bloco (NAFTA), à marcha para o leste empreendida na década de 1970, quando as indústrias e capitais americanos permitiram o florescimento do milagre japonês.

A regionalização é, em grande medida, uma tentativa da soberania de reter os cordões de ouro da riqueza material. O próprio milagre japonês, por meio do processo de sub-contratação, transbordou além fronteiras, dando origem à recuperação da Ásia (Arrighi, 1997). Na década de 1980, o Japão chegou a ameaçar a primazia econômica dos EUA, percepção atestada por várias obras de Relações Internacionais, como a de Paul Kennedy (1988). Inicialmente a industrialização esteve confinada aos NICS (*New Industrialized Countries*); depois, chegou até a China e a Índia.

Naturalmente, a transferência de riqueza envolveu uma alteração na correlação de poder. Isto levou à busca de cada Estado em criar na própria região vantagens competitivas para que as empresas se mantenham, se não nos países de origem, em seu entorno, no interior de seu bloco econômico ou processo de integração. A periferia também se beneficia da integração por razões análogas. Mas, neste caso, alia as vantagens competitivas às velhas vantagens comparativas de David Ricardo, como mão-de-obra barata e proximidade de matérias-primas. Em qualquer dos casos, o resultado é o mesmo: a criação de uma infraestrutura pensada em termos regionais.

O Muro de Berlim foi derrubado em 1989. Em 1991 a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se desfazia; em seu lugar, emergiu a Comunidade de Estados Independentes (CEI). Já no ano seguinte, em 1992, surgia seu braço militar: a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC). Após o fim da URSS, seus antigos Estados-membros continuaram integrados, apesar de todo o peso do passado e da ausência de perspectiva do capitalismo selvagem que tomou seu lugar.

Também em 1992 foi assinado o Tratado de Maastricht, dando origem a União Européia. Neste mesmo ano, Estados Unidos, Canadá e México assinaram o *North American*

Free Treaty Agreement (NAFTA)²⁰², e na África Austral era formada a *Southern African Development Community* (SADC). Em 2001 a integração alçava vãos além dos blocos regionais. Era formada a Organização de Cooperação de Shanghai (OCS²⁰³) que congrega a Rússia e a China, além das ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central, dando origem a um arranjo inédito, uma espécie de rede de Estados e blocos. Por fim, o processo de integração no Leste Asiático, antes meramente baseado em redes de financiamento, produção e consumo, a depender da proposta do primeiro-ministro japonês Yukio Hatoyama, dará origem à *East Asia Community* (Comunidade de países do leste asiático), envolvendo China, Coréia do Sul e o próprio Japão. A soberania estratifica-se entre independências (Estados nacionais que constituíam as unidades originárias do sistema internacional), blocos econômicos que tendem à formação de soberanias regionais e redes de Estados – como a OCS e, agora, a Comunidade de países Leste Asiático.

Na realidade foi a própria Carta das Nações Unidas que sepultou o sistema de Vestfália, baseado na soberania do Estado-nação e na prerrogativa do uso legal e legítimo da força por partes deste. A Carta da ONU e a própria organização já constituem um processo de governança mundial, isto é, em que as soberanias reconhecem limites a sua capacidade de decisão e tomam resoluções conjuntas baseadas no critério da unanimidade. De fato, o próprio sistema de Breton Woods lançou as bases de integração com a teoria da equiparação. Como sempre, antes do colapso do “velho” já era possível vislumbrar os indícios do surgimento do “novo”.

Bem antes do fim da Guerra Fria, em 1951 era assinado o Tratado de Paris que deu origem à Comunidade Européia do Carvão e do Aço, precursora da Comunidade Econômica Européia, antecessora da UE. O fenômeno da união de dois rivais históricos, como a França e a Alemanha, teve um efeito irradiador. Ainda em 1955 os países do então denominado Terceiro Mundo reuniram-se na Conferência de Bandung, proclamando seu descontentamento com a ordem bipolar. Em 1960, foi criado o Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA). No mesmo ano, o Brasil e os países da América Latina formaram a ALALC. Sobre este guarda-chuva, em 1969 formou-se o Pacto Andino, posteriormente desdobrado na Comunidade Andina de Nações.

Em 1980, foi criada a ALADI que, após a Guerra das Malvinas, em 1985 deu origem ao PICE e PICAB e a Declaração de Iguazu. Por meio desta Declaração, Brasil e Argentina

²⁰² O NAFTA entrou em vigor em 1994.

²⁰³ OCS – Organização para Cooperação de Shanghai. Criada em 2001, tem como membros China, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão. Seus objetivos prioritários são o combate ao narcotráfico, ao separatismo e ao extremismo político.

comprometiam-se com um ideal de integração que envolvia união política, econômica e segurança. No âmbito econômico, o compromisso de Iguazu teve continuidade em 1991 com o advento do Mercosul, e em 1993 com a criação da ALCSA, pela qual se fundiam as iniciativas de integração representadas antes pelo Mercosul²⁰⁴ e pelo Pacto Andino. Em 2004, foi lançada a idéia de uma Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). A agenda da segurança foi resgatada em 2008 com a formação da União de Nações Sul Americanas (UNASUL) e seu Conselho de Defesa²⁰⁵.

No atual contexto, a integração política e econômica e a formação de blocos, como exercício compartilhado de soberania, acabarão por conduzir à formação de um novo tipo de Estado. Este novo patamar institucional realiza e amplia a formulação do professor Amado Cervo (Cervo & Bueno, 2002) acerca do Estado logístico. O desenvolvimento deste conceito, nesse trabalho, denominou-se Estado Logístico Regional (ELR).

Trata-se de resgatar o débito com o passado e buscar, coletivamente, aquilo que atuando enquanto unidades soberanas individuais os Estados não conseguiram, isto é, o desenvolvimento sustentado, a cidadania e a soberania. Embora oriundo das necessidades práticas de investimentos públicos em uma infra-estrutura pensada agora em termos regionais, e não mais nacionais, o Estado Logístico Regional apresenta-se também enquanto alternativa de conteúdo ético. Serve como síntese possível entre os ideais de liberdade e igualdade na busca de um bem supremo superior: a realização da justiça.

O exercício da soberania feito através de grandes potências, de blocos econômicos, ou mesmo de redes de Estado, restringe o número de soberanias ao mesmo que torna cada uma delas efetiva. Conforme já previa Edward Carr, o mundo é inviável com mais do que algumas poucas soberanias. Para Carr,

(...) a solução seria criar grandes organizações de Estados multinacionais e regionais para coordenarem melhor suas políticas e apoiarem um compromisso com a justiça social, no lugar do comunismo ao estilo soviético ou da livre empresa americana (Griffiths, 2005:22).

²⁰⁴ Além de membro da Comunidade Andina, em 21 de dezembro de 2006, a Bolívia solicitou ingresso como membro pleno, questão que está sendo analisada por um grupo *ad hoc* do bloco.

²⁰⁵ O Conselho de Defesa Sul-Americano tem os seguintes objetivos gerais:

“a) Consolidar a América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral de nossos povos, e como contribuição à paz mundial.

b) Construir **uma identidade sul-americana em matéria de defesa**, que leve em conta as características sub-regionais e nacionais e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe”. Dentre os específicos, cabe ressaltar: “a) Avançar gradualmente na análise e discussão dos elementos comuns de uma **visão conjunta em matéria de defesa**; f) Promover o intercâmbio e a cooperação no âmbito da indústria de defesa.” (Unasul, 2008) (grifos meus).

As redes de soberanias (outro modo de ver a formação de um sistema de governança mundial) encarregam-se de dispersar os pólos de poder pelo globo todo (equilíbrio multipolar).

Do mesmo modo que aconteceu na história do Estado nacional tradicional, a verticalização do bloco, a integração de seus espaços econômicos ao seu centro de decisão, a absorção tanto de seus pólos dinâmicos como, de resto, da produção local, se encarrega de revalorizar o território²⁰⁶. O mecanismo pelo qual a agricultura subsidia a indústria é conhecido no capitalismo tradicional. Em princípio, não há motivo algum para supor que vá alterar-se nos processos de construção de novas formas soberanas. Assim, o paradoxo se desfaz: as redes que tornam as soberanias efetivas impõem, a cada uma delas, o controle mais estrito possível de seu território, como quesito mesmo para sua existência enquanto ator soberano.

4.3 – O Brasil e a Segurança Sul-Americana

Para o Brasil, o separatismo é insuportável. O Brasil, a julgar por sua trajetória progressiva, jamais consentirá na criação de uma nova unidade soberana desmembrada do Estado boliviano atual. A razão para tanto é simples: o processo de criação, ou o advento do novo Estado, carrega o risco da intervenção local de uma potência de fora da América do Sul. Há notável regularidade e constância na política externa e de segurança brasileira em rejeitar interferência externa ao subcontinente. Neste sentido, o Brasil prefigurou, ainda em 1811, a doutrina Monroe enunciada apenas em 1823.

Em 1811, para evitar que a independência do Uruguai e da Argentina pudesse ser utilizada como base para um terceiro país (Inglaterra ou França), o Brasil invadiu a Cisplatina, tomando o Porto de Montevideú. Era o principal porto da região e único na época apto a receber uma frota com força expedicionária. Assim, ocupou a região sob pretexto de resguardar os direitos da rainha Carlota Joaquina, irmã de Fernando VII, e como tal os direitos de sucessão de D. Pedro I. Em 1820, repetiu a dose como pretexto de perseguir José Artigas, mas com o intuito de evitar que aportasse em Montevideú a frota de Fernando VII que pretendia realizar a reconquista das colônias que se tornaram independentes durante as guerras napoleônicas.

Em reação a movimentos separatistas intestinos (Revolução Farroupilha 1835-1845; Cabanagem 1835-1840), dado o potencial de intervenção de potência externa ao

²⁰⁶ Principalmente se levar-se em conta o paradigma energético de transição. A utilização da cana de açúcar e do óleo de mamona, por exemplo, valorizam para o plantio, regiões antes consideradas imprestáveis para o plantio.

subcontinente que ambas encerravam (Inglaterra, França e mesmo Estados Unidos) o Brasil mais uma vez foi à guerra. Foi o que ocorreu em 1852 para assegurar a integração da região Sul e, em 1902, para assegurar o controle sobre a região norte.

A própria Guerra do Paraguai (1864-1870) foi travada para impedir que a conflagração no Uruguai se alastrasse para o Brasil. O Brasil pacificou em nove meses o Uruguai (1864). Sob o pretexto de proteger o país, Solano López lançou mais de 100 mil homens contra a Argentina e o Brasil. O temor, sobretudo considerando que o Brasil encontrava-se rompido com a Inglaterra, era de que o Paraguai formasse uma associação com potências européias que desestabilizasse o continente. Foi então que coube ao comandante supremo das Forças da Tríplice Aliança, e Presidente da Argentina, Bartolomeu Mitre, enunciar a doutrina (até hoje não escrita) que pauta a política externa e de segurança brasileira: “para onde forem as chancelarias de Buenos Aires e do Rio de Janeiro, irá a América do Sul”.

De forma explícita, com adesão à Doutrina Monroe, o Brasil adotou o princípio segundo o qual potências externas ao continente não devem imiscuir-se nos assuntos das Américas. Foi em conformidade com esse espírito que ambos os países foram à Conferência do Panamá convocada por Bolívar (1826). E foi com o mesmo ânimo que Brasil aderiu à tese do pan-americanismo e se fez presente na primeira Conferência Internacional Americana (1890). Foi também o mesmo propósito que levou à assinatura da Ata de Havana em 1940, a qual explicitava a cooperação defensiva em um momento que a II GM já havia tido início na Europa. Em 1945, foi assinada a Ata de Chapultepec, que preconizava a união do continente para fazer frente a ameaças ou atos de agressão. Tratava-se da ante-sala do Tratado do Rio, firmado em 1947, que criou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), o qual previa que “um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos Estado americanos”.

Foi em conformidade com a Doutrina Monroe e o firmado na Ata de Havana (1940) que, agredido repetidas vezes pelos submarinos da Alemanha, o Brasil aproximou-se dos Estados Unidos e declarou guerra ao Eixo. Ao mesmo tempo em que cedia aos norte-americanos uma base em Natal, imprescindível para a abertura da frente no norte da África, o Brasil firmou compromisso com os EUA para impedir que houvesse transbordo da influência nazi-fascista para qualquer país da América do Sul. A neutralidade da Argentina e do Chile só não se converteu em adesão à causa do Eixo devido, em grande medida, às pressões brasileiras, já que os Estados Unidos já se encontravam profundamente engajados na Guerra do Pacífico e tinham seus compromissos de defesa com a Inglaterra no Atlântico e com a própria URSS.

Coerente com seu entendimento inicial, reforçado pela assinatura do TIAR, firmado em 1947, o Brasil também rejeitou a influência de qualquer potência extracontinental valendo-se da ampliação do prestígio gozado pelo comunismo no pós-II GM. Em 1965, o Brasil interveio na República Dominicana para que esta não virasse uma nova Cuba. Em 1971, esteve prestes a invadir o Uruguai convulsionado pelos Tupamaros. Em 1973, deu apoio ao golpe militar no Chile, que havia democraticamente eleito o Presidente Socialista Salvador Allende. Em 1976 apoiou o golpe na Argentina.

Contudo, atrás do apoio brasileiro aos regimes militares e de segurança nacional havia também uma crescente preocupação de que uma revolução comunista na América do Sul servisse de pretexto para uma intervenção norte-americana. De forma dissimulada e imperceptível, a apropriação brasileira da doutrina Monroe adotou sutilmente um corolário: passou a incluir a não-intervenção dos Estados Unidos no subcontinente.

Isto ficou evidente quando, após a Guerra das Malvinas são estabelecidos governos civis na Argentina e no Brasil e os dois países, ambos ressentidos com as violações ao TIAR e ao Tlateloco²⁰⁷, dão início à cooperação na área nuclear. Tratava-se do aprendizado de que, em caso de guerra envolvendo recursos naturais – acreditava-se na época que havia petróleo nas Malvinas – os países do subcontinente contariam apenas consigo mesmos e tão somente com suas próprias Forças Armadas.

Por isso, o ano de 1985 é emblemático: além dos presidentes civis empossados, é firmado o compromisso de Iguazu, pelo qual Brasil e Argentina sintetizam o seu aprendizado com as Malvinas. Ambos os países assumiram um compromisso com a integração, a cooperação e a segurança comum²⁰⁸. Sobre a importância desta parceria, vale ressaltar o pensamento de Samuel Pinheiro Guimarães: “a integração entre o Brasil e a Argentina e seu papel decisivo na América do Sul deve ser o objetivo mais certo, mais constante, mais vigoroso das estratégias políticas e econômicas tanto do Brasil quanto da Argentina” (Guimarães, 2007).

No contexto de 1985, Brasil e Argentina procuraram objetivar esta integração através do Pacto de Integração e Cooperação Econômica (PICE) e do Pacto de Integração Argentino-Brasileiro (PICAB). No mesmo ano, preocupado com a escalada da presença norte-americana

²⁰⁷ Nas Malvinas, tanto o TIAR como o Tlateloco foram violados, visto que houve agressão de uma potência não americana (TIAR) e a presença de armas nucleares (Tlateloco). Sobre a presença de armas nucleares na zona de conflagração, o professor Lawrence Freedman, do King's College, reconhece, no segundo volume de sua obra “The official history of the Falklands war and its aftermath” que os navios britânicos levaram armas nucleares às Ilhas Malvinas durante a guerra de 1982.

²⁰⁸ A segunda etapa da cooperação nuclear Brasil-Argentina teve início em 1985 “com a importante assinatura da Declaração Conjunta sobre Política Nuclear de Iguazu” (Oliveira, 1996:173). Tal cooperação foi “classificada como uma política inédita no mundo” (Oliveira, 1996:117).

na América Central, o Brasil criou o Grupo de Apoio a Contadora, o qual abrigava os países que procuravam mediar a crise na região elidindo a presença americana. Mais tarde ambos os grupos (Contadora e Apoio a Contadora) unificaram-se formando o Grupo do Rio.

Se, anteriormente, à época dos militares, evitar a presença dos Estados Unidos na América do Sul era um propósito não declarado, no período seguinte o propósito tornou-se mais evidente. Mesmo a Argentina tendo agido de forma temerária ao fazer uso da força, o apoio logístico e de inteligência (IMINT) dos EUA à Inglaterra pareceu, à época, injustificado. A Ata de Iguazu traduziu uma resposta inicial, em conteúdo, à falência do TIAR. Na prática, Brasil e Argentina consideraram desfeito o mecanismo de segurança hemisférica, ainda que naquele momento não tivessem uma alternativa para propor em seu lugar. Restavam a cooperação econômica e estratégica e a integração.

Este é o sentido do compromisso de Iguazu, do PICE, e do PICAB: criar condições para uma defesa comum. A formação do Grupo de Apoio a Contadora é ainda mais explícita: tratava-se de evitar que os Estados Unidos incendiassem, sobre um destes seus pretextos, a América Central, com possíveis implicações na América do Sul. Havia uma crença do governo Reagan de que um punhado de guerrilheiros salvadorenhos e os sandinistas nicaraguenses poderiam criar poderosos exércitos que invadiriam a América. Naquele momento, as atitudes brasileira e argentina tiveram papel relevante em impedir a realização dos principais temores dos neoconservadores norte-americanos. De fato, o processo de mediação trouxe a paz, as eleições, e a região permaneceu segura sem qualquer necessidade de intervenção. Pelo contrário, implicitamente os Estados Unidos reconheceu a justeza da posição brasileira, e o próprio governo neoconservador de George W. Bush solicitou que o Brasil liderasse a intervenção no Haiti – o que vem sendo feito desde 2004²⁰⁹. Importa, pois, entender que o Grupo do Rio, que surgiu deste compromisso de manter os Estados Unidos à distância, foi na prática a pedra angular do futuro processo de integração. Resta saber se, por mero acaso ou ironia deliberada, decidiu-se fazer a reunião no Rio de Janeiro – mesma cidade que sediou a assinatura do TIAR, o qual os Estados Unidos tornaram roto com as Malvinas.

A descoberta das jazidas do pré-sal trouxe de volta a sombra da guerra por recursos naturais. O Brasil lançou mão de iniciativas de defesa e segurança nacional em dois planos, na esfera individual e coletiva.

²⁰⁹ Havia uma resistência histórica do Brasil em participar de operações baseadas no Capítulo VII da Carta da ONU. Contudo, a bandeira idealista da autodeterminação, que ignorava a realidade das ações transnacionais na criação de situações de beligerância interna, foi superada. A intervenção no Haiti foi um primeiro passo. Anteriormente, este respeito estereotipado à “autodeterminação” atinha a participação brasileira às operações previstas no Capítulo VI (manutenção de paz).

No âmbito da segurança individual, o Decreto 6.011, ratificado pelo Decreto Legislativo 410, aprovou o acordo militar do Brasil com a França. Ao mesmo tempo em que procura manter as forças militares norte-americanas fora do subcontinente, o Brasil utiliza-se dos meios de pagamento procurando evitar a formação de uma frente única entre os dois países da OTAN com interesses na região. Como o acordo com a França entraria em contradição com a doutrina Monroe – e seu corolário brasileiro não declarado – a solução foi considerar a França um país sul-americano, o que, ao menos em termos jurídicos, de certa forma o é²¹⁰. Assim, dada a impossibilidade de poder contar com os Estados Unidos para a segurança coletiva, o Brasil procura manobrar entre a América do Norte e a Europa, nos termos já realizados pelo Barão do Rio Branco na questão do Acre. O acordo militar com a França é o maior contrato de defesa da história do país (na verdade são vários contratos) que, estima-se, chegue à ordem de oito bilhões de dólares (Müller, 2009:22). Além de impressionar pelos montantes envolvidos, abrange a modernização de todos os ramos das Forças Armadas, e seu condicionamento com os sistemas no estado da arte, os mesmos que se encontram atualmente a serviço das Forças Armadas francesas.

Ainda no plano da segurança individual, é preciso ressaltar a modificação doutrinária operada pelo Decreto Nº 6.592, do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), que foi um segundo e decisivo passo. Isto porque, no Decreto, admite-se, pela primeira vez, a possibilidade de intervenção preemptiva do Brasil, para defesa de seus interesses além-fronteira²¹¹.

Em resposta, os Estados Unidos aumentaram sua presença militar na Colômbia. Trata-se de um despropósito, visto que o motivo declarado é inconsistente. Graças à assistência brasileira, havendo aeronaves leves de ataques (Super Tucano) e as munições de tipo cacho (Cluster) os guerrilheiros daquele país acabaram reduzidos a um estado de aniquilação em termos político-militares práticos. Portanto, não é consistente a intenção declarada de instalar bases na Colômbia de que se trata de auxiliar o governo contra a insurgência. De fato, há freqüentes acusações de envolvimento do governo Álvaro Uribe com os AUC's²¹². Além

²¹⁰ A França possui um Departamento ultramar na América do Sul, a Guiana Francesa.

²¹¹ No Capítulo I, §1º estabelece-se que: “São parâmetros para a qualificação da expressão agressão estrangeira, dentre outros, ameaças ou atos lesivos à soberania nacional, à integridade territorial, ao povo brasileiro ou às instituições nacionais, ainda que não signifiquem invasão ao território nacional” (Brasil, 2008b). Importa também perceber a atenção dada pelo referido decreto à Logística Nacional “§ 2º Para fins de Mobilização Nacional, entende-se como **Logística Nacional** o conjunto de atividades relativas à previsão e provisão dos recursos e meios necessários à realização das ações decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa.” (grifos meus) (ibidem).

²¹² **AUC** – *Autodefensas Unidas de Colômbia*. Grupo de paramilitares que oferece seus serviços para grandes proprietários de terras, empresários ricos e mesmo traficantes de drogas. No ano 2000, contavam com 4.500-

disso, fala-se freqüentemente que os AUC's operam contra as FARC's sobre as ordens de oficiais colombianos ou assessores norte-americanos (NCO's).

O espectro da nova guerra por recursos naturais torna-se real se considerada a hipótese de que as bases na Colômbia têm como propósito uma possível invasão da Venezuela. Atento a esta possibilidade, o Brasil procura fazer o mesmo que efetuou à época do Grupo de Apoio da Contadora, que redundou no Grupo do Rio. Tenta trazer a Venezuela para o Mercosul²¹³ demonstrando que a integração e a interdependência é que vão impedir o regime venezuelano de tornar-se uma nova Cuba – e não seu isolamento, que o colocará nas mãos de potências extracontinentais.

No âmbito da segurança coletiva, o Brasil também tomou iniciativa. A criação da Unasul e de seu Conselho de Defesa visam produzir as condições para que sejam criadas uma política externa e de segurança comum entre os países sul-americanos²¹⁴. Além disso, o Conselho de Defesa da Unasul serve como fórum de interlocução no que tange às iniciativas de defesa visando à aquisição de material bélico que tenha interoperabilidade e cujo comissionamento sirva para o desenvolvimento de uma economia de defesa, uma base industrial sul-americana. Trata-se, pois, de colocar em prática os ensinamentos obtidos na história militar do continente no curso do século XX, seja na Guerra do Chaco ou na recente conflagração nas Malvinas.

O Brasil não tem a menor intenção de denunciar o TIAR. Alguns observadores acreditam que talvez os Estados Unidos o façam. Contudo, isto também é improvável, dado o papel daquele instrumento no sistema de Estados americanos; é o que há de mais próximo de um braço militar da OEA. No entanto, o TIAR foi o primeiro precedente que invocou o Artigo 51 da Carta da ONU²¹⁵, que dispõe sobre a criação de organizações de defesa coletiva (a OTAN foi criada em 1949 e o Tratado de Varsóvia em 1955).

5.000 homens (Smith & Skidmore, 2005:250). Aparece na lista do Departamento de Estado norte-americano classificado como organização terrorista. Em tese, foram “desmobilizados” como parte dos acordos do governo com a guerrilha. Todavia, o ritmo da desmobilização tem sido considerado demasiadamente lento.

²¹³ Os Tratados internacionais são assinados pelos presidentes. Todavia, para vigorarem, precisam ser ratificados pelos Congressos. No caso, por todos os Estados-membros do Mercosul. À exceção do Paraguai, o único dos membros do bloco com tropas norte-americanas aquarteladas em seu território, todos os demais Congressos já ratificaram o ingresso da Venezuela.

²¹⁴ Importa também destacar o importante documento Estratégia Nacional de Defesa (Brasil, 2008), que também traz como princípio a integração da América do Sul: “Essa integração não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afastará a sombra dos conflitos da região”.

²¹⁵ Artigo 51 da Carta da ONU: “Nada na presente Carta prejudicará o **direito inerente de legítima defesa** individual ou **coletiva** no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos Membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a

Neste sentido, em conformidade com o Direito Internacional, com o explicitamente disposto na Carta da ONU e com o precedente hemisférico do TIAR, os países da América do Sul poderão consignar um instrumento próprio que afirme a Unasul como organização de segurança coletiva. Será um percurso original, visto que geralmente primeiro se firma o Tratado de defesa coletiva para depois se criar a Organização. Por exemplo, no que tange ao Tratado de Varsóvia, de 1955, sua organização só surgiu em 1960. Assim, a Unasul e seu Conselho de Defesa são um precedente curioso de uma organização que precede seu próprio Tratado de defesa. Parece imperativo, pois, que a existência da Unasul, para justificar-se, terá de ter firmado instrumento de segurança coletiva correspondente. Aí, então, a doutrina da segurança hemisférica será substituída pela doutrina de segurança sul-americana. A Unasul deve ser uma organização formulada com base em uma

combinação entre uma base normativa ampla, similar ao “Espírito da OSCE²¹⁶” pré-2001 (com um foco em direitos civis dos cidadãos e medidas de confiança mútua) e a eficácia e a prioridade (estilo da OCS) para atuais ameaças à segurança da região (em oposição ao tipo genérico de agenda “Guerra global contra o Terrorismo” (Cepik, 2008b).

Independentemente de seu caráter, a criação da Unasul deu continuidade à agenda de segurança e desenvolvimento prevista na Ata de Iguazu que originou os processos de integração em curso no subcontinente. Além disso, procurou-se criar um sucedâneo ao TIAR, ainda que na forma atual, como fórum de debate de políticas de segurança e defesa. Trata-se de uma iniciativa de segurança coletiva cujas premissas são as mesmas que orientaram o acordo militar com a França: assegurar para os países da região o acesso e a utilização soberana de seus próprios recursos naturais.

É pelo risco de confrontações que tenham como pano de fundo a disputa pelo controle de recursos naturais que a situação entre a Venezuela e a Colômbia preocupa, a despeito de sua relativa distância de qualquer centro vital do país. Se o pré-sal brasileiro que, pelo contrário, está situado junto ao coração industrial, também traz uma nova agenda de defesa, maior atenção deve merecer o separatismo na Bolívia. Este último cria a perspectiva de uma conflagração situada entre as duas projeções extremas do país, o norte e o sul, com implicações que atingem diretamente o centro industrial situado no Sudeste. Por isso, é insuportável para o Brasil a existência de uma conflagração separatista que possa atrair

responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer tempo, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais” (grifos meus).

²¹⁶ OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Trata-se de organização intergovernamental composta por 56 membros. Possui três principais dimensões: político-militar; econômica e ambiental; humana. Tem como áreas de atuação, por exemplo, promoção de políticas anti-tráfico, defesa da democracia, políticas educacionais e fortalecimento do crescimento econômico.

potências externas ao subcontinente e servir de pretexto para o aprofundamento da presença americana na região (através de uma intervenção militar direta) ou, ainda, servir como santuário de grupos de traficantes de drogas e de armas, ambos ligados ao terrorismo internacional.

Em relação ao separatismo boliviano, ainda à época do Chaco, importa lembrar mais uma vez Moniz Bandeira:

Mas [o Brasil] receava (...) a secessão do Oriente boliviano. **E a tal o Brasil opor-se-ia, indo até mesmo à guerra, se necessário. Seria, para ele *causus belli***; pois não permitira o desmembramento de qualquer parte da Bolívia, cujo estatuto territorial considerava “definitivo e não passível de quaisquer modificações”, na parte em que estava jurídica e formalmente definido, admitido ou reconhecido (grifos meus) (Bandeira, 2003: 189).

Se isto já era verdadeiro na Guerra do Chaco, na qual o Brasil manteve-se rigorosamente neutro, e onde a pior hipótese de presença militar era de um outro país sul-americano (o exército argentino), o que dizer de hoje, em um mundo globalizado em que, a serviço dos rebeldes ou do governo, pode impostar-se tropas de quaisquer das grandes potências.

A diplomacia é feita de sutilezas entre as quais a arte de discordar sem dizer “não”. Contudo, os imperativos da segurança nacional e regional exigem uma sinalização mais efetiva da parte brasileira acerca de sua percepção do separatismo no país vizinho. Há muitos que consideram tratar-se de parte de um “expansionismo brasileiro” e que, portanto, o seccionismo teria apoio do Brasil. Além de desfazer qualquer incompreensão ou ambigüidade – existente sobretudo devido à ação de particulares e grupos sub estatais no Brasil – importa otimizar as oportunidades surgidas em torno do acordo militar Brasil-França e do Conselho de Defesa da Unasul. Tal cooperação permite o estreitamento das relações com a Bolívia tendo em vista a instrumentalização da economia de defesa em benefício mútuo do desenvolvimento sustentado dos dois países e da região.

4.4 – Estado Logístico Regional: 1º Pilar para a Bolívia Reescrever o Passado

O lítio boliviano é o novo “ouro branco”, tão significativo para o mundo quanto o ciclo da prata – e mais importante que o ciclo do estanho. Este minério consegue ser quase tão relevante quanto o pré-sal brasileiro, cujo petróleo extraído pode gerar uma renda de cinco

trilhões de dólares²¹⁷. Todavia, a diferença é de que o preço do lítio apresenta uma forte alta desde os últimos anos. Há três anos, a tonelada do lítio custava 300 dólares; em 2009, passou a custar três mil (Kummetz, 2009)²¹⁸. Estimativas colocam o montante do negócio na casa dos 430 bilhões de dólares (Kummetz, 2009). Dadas as cifras, muitos analistas passaram a considerar a Bolívia como a Arábia Saudita do lítio, ou ainda como detentora de um “pré-sal boliviano”. Como se vê, as imagens de fato são realistas.

O lítio, componente essencial das baterias, será um dos elementos de sustentáculo em um novo paradigma energético. A crise da produção de hidrocarbonetos, por sua escassez ou por seu custo econômico, social ou ambiental, abre espaço para o debate em torno de um novo paradigma energético, assunto diretamente ligado ao papel das tecnologias da produção. O novo modelo, para ser sustentável, terá de ser baseado em energias renováveis, onde entram células fotovoltaicas, energia termosolar, eólica e de biomassa e o uso combinado com supercondutores, semicondutores e nanotecnologia. O computador e a rede são os centros de decisão econômica pelo qual pode se gerir a transição para um modelo de desenvolvimento efetivamente sustentado. De toda a forma, é preciso ressaltar que o lítio tem papel fundamental nesta transição e pode ser um dos pilares do novo paradigma energético.

O movimento separatista, ainda que condenado ao fracasso, pode ser orquestrado a partir do exterior para que a Bolívia faça concessões para exploração do seu lítio. Seu valor bruto e refinado oscila dramaticamente – em termos brutos representa cerca de 20 bilhões de dólares. O ingresso desses recursos na região pode permitir a alavancagem de toda economia regional sul-americana. Evidentemente que, além da própria Bolívia, os maiores beneficiários seriam a Argentina e o Brasil, países que contam com base industrial e como tal agregam maior valor a suas mercadorias²¹⁹. O ciclo do lítio, nesta perspectiva de integração, serve

²¹⁷ Segundo Maia (2009), “há uma possibilidade de o pré-sal ter 300 bilhões de barris de petróleo. Fazemos uma conta por um terço disso, 100 bilhões de barris. O custo de produção, hoje, no mundo, é de cerca de 8 dólares por barril. Como a tecnologia necessária para explorar o pré-sal é maior, fazemos a conta a 20 dólares o barril para extração. Com a cotação do barril a 70 dólares, hoje, é possível ter um “lucro” de 50 dólares sobre o barril. Se multiplicarmos esses 50 dólares de “lucro” por 100 bilhões de barris, teremos **5 trilhões de dólares**. Essa é a riqueza já pesquisada e descoberta pela Petrobrás, calculada pela hipótese mais pessimista possível. É uma riqueza realizável no tempo, durante, por exemplo, 20 anos, e levaremos 6 ou 7 anos para atingir uma boa produção. Divididos esses 5 trilhões de dólares por 20 anos, dá **250 bilhões de dólares ao ano**” (grifos meus).

²¹⁸ A tendência à alta do lítio pode ser vista, por exemplo, no preço praticado pela chilena SMQ, no Salar do Atacama. Esta empresa detém um terço da produção de lítio no mundo e é a líder do setor: vende a tonelada do minério por 12 mil dólares.

²¹⁹ Daí a possibilidade de se criar, por exemplo, uma empresa binacional Brasil-Bolívia de baterias ou de outros materiais do setor elétrico. Pode-se estabelecer sistemas de subcontratação de múltiplas camadas, modo de produção responsável pela ascensão do leste Asiático e, em especial, pelo “milagre” japonês (Arrighi, 1997:79). Neste caso, a descentralização da produção pode contribuir não só para o fortalecimento da integração entre os Brasil e Bolívia, mas também para o desenvolvimento sócio-econômico. No sistema japonês, quantidades enormes de donas-de-casa processavam, em casa, peças minúsculas de metas ou eletrônicas (Arrighi, 1997:68).

como motor, juntamente com o pré-sal, para o soerguimento econômico, político e militar de toda região²²⁰. A Bolívia tem, claramente, esta intenção; proclama a si mesmo como “centro energético sul-americano”²²¹ (Bolívia, 2007). Ao mesmo tempo, o Presidente Evo Morales lançou quinze projetos de leis²²² que têm como propósito recuperar a capacidade defensiva do país. Trata-se de uma clara janela de oportunidades para a criação de uma economia de defesa, tendo como núcleo uma base industrial de defesa sul-americana.

Dentre as iniciativas de defesa propostas pelo presidente boliviano, algumas merecem especial atenção, por sua analogia com as próprias iniciativas brasileiras (SINAMOB e Plano de Defesa Nacional).

A primeira iniciativa de destaque é o projeto lei “Ley de Seguridad y Defensa Integral”. Por esta proposta, o conceito de Segurança Nacional passa a abarcar os âmbitos estatal, social, econômico e ambiental²²³. Ao contemplar estas dimensões, a Lei parece implementar a noção de segurança multidimensional da ONU e da OEA. Dentro da nova regulamentação proposta são identificadas vinte e seis ameaças. Merecem destaque: (1) a preocupação com a ingerência de potências estrangeiras e organismos ou agências internacionais; (2) o cuidado com a violação da integridade territorial e a remoção de marcos fronteiriços²²⁴; (3) a preocupação com o desequilíbrio militar regional²²⁵; (4) a ameaça do separatismo ou da secessão (Bartolomé, 2010).

No caso da Bolívia, cooperativas das comunidades indígenas dos povos originários podem estabelecer, por exemplo, associações produtivas de componentes eletrônicos, fortalecendo um Terceiro setor boliviano.

²²⁰ Por enquanto, as empresas e países que manifestaram interesse em cooperar com a Bolívia na industrialização do lítio, o que aumenta exponencialmente seu valor agregado são: Japão, China, Rússia, Brasil, França e Coreia do Sul. Chama a atenção, de um lado, a ausência dos Estados Unidos e, de outro, que o único desses países que efetivamente já está na Bolívia é o Japão. Embora a França também seja uma candidata forte, são representantes da empresa Mitsubishi que já estão residindo em La Paz; cientistas japoneses também estão na Bolívia realizando pesquisas sobre a forma de extração do lítio. Por enquanto, a extração está a cargo da Comibol (Corporación Minera de Bolívia).

²²¹ Atualmente, o país conta com 1,4 trilhões de m³ de gás natural – segunda maior reserva da América do Sul, menor que a Venezuela apenas – e uma reserva de petróleo de 441 milhões de barris (Carra, 2008:127)

²²² (1) Ley de Seguridad y Defensa Integral; (2) Ley Orgánica de las Fuerzas Armadas; (3) Ley de Seguro Social Militar; (4) Ley de Intereses Marítimos Lacustres y Fluviales; (5) Ley del Consejo Supremo de Defensa del Estado Plurinacional (COSDEP); (6) Ley del Sistema Educativo Militar; (7) Ley de Administración de Personal; (8) Ley de Régimen de Fronteras; (9) Ley del Fondo de Defensa; (10) Ley de Servicio Militar Obligatorio; (11) Ley de Armas Municiones y Explosivos; (12) Ley de Inteligencia del Estado; (13) Sistema Judicial Militar; (14) Código Penal Militar; (15) Código de Procedimiento Penal Militar.

²²³ Por exemplo, o ministro da Defesa boliviano, Wálker San Miguel, anunciou que pretende espalhar pelo país seis batalhões de engenharia. O propósito é que qualquer município, departamento, ou a própria União possa contratar esses serviços para realizar obras de infra-estrutura, como a construção de estradas e a reparação de instalações públicas (Espinozza, 2009).

²²⁴ Parece haver especial preocupação com o Chile. O Chile, embora em 2010 seu poder Legislativo planeje revogar a Lei do Cobre, em geral possui as Forças Armadas mais modernas da América do Sul e investe 10% da receita de exportação deste minério na modernização de seu material bélico. Ademais, o país possui minas com todos países que faz fronteira: Argentina, Peru e Bolívia. Em relação a esta última, mantêm-se meio milhão de minas, apesar de haver um acordo entre os dois países (1997) que determina sua remoção (Mares, 2001: 47;225).

Há também a iniciativa legislativa relacionada à Lei de Inteligência do Estado que visa à criação de uma agência central de inteligência (composta por militares e civis). Importa também a lei orgânica das Forças Armadas que, entre outras disposições, prevê a criação do Fundo de Abastecimento e Reposição de Equipamentos (FARE). São considerados contribuintes do Fundo: a União Federal, Fundações e Autarquias e Empresas Mistas, o que deverá incluir as empresas produtoras de gás e petróleo e os próprios jovens que prestam o serviço militar (Bartolomé, 2010).

Contudo, a principal contribuição dos recursos naturais ao incremento da capacidade de defesa provém do projeto lei de criação do Fundo de Defesa (“Ley del Fondo de Defensa”). O projeto prevê a destinação de 3% da arrecadação oriunda da venda dos recursos naturais em meios de defesa. São explicitamente mencionados, o gás, o petróleo, o ferro e o lítio. Considerando-se a aplicação da lei apenas sobre os ingressos obtidos apenas a partir da venda de hidrocarbonetos (gás e petróleo) em números de hoje (2009) ter-se-ia o concurso de US\$ 19 milhões para as Forças Armadas Bolivianas (Bartolomé, 2010). À primeira vista parece tratar-se de uma gota d’água em um oceano. Contudo, aqui importa a escala, deve-se considerar que o orçamento militar total da Bolívia em 2006 foi de apenas US\$ 155 milhões. (IISS, 2006) Deste modo, a receita estimada (US\$ 19 milhões) representaria um acréscimo de 12% ao orçamento. Contudo, ainda é prematuro afirmar, como fazem alguns observadores, de que se trata do equivalente boliviano à Lei do Cobre chilena. Trata-se de exagero. Ainda que os valores percentuais pareçam altos, os montantes reais são extremamente baixos. Contudo, deve-se admitir o potencial de expansão contido na lei do Fundo de Defesa. Afinal ainda não foi computado o papel do lítio, cuja exploração está apenas começando. Neste caso, se confirmadas às estimativas acerca do significado das reservas bolivianas de lítio, talvez efetivamente o Fundo de Defesa possa-se ter uma semelhança real com a lei do cobre.

Qualquer que seja o caso, importa a criação do Fundo, pois cria, por menor que seja, um gatilho contra o sucateamento das Forças Armadas bolivianas ora ameaçadas pela pura e simples obsolescência. É justamente esta receita constante, possivelmente progressiva, que cria a expectativa – historicamente inexistente – da criação de uma economia de defesa aliada a uma base industrial composta por pesquisadores e empresa sul-americanas²²⁶. A regularidade das receitas assegura uma demanda fixa em torno da produção, e da manutenção

²²⁵ Preocupação que merece atenção. Conforme Dullius (2008), o Chile gastou 23% do orçamento nacional (2004) e 27,5% (2007) em reequipamento militar. Para o mesmo dado, a aliada da Bolívia, a Venezuela, gastou 15% (2004) e 5,2% (2007).

²²⁶ Além das iniciativas econômicas, pode-se estabelecer parcerias entre cidades brasileiras e bolivianas, de modo a gerar um capital social em comum.

de sistemas de armas. Traz a oportunidade ao incremento da Pesquisa, do Desenvolvimento e da Inovação (P&D&I) no âmbito do subcontinente da criação de novas empresas e de todo o ramo de produção, negócios e serviços.

Em suma, conjugadas as iniciativas brasileiras e bolivianas com a existência do Conselho de Defesa da Unasul, a janela de oportunidades tem efeito multiplicador – quesito auspicioso para projeção de desempenho de qualquer tipo de negócio. Trata-se de uma oportunidade ímpar de, utilizando-se a economia de defesa, obter a verticalização em âmbito sul-americano, isto é, uma ação dos meios de pagamento orientada a partir dos gastos militares que efetivamente seja capaz de construir o Centro de Decisão Econômica – desta feita, em âmbito de América do Sul.

4.5 – Integração Supranacional: 2º Pilar para a Bolívia Reescrever o Passado

A Guerra do Chaco pôs em evidência, devido à incapacidade de produzir os insumos da guerra, a possibilidade da defesa nacional servir como elemento de orientação política da economia – isto é, de verticalização. Como se viu no Capítulo I, usualmente se conta com os recursos fiscais e cambiais para orientação política da economia (Fonseca, 2003)²²⁷. O Chaco pôs em evidência que, sem uma economia de defesa, não há como sequer assegurar a integridade do território, isto é, reter em termos físicos ou econômicos a riqueza oriunda dos pólos dinâmicos.

A grande deficiência em termos de capacidade estatal dos países sul-americanos reside na incapacidade de produzir uma economia própria a partir da construção dos meios de defesa. A construção dos meios militares (Forças Armadas e seu equipamento) permite orientar politicamente a produção industrial, a aquisição de tecnologia, o crescimento da pesquisa, do desenvolvimento e a inovação (P&D&I).

De fato, os Congressos nacionais tendem a representar os interesses da burguesia dependente associada. A magistratura, as classes conservadoras ligadas à posse de terras, ao enclave ou ao capital bancário. O Poder Executivo é a instância de poder mais próxima de

²²⁷ É interessante notar a vinculação entre capitalismo e Estado vista por três autores, de matizes teóricos diferentes. Primeiro: “Foi o Estado nacional bem delimitado que proporcionou ao capitalismo sua oportunidade de desenvolvimento” (Weber, 1961:247-9 *apud* Arrighi, 1996:12). Segundo: “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, *quando é Estado*” (Braudel,1977:64-5, *apud* Arrighi, 1996:12). Terceiro “(...) o capitalismo e os Estados nacionais cresceram juntos, e é de se presumir que tenham dependido um do outro de algum modo, mas os capitalistas e os centros de acumulação de capital, muitas vezes ofereceram uma resistência deliberada à ampliação do poder do Estado” (Tilly, 1984:140 *apud* Arrighi, 1996:32).

representar a soberania popular; no entanto, o mecanismo do controle recíproco dos poderes (freios e contrapesos) nem sempre permite a construção de políticas fiscais ou aduaneiras para permitir o desenvolvimento industrial. Frequentemente, mesmo quando empregados, estes recursos revelam-se insuficientes. O mercado prefere simplesmente arcar com uma carga tributária (direta e indireta) maior do que apostar na produção nacional²²⁸.

Resta à Presidência da República a prerrogativa de ter o Comando supremo das Forças Armadas e, a estas, seus institutos de pesquisa que permitem desenvolver e nacionalizar tecnologias de ponta. O que a Guerra do Chaco pôs em relevo da forma mais brutal possível, a partir da incapacidade boliviana em produzir suas próprias munições, foi a importância destes centros de pesquisa constituírem-se também enquanto unidades produtivas.

Tais centros, deste modo, permitiriam a construção de todo um ramo da indústria que, inicialmente ligado à economia de defesa, dado o caráter dual da tecnologia (emprego civil e militar), é capaz de criar vantagens competitivas para o crescimento industrial. Assim, pode-se oferecer tecnologia para as multinacionais se instalarem no país (ou para as já instaladas), ou permitir-se, por meio de P&D&I, o surgimento de novos produtos industriais e de empresas dirigidas por nacionais.

Neste sentido, tem a maior importância a hidrovía Paraguai-Paraná prevista pela Iniciativa de Integração de Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Isto permitirá a pretendida ligação da Bolívia com o oceano Atlântico. Ao fim da Guerra do Chaco, a Bolívia recebeu como compensação apenas um posto militar à beira do Rio Paraguai. Foi rebatizado como Porto Busch, em homenagem ao herói de guerra e depois Presidente-Mártir. O local permite processo ao Oceano Atlântico através do Rio Paraguai. Contudo, só nos dias de hoje está se construindo um Porto (maior e mais moderno do país) pelo qual a Bolívia exportará para o exterior os produtos de sua região oriental, principalmente o ferro e a soja.

²²⁸ A Lei de Reserva de Informática foi um exemplo. Foram criadas linhas de crédito para produção nacional, conferida isenção de tributos com o mesmo fim, e aumentada exponencialmente a Tarifa Externa para importação. As empresas estatais e estrangeiras preferiram pagar caro a criar um ramo que permitisse a nacionalização da produção de computadores. De fato, a pressão externa contra a Lei de Reserva de mercado da informática tornou-se insuportável e o Estado teve de ceder. O mercado apostou contra o Brasil e venceu. Só agora, decorridos quase 30 anos, é que o Brasil passou a produzir semicondutores. A primeira empresa, CEITEC S/A, instalou-se em Porto Alegre. Outra empresa, a HT Mícron anunciou planos para instalar-se em São Leopoldo, com investimentos estimados em 200 milhões de dólares. A HT Mícron, fundada em dezembro de 2009, é formada por um consórcio entre a empresa brasileira Altus e a sul-coreana Hana Mícron. De todo modo, acredita-se que teve um grande peso o acordo militar do Brasil com a França e a previsão de transferência de tecnologia. A instalação da fábrica relacionou-se com a expectativa de demanda oriunda de que os militares vão exigir que os componentes dos sistemas adquiridos sejam produzidos integralmente em território nacional. Resumindo, foi a economia de defesa que criou condições para a criação da base industrial.

Porto Busch fica a 140km ao sul de Puerto Suarez; estão ligados entre si por uma estrada. Planeja-se construir também uma ferrovia. O que distingue Porto Busch dos demais acessos bolivianos ao Paraguai (Puerto Suárez, Puerto Aguirre e Puerto Quijarro) é que Porto Busch se conecta diretamente ao rio enquanto os demais precisam passar pelo Canal de Tamengo (sob soberania brasileira) para chegar até o Rio Paraguai. O porto faz parte de uma iniciativa mais ampla de construção de infra-estrutura para integração regional, movida pelo IIRSA. A idéia é que ao menos embarcações de calado médio tenham acesso ao Porto Busch, conectando deste modo a Bolívia ao resto do mundo.

4.6 – Balanço

Este capítulo procurou demonstrar alguns dos caminhos para reverter a dependência de trajetória da Bolívia. No passado, a economia de enclave, a expansão para a fora e a ausência de uma verticalização foram importantes para a estruturação de uma logística nacional precária. A deficiência em termos de indústria de base e de estrutura de transportes, energia e comunicações contribuiu para que a Bolívia tivesse sucessivas derrotas na competição interestatal (Pacífico, Acre, Chaco).

Isso posto, procurou-se indicar alguns caminhos que podem reverter essa trajetória. Primeiro, observou-se os avanços e retrocessos da Revolução Nacional ao longo da história boliviana. O grau variável de cidadania e soberania foi correspondido pela concessão e revogação de direitos, em um movimento pendular.

Segundo, identificaram-se as tendências suscitadas pela globalização. Viu-se que nem houve uma completa desnacionalização da base industrial, nem uma vinculação única ao Estado de origem das empresas. Ao contrário, afirmou-se a regionalização como característica da globalização.

Terceiro, demonstrou-se que, ao longo de sua história, houve um condicionante estrutural da política externa brasileira: a não intervenção de potências estrangeiras na América do Sul.

Quarto e Quinto, e de posse do diagnóstico apontado nos itens anteriores, afirmaram-se os dois pilares para a Bolívia reescrever sua história e realizar sua incompleta revolução nacional: a construção do Estado Logístico Regional²²⁹ e a integração²³⁰. A escala e a

²²⁹ É interessante notar que, ainda nos anos 40, o embaixador da Bolívia no Brasil, Ostria Gutiérrez, observou no desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte a chave para a cooperação econômica da Bolívia com seus vizinhos e desta forma, a promoção do desenvolvimento nacional. Essa idéia passava pela construção de

economia de meios podem permitir uma orientação política da economia (verticalização), quer para o desenvolvimento industrial sul-americano, quer para o melhor aproveitamento dos recursos naturais do subcontinente – como a utilização do lítio boliviano – para uma nova logística regional.

A Bolívia é o único país que faz parte dos sistemas do Pacífico, do Amazonas e do Prata: “Atualmente, a política externa boliviana busca ser o ponto de contato entre os países vizinhos, ser o nexos entre o Pacífico e o Atlântico e utilizar os corredores de exportação e integração energética como instrumentos de integração interna” (Vizentini, 2004:384). Desta forma, a unicidade da Bolívia e a integração da América do Sul colocam-se como duas faces da mesma moeda.

uma malha ferroviária continental, uma ligação rodoviária-fluvial com Paraguai e Uruguai e uma dupla saída para o Atlântico pelos portos de Buenos Aires e Santos. Cf. Segabinazzi (2007:119).

²³⁰ Celso Furtado bem ressalta que “a retomada do desenvolvimento, se um processo endógeno, também requer a criatividade no plano político” (Furtado, 1984:28). Sobre a integração regional, o autor afirma que “os agrupamentos regionais serão essencialmente **um meio visando a ampliar o horizonte de opções dos centros nacionais de decisão** em relação aos centros de influência mundial” (grifos meus) (Furtado, 1975:86).

Conclusão

Este trabalho foi redigido em atenção à possibilidade da existência de um paradigma logístico. Valeu-se da logística nacional como ferramenta analítica, e não como elemento descritivo. Neste sentido, quaisquer que sejam as insuficiências deste trabalho, demonstrou-se que há no paradigma logístico um modelo explicativo coerente do ponto de vista lógico e convalidado empiricamente pela experiência histórica. Caso se tenha realmente atingido este objetivo, o estudo realizou sua missão – propor uma agenda de conteúdo para os Estudos Estratégicos – e seu principal objetivo: demonstrar a logística como categoria analítica válida para relacionar guerra, economia, política, sociedade e instituições.

Como é de praxe em uma conclusão, cumpre refazer abreviadamente a trajetória do trabalho. O ponto de partida foi a formação do território e os ciclos econômicos (os pólos dinâmicos da economia). Daí transitou-se para o processo de verticalização (a intervenção dos meios de pagamento), a competição inter-estatal (a guerra), a Revolução Nacional (interrompida) e o separatismo, elementos que se constituíram nas variáveis essenciais de toda a pesquisa.

O problema da territorialidade da soberania deu lugar ao da guerra. A Bolívia perdeu, sucessivamente, seus centros dinâmicos e mesmo sua ligação com o mundo exterior. Com a Guerra do Pacífico perdeu o salitre; com a Guerra do Acre, a borracha, e, por fim, com a Guerra do Chaco, o quebracho. Igualmente perdeu a saída para o Pacífico; para o Atlântico, através da Amazônia; e, por fim, o acesso pelo Rio Paraguai. Não obstante, no Capítulo 4 enfatizaram-se os caminhos para reverter esta trajetória: a construção de um Estado Logístico Regional e a realização da integração supranacional.

As emancipações políticas se deram em virtude das guerras napoleônicas. Diferentemente do Brasil, que havia importado a estrutura administrativa do Estado lusitano em 1808, os vice-reinados espanhóis não possuíam tal aparato, um sistema tributário ou mesmo um banco central, agência capaz de emitir moedas.

No caso da Bolívia, teve-se de lutar mais de quinze anos para consolidar a independência. O custo visível deste processo foi a declaração de independência da Bolívia que, como se viu no Capítulo I, foi feita a contragosto pelo próprio Bolívar. A união com o Peru era o caminho preferido. Porém, naquele momento, organizar uma administração, em menor ou maior grau, era tarefa prioritária, dado o risco da retomada do Peru pela Espanha. Ainda em 1826, um ano após a criação da Bolívia, o Congresso do Panamá traduziu

claramente esta preocupação, bem como o desejo de Bolívia em obter apoio brasileiro e norte-americano à causa das colônias então independentes.

A solução encontrada foi a Confederação Peruana-Boliviana (1836-39). Apesar da capacidade notável do General Santa Cruz, não foi possível vencer os chilenos aliados com separatistas peruanos. O separatismo, conjugado com agressão externa, mutilaria para sempre o que antes era um projeto viável do país. Doravante, a Bolívia ficaria ligada ao resto do mundo por uma estreita faixa no litoral do Pacífico. Contudo, devido à nova agressão externa, mais uma vez perpetrada pelo Chile, a região rica em salitre que constituía a única saída do país pelo mar foi-lhe subtraída (1883). O país tornou-se continental.

Após a guerra, em 1880, os notáveis do país reuniram-se em uma espécie de assembléia constituinte. Muitos bolivianos acreditam que este é o marco da fundação de seu Estado oligárquico – que de fato jamais chegou a existir. Contudo, o encontro importa para estabelecer as linhas divisórias do país: entre liberais e conservadores, entre o “norte” e o “sul”²³¹ (melhor seria oeste/leste), entre a montanha e a planície, indígenas e crioulos. Estas divisões se conjugaram para produzir a Guerra Civil de 1898-99, na qual a confrontação militar produziu uma situação *sui generis*: enquanto o “norte” desmobilizou seus indígenas, o “sul” obteve a vitória militar apenas para renunciar ao seu próprio programa político. De fato, a Guerra Federal de 1898-1899 produziu um pacto intra-oligárquico mais efetivo que o de 1880. As elites se puseram de acordo acerca da eliminação da propriedade comunitária indígena, o que em muitos casos significava, na prática, a eliminação dos próprios indígenas. Importa recordar que, até aquela data, a principal receita de impostos do estado boliviano era justamente oriunda das terras indígenas.

Insatisfeita com sua “vitória” na Guerra Federal de 1898-1899, a região da atual Meia Lua, liderada por Santa Cruz de la Sierra, acabou por decidir que, se era impossível submeter a montanha, então deviam desvincular-se dela. Após a Guerra do Acre, o hino nacional argentino passou a ser aclamado na região. Sobre este aspecto, o separatismo da Meia-Lua teve uma importância maior do que normalmente se reconhece no que tange à perenidade do sonho argentino de recuperar os antigos territórios pertencentes ao Vice-Reinado do Prata e, ainda além, tornar-se, por esta via, hegemônico na América do Sul.

²³¹ A referência a “sul” é por causa de Arica. Na verdade, abarcava todo o território leste passando por Vila Montes indo até Santa Cruz. A divisão produzida na Guerra Federal de 1898-1899 prefigurou a atualmente denominada “Meia Lua”.

De fato, muito do empenho boliviano na Guerra do Acre – e da obstinação brasileira em devolvê-lo a Bolívia – tinham como pano de fundo a preocupação com a sorte da região da Meia Lua. Tanto o vice-presidente, como posteriormente o presidente da República, chefiaram expedições que visavam conservar o Acre sob soberania boliviana. Mas, então, a ganância da oligarquia falou mais alto. Já em 1867, pelo Tratado de Ayacucho, a elite boliviana havia entregado expressivas porções do território da Bolívia no Amazonas a troco de quase nada. Após receber de volta o Acre dos Brasileiros, que o haviam comprado de Galvez para devolvê-lo a Bolívia, os bolivianos o venderam ao Bolivian Syndicate. Isto fez com que a situação, pacificada em 1902, se convertesse em uma guerra fulminante em que os insurgentes de Plácido de Castro, mais tarde apoiados por forças terrestres e navais do Brasil, eliminassem o enclave. Tratava-se de evitar, a qualquer custo, o risco de uma potência externa à América do Sul intervir nos assuntos do subcontinente. Desta vez, diferentemente do que ocorreu em 1867, os bolivianos foram regiamente indenizados.

Foi também o separatismo latente, muitas vezes nem tanto, que conduziu a Bolívia ao matadouro do Chaco (1932-35). Tudo o que Daniel Salamanca queria era “pisar firme no Chaco”. Entenda-se que o objetivo era assegurar uma presença militar boliviana na região, de modo a impedir a ligação direta com a Argentina que, desde 1904, havia colocado o Paraguai sob sua órbita. Como se procurou demonstrar, os erros de cálculo (políticos e militares) de Salamanca lhe impediram de ver que, o que pensava tratar-se de uma guerra limitada, se tornaria uma guerra local.

Diferentemente do Paraguai, que desde a época colonial empregava seus guaranis nas milícias criadas para conter as entradas e bandeiras do Brasil, os bolivianos em sua Guerra Civil de 1898-1899 tinham formado um pacto implícito para manter a todo custo os indígenas fora da vida nacional. Recusavam-se em empregá-los para vencer a guerra civil; por mais razão ainda Salamanca julgava inadequado decretar a mobilização que teria impedido a derrota da Bolívia na guerra. Impossível saber até onde este mesmo motivo – manter o indígena excluído, pesou na decisão do General Peñaranda em não lançar o III Exército na ofensiva. As elites teriam de conviver, para sempre, com a idéia de que foram os indígenas que recuperaram a posição boliviana do Chaco.

De todo modo, jamais saberemos se a derrota foi premeditada apenas para manter os índios mais uma vez excluídos da vida política nacional. Todavia, a mera especulação demonstra a força que a clivagem étnica assumiu no problema nacional. Importa que a perda do acesso ao Rio Paraguai na porção em que é navegável e na qual se tem acesso diretamente

a partir da Bolívia – as demais vias passam pelo Brasil – condicionou negativamente a possibilidade de criação de uma logística nacional. As elites nunca se refizeram do golpe da guerra. Os Jovens Nacionalistas, comandantes destacados no Chaco, acabaram dirigindo o país até a Revolução de 1952. Importa reconhecer que, em certa medida, prepararam o terreno para sua realização (direitos concedidos a camponeses e mineiros). Contudo, isto não se deu de forma progressiva, linear ou uniforme. Pelo contrário, governos como o de Peñaranda não o fizeram a partir de uma perspectiva nacional-popular, mesmo tomando-se como referência conservadores clássicos como Augustin Morales²³². Pelo contrário, no governo Peñaranda os massacres perpetrados antes contra os camponeses passaram a ser praticados contra os mineiros.

A instrumentalização do Exército para reprimir os mineiros deveu-se ao fato do enclave tornar-se o principal credor do Estado. Foi a frustração com alguns “heróis” do Chaco, como Carlos Quintanilla e Enrique Peñaranda, somada com a derrota de alguns heróis verdadeiros efetivamente comprometidos com reformas, como o caso de German Busch e David Toro, que conduziram à Revolução de 1952. Ela teve um nítido aspecto defensivo, visto que tratou mais de assegurar que o Presidente eleito, Paz Estenssoro, pudesse governar.

Não obstante, a despeito da energia revolucionária, da inconformidade e da ação popular, os controles do patrimônio revelaram-se mais eficientes para conter a Revolução. Ainda assim, finalmente os direitos concedidos aos operários por German Busch, e aos camponeses indígenas por Gualberto Villarroel, foram inscritos na Constituição e, em grande medida, na vida prática. Pela primeira vez foi rompido o paradigma liberal-positivista que queria construir uma Bolívia branca, nos moldes da Inglaterra ou da França e que pensava a Bolívia real a partir deste devir. Foi estabelecido um novo conceito de Estado e de sociedade; a Bolívia passou a ser uma nação multiétnica, formada igualmente por índios, crioulos e mestiços. O movimento camponês se fortaleceu consideravelmente com a criação da Federação Nacional de Camponeses. Contudo, devido à carência crônica de logística nacional e de meios de pagamento, na maior parte dos casos a reforma agrária não se converteu em instrumento para que a agricultura alavancasse o comércio e subsidiasse algum tipo de industrialização.

Deste modo, como referido, a Revolução Nacional transitou entre a competição das novas elites políticas, oriundas das classes médias que procuravam emponderar-se dirigindo

²³² Conservador destacado que devolveu aos indígenas as terras comunitárias que lhes haviam sido tomadas pelos liberais e latifundiários.

operários e camponeses, e as elites tradicionais que acabaram unificando-se (Concordância) e tinham no patrimônio (e em meios de pagamento próprios) seus principais instrumentos e recursos de poder.

Como a Revolução Nacional se deu no contexto da Guerra Fria, a disputa acabou transferindo-se para o interior do Estado. Depois do movimento inicial, em direção aos camponeses, os militares passam a oscilar entre aqueles pólos que constituíam as disputas históricas no interior da sociedade boliviana. A cada novo governo militar se repunha o conflito, seja entre liberais e conservadores, seja entre as elites tradicionais, os nacionalistas e a esquerda. É justamente este diferencial do Exército boliviano, adquirido pelo hábito de arbitrar os conflitos sociais, que lhe empresta caráter heterogêneo se comparado aos seus congêneres sul-americanos. Impossibilitado de desenvolver o país, o Exército acabou por introjetar os conflitos existentes na sociedade sem que se saiba ao certo se de fato será capaz de digeri-los.

De qualquer modo, no que diz respeito à Revolução Nacional, é preciso reconhecer que ela fracassou no propósito de obter cidadania e soberania. Contudo, o que há de bom nos fracassos é que eles não são para sempre. O movimento social se fortaleceu consideravelmente no curso da luta democrática. O MNR paulatinamente foi desaparecendo e cedendo lugar à oposição de esquerda, que acabou por tomar o lugar do campo democrático e nacional. Como referido, as metas programáticas maiores pouco importam, a esquerda boliviana toma para si o aprendizado do MNR e percebe que a chave de sua legitimação reside na realização de reformas sustentáveis. É isto que permite o ineditismo – e a Bolívia possui muitos – de que uma esquerda trotskista dirija um movimento democrático camponês e nacional. Contudo, dificilmente teria se alterado a correlação de forças adversa ao movimento social e nacional boliviano, se em seu socorro não viesse um aliado improvável: a globalização.

Na ordem (ou desordem) estabelecida após a queda do Muro de Berlim (1989) e o colapso da URSS (1991) não era mais possível governar por meio de ditaduras ou massacres. Além disso, a realidade de regionalização, engendrada pela própria globalização, teve seu papel. A Bolívia tornou-se membro associado ao Mercosul. Este, por sua vez, estabeleceu a “cláusula democrática”, segundo a qual os Estados-Membros teriam de observar o Estado democrático de direito. Tudo isto deu um novo ânimo para o movimento popular boliviano, a esta altura vivendo um dos momentos mais complexos de sua dramática trajetória. Os *cocaleros* eram, e ainda são, freqüentemente, confundidos com os cartéis da droga. Além de

ser objeto de uso tradicional desde os tempos dos Incas, a coca era um dos poucos produtos capazes de ativar uma agricultura pobre em termos de escala, solo e tecnologia. Deste modo, o movimento camponês e indígena fundiu-se com o movimento democrático, na luta pela participação política e pelo combate à corrupção. Os bolivianos acreditam, em termos muito próximos aos dos pais fundadores da América do Norte, que apenas governos locais permitirão o controle da máquina pública pelos cidadãos. Contudo, ao mesmo tempo ocorre a “rebelião dos ricos”, e o separatismo em Santa Cruz ameaça o próprio Estado Boliviano. Ele refaz as fronteiras básicas da Guerra Civil de 1888-1889. Denomina a região como “Meia Lua” e propõe-se a criar a “Nação-camba”.

Neste sentido, a vitória de Evo Morales nas eleições de 2005 pode ter um significado transcendente e redentor para a Bolívia. Em um país cujos levantes indígenas datam da década de 1780, e no qual os massacres de indígenas (camponeses ou operários) tornaram-se uma rotina recorrente e trágica, ter um presidente indígena pode significar o fim desse ciclo perverso.

Naturalmente, isto dependerá das bases com as quais a maioria for capaz de governar a minoria. Mais do que um conceito de Estado e sociedade, a Constituição boliviana traduz uma nova filosofia política, um novo paradigma. Nesse sentido, retoma-se a perspectiva do pensador boliviano Tamayo, para quem, diferentemente dos positivistas, a mestiçagem boliviana e seu caráter multiétnico e pluricultural eram, justamente, as chaves para o êxito do país, e não a causa de seu atraso, como faziam crer os racistas. Tamayo acreditava que, tendo o talento indígena como base, aliado à racionalidade das técnicas de administração e produção dos europeus, a Bolívia poderia criar para si um caminho próprio. É justamente esse propósito, realizado na Constituição Boliviana, que causa estranheza a uma primeira leitura da Carta. Trata-se de fundar um novo projeto de país, encontrando lugar para os Aymará e os Quechua em pé de igualdade com os demais cidadãos. Mais que isto, interligar as velhas técnicas de trabalho comunitário à emergência de um Terceiro Setor contemporâneo, transformando a própria Bolívia em um experimento de gestão social.

Para que isto possa ocorrer, importa não apenas a captação de Investimentos Externos Diretos para infra-estrutura e o bom aproveitamento da receita do gás e do lítio. Conta também a otimização das Forças Armadas na criação de uma economia de defesa. Trata-se de engendrar uma relação solidária e íntima entre Exército e povo – diferentemente da relação clientelística dos anos 1950 e 1960. É preciso perceber que as Forças Armadas, o Exército em particular, serão o único núcleo duro do Estado. O único elemento de unidade nesta nova

Bolívia, perpassada por clivagens étnicas, agora finalmente reconhecidas e admitidas, eivada de pluralismos e autonomia. Sem este componente de verticalização, que se aproxima do povo através da economia de defesa e, nesse sentido, também se horizontaliza, será difícil manter a unidade do país. Como já afirmava Clausewitz, é na trindade Estado, Forças Armadas e povo, que repousa a força de um país.

Importa também que o Brasil dê sinais inequívocos de que não pretende aceitar o separatismo e que demonstre a posição brasileira como um posicionamento de Estado, e não apenas de Governo. Importa que o Brasil tenha, e faça saber que tem, planos de contingência para dar assistência ao Exército Boliviano em caso de necessidade e também para o caso deste fracionar-se. Que o Brasil pode estabelecer, isoladamente, ou em conjunto com os países da Unasul, uma força expedicionária para o estabelecimento de paz.

De todo modo, importa a preparação militar real do Brasil, cuja importância pode ser verificada nos Decretos 6011 (acordo Brasil-França) e 6592 (SINAMOB). O país deve ter condições para manter e abastecer por aerotransporte o efetivo mínimo de uma Brigada (dez mil homens). Ademais, deve-se ter em mente as lições da Guerra do Chaco. Nenhuma guerra é “limitada” pelas intenções de quem a trava. Apenas a superabundância de força e a capacidade de escalar podem assegurar que ela de fato o seja.

O paradigma que deve orientar a preparação militar brasileira deve ser o da guerra local. Deve-se ter em mente a capacidade de valer-se de toda sua logística nacional para definir uma situação de crise militar em qualquer ponto do coração da América do Sul. Por fim, cumpre salientar que a Amazônia só pode ter uma defesa minimamente efetiva a partir dos Andes. Portanto, para além de quimeras românticas de uma intensa luta guerrilheira – fadada a fracassar pela exaustão, fricção e atrito – há que se pensar uma logística apta a dar suporte a operações de grandes unidades no teatro de operações da Amazônia.

Procurou-se, no curso do trabalho, demonstrar o quanto a cadeia de suprimentos é relevante quando se examinou a Guerra do Chaco. Uma guerra na Amazônia, por óbvio, teria dificuldades adicionais, mas não um número menor de óbices. Isto coloca a defesa, seja da Amazônia Verde, como da própria Amazônia Azul, de modo a necessitar de uma retaguarda em profundidade com embasamentos defensivos aptos a dar suporte à defesa avançada do território brasileiro.

Importa também entender que a globalização e a integração tiveram efeito material sobre as capacidades bolivianas. É graças ao processo de integração que instituições

multilaterais financiam auto-estradas, o corredor bioceânico²³³ e a hidrovia Paraná-Paraguai, os quais dotarão a Bolívia de uma estrutura de transporte e a tornarão um eixo central, e decisivo, para o acesso brasileiro, sobretudo de seu agronegócio, à economia do Pacífico, que será o centro do capitalismo no Século XXI.

Estas diversas ligações ao exterior, que cortam a Bolívia de norte a sul e leste a oeste, tem um papel sinérgico relevante para desfazer as tensões separatistas e regular as bases do exercício da autonomia tendo como critério o próprio acesso aos mercados locais, regionais e até mundiais. Portanto, a globalização e a integração regional dotaram a Bolívia do que ela não possuía: meios de pagamento. Além disso, estes fenômenos externos serviram para robustecer o campo democrático interno, a unicidade territorial e a própria criação da infraestrutura física. Importa que à infra-estrutura de transportes, siga a de energia e de produção. Mais uma vez, a cooperação brasileira-boliviana adquire relevo. Neste ponto, importa pensar em um acordo militar Brasil-Bolívia e seus fundamentos; baseados na interoperatividade, no uso compartilhado de tecnologias e sistemas, na transferência de tecnologia e, sobretudo, na criação de empresas de economia mista, aptas a produzir localmente os componentes eletrônicos que fazem do custeio o pesadelo de qualquer Força Armada²³⁴.

Há, portanto, um potencial de oportunidades que a Bolívia jamais teve no curso de toda sua história. Possui condições de criar uma logística nacional, dotar-se de meios de pagamento – financiamento externo e receita do lítio – e, ainda, desenvolver a produção local e uma sociedade industrial e de serviços. Os desafios são consideráveis.

A despeito de removidas as causas econômicas, o separatismo permanecerá com força residual considerável. Daí a atenção que tem recebido das autoridades bolivianas, à qual deve ser dedicada também por seus parceiros da Unasul. Existe a possibilidade concreta da Bolívia tornar-se, quer por sua localização, quer pela criação da infra-estrutura ora em curso – rodovias, portos, ferrovias, corredor bioceânico e ligação Paraná-Paraguai – na pedra angular do processo de integração. Existe a possibilidade de, nascida de um mosaico (Morales, 2006:19), a Bolívia tornar-se “fator de integração” (idem, 25), visto que sempre foi “um centro de irradiação em todas as etapas históricas” (ibidem) e é a “chave indispensável de qualquer estratégia política que se desenvolva na região” (idem, 16).

²³³ O Corredor bioceânico irá de Santos a Iquique e Arica, no Chile, tendo como centro a Bolívia. Planeja-se que fique pronto ao final de 2011.

²³⁴ Como se observa, trata-se de um acordo muito mais profundo do que as atuais parcerias na área de defesa, como, por exemplo aquela assinada em 2006 pelos ministros da Defesa Waldir Pires e Walker San Miguel. Naquela ocasião, o entendimento bilateral, embora positivo, foi bastante limitado. Previu, por exemplo, o intercâmbio de conhecimentos e técnicas do setor e a promoção de exercícios conjuntos e de instrução militar.

Tal como no mito bíblico da pedra angular, rejeitada pelos construtores do templo, a sociedade rejeitada por todos – por sua mestiçagem, por seu caráter heterogêneo, por suas diferenças aparentemente irreconciliáveis – transforma-se no alicerce de um novo tipo de síntese: entre os ideais de liberdade, oriundos da democracia anglo-saxônica, e de igualdade, oriundos do socialismo real – presididos ambos pelos ideais de justiça e dignidade. Cria-se, deste modo, um novo tipo de formação social na América do Sul: democrática (representativa e participativa), com economia regulada pelo mercado, mas com existência de um sólido Terceiro Setor, com garantias à propriedade privada (segurança jurídica) e com Estados fisicamente fortes (economia de defesa).

Nesta perspectiva otimista – porém não irreal – a Bolívia pode deixar de ser o elo frágil para converter-se no esteio e no suporte de toda a União de Nações Sul-Americanas.

5 – Referências Bibliográficas

1) Fontes Primárias

BALLIVIÁN, Salvador Romero (org) (2007). “Atlas Electoral Latinoamericano”. *Corte Nacional Electoral*. Bolivia.

BOLIVIA (2007). Ministério de Planificación del Desarrollo. Decreto Supremo 29272 – Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien. Lineamientos Estratégicos 2006-2011. Gaceta Oficial de Bolivia, 2007.

BOLIVIA (2009). Constitución Política del Estado. Asamblea Constituyente, Honorable Congreso Nacional, Texto aprovado en El Referéndum Constituyente de Enero de 2009, Versión Oficial.

BRASIL (2006). Decreto Legislativo N. 410, de 2006.

BRASIL (2007). Decreto N. 6.011, de 5 de janeiro de 2007. Diário Oficial da União. 5 de fevereiro de 2007.

BRASIL (2007b). Lei No 11.631, de 27 de dezembro de 2007. Diário Oficial da União. 28 de dezembro de 2007.

BRASIL (2008). Estratégia Nacional de Defesa. EM Interministerial nº 00437/MD/SAE-PR.

BRASIL (2008b). Decreto N. 6.592, de 2 de outubro de 2008. Diário Oficial da União. 3 de outubro de 2008.

DoD (1988). *Dictionary of military terms: The joint chiefs of staff*. New York: Arco Publishing.

Federação Internacional de Direitos Humanos (2008). “Bolívia El Comité Cívico pro Santa Cruz, actor y promotor de la violencia y del racismo en Bolivia”. (http://www.fidh.org/IMG/article_PDF/article_5199.pdf ; última visita:14/04/2009).

GÓES MONTEIRO, Pedro Aurélio de. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo General-de-divisão Pedro Aurélio de Góes Monteiro, Ministro de Estado da Guerra, maio de 1934.

India (2004). “Indian Army Doctrine”. Headquarters Army Training Command: India. (http://indianarmy.nic.in/indar_doctrine.htm ; última visita em 23/07/2006)

Instituto Nacional de Estadística (INE) (2003). “Censo” (<http://www.ine.gov.bo/indice/visualizador.aspx?ah=PC20501.HTM>; última visita: 29/07/2009).

Instituto Nacional de Estadística (2008) (www.ine.gov.bo/default.aspx ; última visita em 26/12/2008)

Corte Nacional Electoral (2008). (<http://www.cne.org.bo/> ; última visita em 26/12/2008)

International Energy Agency (IEA) (2006). “World Energy Outlook 2006”. (<http://www.worldenergyoutlook.org/2006.asp> ; última visita: 29/07/2009).

MORALES, Evo (2006). “Bolívia: fator de integração”. *Revista Diplomacia, Estratégia e Política*, Brasília, n.4, p.22-24, abr./jun.

Nação Camba (2010). (<http://www.nacioncamba.net/index2.htm>; última visita em 02/02/2010)

Nación Camba (s/d **a**). “Los Querembas” (http://www.nacioncamba.net/documentos/los_querembas.htm; última visita: 29/07/2009).

Nación Camba (s/d **b**). “Las Brigadas Juveniles” (http://www.nacioncamba.net/documentos/los_querembas.htm; última visita: 29/07/2009).

Unasul (2008) “Nota nº 700” - Cúpula Extraordinária da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) – Costa do Saúpe, Bahia, 16 de dezembro de 2008 – Declaração e Decisões. 16/12/2008. Disponível em (http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalle3.asp?ID_RELEASE=6132; última visita em 01/02/2010)

Santa Cruz (2007). *Estatuto del Departamento Autónomo de Santa Cruz*. Santa Cruz de la Sierra, 15 de dezembro de 2007.

2) Demais Referências

ALMARAZ, Sergio (1967). *Petróleo en Bolívia*. La Paz: Juventud.

ALMEIDA, Paulo Roberto de (2006). “O contexto geopolítico da América do Sul: visão estratégica da integração”. *Meridiano 47* (UnB), v. 76, p. 15-23.

AMORIM NETO, Octavio (2007). “A Política Externa Brasileira: Novos Dilemas Geopolíticos e sua Falta de Condicionamentos Domésticos”. *Análise de Conjuntura OPISA*, n.3, mar.

ASSIES, Willem (2006). “La Media Luna sobre Bolivia: Nación, Región, Etnia y Clase Social”. *América Latina Hoy*, vol.43, pp.87-105. Universidad de Salamanca. Salamanca, España.

ALVARADO, Julio G (2004). “Las Negociaciones Comerciales de Bolívia con la Unión Europea, en el Alca y con Mercosur”. In: Heloisa Vilhena Araujo. (Org.) *Os países da Comunidade Andina*. Brasília: IPRI/FUNAG, pp. 387-415.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira (2007). *A revolução boliviana*. São Paulo: Editora Unesp.

ARENDRT, Hannah (2007). *Origens do totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras.

ARON, Raymond (1986). *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: UNB, 2 ed.

- ARRIGHI, Giovanni (1996). *O longo século XX*. São Paulo: Editora UNESP.
- ARRIGHI, Giovanni (1997). *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- BANDEIRA, L.A Moniz (1998). “A Guerra do Chaco”. *Rev.bras.pol.int.* Vol.41, n.1, Brasília.
- BANDEIRA, L.A Moniz (2003). *Brasil, Argentina e Estados Unidos. Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*. Rio de Janeiro, Revan.
- BANDEIRA, L.A Moniz. (2007). “A balcanização da Bolívia: Estimulada por identidade e economia, região da meia-lua avança para a secessão”. Folha de São Paulo, 15 de Julho.
- BANDEIRA, P. S. (1993). “A Ressurreição do separatismo no Brasil”. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 20, No 4, p. 206-215.
- BARRIENTOS, Bernardo Corro (2008). “Bolivia: Contra la élite intelectual cruceña: Una crítica a la interpretación que los intelectuales cruceños hacen de la economía y los valores predominantes de su Departamento”. *Nueva Mayoria* (http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=505&Itemid=50; última visita 29/07/2009)
- BARTOLOMÉ, Mariano (2010). “La Seguridad y Defensa en Bolivia, y los cambios que impulsa Evo Morales”. *Mundo-RI* (<http://www.mundori.com.br/web/imprimir.asp?paNumero=1707>; última visita em 01/03/2010).
- BETHELL, Leslie (1992). *Historia de América Latina*. Barcelona: Crítica.
- BEYHAUT, Gustavo & BEYHAUT, Hélène (1995). *América latina III: De la independencia a la segunda guerra mundial*. 5.ed. México: História Universal Siglo XXI.
- Bolívia Opina. Transcrição da entrevista de Eduardo Rózsa-Flores pelo jornalista Andrés Kepes. (<http://www.bolivia-opina.blogspot.com/> última visita: 29/07/2009).
- BONILLA, Heraclio (2008). “Peru and Bolivia from Independence to the War of the Pacific”. In: Leslie Bethell (ed.) *The Cambridge History of Latin America - Volume III From Independence to c. 1870*. Cambridge & New York & Port Chester & Melbourne & Sydney: Cambridge Histories Online - Cambridge University Press.
- BOWYER, Richard (2004). *Campaign: Dictionary of Military Terms*. Oxford, Macmillan Education.
- BRACCO, Jeffrey A (2008). “Fire Support For Irregular Warfare”. Tese apresentada na Naval Postgraduate School. Monterey, Califórnia.
- BRADBURY, J (2003). “Accountability”. In I. Mclean & A. Mcmillan. *The Concise Oxford Dictionary of Politics*, 2nd edition, Oxford: OUP.

BRAUDEL, Fernand (1977). *Afterthoughts on Material Civilization and Capitalism*. Baltimore, MD: John Hopkins University Press.

BRAUDEL, Fernand. (1996). *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes.

BUFFINGTON, Robert & CAIMARI, Lila (2009). *Keen's Latin American Civilization: History and Society, 1492 to the Present*. Philadelphia, Westview Press, 9a Edição.

CABRAL, Severino (2004). *Brasil Megaestado: nova ordem mundial multipolar*. Rio de Janeiro: Contraponto.

CÂMARA, Marcelo Argenta (2007). “Bolívia: de 1952 ao Século XXI – Processos Sociais, Transformações Políticas”. in: FUNAG. (Org.). *Prêmio América do Sul 2006*. Brasília: FUNAG, 1 ed. , p. 65-104.

CÂMARA, M. A.; HEIDRICH, A. L (2006). “Identidades socioterritoriais na Bolívia: o território e as identidades na gênese das estratégias de luta dos novos movimentos sociais bolivianos.”. Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina. (<http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundogepal/marcelo%20argenta%20c%C3%A2mara%20&%20%C3%A1lv%20luiz%20heidrich.pdf>; última visita 29/07/2009)

CARDOSO, Ciro e BRIGNOLI, Hector Perez (1984). *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 2ª edição.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo (1977). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 4.ed.

CARR, Edward (1980). *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Ed UnB.

CARRA, M (2008). “Petróleo e Integração Energética da América do Sul”. In: Marco Aurélio Chaves Cepik. (Org.). *América do Sul: Economia e Política da Integração Regional*. Porto Alegre: UFRGS, p. 95-118.

CARRA, Marcos (2008b). “A Importância da Petrobras nas Relações Bolívia-Brasil (1996-2007)” Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UFRGS.

CARVALHO, Afonso de (1995). *Rio Branco: Sua vida Sua Obra*. Rio de Janeiro, Bibliex.

CARVALHO, Delgado de (1959). *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

CASTRO, Therezinha de (1992). *Nossa América - Geopolítica Comparada*. Rio de Janeiro, IBGE.

CARVALHO, José Murilo de (1991). “A Utopia de Oliveira Viana”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 82-99

CEPIK, Marco (2005). “Segurança na América do Sul: traços estruturais e conjuntura”. *Análise de Conjuntura OPISA*, nº9, agosto de 2005, pp. 1-11.

CEPIK, Marco & CARRA, Marcos (2006). “Nacionalização Boliviana e Desafios da América do Sul”. *Análise de Conjuntura OPISA*, n.4, abril.

CEPIK, Marco (2008). “A Crise Andina e o Futuro da Unasul”. *Análise de Conjuntura OPISA*, nº4, abril, pp. 1-14

CEPIK, Marco (2008b). “Segurança Regional e Integração na América do Sul: O que a UNASUL poderia aprender das experiências da OSCE e da Organização para Cooperação de Shanghai?”, Segunda Conferência Global de Estudos Internacionais, Ljubljana, Slovenia, de 23 a 26 de Julho.

CEPIK, Marco (Org.) (2008c). *América do Sul: Economia e Política da Integração Regional*. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS.

CEPIK, Marco ; BONILLA, Adrián (2005). “Seguridad andino-brasileña: conceptos, actores y debates”. in: M.Cepik & Socorro Ramírez (eds). *Agenda de Seguridad Andino-Brasileña: primeras aproximaciones*. Bogotá, FESCOL/IEPRI, pp. 37-94.

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo (2002). *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: UNB. 2.ed.

CERVO, Amado Luiz (2007). *Relações Internacionais da América Latina – Velhos e Novos Paradigmas*. São Paulo: Saraiva.

CERVO, Amado Luiz (2008). *Inserção Internacional: Formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva.

CHIAVENATO, Júlio José (1979). *A guerra do Chaco (leia-se petróleo)*. São Paulo: ed. Brasiliense.

CLANCY, Tom & GRESHAM, John (2004). *Fighter Wing*. New York: Barkley Books.

CLAUSEWITZ, Carl Von (2003). *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes.

CORUM, James S (2003). “O Poder Aéreo na Guerra do Chaco”. *Air Space Power Journal* (ASPJ) - em Português, 1º Trimestre.

COSTA, Darc Antonio da Luz (2003). *Estratégia Nacional: A cooperação sul-americana como caminho para a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Aristeu Souza.

COSTA, Sylvio (2006). “Bancada ruralista mantém força”. Congresso em Foco, (<http://congressoemfoco.ig.com.br/Noticia.aspx?id=10691>; última visita 01/09/2008).

COUTINHO, Marcelo (2006). “Democracias Andinas: chegando tarde à festa?”. *Dados*, vol.49, n.4.

- COUTINHO, Marcelo (2008). *Crises Institucionais e Mudança Política na América do Sul*. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições.
- COUTINHO, Marcelo (2008b). “Entrevista: Inclusão política traz estabilização”. *Jornal do Brasil*. 28 de Setembro.
- COX, Robert (1981). “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”. *Millennium: Journal of International Studies*, pp.126-155.
- CUNHA, A. M (2004). “Reflexões sobre a crise boliviana”. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, RS, v. 32, n. 3, p. 05-29.
- CUNHA FILHO, Clayton M. (2008). “O ano da virada de Evo Morales?” *Observador On-Line*, v.3, n.12, dez.
- CUNHA FILHO, Clayton M (2009) ; SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo. “Perspectivas e Limitações do Plano Nacional de Desenvolvimento boliviano”. *Observador on-line*, v. 4, p. 2-24.
- DAHL, Robert (1997). *Poliarquia*. São Paulo: Edusp.
- DOMINGUES, José M (2008). “A Bolívia às vésperas do futuro”. *Análise de Conjuntura OPISA*, n.9, setembro.
- DOMINGUES, José M; GUIMARÃES, C (2007). “As reformas bolivianas e o contexto sul americano atual”. *Análise de Conjuntura OPISA*, v. 5, p. 1-14.
- DORATIOTO, Francisco (2002). *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras.
- DULLIUS, Gustavo (2008). “Gastos Militares na América do Sul: Venezuela e Chile (1998-2008)” Monografia de Conclusão do Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- DUNNIGAN, James F (2003). *How To Make War: A Comprehensive Guide To Modern Warfare in The 21st Century*. New York, Quill, Fourth Edition.
- ENGLISH, Adrian J (2007). *The Green Hell: A concise History of the Chaco War Between Bolivia and Paraguay 1932-35*. Gloucestershire: Spellmount Ltd.
- ESPINOZZA, Daniela M (2009). “Bolivia: El Gobierno busca revolucionar el sistema de defensa. Entrevista ao Ministro da Defesa, Wálker San Miguel”. (http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=2060&Itemid=79; última visita em 07/03/2010)
- ESTRADA, Baldomero (2000). “Imigração Européia no Chile (1880-1920)”. In Fausto, Boris. (org). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP.
- FAORO, Raimundo (2001). *Os Donos do Poder*. São Paulo, Ed. Globo, 3ª edição.

- FARCAU, Bruce W (1996). *The Chaco War: Bolivia and Paraguay, 1932-1935*. Westport: Praeger Publishers.
- FAUSTO, Boris (2006). *Getulio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FONSECA, P. C. D. (2003). “Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930”. *Revista de Economia Política*, São Paulo, SP, v. 23, p. 133-148.
- FURTADO, Celso (1975). *A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- FURTADO, Celso (1984). *Cultura e Desenvolvimento em época de Crise*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FURTADO, Celso (2003). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 32ª ed.
- GARCÍA, Ismael Muñoz (s/d). “Ser separatista no es delito”. Nación Camba, (<http://www.nacioncamba.net/articulos/separatista.htm>; última visita 30/07/2009).
- GASPARI, Elio (2003). *A ditadura derrotada. O sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GÓES MONTEIRO, Pedro Aurélio de (1932). *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores.
- GOODSPEED, D. J (1968). *Ludendorff*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Ed. Saga.
- GRIFFITHS, Martin (2005). *50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais*. São Paulo: Contexto.
- GUÁQUETA, A (2004). “Tendências Actuales y retos para el prohibicionismo em la región andina y Brasil”. in: M.Cepik & Socorro Ramírez (eds). *Agenda de Seguridad Andino-Brasileña: primeras aproximaciones*. Bogotá, FESCOL/IEPRI, pp. 365-390.
- GUARDIA, Nino Gandarilla (s/d). “Avatares, 400 Años de Lucha Autonomista Cruceña”. Nación Camba, (<http://www.nacioncamba.net/tesis/NINO/400.html> ; última visita 30/07/2009).
- GUARDIA, Nino Gandarilla (2003). “400 años de lucha autonomista cruceña.” (<http://www.constituyentesoberana.org/autonomiasdepartamentales/ideasycontraideas/400%20anos%20de%20lucha%20de%20autonomia%20cruceña.pdf> ; última visita em 25/02/2010).
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (2005). *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- GUIMARÃES, Samuel P (2007). “O Mundo Multipolar e a Integração Sul-Americana”. *FUNCEB*: (<http://www.funceb.org.ar/pensamiento/mundomultipolar.pdf>; última visita: 04/09/2009).

- GUIMARÃES, C.; DOMINGUES, J.M.; MANEIRO, M (2005). “Bolívia – A História sem Fim”. *Análise de Conjuntura OPISA*, n.5, abr. •
- HAGEDORN, Dan (2006). *Latin American Air Wars and Aircraft 1912-1969*. Crowborough: Hikoki Publications.
- HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame (1998). *Globalização em Questão*. Petrópolis: Vozes.
- HOBSBAWM, Eric J (1991). *Nações e nacionalismos desde 1870*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOBSBAWM, Eric J. (1995). *Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOCHMAN, Gilberto (2007). “História e Políticas” (Dossiê Métodos e explicações da política - para onde nos levam os caminhos recentes?). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 64, p. 153-156.
- HOFMEISTER, Wilhelm (2004). “Bolívia: a construção da democracia e a evolução do processo político”. In: Heloisa Vilhena Araujo. (Org.) *Os países da Comunidade Andina*. Brasília: IPRI/FUNAG, pp. 269-315.
- HUGHES, Matthew (2005). “Logistics and the Chaco War: Bolivia versus Paraguay, 1932–1935”. *The Journal of Military History*, 69, April, pp. 411–37. Society for Military History
- HUNTINGTON, Samuel P. (1975). *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Rio de Janeiro, Editora Forense-Universitária; São Paulo, Editora da USP
- HUNTINGTON, Samuel P (1998). *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: BIBLIEX.
- International Institute For Strategic Studies (IISS) (2006). *The Military Balance 2007*. Londres: Routledge.
- ISAACSON, Jeffrey A.; LAYNE, Christopher; ARQUILLA, John (1999). *Predicting military innovation*. Santa Monica & Washington, Rand Corporation.
- JACKSON, Robert (2007). *Tanks And Armored Fighting Vehicles*. Londres: Parragon Publishing.
- JANE’s (2008). “Country profile: Bolivia”. Londres: Jane’s Information Group.
- JAQUETTE, Jane (2009). “Uma Visão da Bolívia”. *Revista Política Externa*, v.18, n.3, Dez-2009/Jan-Fev/2010.
- JOFFILY, Bernardo (1998). *Atlas Histórico Istoé Brasil*. São Paulo: Editora Três.
- JOHNSON, Robert Craig (1996). “The Gran Chaco War: Fighting for Mirages in the Foothills of the Andes” (<http://worldatwar.net/chandelle/v1/v1n3/chaco.html>); última visita 02/02/2010).

KENNEDY, Paul (1988). *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Campus, 4ª edição.

KEOHANE, Robert & MARTIN, Lisa L (2003). “Institutional Theory as a Research Program”. In. Miriam Elman & Colin Elman. *Progress in International Relations: Appraising the Field*. Cambridge, MA: MIT Press.

KLEIN, Herbert S (1982). *Bolivia: The Evolution of a Multi-Ethnic Society*. New York & Oxford: Oxford University Press.

KRAUSE, Troy P (1999). “Countering North Korean Special Purpose Forces”. Maxwell Air Force Base, Alabama. (<https://research.au.af.mil/papers/ay1999/acsc/99-102.pdf> , última visita em 02/08/2006).

KUMMETZ, Pablo (2009). “Reservas de lítio beneficiam Bolívia na corrida pelo carro elétrico” (http://www.dw-world.de/popups/popup_printcontent/0,,4435720,00.html; última visita 12/12/2009).

LAKATOS, Imre (1998). *História da ciência e suas reconstruções racionais*. Lisboa: Edições 70.

LYNCH, John (2008). “The origins of Spanish American Independence”. In: Leslie Bethell (ed.) *The Cambridge History of Latin America - Volume III From Independence to c. 1870*. Cambridge & New York & Port Chester & Melbourne & Sydney: Cambridge Histories Online - Cambridge University Press.

LOPEZ, Luiz Roberto (1986). *História da América Latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

MACARTHY MOREIRA, Earle D. (1977). *Espanha e Brasil: Problemas de Relacionamento 1822-1834*. Porto Alegre.

MAGESTE, Paula. “Exército da Borracha (2004)”. *Revista Época*, 26 de março. Edição 306.

MAHONEY, J. (2000). “Path dependence in historical sociology”. *Theory and Society*, 29: pp.507-548.

MAIA, Luís Antônio Castagna (2009). “O Que o Petróleo do Pré-Sal Tem a Ver com Você?” (http://blogln.ning.com/profiles/blogs/o-que-o-petroleo-do-presal-tem_09/03/2010; última visita em 09/03/2010).

MALAMUD, C. & ENCINA, C (2008). “Potenciales focos de conflicto bélico en América del Sur (II): ¿puede la situación en Bolivia disparar un conflicto bélico regional?” *Análisis del Real Instituto Elcano* (ARI), Nº 45/2008.

MANTOVANI, Maria da Graça Hahn (2006). “Tribunal Sul-Americano: Uma Concepção Cibernética de Integração”. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Mestrado em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

MARES, David. (2001). *Violent Peace: Militarized Interstate Bargaining in Latin America*. New York, Columbia University Press.

MARTINS, José Miguel Q. (2008). “Digitalização e Guerra Local: Como Fatores do Equilíbrio Internacional”. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Política, UFRGS.

MARTINS, José Miguel Q. (2009). “Estado, Integração Regional e Exército de Cidadãos nos Países do BRIC: um estudo à luz de Maquiavel e Montesquieu” (no prelo).

McNEILLY, Marc (2002). *Sun Tzu e A Arte da Guerra Moderna*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record.

MCNERNEY, Michael (2004). “Inovação militar em época de conflitos: Será demasiadamente arriscado?” *Air Space Power Journal (ASPJ)* - em Português, 4º Trimestre.

MEARSHEIMER, John J (2002). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: WW Norton.

MEDEIROS, Vera B. Alarcón (2006). “Incompreensível Colosso - a Amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850). Tese de Doutorado em Ciências Humanas e Sociais - Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona”.

MELLO, Celso D. de Albuquerque (2004). *Curso de Direito Internacional Público*. Vols. 1 e 2. São Paulo: Renovar, 15ª edição.

MITRE, Antonio (2008). *Nosotros que nos queremos tanto. Estado, modernización y separatismo: una interpretación del proceso boliviano*. Santa Cruz de la Sierra 1. ed.: El País, v. 1.

MONSMA, Karl (1996). “Apresentação: Charles Tilly, a sociologia histórica e a formação do Estado nacional”. In Charles Tilly. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: EDUSP, pp. 13-36.

MOORE, Barrington (1983). *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo, Martins Fontes.

MOSCARDO, Jerônimo. Fala do Presidente da FUNAG durante a III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, em 8 e 9 de dezembro de 2008. Realização: Subsecretaria-Geral de Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores. (Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=-fj7kHyuD4Y>, canal oficial do MRE do Brasil no Youtube, último acesso em 09/06/2009).

MRE (s/d). “Chile – Cronologia Histórica”. (http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2110; última visita em 16/02/2010)

MÜLLER, Gustavo G (2009). “Parceria Estratégica Brasil-França - Perspectivas para o Desenvolvimento de Blindados”. Monografia de Conclusão do Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

NISBET, Robert (1973). *Os Filósofos Sociais*. Brasiliense: UnB.

NOGUEIRA, João P. & MESSARI, Nizar (2005). *Teoria das Relações Internacionais – Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.

NYE, Joseph S. Jr (1993). *Understanding international conflicts : an introduction to theory and history*. New York: HarperCollins.

Observatório Político Sul-Americano (OPSA). (Iuperj) (http://observatorio.iuperj.br/pdfs/9_monitoreleitoral_Monitor_Eleitoral_05.pdf; última visita: 29/07/2009).

Observatório Político Sul-Americano (OPSA) (Iuperj) (2006). “Informe Semestral sobre estabilidade y violencia política en América del Sur”, número 1, 1º Semestre.

Observatório Político Sul-Americano (OPSA) (Iuperj) (2006b). “Informe Semestral sobre estabilidade y violencia política en América del Sur”, número 2, 2º Semestre.

Observatório Político Sul-Americano (OPSA) (2006c).

OLIVEIRA, José Maria do Amaral (2009). “A Marinha Imperial e a Integração Nacional”. in Sonia do Amaral (Org.). *O Brasil Como Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

OLIVEIRA, Odete M. de (1996). *Integração Nuclear Brasil-Argentina – Uma estratégia Compartilhada*. Florianópolis: Editora da UFSC.

OSACAR, Ignacio (2005) “Las Fuerzas Armadas que recibe Evo Morales”. *Nueva Mayoria*, (www.defesa.ufjf.br/arq/Art259htm.htm; última visita: 18/11/2007).

OTTINO, Carlo Leopoldo (1998). “Separatismo”. in: N. Bobbio & N. Matteucci & G. Pasquino (eds). *Dicionário de política*. Brasília: 11ª. ed Edunb., v. 1 e 2.

PALM, Paulo Roberto (2009). *A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

PAULO NETO, Flavio Jose Regis (2007). “Marcos da aproximação energética entre o Brasil e a Bolívia: 1930-1990”. Dissertação de Mestrado, Instituto de Relações Internacionais, UnB.

PEIXOTO, Antonio Carlos (2008). “Entrevista: Crise boliviana pede debate sobre limites do poder da maioria”, Observatório da Imprensa, (<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=503JDB008>, última visita em 04/01/2010).

PIERCE, Terry C. (2004). *Warfighting and Disruptive Technologies – Disguising innovation*. Londres & Nova Iorque: Frank Cass.

PIERSON, P. (2004). *Politics in time: history, institutions, and social analysis*. Princeton, Princeton University Press.

PLATÃO (2007). *A República*. São Paulo: Martin Claret.

PRZEWORSKI, Adam (1991). *Democracy and the Market; Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America*. New York: Cambridge University Press.

QUIROGA, Antonio Aranibar (2000). “A agenda internacional da Bolívia no início do século XXI”. In: *Cadernos Adenauer - Política externa na América do Sul*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, nº 07, pp.135-157.

REIS e SILVA, Hiram (2008). “Bolívia e a ‘Nación Camba’”. Clicnews, (<http://www.clicnews.com.br/artigos/view.htm?id=76476>; última visita: 30/08/2008).

RIBEIRO, Darcy, (1979). *As Américas e a Civilização*. Petrópolis. Vozes, 3 ed. p.178 *apud* CÂMARA, Marcelo Argenta (2007). “Bolívia: de 1952 ao Século XXI – Processos Sociais, Transformações Políticas”. in: *FUNAG. (Org.). Prêmio América do Sul 2006*. Brasília: FUNAG, 1 ed. , p. 65-104.

SAAVEDRA, Gustavo F.mn (2004). “Bolívia: hora de mudar de direção”. *Política Externa*, v. 12, n. 4, p. 97-109, mar./abr./maio

SANTORO, Mauricio (2007). “A Outra Volta do Bumerangue: Estado, movimentos sociais e recursos naturais na Bolívia (1952-2006)”. in: *FUNAG. (Org.). Prêmio América do Sul 2006*. Brasília: 1 ed. FUNAG, v. , p. 12-56.

SCHILING, Voltaire (2003). “Bolívia: tirania e revolução”. Disponível em: (<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/2003/10/20/000.htm>). Acesso em 27 set. 2007.

SCHOULTZ, Lars (2000). *Estados Unidos – Poder e Submissão*. Bauru: EDUSC.

SEBBEN, Fernando Dall’ Onder (2007). “Separatismo e Hipótese de Guerra Local na Bolívia: Possíveis Implicações para o Brasil”. Monografia de Conclusão do Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

SEGABINAZZI, Alessandro (2007). “Bolívia: de 1952 ao Século XXI – Diversas Sínteses de uma Revolução. Políticas”. in: *FUNAG. (Org.). Prêmio América do Sul 2006*. Brasília:1 ed FUNAG, p. 105-154.

SEGABINAZZI, Alessandro (2007b). “A Atuação da Petrobrás no mercado de gás natural da Argentina e da Bolívia e possíveis convergências com a política Externa brasileira”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UFRGS.

SILVA, Golbery do Couto e (2003). *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade.

SKIDMORE, Thomas E. & SMITH, Peter (2005). *Modern Latin America*. New York Oxford: Oxford University Press, 6ª edição.

SIMON, José Luis (1998). “La predominante tradición autoritaria: una interpretación histórica del Paraguay sometido a Sroessner”. In: Raúl Enrique Rojo & Jose Antônio Giusti Tavares. *Instituições políticas comparadas dos países do Mercosul*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, pp.353-378.

SOARES, Maria do Socorro Castro (2003). “O Governo Provisório de Mato Grosso e a Questão da Anexação da Província de Chiquitos ao Império Brasileiro (1821- 1825)”. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso.

TABORGA, Juan Ramón Quintana (2005). “Bolivia, entre la crisis y el caos: ¿Existe una salida negociada?”. *Análise de Conjuntura OPSA*, n.11, out.

TAUNAY, Alfredo (1997). *A Retirada da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras.

TAVARES, Maria da Conceição (1983). *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.

TEIXEIRA da SILVA, Francisco Carlos (2008). “A Amazônia e as Novas Ameaças Mundiais” In: Durbens Martins Nascimento (Org.). *Relações Internacionais e Defesa na Amazônia*. Belém, NAEA/UFPA, pp. 47-63.

TILLY, Charles (1984). *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. Nova Iorque: Russel Sage.

TILLY, Charles (1996). *Coerção, Capital e Estados Europeus: 990-1992*. São Paulo:USP.

TILLY, Charles (2007). *Democracy*. New York: Cambridge University Press.

TOCQUEVILLE, Alexis de (2005). *A Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 2ª edição.

TOCQUEVILLE, Alexis de (1977). *A Democracia na América*. São Paulo: Itatiaia, 2. ed.

TRINDADE, Hélgio (2004). *O nazi-fascismo na América Latina: mito e realidade*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

VAN COTT, Donna Lee (2000). “Bolivia: The Construction of a Multiethnic Democracy.” In Howard Wiarda and Harvey Kline, eds. *Latin American Politics and Development*, 5th Ed. Boulder: Westview Press, pp. 331-49.

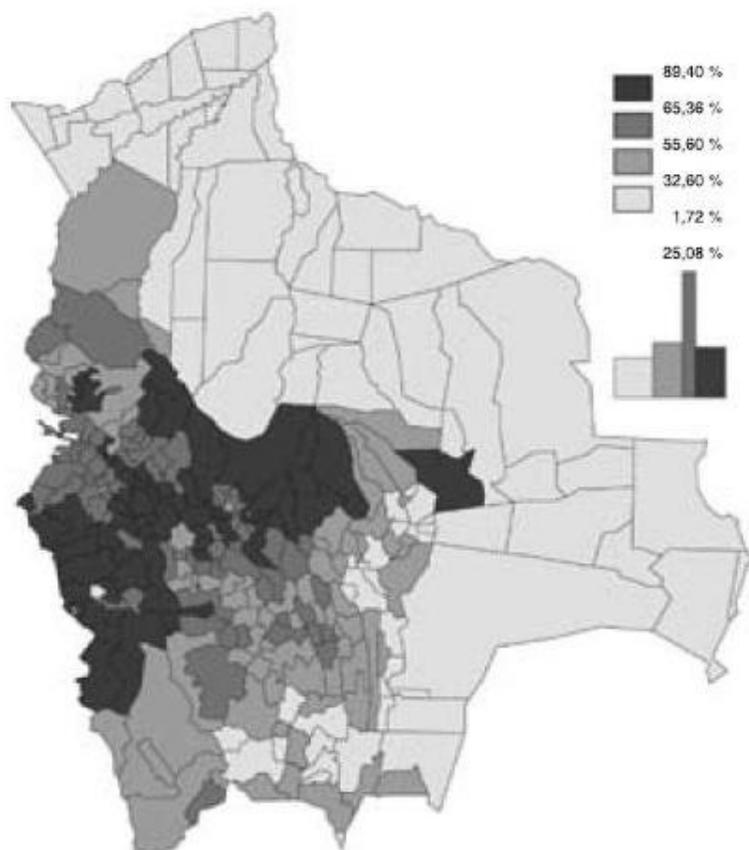
- VAN EVERA, Stephen (2002). *Guía para estudiantes de Ciencia Política*. Barcelona, Gedisa
- VAN KLAVEREN, Alberto (2000). “As relações internacionais do Chile durante os anos 90 – Os Desafios da Globalização”. In: *Cadernos Adenauer - Política externa na América do Sul*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, nº 07, pp.87-132.
- VIANNA, Luiz Werneck (2009). “O Visconde do Uruguai na nossa cultura política”. Gramsci e o Brasil, (<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1099> ; última visita: 10/06/2009).
- VALENTE, Leonardo (2007). “Asfixia Energética, Tensão na América do Sul: Separatistas se armam na Bolívia: Grupo que exige autonomia para região rica do país tem milícias com 12 mil homens 'Ou mais autonomia, ou independência’”. *Jornal O Globo*, 29 Abril.
- VIDIGAL, Carlos Eduardo (2007). “Relações Brasil-Bolívia (1973-1974): o gás e a geopolítica regional”. *Cena Internacional – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL)* vol. 9, nº 2. Brasília, IREL, pp. 9-32.
- VILLALOBOS, Sergio (2003). *Chile y su historia*. Santiago: Editorial Universitaria.
- VIZENTINI, P. G. F (2004). “As relações internacionais da Bolívia: os desafios da globalização e da integração”. In: Heloisa Vilhena Araujo. (Org.) *Os países da Comunidade Andina*. Brasília: IPRI/FUNAG, pp. 343-386.
- VON LEENHOF, Carl (1975). *Contribuições para a História da Guerra entre o Brasil e Buenos Aires – uma testemunha ocular*. Atribuído pelo Barão do Rio Branco ao Barão Carl Von Leenhof. São Paulo: Editora da Usp.
- WASELFISZ, Julio Jacobo (2008). “Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros”. Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA), (http://www.ritla.net/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=240 ; última visita em 04/01/2010).
- WALLACE, J. M (1932). “The Stokes-Brandt 81mm Mortar”. *The Field Artillery Journal – Março-Abril, Fort Sell* (www.army.mil/famag/1932/.../MAR_APR_1932_PAGES_201_206.pdf última visita em 05/02/2010).
- WALLERSTEIN, Immanuel (1995). *Capitalismo Histórico & Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- WALTZ, K (1979). *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill Companies.
- WASSERMAN, C (2004). “Bolívia: História e Identidade. Uma abordagem sobre a Cultura e a Sociedade contemporâneas”. In: Heloisa Vilhena de Araujo. (Org.). *Os Países da Comunidade Andina*. Brasília: IPRI/FUNAG, pp. 317-342.
- WATSON, Adam (2004). *A evolução da Sociedade Internacional: uma análise histórica comparativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

WEBER, Max (1961). *General Economic History*. Nova Iorque: Collier

WENDT, Alexander (1987). "The agent-structure problem in international relations theory". *International Organization*, v.41, n°3.

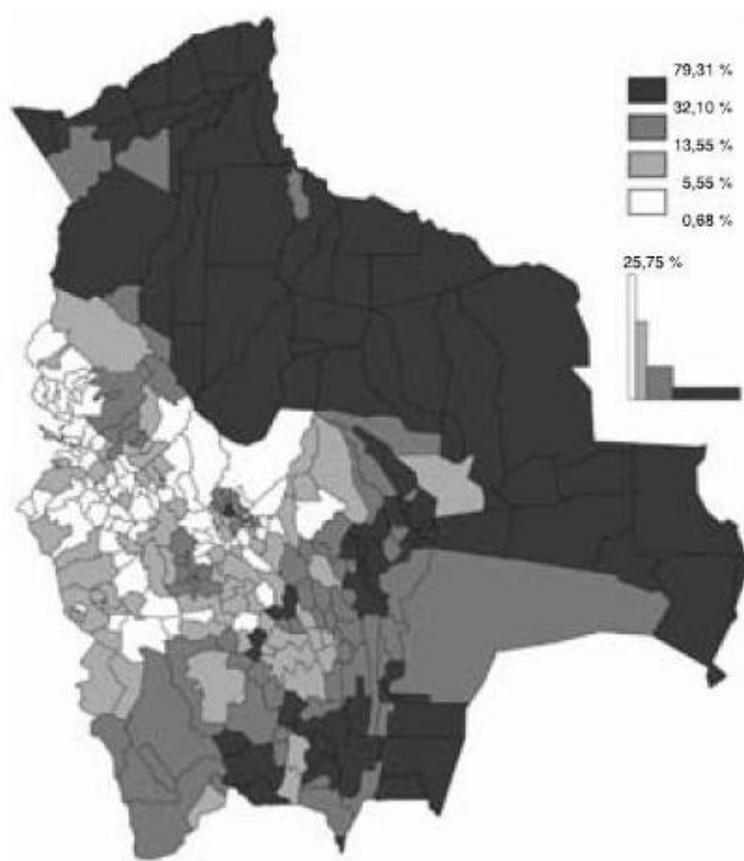
6 – Anexos

1 – Votação do MAS nas Eleições Presidenciais de 2005 (por Município)



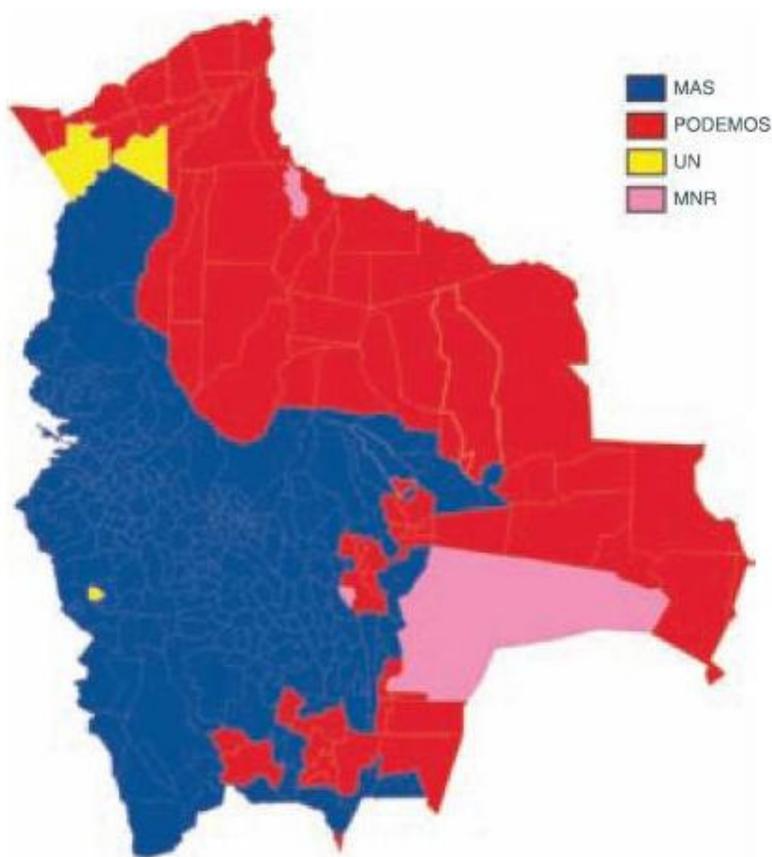
Fonte: Ballivián (2007:54)

2 – Votação do Podemos nas Eleições Presidenciais de 2005 (por Município)



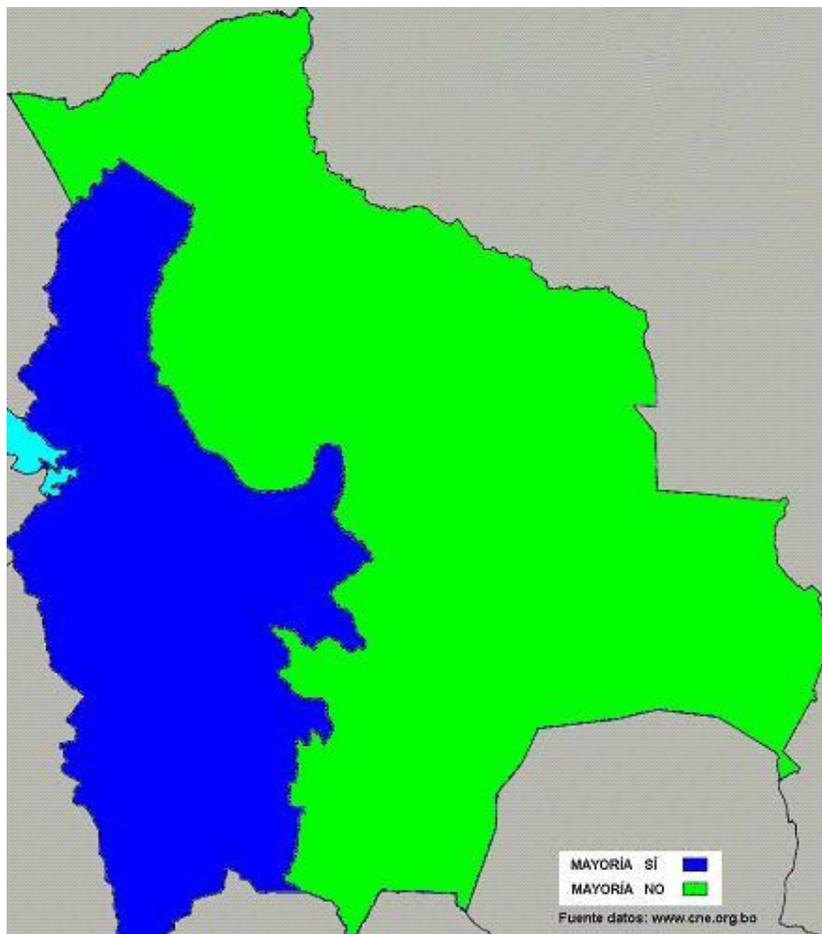
Fonte: Ballivián (2007:58)

3 – Distribuição dos votos por Município (Eleições Presidenciais de 2005)



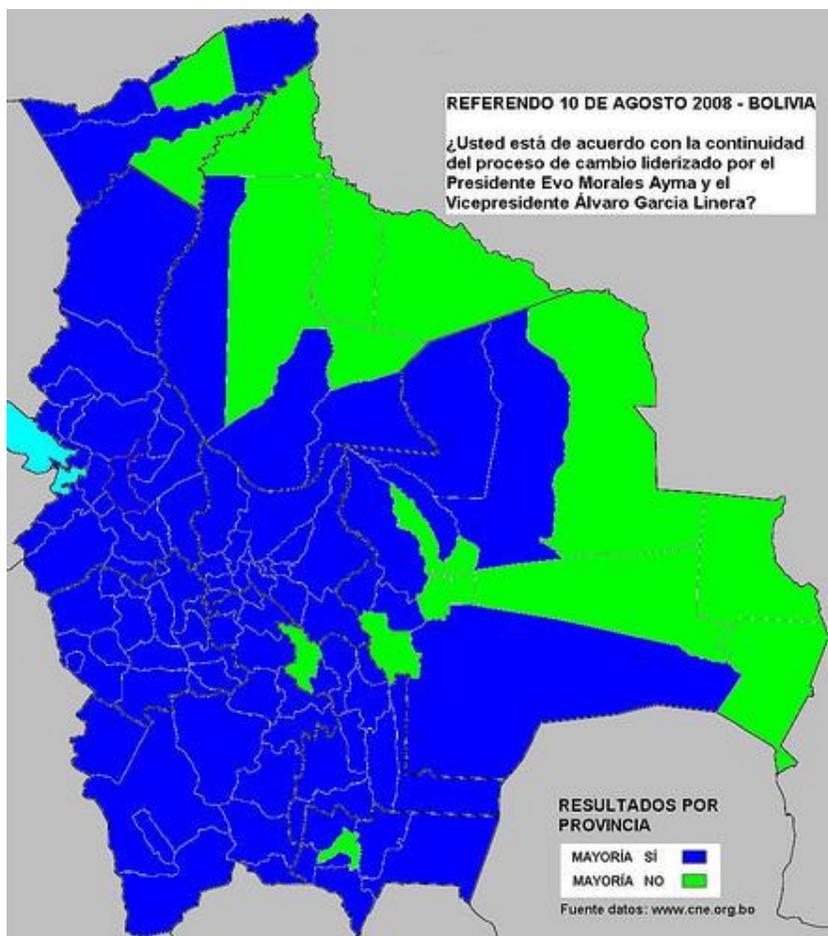
Fonte: Ballivián (2007:48)

4 – Distribuição dos votos por Departamento no Referendo Revogatório de 10 de Agosto de 2008



Fonte: Corte Nacional Electoral (2008:online)

5– Distribuição dos votos por Província no Referendo Revogatório de 10 de Agosto de 2008



Fonte: Corte Nacional Electoral (2008:online)

